



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DÉBORA JACINTHO DE FARIA

**O CONGRESSO E O ÁTOMO:
DEBATES SOBRE A QUESTÃO NUCLEAR NOS ESTADOS UNIDOS -
1945-1950**

**BRASÍLIA – DF
2022**

DÉBORA JACINTHO DE FARIA

**O CONGRESSO E O ÁTOMO:
DEBATES SOBRE A QUESTÃO NUCLEAR NOS ESTADOS UNIDOS -
1945-1950**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: *Sociedade, Cultura e Política*. Linha de pesquisa: *Política, Instituições e Relações de Poder* da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

**BRASÍLIA – DF
2022**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese de Doutorado de autoria de Débora Jacintho de Faria, intitulada “O Congresso e o Átomo: Debates Sobre a Questão Nuclear nos Estados Unidos – 1945-1950”, apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em 26 de setembro de 2022, defendida e aprovada pela Banca Examinadora:

Professor Doutor Virgílio Caixeta Arraes
Orientador
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília –
PPGHIS-UnB

Professor Doutor Mathieu Turgeon
University of Western Ontario

Professora Doutora Cristina Soreanu Pecequilo
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Professor Doutor Carlos Eduardo Vidigal
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília –
PPGHIS-UnB

Aos meus gatos: Mushu, Tio Patinhas e Nikita

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Iago, que foi minha força durante todo o doutorado. Ele me acompanhou durante o período de sanduíche nos Estados Unidos, me ajudou a organizar as fontes coletadas nos arquivos, me deu comida (e café), apoio, risadas e muito amor e carinho. Na reta final, sua dedicação e seu suporte foram imprescindíveis para que eu pudesse concluir a escrita. Além disso, foi o grande responsável pela formatação e organização das referências desta tese. Sou muito grata por tudo que ele fez e faz por mim, te amo, miguxinho!

Ao meu orientador, professor Virgílio Arraes, pela inestimável paciência e pelos direcionamentos precisos ao longo do processo de pesquisa. Agradeço igualmente pelos inúmeros conselhos compartilhados ao longo dos anos de doutorado e mestrado, bem como pelas oportunidades e ensinamentos contínuos. A orientação do professor Arraes foi de importância crucial para moldar a pesquisadora que me tornei hoje.

Ao meu coorientador na George Washington University, professor James Hershberg, pelas contribuições enriquecedoras à minha tese. Durante minha estadia nos Estados Unidos, sua orientação foi fundamental para a condução da pesquisa nos arquivos. Agradeço especialmente pelas diretrizes na delimitação do recorte temporal e na seleção do corpus documental.

Ao National Archives e National Records (NARA), principalmente ao arquivista Adam Berenbak, do Center for Legislative Archives, que foi muito atencioso em me ajudar a encontrar os documentos que eu precisava e separou as inúmeras caixas com as transcrições das sessões do JCAE. Agradeço também a toda a equipe do National Archives Downtown e College Park por todo o auxílio durante o período que passei nas salas de pesquisa.

Ao Center for Special Collections da Georgetown University, em especial ao arquivista Scott S. Taylor, pelo acesso concedido à coleção do senador Brien McMahon (McMahon Papers). Destaco a presteza do Sr. Taylor, que não apenas facilitou minha pesquisa, mas também se mostrou extremamente colaborativo ao auxiliar na cópia de gravações em vinil disponíveis no acervo.

Aos professores Mathieu Turgeon, Cristina Pecequilo e Carlos Eduardo Vidigal, pelas valiosas contribuições na banca de defesa. Aos professores Francisco Doratioto, Tereza Kirschner, Filomena Coelho e Henrique Modanez, por

enriquecedoras discussões proporcionadas nas disciplinas ao longo do doutorado. Ao Rodolfo e ao Seu Jorge, pelo auxílio administrativo na secretaria. Aos demais docentes e colegas do PPGHIS, pela constante troca de experiências e partilha de conhecimento.

Aos alunos da Faculdade de Direito da UnB, por me proporcionarem ricas experiências na docência. Estendo também o agradecimento à Ana Júlia, querida amiga que tive o privilégio de partilhar uma disciplina. Agradeço à professora Daniela Moraes, pela oportunidade de lecionar na FD, que tanto contribuiu para a minha formação.

Aos meus pais, Rubinho e Adriana, que mesmo de longe me deram apoio e conselhos quando precisei, estiveram presentes em todas as etapas e torceram por mim sempre. Ao meu irmão Gabriel, por vários esclarecimentos sobre aspectos químicos da energia atômica, bem como pelos debates sobre os cientistas envolvidos no empreendimento.

Por fim, não teria chegado aqui sem a presença essencial de valorosos amigos ao longo dessa jornada. À querida amiga Gabi, pelo apoio e incentivo constantes, pelas comidas e risadas partilhadas que tornaram os desafios mais leves, e pelos ensinamentos sobre o sistema judiciário americano. Aos amigos de longa data, Thiago, Jacqueline, Corina, Giovanna e Silvia, agradeço por todas as conversas, desabafos, risos e momentos de descontração ao longo dos anos. À Júlia, companheira de estudos americanistas, agradeço por valiosas trocas de experiências, além de ótimos debates no podcast Explica América. Agradeço também aos amigos Ana Letícia e Fernando, companheiros de mestrado, por continuarem presentes em vários períodos marcantes dos últimos anos. À Cecília, companheira do doutorado, pelas vivências compartilhadas nesse longo caminho. Aos amigos Georgea e Bruno, agradeço a calorosa recepção em Washington. Aos amigos Vinícius Marra e Laura, pelas trocas de experiência e passeios nos Estados Unidos.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Let me tell you what I wish I'd known
When I was young and dreamed of glory
You have no control who lives, who dies, who tells your story
I know that we can win
I know that greatness lies in you
But remember from here on in, history has its eyes on you*

Hamilton: An American Musical

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a participação do Congresso na construção institucional dos Estados Unidos no contexto da regulamentação da energia atômica durante os primeiros anos da Guerra Fria. Os EUA, emergindo como maior potência hegemônica após a Segunda Guerra Mundial, assumiram a posição de liderança global. Com isso, passaram por transformações e mudanças de paradigmas tanto na política externa como na interna. O empreendimento do átomo foi um dos mais relevantes para a determinação da nova ordem mundial. Dessa forma, após a explosão das bombas nucleares no Japão em agosto de 1945, ocorreu um esforço a nível nacional para regulamentar essa nova tecnologia. Os Estados Unidos enfrentaram desafios em conciliar a mobilização para a segurança nacional com a preservação dos valores tradicionais americanos. Nesse sentido, o trabalho investigou a participação do Parlamento na definição de políticas atômicas no período de 1945 a 1950, passando pela aprovação da Lei de Energia Atômica de 1946 e a transferência de autoridade das forças armadas para uma agência civil. Abordou-se o relacionamento entre os dois órgãos criados por essa legislação: a Comissão de Energia Atômica (AEC), vinculada ao Executivo, e o Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (JCAE), do Legislativo. Discorreu-se sobre a relação entre os poderes, os conflitos relacionados ao sigilo e à segurança, as dinâmicas partidárias no período e o estabelecimento de um aparato institucional dedicado ao controle do uso e desenvolvimento da energia atômica.

Palavras-chave: Energia Atômica; Guerra Fria; Comitê Conjunto sobre Energia Atômica; Comissão de Energia Atômica; Segurança Nacional; Hegemonia.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze Congress's participation in the process of institution-building in the United States within the context of atomic energy regulation during the early Cold War. The United States, emerging as the major hegemonic power after World War II, assumed the role of global leadership, undergoing transformations and paradigm shifts in foreign and domestic policy. The enterprise of the atom was one of the most influential policies shaping the new world order. Thus, following the detonation of nuclear bombs in Japan in August 1945, a national effort was made to regulate this new technology. The United States then faced challenges in reconciling the mobilization for national security with the preservation of traditional American values. The research, therefore, delved into the involvement of the American Parliament in atomic policymaking from 1945 to 1950 through the approval of the Atomic Energy Act of 1946 and the transfer of authority from the military to a civilian agency. The dissertation addressed the relationship between the two bodies created by the legislation: the Atomic Energy Commission (AEC), linked to the Executive, and the Joint Committee on Atomic Energy (JCAE), from the Legislative. Finally, the dissertation discussed the relationship between the powers, the conflicts related to secrecy and security, the partisan dynamics of the period, and the establishment of an institutional apparatus dedicated to controlling the use and development of atomic energy.

Keywords: Atomic Energy; Cold War; Joint Committee on Atomic Energy; Atomic Energy Commission; National Security; Hegemony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Winston Churchill, Harry Truman e Josef Stalin em Potsdam	25
Figura 2 – Clement Attlee, Harry Truman e Josef Stalin em Potsdam	25
Figura 3 – Trecho de material de campanha para as eleições de 1950	51
Figura 4 – O deputado Andrew J. May e o secretário de Guerra Robert P. Patterson na ocasião da audiência do dia 9 de outubro de 1945	60
Figura 5 – Truman, Attlee e Mackenzie King se reúnem com lideranças internacionais e do Congresso após assinar declaração conjunta sobre energia atômica	75
Figura 6 – Presidente Harry Truman assina a Lei de Energia Atômica de 1946	90
Figura 7 – Membros do Comitê Consultivo Geral nomeados por Truman.....	96
Figura 8 – Material da AEC requisitado pelo senador Hickenlooper	163

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1946 91
- Tabela 2** – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1947 99
- Tabela 3** – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1949 150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	<i>Atomic Energy Commission</i>
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
AL	<i>Alabama</i>
AR	<i>Arkansas</i>
AZ	<i>Arizona</i>
CA	<i>California</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CO	<i>Colorado</i>
CT	<i>Connecticut</i>
D	<i>Democrata</i>
DE	<i>Delaware</i>
EUA	<i>Estados Unidos da América</i>
FDR	<i>Franklin D. Roosevelt</i>
FL	<i>Florida</i>
GA	<i>Georgia</i>
GAC	<i>General Advisory Committee</i>
H.R.	<i>House of Representatives</i>
HUAC	<i>House Un-American Activities Committee</i>
IA	<i>Iowa</i>
ID	<i>Idaho</i>
IL	<i>Illinois</i>
IN	<i>Indiana</i>
JCAE	<i>Joint Committee on Atomic Energy</i>
KS	<i>Kansas</i>

KY	<i>Kentucky</i>
LA	<i>Louisiana</i>
MA	<i>Massachusetts</i>
MD	<i>Maryland</i>
ME	<i>Maine</i>
MED	<i>Manhattan Engineer District</i>
MI	<i>Michigan</i>
MN	<i>Minnesota</i>
MO	<i>Missouri</i>
MS	<i>Mississippi</i>
MT	<i>Montana</i>
NARA	<i>National Archives and Records Administration</i>
NC	<i>North Carolina</i>
ND	<i>North Dakota</i>
NE	<i>Nebraska</i>
NH	<i>New Hampshire</i>
NJ	<i>New Jersey</i>
NM	<i>New Mexico</i>
NSA	<i>National Security Agency</i>
NV	<i>Nevada</i>
NY	<i>New York</i>
OH	<i>Ohio</i>
OK	<i>Oklahoma</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
OR	<i>Oregon</i>
OTAN	<i>Organização do Tratado do Atlântico Norte</i>

PA	<i>Pennsylvania</i>
R	Republicano
RG	<i>Record Group</i>
RI	<i>Rhode Island</i>
S.	<i>Senate</i>
SC	<i>South Carolina</i>
SD	<i>South Dakota</i>
TN	<i>Tennessee</i>
TVA	<i>Tennessee Valley Administration</i>
TX	<i>Texas</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	Força Aérea dos Estados Unidos
UT	<i>Utah</i>
NYT	<i>New York Times</i>
VA	<i>Virginia</i>
VT	<i>Vermont</i>
WA	<i>Washington</i>
WI	<i>Wisconsin</i>
WV	<i>West Virginia</i>
WP	<i>The Washington Post</i>
WY	<i>Wyoming</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: O Contexto do pós-Segunda Guerra Mundial	20
1.1 A Nova Ordem Mundial e os desafios para os Estados Unidos	20
1.1.1 Hegemonia e liderança	27
1.2 Sistema de governo nos Estados Unidos	34
1.2.1 Partidos políticos nos EUA: breve contextualização.....	36
1.2.2 Presidência e Congresso – poderes e prerrogativas.....	40
1.2.3 A reorganização do Congresso	41
1.3 A bomba atômica	44
CAPÍTULO II: Alternativas de Regulação da Energia Atômica (1945 – 1946) ...	50
2.1 Ideias preliminares sobre regulamentação da energia atômica	50
2.2 A proposta de Truman	56
2.3 O projeto de lei de McMahon.....	77
2.4 A Lei de Energia Atômica de 1946	91
CAPÍTULO III: Novo Aparato Institucional – Fase de Adaptação (1947-1948) ...	98
3.1 Confirmação para a Comissão de Energia Atômica	98
3.2 Atividades do JCAE em 1947	121
3.3 O final de 1947.....	133
3.4 O ano de 1948	138
CAPÍTULO IV: Conflitos e Brechas de Segurança (1949-1950)	149
4.1 Questões de segurança e controvérsias na AEC	149
4.2 A investigação de Hickenlooper.....	166
4.3 Próximos passos.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	180

INTRODUÇÃO

Essa história começou no dia 6 de agosto de 1945 – pelo menos para o grande público, que neste dia descobriu a existência de uma arma nunca vista até então. O *New York Times* (NYT) produziu uma matéria explicando o conceito da bomba atômica e, em linhas gerais, quais tinham sido os passos dados para chegar até aquele momento, quando uma dessas armas de destruição em massa havia sido jogada na cidade de Hiroshima, no Japão, e auxiliara nos últimos suspiros antes do final da Segunda Guerra Mundial.

Claro que a história das armas nucleares não começara naquela segunda-feira de agosto, e sim anos antes, com o início do Projeto Manhattan – mas poucos sabiam o que acontecia de fato nos bastidores do alto escalão militar. O desenvolvimento da bomba atômica aconteceu sob jurisdição do Departamento de Guerra, com status ultrassecreto. O próprio presidente Harry Truman, outrora no cargo da vice-presidência, não tomara conhecimento do projeto até dias após sua posse como presidente. No Capitólio, pouquíssimos parlamentares tinham conhecimento. Em janeiro de 1945, o Congresso começou a questionar os vastos dispêndios do Projeto Manhattan, mas o problema foi contornado pelo Departamento de Guerra.¹

O empreendimento da bomba atômica marcou o final da Segunda Guerra Mundial e o início da construção da nova ordem mundial. O período de 1945 a 1950 corresponde ao início da Guerra Fria que, conseqüentemente, trouxe para os Estados Unidos da América (EUA) novos paradigmas de política externa e interna. Notoriamente, tempos de guerra e tempos de paz possuem modos de operação completamente distintos. Os EUA, naquela ocasião adentrando um momento de influência global, precisavam mensurar com cuidado como seria o tratamento da nova tecnologia.

A mobilização da Guerra Fria gerou efeitos institucionais de longo prazo no desenvolvimento político americano. Um dos desafios dos EUA no pós-guerra era criar instituições compatíveis com o contexto de constante prontidão.² A rivalidade entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

¹ KUNETKA, James. **The General and the Genius**: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb. Washington, DC: Regnery History, 2015.

² GROSSMAN, Andrew D.. The Early Cold War and American Political Development: Reflections on Recent Research. **International Journal of Politics, Culture and Society**, Albion, Vol. 15, No. 3, p.471-483, de março de 2002. Trimestral. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20020127>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

vinha desde o curso do conflito. Apesar de aliados na guerra, os dois países demonstravam mútua desconfiança – e um dos exemplos é justamente o contexto das bombas atômicas: os EUA se recusaram a compartilhar que estavam desenvolvendo a nova arma e a URSS construiu um aparato de espionagem desde pelo menos 1943. Houve, entretanto, uma dificuldade inicial em desenhar as instituições americanas nos moldes do papel dos Estados Unidos como líder global: a dicotomia entre uma doutrina de segurança nacional e o receio de cerceamento da tradicional liberdade individual.

Dessa forma, como seria construída uma legislação que ao mesmo tempo protegesse o segredo da energia atômica e respeitasse os princípios caros da democracia americana? Era preciso que a ideologia fosse legítima para apoio doméstico e necessário racionalizar o planejamento no tocante à segurança nacional.³ Assim, era fundamental balancear a tradição com os novos paradigmas e inserir elementos dos valores americanos, como a cultura do excepcionalismo, para justificar a mobilização da Guerra Fria.⁴

Diversas transformações que alteraram a arquitetura do governo federal ocorreram nesse período de 1945 a 1950, dentre eles, a unificação das forças armadas; a ampliação do orçamento de defesa e do Departamento de Estado; a construção do Pentágono; e a criação de novas instituições como a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), o Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC) e, claro, a Comissão de Energia Atômica (*Atomic Energy Commission* – AEC). Essas mudanças geraram uma série de questionamentos à época, como a dicotomia entre o controle militar ou civil nas esferas da segurança nacional.

O objetivo central desta tese é analisar a construção do aparato institucional para a energia nuclear. A nova tecnologia é um dos pontos centrais na Guerra Fria e os EUA detinham monopólio de produção até o final da década de 1940. Durante a Segunda Guerra Mundial, o empreendimento da bomba atômica estava sob a guarda dos militares; com o fim do conflito, foi necessário efetuar a transição para uma

³ GROSSMAN, Andrew D.. The Early Cold War and American Political Development: Reflections on Recent Research. **International Journal of Politics, Culture and Society**, Albion, Vol. 15, No. 3, p.471-483, de março de 2002. Trimestral. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20020127>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

⁴ HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron**: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

agência civil. A pesquisa pretende demonstrar como foi arquitetada a legislação sobre política nuclear e os debates em torno do tema, com o recorte da atuação do Congresso dos Estados Unidos.

Quando se pensa em política nuclear, muitas vezes considera-se apenas a Presidência – afinal, hoje, quem detém o poder soberano de “apertar o botão e disparar dispositivos nucleares”? Presume-se também participação de militares, do Estado-Maior das Forças Armadas. E, de fato, pelas diferenças estruturais entre os poderes Executivo e Legislativo pode-se refletir sobre essa predominância do presidente – é muito mais eficaz tomar decisões sendo uma pessoa (com um círculo restrito de conselheiros) em contraposição a 435 deputados e (à época) 96 senadores. O processo decisório, especialmente em tempos de crise, é mais eficiente partindo da Casa Branca do que do Capitólio. Contudo, não se pode esquecer dos pesos e contrapesos – e da própria essência da divisão dos poderes – tal qual explicou Montesquieu e foi recuperada por Madison nos Artigos Federalistas. O Congresso não ficou passivo na construção dos ajustes institucionais, mas sim participou ativamente da formulação da legislação da Guerra Fria.

A regulamentação da energia nuclear foi concebida através de compromissos entre o Capitólio, a Casa Branca e as forças armadas dos Estados Unidos. Esta tese pretende analisar como foram as discussões até chegar em um modelo institucional que funcionasse na realidade de liderança global dos EUA. Assim, o recorte temporal abarca a construção da legislação e o período de adaptação no relacionamento entre as instituições criadas, do Legislativo e do Executivo, respectivamente, o Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (Joint Committee on Atomic Energy – JCAE) e a Comissão de Energia Atômica (AEC).

O primeiro capítulo explora o contexto da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra. Com isso, serão abordados os compromissos firmados durante o conflito; a mudança presidencial de Franklin D. Roosevelt (FDR) para Harry S. Truman; alguns aspectos da mudança de paradigmas de política externa dos EUA, que passava ao papel de liderança na nova ordem mundial; as características do sistema de governo americano; e, por fim, o contexto do desenvolvimento e da produção das bombas atômicas.

O segundo capítulo aborda as discussões sobre a regulamentação da energia atômica durante os anos de 1945 e 1946. Logo que as explosões de Hiroshima e Nagasaki foram divulgadas, alguns atores políticos começaram a explorar as

possibilidades para a nova tecnologia. Serão discutidos os embates entre a proposta de legislação enviada pelo governo Truman e as demais alternativas de regulação. Destaca-se neste capítulo a atuação do Senado, especialmente do jovem senador Brien McMahon (D-CT), que teve papel fundamental na criação e na aprovação da Lei de Energia Atômica de 1946, em um movimento que suplantou divisões partidárias.

O terceiro capítulo trata dos primeiros anos de funcionamento da AEC e do JCAE, 1947 e 1948. Assim, é abordada a conturbada transferência do aparato nuclear para a AEC e a estruturação das instituições. No início de 1947, houve imbróglio na confirmação dos membros da AEC, motivado pelo crescente estado de vigilância quanto a questões de sigilo e espionagem. Assim, esse período é marcado por uma fase de adaptação e pelo início das investigações de suspeitas de brechas de segurança nos complexos de energia atômica.

O quarto capítulo, por fim, analisa o ápice da preocupação com segurança e os conflitos entre o JCAE e a AEC. Em 1949, a Comissão enfrentou problemas com a possível perda de uma porção de urano e com supostas bolsas de estudos dadas a comunistas. Esses fatos suscitaram a formação de um inquérito para investigar possíveis falhas de segurança, que se prolongou quase durante o ano todo. Por último, após a explosão da bomba atômica soviética, houve a reorganização do JCAE e da AEC, e da relação entre as agências. A investigação de má-conduta perdeu a força, mas ainda havia desgaste entre as duas instituições, o que acabou motivando a saída de David E. Lilienthal do posto de presidente da AEC em 1950.

Os objetivos da tese seguem três eixos: o consenso bipartidário em questões de política externa; o dualismo nos papéis do Executivo e do Legislativo; e a dicotomia entre controle civil e militar. O argumento central é que divergências existentes no processo de regulamentação pouco obedeciam a linhas partidárias até 1949: o tema da energia atômica era consensual na essência, com algumas diferenças na execução.

Também se percebem algumas dissonâncias entre os posicionamentos da Câmara dos Deputados e do Senado, especialmente na 79ª legislatura. Havia disputa de protagonismo sobre qual projeto de lei deveria avançar. De modo geral, os parlamentares concordavam que a energia atômica deveria ser regulada, com divergências sobre o papel dos militares, principalmente. O cerne da discussão era o equilíbrio entre segurança nacional e defesa dos valores democráticos.

Foram usados diversos tipos de fontes primárias para a composição da tese, sendo as principais: transcrições das sessões executivas do JCAE; matérias publicadas nos jornais New York Times e Washington Post; documentos do acervo do senador Brien McMahon; e o diário de David E. Lilienthal. O *corpus* documental foi escolhido a partir das visitas ao Arquivo Nacional dos Estados Unidos (National Archives and Records Administration – NARA), tendo como ponto de partida os documentos do JCAE.

As fontes do JCAE eram secretas, com as sessões executivas fechadas, e os parlamentares conseguiam debater questões de forma relativamente mais livre. Os relatos nos dois maiores jornais da época foram selecionados para contraposição com informações que estavam públicas ou eram disponibilizadas por congressistas em entrevistas. Além disso, o objetivo também foi dar contexto para os acontecimentos, adicionando uma visão mais ampla do que apenas as salas do Congresso. Por fim, as coleções de McMahon e Lilienthal fornecem uma visão pessoal dos acontecimentos de dois atores centrais no recorte temporal selecionado. Dessa forma, a tese foi construída a partir da análise desses diferentes fragmentos da história.

As traduções de citações das fontes foram feitas pela autora e os trechos originais foram incluídos em notas de rodapé para conferência. Para este trabalho, optou-se por traduzir “*committee*” por “comitê” e “*commission*” por “comissão”, com a finalidade de maior clareza e identificação.

CAPÍTULO I: O CONTEXTO DO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1.1 A Nova Ordem Mundial e os desafios para os Estados Unidos

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) alterou profundamente a estrutura da sociedade internacional. Arrighi ressalta que, com a guerra, “[...] os últimos remanescentes da ordem mundial do século XIX foram eliminados e, mais uma vez, a sociedade mundial pareceu achar-se num estado de desorganização irremediável”⁵. A conjuntura de pós-guerra proporciona uma oportunidade para os Estados hegemônicos que dela emergem construir uma nova ordem, assim como já havia ocorrido em outros momentos posteriores a grandes conflitos.⁶ Os Estados Unidos já se configuravam como potência desde a virada do século XIX para o século XX e, ao final da Segunda Guerra, consolidaram o posto de maior potência global, tanto econômica quanto militarmente.

Para Kissinger, o colapso do equilíbrio de poder europeu foi um dos fatores determinantes para puxar os EUA a uma atuação protagonista na política global. Os Estados Unidos oscilaram, historicamente, entre uma posição mais isolacionista e um engajamento mais direto nas relações internacionais. O país nunca foi de fato isolacionista, no sentido de que o conceito implica o não envolvimento internacional, e na história americana há vários momentos de intervenção, desde a expansão para o oeste no século XIX e as guerras de conquista de territórios.⁷ A partir da Segunda Guerra houve um predomínio da interferência, com o pressuposto de que a normalidade é uma ordem mundial baseada na democracia, no livre comércio e na obediência internacional das leis. Dessa forma, Kissinger acreditava que “no século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte – e, ao mesmo tempo, tão ambivalente – como os Estados Unidos”⁸.

[...] as duas abordagens, a isolacionista e a missionária, tão contraditórias na superfície, refletiam a crença comum de que os Estados Unidos detinham o melhor sistema de governo do mundo e que o resto da humanidade poderia ter paz e prosperidade abandonando a diplomacia tradicional e adotando o respeito americano pela legalidade internacional e a democracia.⁹

⁵ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 65.

⁶ IKENBERRY, G. John. **After Victory: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

⁷ ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

⁸ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 1.

⁹ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 2

Essa postura de propagação dos valores americanos, inclusive, não era novidade – de fato, os EUA não haviam participado do sistema de equilíbrio de poder europeu, mas no imediato pós-Primeira Guerra Mundial o presidente americano Woodrow Wilson tentou implementar a visão de que princípios éticos se aplicariam à conduta internacional da mesma forma que para os indivíduos. Através dos “14 pontos de Wilson”, houve a tentativa de se adotar conceitos como autodeterminação dos povos, segurança coletiva e acordos multilaterais, porém sem sucesso. Com isso, os Estados Unidos se retraíram novamente da cena global, demonstrando que o país se recusava a jogar com as regras europeias.¹⁰ O cenário mudou com o advento da Segunda Guerra Mundial e, adicionalmente, com o próprio desenvolvimento das bombas atômicas. Para isso, cabe contextualizar a conjuntura do conflito global que redesenhou as estruturas da sociedade internacional.

Ainda no curso da guerra, Franklin D. Roosevelt (FDR), Josef Stalin e Winston Churchill, respectivamente, chefes de Estado americano, soviético e britânico, iniciaram os empreendimentos para negociar a ordem do pós-guerra. A visão americana era universalista, com influência da tradição wilsoniana, na qual Roosevelt estava inserido. O presidente dos EUA acreditava no princípio de segurança coletiva para assegurar a paz, porém, para que o sistema não falhasse como a Liga das Nações, apresentou a ideia dos “Quatro Guardiões”. Nesse modelo, a premissa era que a segurança coletiva apenas seria eficaz mediante compulsão e, então, as quatro maiores potências – Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e China seriam responsáveis por garantir a preservação da ordem.¹¹

A ideia universalista, em que a ordem se basearia nas organizações internacionais, colidia frontalmente com a visão soviética de Stalin de esferas de influência. Os russos presavam essencialmente por proteção de suas fronteiras, ampliando a sua área de influência, uma vez que suas divisas naturais eram frágeis.¹² A Rússia, desde o Congresso de Viena, havia se empenhado em expandir-se territorialmente para a Ásia Central e, após a Revolução de 1917, o paradigma expansionista transferiu-se para a Internacional Comunista, em um sentido

¹⁰ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

¹¹ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

¹² SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

missionário. Kissinger avalia que havia uma ambivalência no comportamento da URSS, pois, ao mesmo tempo que cultivava esse impulso messiânico, estava presente uma forte insegurança.¹³

Aron disserta sobre a ocorrência de alianças permanentes e temporárias no curso de um conflito. Durante a Segunda Guerra, a URSS foi vista como um aliado ocasional, cujos entendimentos foram acordados com base no interesse tanto dos britânicos e americanos quanto dos soviéticos de derrotar a potencial hegemonia alemã. O autor afirma, ainda, que é necessário ter cautela com relação a um aliado temporário, observando as diferenças ideológicas e prevenindo uma possível ameaça a médio e longo prazo. Os EUA e a Grã-Bretanha, por outro lado, configuram-se como aliados permanentes, uma vez que partilham os mesmos princípios fundamentais, a despeito de discordâncias pontuais.¹⁴

A condução da guerra, dentro de uma coalizão, deve levar em conta as rivalidades potenciais entre os aliados, além da hostilidade comum com relação ao inimigo. Impõe-se uma distinção radical entre *aliados permanentes* e *aliados ocasionais*. Podem ser considerados como aliados permanentes os Estados que não concebem a possibilidade de se encontrarem em campos opostos, no futuro previsível, qualquer que seja a oposição de alguns dos seus interesses.¹⁵

Churchill, Primeiro-Ministro do Reino Unido, defendia uma proposta que conciliava as visões de Roosevelt e Stalin, uma ordem baseada em organizações internacionais e divididas em conselhos regionais.¹⁶ Os americanos e os britânicos tinham um impasse relacionado à existência de colônias – os Estados Unidos salientavam, em discurso, que tinham uma tradição anticolonial, enquanto a Grã-Bretanha detinha um vasto império.¹⁷ Contudo, no curso geral das negociações, as posições norte-americana e britânica se aproximavam em valores e os dois países procuravam se alinhar.

Em 1941, Roosevelt e Churchill assinaram a Carta do Atlântico, declarando alguns princípios comuns da política nacional de seus países. Dentre as questões abordadas, pode-se destacar o segundo ponto, em que ressaltam que “não desejam

¹³ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

¹⁴ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

¹⁵ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 77.

¹⁶ SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

¹⁷ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos”¹⁸. Ademais, cabe a ênfase no terceiro e no sexto tópicos, que respectivamente versam sobre o direito de todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual viveriam e a necessidade de proporcionar, após a derrota nazista, os meios para que todas as nações vivam em segurança dentro de suas fronteiras.¹⁹

Assim, as três potências negociavam de acordo com seus próprios interesses e, especialmente entre os Estados Unidos e a União Soviética, havia uma forte competição por segurança.²⁰ Era necessário definir quais regras e instituições seriam vigentes no sistema reformulado.²¹ O ápice das negociações aconteceu na Conferência de Teerã, em dezembro de 1943, em que foram feitas algumas concessões à URSS no tocante à Europa Oriental, em troca da preservação dos interesses britânicos e americanos em zonas de interesse vital na Europa Ocidental. O secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull, postulava a Stalin que a melhor maneira de proteger suas fronteiras seria através de uma poderosa organização de paz e, para os americanos, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) seriam uma alternativa à balança de poder europeia.²²

Stalin, contudo, era cético quanto à eficácia da proteção que seria assegurada com a criação das Nações Unidas e começou a satisfazer as suas necessidades de segurança unilateralmente. Essa posição decorria do fato de que a URSS não havia sido aceita pela Liga das Nações após a Primeira Guerra, então a indagação dos russos era de como garantir que a ONU não seria igual à Liga. A visão soviética, ademais, não era compatível com as ideias americanas de autodeterminação. A atmosfera de mútua suspeita se aprofundava e as negociações deterioraram ainda mais na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945. O Ministro de Estado soviético, Vyacheslav Molotov, não compareceu em abril de 1945 à Conferência de San

¹⁸ ROOSEVELT, Franklin D.; CHURCHILL, Winston S.. **Atlantic Charter**. 1941. On-line por Yale Law School – The Avalon Project. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

¹⁹ ROOSEVELT, Franklin D.; CHURCHILL, Winston S.. **Atlantic Charter**. 1941. On-line por Yale Law School – The Avalon Project. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

²⁰ MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

²¹ WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

²² SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

Francisco, responsável por criar as bases da ONU e, concomitantemente, as tropas da URSS iniciaram o plano de ocupação da Europa Oriental, ignorando a Carta do Atlântico e a autodeterminação dos povos.²³

Também em abril de 1945 a Presidência dos Estados Unidos passou para Harry S. Truman, com o falecimento de Franklin D. Roosevelt. De acordo com Arrighi, essa mudança representou uma transição do princípio de “unimundismo” de Roosevelt, que tinha a intenção de incluir a URSS nos planos de reconstrução do pós-guerra, para um projeto que tinha como a base da hegemonia norte-americana a contenção do poderio soviético.²⁴

A morte de Roosevelt gerou um impacto para toda a nação – ele era o presidente que acabaria com a guerra. O conflito, inclusive, foi o motor de suas reeleições em 1940 e em 1944, quebrando o precedente iniciado por George Washington de limitar a dois mandatos o tempo de um presidente no poder.²⁵ Truman fora escolhido para compor o tíquete de Roosevelt em 1944 por seu papel como presidente do Comitê do Senado para Investigar o Programa de Defesa Nacional, no qual se esforçou para não interferir na condução da guerra pelo presidente. Durante a campanha e nos breves meses que serviu como vice-presidente, Truman e Roosevelt não tinham proximidade, e Roosevelt jamais passou informações sobre o conflito, sobre os desenvolvimentos diplomáticos ou sobre ideias de paz no pós-guerra.²⁶

Entre julho e agosto de 1945 foi realizada a Conferência de Potsdam, com participação dos chefes de governo dos Estados Unidos, da União Soviética e da Grã-Bretanha. No meio das negociações, o primeiro-ministro britânico Churchill, perdendo as eleições, foi substituído por Clement Attlee. Stalin, então, era o único chefe de Estado que estivera presente em todas as conferências de paz, uma vez que Truman

²³ SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

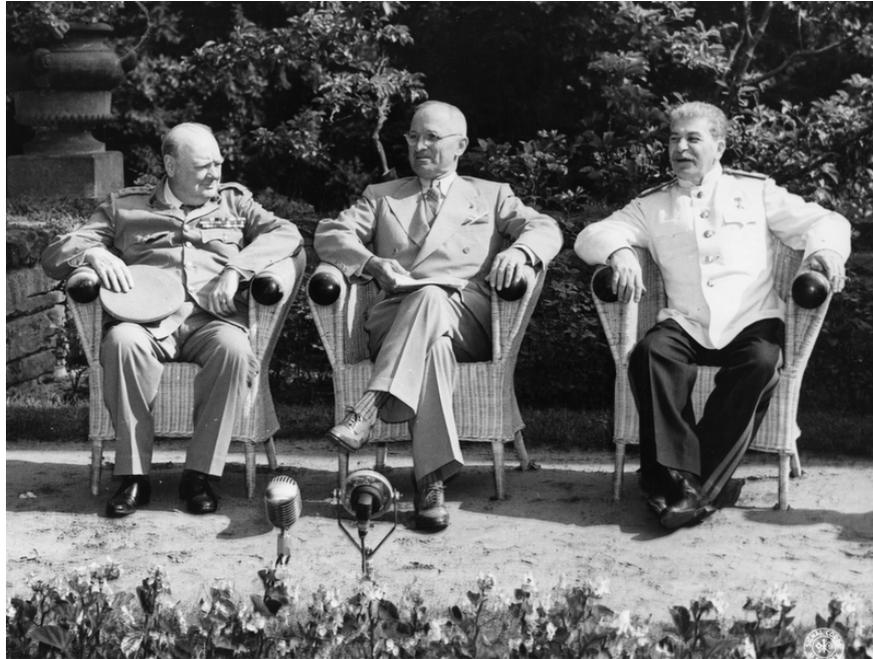
²⁴ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

²⁵ A limitação da Presidência para dois mandatos foi definida com a 22ª Emenda, aprovada pelo Congresso em março de 1947 e ratificada em fevereiro de 1951 (Minnesota foi o 36º estado a ratificar nessa data, completando os dois terços requeridos para a ratificação de uma emenda constitucional). Sobre a 22ª Emenda: BOMBOY, Scott. **How the 22nd Amendment came into existence**. 2019. Disponível em: <https://constitutioncenter.org/blog/how-the-22nd-amendment-came-into-existence>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

²⁶ LEUCHTENBURG, William E. Harry Truman. In: LEUCHTENBURG, William E. **In the Shadow of FDR: From Harry Truman to Barack Obama**. Cornell University Press, 2010.

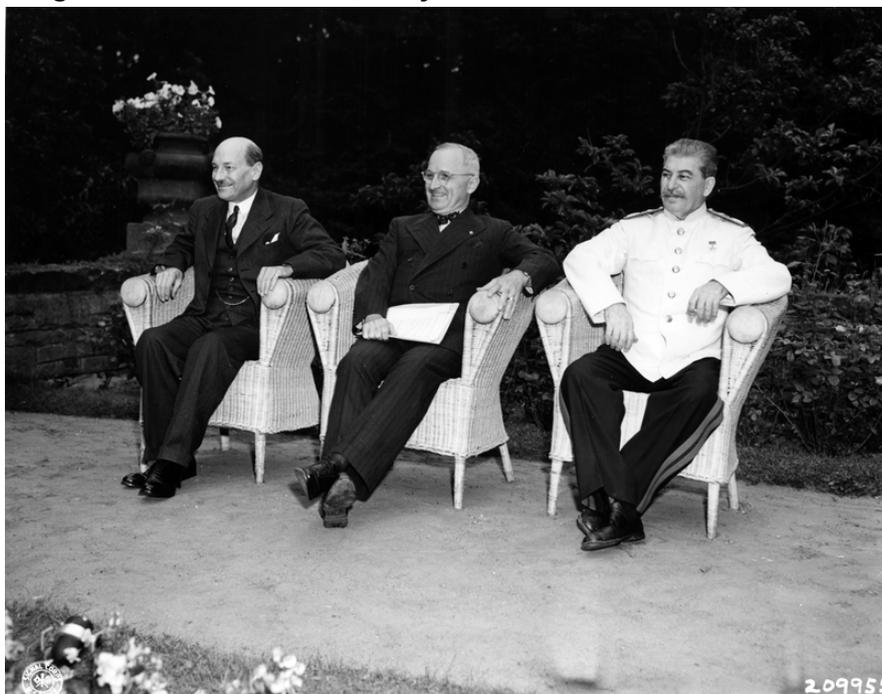
havia sido recém-empossado presidente dos Estados Unidos e a liderança britânica mudara de mãos.

Figura 1 – Winston Churchill, Harry Truman e Josef Stalin em Potsdam



Fonte: HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Churchill, Stalin, and Truman at Potsdam.** Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/63-1457-28>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

Figura 2 – Clement Attlee, Harry Truman e Josef Stalin em Potsdam



Fonte: HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Attlee, Truman, and Stalin at the Potsdam Conference.** Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/63-1453-24>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

A cúpula produziu poucas decisões práticas. Segundo Kissinger, “muita coisa ficou ambígua e por fazer e, como ocorre com frequência quando chefes não conseguem se entender, as questões mais espinhosas passaram para os ministros do exterior discutirem posteriormente”²⁷. Pecequilo analisa, sobre os eventos do encerramento da guerra, que prevalecia um cenário de incertezas quanto à ordem do pós-guerra. No período de liderança de Roosevelt, sobrepunha-se a ideia de segurança coletiva, que objetivava incluir a União Soviética. Contudo, mesmo o internacionalismo americano não era totalmente certo e a percepção da ameaça comunista ainda não era prioritária na política americana.²⁸

A Guerra Fria havia começado. Era o produto não de uma decisão, mas de um dilema. Cada lado sentia-se compelido a adotar políticas que o outro não podia senão interpretar como ameaça aos princípios da paz. Cada um sentia-se, então, justificado de tomar medidas defensivas [...]. Cada lado acreditava com paixão que a estabilidade internacional dependia do sucesso da sua própria concepção da ordem mundial.²⁹

A mudança presidencial, com Truman na posição de líder do Executivo americano, começou a alterar algumas bases da política externa, porém, alas mais isolacionistas, especialmente no Congresso, ainda estavam presentes. O período entre 1945 e 1950, nos Estados Unidos, foi marcado por debates internos acerca da postura norte-americana nessa nova ordem. Assim como estavam sendo estabelecidas as instituições da sociedade internacional em reorganização, também seriam necessárias reformas internas no aparato governamental americano, de modo a contemplar a posição de hegemonia dos EUA. Aqui, destacam-se principalmente a Lei de Energia Atômica de 1946 e a Lei de Segurança Nacional de 1947. A primeira criou a estrutura para regulamentar as políticas sobre energia nuclear, enquanto a segunda versava sobre a estrutura militar americana, criando, principalmente, o Departamento de Defesa, o Conselho de Segurança Nacional (NSA) e a Agência Central de Inteligência (CIA).

Existe uma tendência na literatura acadêmica, no estudo específico da Guerra Fria, de se pautar mais fortemente em questões de política externa. De fato, é relevante estudar os paradigmas das Relações Internacionais que surgem com o pós-

²⁷ KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 393.

²⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**: Continuidade ou mudança? Porto Alegre: UFRGS, 2003.

²⁹ SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992. p. 210-211.

guerra, uma vez que a Guerra Fria é caracterizada pela bipolaridade mundial. No entanto, além do alcance externo, é necessário entender as mudanças nas relações domésticas nos Estados Unidos com a Guerra Fria. Além disso, verifica-se pouco foco na relação entre Legislativo e Executivo no período, com a maioria dos estudos focados na Presidência e nos Departamentos de Estado e de Defesa.

Este trabalho tem como cerne avaliar a postura do Congresso na criação do contorno institucional para a liderança internacional americana, especialmente no tocante ao papel da energia atômica nas estruturas. Antes de explorar os pormenores do sistema de governo dos Estados Unidos e o contexto de desenvolvimento das bombas atômicas, cabe discutir, brevemente, alguns conceitos de hegemonia e liderança.

1.1.1 Hegemonia e liderança

Em uma ordem internacional, um Estado tem hegemonia quando tem a capacidade, ao mesmo tempo, de liderar e dominar nações soberanas. Esse conceito difere-se de dominação, sendo mais apropriada a ideia de “exercício da liderança intelectual e moral”³⁰. A guerra propicia a emergência de um novo Estado ou um conjunto de Estados com alta concentração de poderes. O caos do sistema em um pós-guerra gera demandas de reorganização, então, as nações que têm competência para suprir essas demandas podem se tornar mundialmente hegemônicas.³¹

Aprofundando o conceito, uma potência hegemônica, além de dominação e liderança no plano político e militar, também exerce primazia sobre os demais países nos âmbitos econômico e cultural. De acordo com Belligni, a nação no posto de hegemonia mundial conduz os outros Estados “[...] inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia”³². Ademais, as hegemônias constituem-

³⁰ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 27-28.

³¹ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

³² BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 579.

se nas relações interestatais, porém, sem uma regulamentação jurídica definida, e sim a como a manifestação do poder de fato.³³

Segundo Ikenberry, países em posição de liderança em um cenário de pós-guerra podem assumir três posturas no processo de construção da ordem internacional: dominação, abandono ou institucionalização. Os dois primeiros cenários não são preferíveis, uma vez que tanto a dominação quanto o abandono podem gerar implicações profundas no futuro relacionamento entre os países.³⁴

A ordem formada a partir da institucionalização liderada pelo país hegemônico depende de duas variáveis: a amplitude das disparidades de poder entre os Estados após o conflito e as especificidades dos Estados envolvidos no acordo. Um incentivo que se apresenta às lideranças é a possibilidade de perpetuação de seu poder a partir de uma ordem legítima e aceita por Estados secundários. O compromisso se firma a partir da concordância do país mais poderoso em limitar seu poderio e possibilitar instituições cujo processo político envolva os países inferiores. Ademais, Ikenberry teoriza que modelos de governo democráticos são mais suscetíveis a ter sucesso na criação de instituições vinculantes e no estabelecimento de compromissos na ordem internacional. Esse tipo de administração é mais favorável devido ao processo decisório ser mais disperso, com sistema partidário competitivo, transparência e acessibilidade, o que gera maior comprometimento do Estado.³⁵

Dentro da concepção estruturalista, o realismo ofensivo postula que o objetivo primordial dos Estados é alcançar a hegemonia, uma vez que o sistema internacional constantemente cria incentivos para que as nações busquem oportunidades de angariar poder. A ênfase é na autoajuda, ou seja, os Estados só podem contar consigo mesmos, os países são inimigos potenciais e as alianças são apenas temporárias. É necessário ter atenção na distribuição de poder e as nações continuamente empenham-se em maximizar seu montante de poder de forma a alterar a balança em seu favor. Nesse sentido, as grandes potências são atores racionais e sempre atuam estrategicamente consoantes ao ambiente externo.³⁶

³³ BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 579.

³⁴ IKENBERRY, G. John. **After Victory**: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

³⁵ IKENBERRY, G. John. **After Victory**: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

³⁶ MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

A questão da autoajuda também foi contemplada por Waltz, com a premissa de que o sistema internacional se difere do nacional no sentido de que todo Estado deve estar preparado para um eventual uso da força, ou seja, o estado natural das nações é o estado de guerra. Com essa premissa, um país somente pode depender de si próprio na comunidade internacional: “Em um sistema de autoajuda, cada uma das unidades gasta uma parte de seu esforço, não para fazer frente a seu próprio bem, mas para fornecer os meios de se proteger contra os outros”³⁷. Ainda, segundo o autor, o princípio da autoajuda está necessariamente presente em um sistema internacional anárquico, uma vez que não há nenhuma entidade superior aos Estados soberanos com capacidade de imposição para resolver conflitos de interesses.

O poder relativo é calculado a partir da dimensão populacional e do quantitativo de forças do exército, da marinha e da aeronáutica.³⁸ Aron apresenta um conjunto de elementos mais completo para a mensuração de poder, diferenciando a força, o poder e a potência. O poder é a aplicação da força que, por seu turno, diferencia-se entre força potencial (conjunto de recursos disponíveis teoricamente) e real (recursos que são de fato usados). Por fim, a transformação da força potencial em real acontece através da potência de mobilização, ou seja, da conjugação da capacidade e da vontade de uma unidade política.³⁹ Então, o cálculo do poder relativo é derivado da potência do Estado, definida por três elementos primordiais:

[...] em primeiro lugar, o espaço ocupado pelas unidades políticas; depois, os recursos materiais disponíveis e o conhecimento que permite transformá-los em armas, o número de homens e a arte de transformá-los em soldados (ou ainda, a quantidade e a qualidade dos combatentes e dos seus instrumentos); por fim, a capacidade de ação coletiva, que engloba a organização do exército, a disciplina dos combatentes, a qualidade do comando civil e militar, na guerra e na paz, a solidariedade dos cidadãos. [...] Meio, recursos, ação coletiva: tais são, evidentemente – em qualquer época e quaisquer que sejam as modalidades de competição entre as unidades políticas – os fatores determinantes da potência.⁴⁰

³⁷ Citação original: “In a self-help system each of the units spends a portion of its effort, not in forwarding its own good, but in providing the means of protecting itself against others”. WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Nova York: Random House, 1979. p. 105.

³⁸ MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

³⁹ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

⁴⁰ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 107.

No estágio final da busca por acumulação de poder, o Estado hegemônico é o que domina todos os demais em um sistema. Mearsheimer afirma, contudo, que não é possível a existência de um país que atinja a hegemonia global, e sim a ocorrência de hegemonias regionais. Nesse caso, o objetivo primário da potência é garantir que não emergja um segundo país com condições hegemônicas em outras regiões, resguardando assim a sua segurança.⁴¹

A ordem internacional é concebida, segundo Mearsheimer, como uma consequência da atuação autointeressada das grandes potências no cenário de pós-guerra. “A configuração do sistema acontece na consequência não intencional de uma competição de segurança de grande potência, não o resultado de Estados agindo juntos para organizar a paz”⁴². Nessa visão, pode-se inferir que a organização mundial pós-chaos sistêmico é construída a partir de interesses secundários de longo prazo das grandes potências. Quando surge a demanda geral por rearranjo da ordem internacional, as potências hegemônicas são os Estados com capacidade para liderar o processo.

Ikenberry, ademais, afirma que barganhas são menos arriscadas para o líder do que a dominação ou coerção dos Estados secundários pois, além do alto custo, podem ser gerados ressentimentos. Com isso, é incerta a manutenção do poder no longo prazo, devido aos riscos de que os países mais fracos concretizem uma aliança para confrontar os Estados hegemônicos. Assim, conferências de paz são realizadas, mas na prática configuram-se como a reunião dos interesses individuais intrínsecos à manutenção da segurança e à acumulação de poder de cada potência. A nova ordem mundial, conseqüentemente, consiste na agregação de interesses particulares das nações líderes.⁴³

Os norte-americanos, historicamente, têm resistência à balança de poder e a abordagens realistas de política internacional. De acordo com Mearsheimer, “os americanos tendem a ser hostis ao realismo porque ele choca com seus valores

⁴¹ MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

⁴² Citação original: “The configuration of the system in the unintended consequence of great-power security competition, not the result of states acting together to organize peace”. MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001. p. 49.

⁴³ IKENBERRY, G. John. **After Victory**: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

básicos”⁴⁴. Os princípios tradicionais de democracia e justiça se enquadrariam de forma mais próxima à teoria liberal das relações internacionais, talvez não se adequando a processos decisórios de cálculos puros de poder. Contudo, tal qual o autor avalia, há uma diferença entre a retórica e a prática das relações exteriores nos Estados: “porque os americanos não gostam da *realpolitik*, o discurso público sobre política externa nos Estados Unidos é geralmente redigido na linguagem do liberalismo”⁴⁵, evidenciando traços de otimismo e moralismo. Porém, na prática, quando se trata dos reais tomadores de decisão, os EUA agem no sistema internacional de acordo com a lógica realista, associando políticas de segurança nacional à linguagem do poder.

Kissinger avalia a natureza do discurso que levou os Estados Unidos a assumirem a liderança global. O autor disserta que as forças motrizes para a construção da nova ordem mundial foram o idealismo e o excepcionalismo americano. Nesse sentido, a convicção de que os EUA estavam aptos ao papel de liderar o globo foi reforçado por todos os presidentes que sucederam a Truman no período da Guerra Fria. Sem distinções partidárias nesse quesito, os líderes americanos proclamaram o sentido de responsabilidade e o caráter indispensável do poder dos Estados Unidos para conduzir os povos à liberdade e à democracia. E, junto a esse sentimento messiânico, crescia também o sentimento de “nós” *versus* “os outros”, sendo esses últimos representados pelos soviéticos. Ademais, era bastante defendida a ideia de que os Estados Unidos tinham princípios universais – e essa convicção já fora sustentada por Wilson e seus 14 pontos.⁴⁶

A história dos Estados Unidos é marcada, desde os anos iniciais da república, pelas ideias messiânicas e de povo escolhido. Com isso, o conceito universalista de valores de Wilson não fora novidade, mas sim parte da essência americana. Perry Anderson define como conceitos fundamentais dos EUA o nacionalismo, o excepcionalismo e o universalismo.⁴⁷

⁴⁴ Citação original: “Americans tend to be hostile to realism because it clashes with their basic values”. MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001. p. 23.

⁴⁵ Citação original: “Because Americans dislike *realpolitik*, public discourse about foreign policy in the United States is usually couched in the language of liberalism”. MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001. p. 25.

⁴⁶ KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

⁴⁷ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Contudo, mesmo que se percebessem esses valores no Destino Manifesto ou na postura expansionista de Theodore Roosevelt, o país, até aquele momento, se mantivera mais focado nas suas questões internas do que na liderança internacional. Houve momentos de olhar para fora, como a Guerra Hispano-Americana e a própria participação nas duas guerras mundiais, entre outros eventos, mas, após o fim dos conflitos, a tendência fora de se voltar novamente para dentro. Alguns exemplos desse padrão anterior é a não-ratificação do Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra, a saída da Liga das Nações e a aprovação das Leis de Neutralidade nos anos 1930.

Wilson declarava que a intervenção dos EUA na Primeira Guerra era o destino divino do país e definia o empreendimento como uma “reviravolta convulsiva na trajetória da política externa norte-americana”⁴⁸. Nesse ideário, a percepção era que os EUA tinham “o privilégio infinito de cumprir seu destino e salvar o mundo”⁴⁹. Wilson, contudo, quis ir além e, além de “salvar” militarmente, pretendia implementar a paz mundial. Essa tarefa não foi bem-sucedida pois a entrada do país no conflito não havia respondido a nenhum interesse nacional determinável e o desejo era o “retorno à normalidade”, conforme definiu Harding, o sucessor de Wilson na Presidência.⁵⁰

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial, entretanto, foi diferente e os Estados Unidos permaneceram na arena global – e não apenas se envolveram na ordem mundial, mas a construíram. A atuação internacional, naquele momento, não foi consensual internamente e Truman recebeu oposição de grupos isolacionistas. Ademais, logo quando terminou o conflito, parte das forças armadas foi desmobilizada, como ocorrera após a Primeira Guerra. Percebe-se, assim, que não era o plano original dos EUA reverter a tradição de alheamento dos assuntos europeus. Inclusive, durante a Conferência de Teerã, Roosevelt avisara Stalin que as tropas voltariam para casa após dois anos do final do conflito.⁵¹

Segundo Hogan, a construção de um estado de segurança nacional e, conseqüentemente, a efetivação da permanência global, foi uma das prioridades do governo americano no pós-guerra. A mobilização institucional doméstica foi possível a partir de compromissos que buscaram balancear tendências centralizadoras e

⁴⁸ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 17.

⁴⁹ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 18.

⁵⁰ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵¹ GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

descentralizadoras do Executivo, de forma que seria possível manter os pesos e contrapesos e, ao mesmo tempo, garantir uma resposta de prontidão caso necessário.⁵²

Outro fator que contribuiu para a liderança dos EUA no sistema global foi a pressão de países europeus. Os líderes da Europa Ocidental estavam preocupados com a fronteira próxima das zonas de influência soviéticas e não tinham estrutura suficiente para conter o avanço sem o auxílio americano. Assim, houve cobrança aos Estados Unidos por comprometimento formal e permanente em segurança. Esse movimento gerou o Plano Marshall, a Doutrina Truman e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) nos anos seguintes.⁵³ Ademais, o governo dos EUA considerava que protegendo outros países da ameaça soviética, o país estaria indiretamente se protegendo e reforçando a sua própria segurança nacional.⁵⁴

Pecequilo avalia alguns componentes do padrão de política externa e doméstica dos Estados Unidos desde a independência até 1945. A autora define como prioridades para a agenda americana os seguintes componentes: “o experimento norte-americano, o isolacionismo e o unilateralismo, a expansão das fronteiras, o sistema americano e a esfera regional, o império norte-americano, as portas abertas e o wilsonianismo”⁵⁵.

Após a Segunda Guerra, o país passou por um período de readequação para o novo sistema internacional, contudo, tais princípios continuaram norteando a sua política externa.⁵⁶ Hogan concorda com essa premissa, avaliando que a nova ordem mundial forçou os americanos a conciliar antigos hábitos com novas políticas. A resistência das coalizões isolacionistas foi contornada através do peso simbólico dos princípios norteadores, por exemplo, de que liderar o dito “mundo livre” era a missão divina dos EUA. A ideologia da segurança nacional, portanto, era baseada no discurso de representação simbólica e em um sistema binário – EUA *versus* URSS.⁵⁷

⁵² HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

⁵³ IKENBERRY, G. John. **After Victory: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

⁵⁴ ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

⁵⁵ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 121

⁵⁶ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

⁵⁷ HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

1.2 Sistema de governo nos Estados Unidos

O sistema de governo dos Estados Unidos foi fruto de um experimento na Convenção da Filadélfia de 1787. Após a guerra de independência, o país enfrentava uma crise institucional por conta da ausência de um poder central forte. A construção da república nos moldes que ela se formou não foi planejada e a distribuição dos poderes na constituição ocorreu por um compromisso entre os estados do Norte e do Sul. Assim, surgiu o Poder Legislativo bicameral, com a Câmara dos Deputados e o Senado. O artigo I, que versa sobre o Congresso, é o mais extenso, e os ditos pais fundadores o desenharam para que o Legislativo fosse o poder mais forte. O Executivo, no início da república, tinha menos força do que na contemporaneidade, e isso advinha do processo histórico de separação dos EUA e da desconfiança com poderes centralizadores. Ao longo do século XX, contudo, a Presidência foi adquirindo mais prerrogativas e suplantando o Legislativo em algumas questões.

Schlesinger Jr. disserta sobre a insegurança difusa que pairava entre os líderes dos EUA nos primeiros anos de república, um sentimento de precariedade da existência nacional. Os pais fundadores, segundo o autor, viam a república como uma demonstração de uma hipótese. O modelo republicano jamais fora aplicado antes em uma extensão territorial como a dos Estados Unidos e havia a ideia de que repúblicas estão fadadas à corrupção.⁵⁸ Assim, durante os primeiros anos de implementação do sistema, havia a incerteza se o modelo de fato daria certo e se a União perduraria. Durante o século XIX, houve vários momentos de provação da hipótese, a mais dramática sendo a Guerra de Secessão (1861-1865).

Nos artigos federalistas nove e dez, Alexander Hamilton e James Madison, respectivamente, defenderam a aplicação do modelo de governo republicano, afirmando que era possível mesmo no vasto território americano. Hamilton dissertou sobre a relação entre os governos estaduais e o governo federal, afirmando que essa harmonia conciliava as vantagens da monarquia com o republicanismo, garantindo a estabilidade do país. Madison abordou a questão da república com o perigo das facções, ampliando o debate sobre as dimensões territoriais. Segundo ele, a república oferecia, através do governo representativo, a solução para as facções – o sistema

⁵⁸ SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

federativo teria mais condições de compreender um maior número de cidadãos e conciliar os interesses gerais e particulares.⁵⁹

É interessante notar também a análise contida nos artigos federalistas sobre a separação de poderes. Madison, recuperando Montesquieu, escreveu que não poderia haver liberdade quando o Legislativo e o Executivo estivessem reunidos na mesma pessoa. Ademais, defendeu os pesos e contrapesos e a harmonia entre os poderes, afirmando que a estrutura do governo deveria ser composta por várias partes que, por suas relações mútuas, são instrumentos para a manutenção de cada uma em seu lugar.⁶⁰

Os artigos federalistas versaram sobre toda sorte de assuntos do Estado com o objetivo de defender a nova constituição americana. Na ideia de experimento americano, Hamilton, Madison e Jay procuraram dar sentido à nova forma de governo que estava se iniciando nos EUA. Além das questões já abordadas sobre divisão de poderes e facções, vale destacar o artigo oito, no qual Hamilton dissertou sobre guerra e exército. Segundo ele, a existência de uma força militar permanente é problemática e incerta, apesar de não constar na constituição nenhum dispositivo que proíba explicitamente instalações militares.

Hamilton defendeu que a não manutenção de exércitos permanentes seria ideal para a conservação dos princípios republicanos. O pai fundador argumentou que em um país raramente exposto a invasões – como era o caso dos EUA até o advento dos mísseis de longo alcance –, os exércitos raramente (ou nunca) seriam chamados para a defesa e, com isso, o povo não correria o risco de sofrer uma subordinação militar. Hamilton sustentava que na ausência de predominância militar, os direitos civis persistiriam em pleno vigor.⁶¹

Esse é um paradigma que permanece vivo durante grande parte da história americana, sendo desafiado com o final da Segunda Guerra Mundial. A liderança dos EUA na nova ordem mundial, o fim das fronteiras seguras com os mísseis de longo alcance e o estado de prontidão provocado pela Guerra Fria são fatores determinantes para o questionamento da tradição de não manter exércitos permanentes. Assim, é

⁵⁹ MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**: 1787-1788. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1993. Artigos 9 e 10.

⁶⁰ MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**: 1787-1788. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1993. Artigos 47 e 51.

⁶¹ MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas**: 1787-1788. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1993. Artigo 8.

uma das dicotomias enfrentadas para a construção de estruturas no pós-guerra, incluindo o controle da energia atômica.

1.2.1 Partidos políticos nos EUA: breve contextualização

No momento da fundação dos Estados Unidos, não havia a previsão de partidos políticos. Entretanto, logo nas primeiras legislaturas surgiram partidos pela necessidade prática de cultivar alianças duradouras e diminuir o custo de negociações. Assim, as agremiações passaram a ter um importante papel em organizar as relações Executivo-Legislativo nos EUA. As eleições para o Congresso acontecem de dois em dois anos, e a cada biênio formam-se diferentes maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados. As relações entre os poderes podem ser facilitadas dependendo da composição majoritária presente no Capitólio e o partido do presidente.⁶²

Os primeiros partidos surgiram no Congresso de forma orgânica e não planejada. Era uma forma de reduzir os custos de negociação para aprovação de projetos. Líderes com visões opostas começaram a competir por votos legislativos e passaram a cultivar grupos estáveis de suporte e alianças duradouras. Apesar de não constar explicitamente na constituição americana, a organização em agremiações era assegurada pela 1ª emenda, que garantia a liberdade de falar, escrever e formar assembleias.⁶³

Com o tempo, as alianças começaram a atingir também diferentes instituições do governo, e foram se transformando em coalizões. Ademais, passaram a extrapolar a legislatura e a atuar nas eleições, pois percebeu-se que era mais conveniente conseguir a reeleição sendo parte de um grupo organizado. Nas eleições presidenciais, as regras também geravam incentivos para alianças que abrangessem Congresso, estados e distritos. O resultado foi o advento da organização partidária nacional.⁶⁴

⁶² GRIFFITH, Ernest Stacey. **The american system of government**. Nova York: Praeger, 1954.

⁶³ BAILEY, Thomas A. **Democrats vs. Republicans: the continuing clash**. Nova York: Meredith Press, 1968.

⁶⁴ BAILEY, Thomas A. **Democrats vs. Republicans: the continuing clash**. Nova York: Meredith Press, 1968.

O sistema eleitoral americano, com votação majoritária, gera a tendência de redução dos competidores a dois⁶⁵ e, com isso, os EUA são, “de longe, a mais antiga e mais continuada formação política bipartidária”⁶⁶. Sartori afirma que o sistema bipartidário dos Estados Unidos é marcado pela alternância de poder entre dois grupos principais. Mesmo que existam outras agremiações espalhadas pelo território, terceiros partidos não afetam – a longo prazo e a nível nacional – o revezamento eleitoral dos dois partidos centrais.⁶⁷ Diversos ciclos partidários existiram na história dos EUA até o sistema vigente se consolidar, com os partidos Democrata e Republicano.

O primeiro sistema partidário, em vigor entre 1790 e 1824, formado já nas primeiras legislaturas, era composto pelos Federalistas, liderados por Alexander Hamilton, e Democratas-Republicanos, liderados por Thomas Jefferson. O Partido Federalista teve curta duração e só elegeu John Adams para a Presidência. Apesar de George Washington ter alinhamento com os Federalistas, ele jamais se considerou pertencente a nenhum partido e, até hoje, é o único presidente sem partido eleito na história dos EUA. Após as eleições de 1800, o Partido Federalista foi perdendo cada vez mais relevância na política americana, até desaparecer por completo após as eleições de 1816.⁶⁸

Entre 1820 e 1825, houve uma breve era de partido único no país. Em 1820, James Monroe foi reeleito pelo Partido Democrata-Republicano com 98,3% dos votos do colégio eleitoral⁶⁹. Por outro lado, em 1824, o partido fundado por Jefferson se dividiu, lançou quatro candidatos, nenhum deles obteve mais de 50% dos votos e a eleição foi definida pela Câmara dos Deputados, que colocou John Quincy Adams na Presidência. A partir de 1825, houve uma reconfiguração no sistema partidário e o realinhamento deu origem a dois grupos: o Partido Nacional Republicano, liderado por

⁶⁵ DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

⁶⁶ SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 215.

⁶⁷ SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

⁶⁸ BAILEY, Thomas A. **Democrats vs. Republicans: the continuing clash**. Nova York: Meredith Press, 1968.

⁶⁹ John Quincy Adams, independente, não era candidato, mas recebeu um voto.

John Quincy Adams e Henry Clay; e o Partido Democrata, liderado por Andrew Jackson⁷⁰ e Martin Van Buren.⁷¹

Os democratas eram um grupo bastante heterogêneo, que congregava desde ex-federalistas até agricultores da costa da Virgínia e das Carolinas. Alguns dos principais pontos em comum aos partidários de Jackson eram a defesa do setor agrícola, de baixas tarifas protecionistas, e da descentralização do poder federal, valorizando os direitos dos estados. Esse Partido Democrata, em origem, é o mesmo que existe até os dias atuais, mas seus membros e dogmas foram se transformando ao longo dos anos. A sua estratégia de atuação na primeira época foi arquitetada por Van Buren, que viu em Jackson o líder capaz de reunir as forças heterogêneas do partido e transformar os interesses das regiões e classes em planos nacionais. Com isso, a agremiação comandou o governo nacional até as eleições de 1860, quando o Partido Republicano venceu seu primeiro pleito, com Abraham Lincoln.⁷²

O pico de desenvolvimento dos partidos foi na segunda metade do século XIX, com o crescimento acelerado das cidades industriais e aperfeiçoamento das políticas partidárias. No início da república, os partidos eram vistos um meio para um fim: conseguir votos para a aprovação de propostas legislativas; ao longo do século XIX, as agremiações passaram a influenciar outras áreas da política, se desenvolveram, se nacionalizaram e se profissionalizaram.⁷³ O período pós-guerra civil pode ser caracterizado pelo equilíbrio do sistema partidário, apesar de primazia republicana na Presidência. As eleições tiveram resultados próximos e o Congresso também estava equilibrado, com as duas siglas se alternando como maioria, tanto na Câmara quanto no Senado.

O sistema partidário começou a mudar entre o final do século XIX e o início do século XX, com reformas eleitorais e no serviço civil. Um dos principais marcos da época foi a adoção da votação secreta, o que dificultava a troca de votos por favores políticos. Ademais, o governo passou a se envolver com a nomeação dos candidatos e são editadas leis regulando as convenções partidárias e as primárias. As reformas

⁷⁰ Andrew Jackson venceu as eleições populares e do colégio eleitoral em 1824, mas não foi eleito. Criticou a Câmara, que traía a doutrina da soberania popular e rompeu com os Democratas-Republicanos. Jackson era bastante popular no país por sua atuação considerada heroica na Guerra de 1812.

⁷¹ BAILEY, Thomas A. **Democrats vs. Republicans**: the continuing clash. Nova York: Meredith Press, 1968.

⁷² BAILEY, Thomas A. **Democrats vs. Republicans**: the continuing clash. Nova York: Meredith Press, 1968.

⁷³ KERNELL, Samuel *et al.* **The Logic of American Politics**. Los Angeles: CQ Press, 2014.

da chamada “Era Progressista” contribuíram para enraizar os partidos Democrata e Republicano no sistema político. Foram feitas diversas regulamentações na legislação eleitoral, além de fortalecimento das estruturas nacionais, de modo a privilegiar as duas maiores siglas em detrimento de agremiações menores e candidatos independentes.⁷⁴

Como já mencionado, os dogmas dos dois principais partidos foram se transformando ao longo dos anos. Com a Crise de 1929 e a Grande Depressão, inaugurou-se a chamada “Coalizão do *New Deal*”, em referência ao programa de recuperação econômica do presidente Franklin D. Roosevelt. Após um período de hegemonia republicana na Presidência, os democratas venceram o pleito de 1932, iniciando uma época de união de democratas de diferentes concepções. O objetivo primordial era eleger políticos do partido, mesmo que por razões diversas. A agremiação reuniu segregacionistas do Sul e afro-americanos do Norte; progressistas e políticos inseridos na máquina partidária. Houve expansão do governo federal e busca de um paradigma de bem-estar econômico.⁷⁵

A coalizão republicana, de outro lado, reunia empresários, protestantes brancos, residentes do Nordeste e do Meio Oeste. O partido ficara mais conservador desde a fragmentação nas eleições de 1912 e o surgimento do Partido Progressista que endossou a candidatura de Theodore Roosevelt. Os progressistas em grande parte migraram para o Partido Democrata com o advento do *New Deal*, e a tendência continuou até meados da década de 1960, com os democratas se aproximando mais de pautas dos direitos civis e os republicanos se associando aos segregacionistas do Sul. O contexto das décadas de 1940 a 1950 era de transição de membros e dogmas em ambos os partidos. Em política externa, em contrapartida, a propensão durante a Guerra Fria era de relativo consenso entre as duas principais siglas.

⁷⁴ KERNELL, Samuel *et al.* **The Logic of American Politics**. Los Angeles: CQ Press, 2014.

⁷⁵ A dissertação de mestrado da autora traz detalhamento sobre a política econômica dos partidos Democrata e Republicano no período da Crise de 1929, além de contextualização sobre a política partidária de meados do século XIX até as eleições de 1936. Disponível em: FÁRIA, Débora Jacintho de. **Crise de 1929: Convergências e Divergências entre o Partido Democrata e o Partido Republicano nos Estados Unidos**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

1.2.2 Presidência e Congresso – poderes e prerrogativas

O poder e as prerrogativas do presidente sofreram alterações ao longo da história americana. No início da república, o Legislativo era mais forte, pelo próprio contexto de formação dos Estados Unidos, e é o artigo mais longo da constituição. Com a necessidade de prontidão e respostas mais rápidas em momentos de crise, a Presidência cresceu. Essas mudanças são percebidas especialmente a partir do século XX, com o advento de líderes centralizadores, como Theodore Roosevelt, Woodrow Wilson e Franklin D. Roosevelt, e se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial. Em contraposição, o Congresso tentara recuperar esses poderes que foram, de certa forma, cedidos ao presidente em momentos de emergência.

Na política externa, o Executivo e o Legislativo têm prerrogativas compartilhadas. O presidente dispõe do papel de comandante-em-chefe – autoridade implícita de condução militar, dirigente político das forças armadas – e o Congresso tem o poder de declarar guerra. O resultado dessa sobreposição de autoridade gerou conflitos regulares entre os dois poderes, principalmente na segunda metade do século XX. Desde a fundação dos EUA, o Capitólio executou formalmente seus poderes de guerra 11 vezes, todas elas por solicitação explícita da Casa Branca, a última em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial. Depois disso, o presidente passou a exercer mais assiduamente seus poderes implícitos e o envolvimento dos parlamentares caiu.⁷⁶

Conforme avaliação de Rosati e Scott, antes da Segunda Guerra, a luta contínua pelo poder entre a Presidência e o Congresso na elaboração da política externa geralmente resultava no domínio dos parlamentares em tempos de paz e do presidente nos tempos de guerra.⁷⁷ A justificativa era, conforme já abordado, a necessidade de ação rápida na emergência. O estado de prontidão, contudo, foi ficando cada vez mais constante a partir do início da Guerra Fria, o que gerou uma prevalência do Executivo nas questões internacionais.

⁷⁶ BURGAT, Casey. Congressional Oversight. In: BURGAT, Casey *et al.* **Congress and Foreign Affairs: reasserting the power of the first branch.** Washington: R Street Institute, 2020. p. 6-16. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep25818.1>. Acesso em: 10 jun. 2022.

⁷⁷ ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy.** Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

Os EUA adentravam, portanto, em uma nova realidade em que as fronteiras naturais, com dois oceanos, não eram mais suficientes para a defesa do país. Com isso, começou a se perceber contradições entre democracia e segurança nacional. Rosati e Scott entendem que a democracia requer cidadania informada, com transparência governamental; e as exigências da segurança nacional, por outro lado, seguem caminho oposto, com sigilo, desconfiança de inimigos externos e internos e respostas rápidas.⁷⁸

Uma análise pertinente é a de que a política externa dos Estados Unidos envolve a concorrência entre indivíduos e grupos com motivações diferentes, fluxo de poder e simbolismo. Isso posto, Rosati e Scott consideram que a política externa, principalmente o chamado “interesse nacional”, tende a refletir as metas e prioridades dos indivíduos e grupos mais bem-sucedidos em influenciar o processo político dentro do governo e da sociedade.⁷⁹

A Segunda Guerra propiciou grandes mudanças na condução da política externa e um dos principais exemplos é o aumento no poder presidencial. Contudo, Johnson postula que mesmo com o predomínio da Presidência durante o período da Guerra Fria, o papel do Congresso no processo decisório sobre a política externa não pode ser ignorado.⁸⁰ O Legislativo foi decisivo principalmente na aprovação de financiamento de defesa e na construção do aparato de segurança nacional.

1.2.3 A reorganização do Congresso

Durante boa parte do século XX, o papel do Congresso como criador de políticas tanto domésticas como internacionais declinou. A maioria das matérias relevantes era iniciada pelo Executivo e, para o Legislativo, ficava o papel de modificar, aprovar ou rejeitar. Porém, à medida que os poderes do Congresso diminuíram, crescia o papel dos comitês. A partir do final do século XIX, os comitês exerciam influência substancial no Capitólio e a condução de legislação passou a ser feita quase exclusivamente por comitês e subcomitês.⁸¹ Até hoje, uma parcela

⁷⁸ ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

⁷⁹ ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

⁸⁰ JOHNSON, Robert David. Congress and the Cold War. **Journal Of Cold War Studies**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 76-100, primavera 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26925122>. Acesso em: 27 maio 2022.

⁸¹ GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom: the integration of powers**. Nova York: Atherton Press, 1963.

relevante da atividade legislativa é concentrada nos comitês, uma vez que os plenários da Câmara e do Senado não conseguem dar conta da demanda de projetos de lei. Dessa forma, uma proposição é aprovada ou rejeitada dependendo do poder de atuação do comitê a que foi designada.

Durante a década de 1940, parlamentares perceberam que era latente a necessidade de reorganizar o Congresso para torná-lo um poder coordenado e influente no governo. Assim, foi criado um comitê conjunto para estudar a organização e a operação do Congresso. O resultado foi um relatório com 37 recomendações para melhoria e modernização das operações e a apresentação de um projeto de lei sobre a matéria. Em 1946, a proposta foi aprovada no Senado em 10 de junho, na Câmara em 25 de julho e sancionada por Truman em 2 de agosto, dando origem à Lei de Reorganização Legislativa de 1946. A norma entrou em vigor na 80ª legislatura (1947-1949) e reduziu o número de comitês permanentes (na Câmara, passou de 48 para 19 e no Senado, de 33 para 15), mas não alterou as regras de debate do Senado ou as prerrogativas do Comitê de Regras da Câmara.⁸²

A Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial haviam afetado profundamente todos os poderes do governo, aumentando assim as pressões externas sobre a performance do Congresso. As reformas de 1946 foram desenhadas para modernizar as duas Casas, permitindo que o Congresso estivesse apto a lidar com as novas responsabilidades domésticas e globais que a nação recebia.

Contudo, apesar da proposta ambiciosa, a estrutura de poder interna se sentira ameaçada pelas inovações, e medidas como a redução de comitês foi contornada pela proliferação de subcomitês.⁸³ De todo modo, um dos principais ganhos foi a alocação de analistas especializados para auxiliar na formulação de políticas. Essa prerrogativa é interessante principalmente à luz da demanda em regulamentar a energia atômica, uma vez que permitiu que os parlamentares e os comitês tivessem uma equipe de consultores especializados. O Congresso, então, ganhava mais autonomia para propor legislação sobre matérias complexas.

⁸² FORD, Aaron L.. The Legislative Reorganization Act of 1946. **American Bar Association Journal**, Chicago, v. 32, n. 11, p. 741-744, nov. 1946. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25715777>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸³ DAVIDSON, Roger H.. The Advent of the Modern Congress: The legislative reorganization act of 1946. **Legislative Studies Quarterly**. Washington, p. 357-373. de agosto de 1990.

Por muitos anos o Congresso tem sido muito prejudicado devido à falta de uma equipe adequada de analistas especializados para auxiliá-lo na formulação e no estudo de propostas legislativas – falta de ferramentas de trabalho adequadas. O Congresso teve que depender muito e por tempo demais da análise e do aconselhamento do Poder Executivo.⁸⁴

Ademais, a lei também garantiu mais força aos comitês permanentes ao confirmar o poder de supervisão, fiscalização e investigação sobre agências do Executivo. O contexto desse período favorecia lideranças centralizadas, com os Estados Unidos assumindo o papel de liderança global e o cenário de ameaça iminente provocado pela rivalidade com a URSS. Com o sistema de comitês organizado, cada um era especializado em um tema e uma jurisdição específicos e tinha com responsabilidade supervisionar e controlar um departamento ou agência equivalente do Executivo. Dessa forma, o poder de “*oversight*” se tornou a principal atividade dos comitês permanentes nas duas Casas do Congresso. O JCAE, então, era o comitê responsável por supervisionar a AEC, a sua agência correspondente do Executivo.⁸⁵

Por fim, o JCAE não era um comitê permanente regular, uma vez que ele havia sido criado por lei, e não por resolução interna de uma ou outra Casa. Além disso, ao contrário de outros comitês mistos que existiam na ocasião, o JCAE era o único que tinha autoridade legislativa, os demais eram apenas consultivos. Dessa forma, todos os projetos de lei ou outras matérias que fossem sobre energia atômica deveriam ser encaminhados para o JCAE, independentemente da origem. A Lei de Reorganização Legislativa e a Lei de Energia Atômica⁸⁶ juntas deram poderes sem precedência ao JCAE. A prerrogativa de vigilância contínua que fora assegurada direcionou o JCAE a realizar estudos contínuos das atividades da AEC e dos problemas advindos do desenvolvimento da energia atômica.⁸⁷

⁸⁴ Citação original: “For many years Congress has been greatly handicapped due to the lack of and adequate staff of expert analysts to assist it in the formulation and study of legislative proposals – lack of proper working tools. It has had to rely too much and too long on the analysis and advice of the Executive Branch.” FORD, Aaron L.. The Legislative Reorganization Act of 1946. **American Bar Association Journal**, Chicago, v. 32, n. 11, p. 741-744, nov. 1946. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25715777>. Acesso em: 15 maio 2022.

⁸⁵ GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom**: the integration of powers. Nova York: Atherton Press, 1963.

⁸⁶ Curiosamente, as duas leis foram sancionadas com apenas um dia de diferença uma para a outra – a Lei de Energia Atômica foi assinada no dia 1º de agosto de 1946 e a Lei de Reorganização Legislativa, no dia 2 de agosto de 1946.

⁸⁷ Government of the atom.

1.3 A bomba atômica

No dia 6 de agosto de 1945 foi detonada a primeira bomba atômica, em Hiroshima, pelos Estados Unidos. Três dias depois, uma bomba de plutônio foi lançada sobre Nagasaki, dando fim à Segunda Guerra Mundial com a derrota definitiva do Japão. A descoberta do uso de energia nuclear para fins militares deu início a um novo período – o qual o presidente americano Harry Truman chamou de “era da energia atômica”⁸⁸. David E. Lilienthal, que posteriormente se tornou o presidente da Comissão de Energia Atômica (AEC, da sigla em inglês), escreveu em seu diário, sobre o ocorrido, “[...] é perfeitamente claro que aqui está um dos maiores eventos na história americana”⁸⁹.

Truman foi o único presidente da história dos Estados Unidos a autorizar o lançamento de bombas atômicas em contexto de guerra e foi um dos elementos que marcou a sua Presidência. Ademais, foi durante o seu mandato que diversas políticas que definiram o período da Guerra Fria foram aprovadas. A entrada de Truman na Casa Branca impactou bastante a nação, uma vez que, no imaginário popular, Roosevelt estava destinado a encerrar a guerra. Por outro lado, mesmo FDR tendo falecido antes do final do conflito, ele deixou uma marca para o pós-guerra, a começar pelo empreendimento da bomba atômica, que Truman, por sua vez, só fora plenamente informado mais de um mês após sua posse.

[...] [Henry Stimson, Secretário de Guerra] confidenciou que o governo vinha trabalhando secretamente em um explosivo de “força excepcional” que ninguém no Congresso conhecia. [...] Truman nem mesmo entendeu que Stimson estava falando sobre a bomba atômica. [...] Truman ainda parece ter sido mantido na ignorância do significado da frase “Projeto Manhattan”, mais de um mês depois de ter sucedido a FDR.⁹⁰

Quando a notícia da explosão das bombas chegou em solo americano, havia o questionamento de o que seria essa nova arma e como lidar com ela. O jornal *New York Times* apresentou uma retrospectiva do processo de produção da bomba e

⁸⁸ SHALETT, Sidney. New Age Ushered: Day of atomic energy hailed by president, revealing weapon. **The New York Times**. Nova York, p. 1-2. 7 de agosto de 1945.

⁸⁹ Citação original: “[...] it is perfectly clear that here is one of the greatest events in American history”. LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 7 de agosto de 1945. p. 1.

⁹⁰ Citação original: “[...] confided that the government had been working secretly on an explosive of ‘exceptional force’ that no one in Congress knew about. [...] Truman did not even grasp that Stimson was talking about the atomic bomb. [...] Truman still appears to have been kept in ignorance of the meaning of the phrase ‘Manhattan Project’ more than a month after he succeeded FDR.” LEUCHTENBURG, William E. Harry Truman. In: LEUCHTENBURG, William E. **In the Shadow of FDR: From Harry Truman to Barack Obama**. Cornell University Press, 2010. p. 7.

introduziu a perspectiva de alguns dos cientistas envolvidos.⁹¹ As bombas atômicas foram produzidas a partir de uma parceria entre o General Leslie Groves e o renomado físico Robert Oppenheimer. Groves comandara o *Manhattan Engineer District* (MED)⁹², conhecido também como Projeto Manhattan, o empreendimento ultrassecreto, sob comando do Departamento de Guerra, dedicado ao desenvolvimento de armas nucleares. Oppenheimer, por sua vez, fora o Diretor de Los Alamos, o principal laboratório de desenvolvimento atômico, localizado no deserto do Novo México. Los Alamos era o coração do Projeto Manhattan e, além dessa localidade, a iniciativa também contava com outros laboratórios e usinas de extração e processamento de urânio e plutônio.⁹³

Oppenheimer não era o nome mais óbvio para chefiar o mais importante laboratório nuclear, contudo, sua parceria com Groves foi essencial para o sucesso do empreendimento. “Sua colaboração foi marcada por um respeito cauteloso e um compromisso compartilhado com o sucesso, e cada qual sabia que o outro estava totalmente comprometido com o desenvolvimento de uma arma de guerra.”⁹⁴. Dentre os motivos que geravam receio na nomeação de Oppenheimer, estavam a pouca experiência administrativa, a falta de um Prêmio Nobel (enquanto diversos outros cientistas engajados na pesquisa atômica possuíam o prêmio) e, claro, as suas conexões pretéritas com militantes de esquerda nos Estados Unidos.⁹⁵ Antes de assumir o cargo, foi feita uma longa e intensa investigação a seu passado, mas Groves considerou que sua lealdade nunca esteve em questionamento e a decisão da nomeação foi inteiramente do general.⁹⁶

⁹¹ SHALETT, Sidney. New Age Ushered: Day of atomic energy hailed by president, revealing weapon. **The New York Times**. Nova York, p. 1-2. 7 de agosto de 1945.

⁹² A partir de agora, o *Manhattan Engineer District* vai ser referido neste trabalho como Projeto Manhattan ou MED (da sigla em inglês).

⁹³ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015.

⁹⁴ Citação original: “Their collaboration was marked by a cautious respect and a shared commitment to success, and each man knew that the other was totally committed to developing a weapon of war.” KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 4.

⁹⁵ GOSLING, F. G.. **The Manhattan Project: Making the Atomic Bomb**. Oak Ridge: United States Department of Energy, 1999.

⁹⁶ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015.

Acreditava-se que o segredo da bomba atômica fora o mais bem guardado de toda a guerra, e o projeto estava em curso desde 1939. Como dito, o próprio Truman apenas tomou conhecimento do projeto após sua posse como – na ocasião, Groves e o secretário de Guerra, Henry Stimson, se encontraram com o presidente para informá-lo.⁹⁷ Contudo, Stalin montara uma grande operação para espionar seus aliados no meio de uma guerra em que estavam do mesmo lado.

Por outro lado, os anglo-americanos tampouco tinham informado os soviéticos do empreendimento. Dessa forma, a desconfiança era mútua e reforçava a ideia de que eram aliados ocasionais e não permanentes. A existência da bomba atômica apenas intensificou as suspeitas recíprocas.⁹⁸ Em 1945, os russos já estavam recebendo relatórios de inteligência sobre o que ocorria nos laboratórios há pelo menos dois anos e estavam, eles mesmos, realizando tentativas de produzir armamentos nucleares.⁹⁹

Nem o presidente, nem o secretário de guerra, nem o general [Groves] sabiam que os russos estavam trabalhando em uma bomba desde 1943. Apesar das exigências esmagadoras da guerra contra a Alemanha, eles tinham reunido vinte cientistas, liderados pelo brilhante físico Igor Kurchatov, em um pequeno laboratório fora de Moscou – conhecido simplesmente como “Laboratório nº 2” – onde realizaram experimentos e cálculos tanto sobre armas quanto sobre reatores. Seu trabalho beneficiou-se imensamente do fluxo contínuo de inteligência que lhes foi dado por seus espiões na América.¹⁰⁰

A explosão das bombas atômicas adicionou a questão do controle da energia nuclear na pauta da construção da nova ordem mundial e redefiniu também o papel dos Estados Unidos como líder global. Assim, a regulação dessa nova tecnologia tornou-se central na elaboração da política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Com isso, foi necessária a criação de medidas de controle tanto domésticas quanto

⁹⁷ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb.** Washington, DC: Regnery History, 2015.

⁹⁸ GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

⁹⁹ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb.** Washington, DC: Regnery History, 2015.

¹⁰⁰ Citação original: “Neither the president, the secretary of war, nor the general knew that the Russians had been working on a bomb since 1943. Despite the crushing demands of the war against Germany, they had brought together twenty scientists, led by the brilliant physicist Igor Kurchatov, in a small laboratory outside Moscow – known simply as ‘Laboratory No. 2’ – where they conducted experiments and performed calculations on both weapons and reactors. Their work benefited immeasurably from the continuous stream of intelligence fed to them by their spies in America.” KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb.** Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 12.

internacionais. Em discurso para o rádio, logo após o lançamento das bombas no Japão, Truman afirmou:

A bomba atômica é muito perigosa para ser deixada à solta em um mundo sem lei. É por isso que a Grã-Bretanha, o Canadá e os Estados Unidos, que têm o segredo de sua produção, não pretendem revelar esse segredo até que meios sejam encontrados para controlar a bomba e para nos proteger e proteger o resto do mundo do perigo da destruição total.¹⁰¹

As etapas de cooperação internacional sobre energia nuclear seriam dificultadas pelos soviéticos, a começar pelo fato de que Churchill e Roosevelt, no início do programa, se recusaram a compartilhar informações com Stalin. Churchill nutria uma desconfiança com relação ao líder russo e Roosevelt, embora tenha tentado de início construir uma política de cooperação com a URSS, também compartilhava de tal suspeita. “A recusa em informá-los [os russos] sobre o programa atômico, no entanto, tornaria difícil, se não impossível, um acordo pós-guerra para o controle da energia atômica.”¹⁰².

O primeiro teste atômico, o Trinity, foi realizado no dia 16 de julho de 1945 no deserto do Novo México. Na ocasião, Truman se encontrava em Potsdam, e aguardava ansiosamente o sucesso de Los Alamos. O presidente americano só contou a Stalin sobre o teste oito dias após a sua realização. Kunetka, sobre isso, afirmou: “Truman esperava que o desenvolvimento bem-sucedido da bomba não apenas acabasse com a guerra, mas lhe desse poder político para amenizar e conter as já evidentes ambições territoriais agressivas do pós-guerra de Stalin”¹⁰³. Conselheiros do presidente até recomendaram não comunicar a Stalin sobre programa nuclear, mas não fazia diferença alguma, visto que o líder soviético já tinha informações prévias do assunto e inclusive reagiu de forma indiferente à declaração

¹⁰¹ Citação original: “The atomic bomb is too dangerous to be loose in a lawless world. That is why Great Britain, Canada and the United States, who have the secret of its production, do not intend to reveal that secret until means have been found to control the bomb as to protect ourselves and the rest of the world from the danger of total destruction”. THE NEW YORK TIMES. President Truman’s Report to the People on War Developments, Past and Future. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 10 de agosto de 1945.

¹⁰² Citação original: “The refusal to inform them about the atomic program, however, would make a postwar agreement for the control of atomic energy difficult if not impossible to achieve.” KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 13.

¹⁰³ Citação original: “Truman hoped that the successful development of the bomb would not just end the war but give him political leverage to temper and contain Stalin’s already evident aggressive post-war territorial ambitions”. KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 1.

de Truman. “A razão da compostura de Stalin ficou clara mais tarde quando se soube que a inteligência russa vinha recebendo informações sobre o projeto S-1 por Klaus Fuchs e outros agentes desde o verão de 1942”¹⁰⁴.

Ao contrário da reação indiferente de Stalin à notícia de Truman sobre o teste de Trinity, o líder soviético reagiu fortemente quando os EUA usaram a bomba no Japão e encerraram o conflito. Além de ter tirado o protagonismo da URSS no *front* japonês nos confrontos finais, o uso da tecnologia nuclear em contexto de guerra representava o fim da vantagem proporcional das forças convencionais do Exército Vermelho. Os Estados Unidos, então, teriam uma capacidade militar que não dependia dos resultados no campo de batalha.¹⁰⁵ Assim, após a explosão das bombas em Hiroshima e Nagasaki, a União Soviética invadiu o território ocupado por japoneses na China e, antes disso, Stalin já dera instruções aos cientistas russos para acelerarem o desenvolvimento de uma bomba nuclear soviética.¹⁰⁶ Contudo, o sucesso da URSS nessa seara só viria quatro anos depois.

Truman defendia o papel da Organização das Nações Unidas na tarefa de evitar uma próxima guerra na era da energia atômica. O presidente, então, começou a traçar planos para a regulamentação, pedindo cooperação do Congresso em proposições para o eventual controle da bomba.¹⁰⁷ Truman tinha preocupações sobre o futuro da energia nuclear e tinha a ideia de criar uma agência civil para controlar o seu desenvolvimento. Os cientistas que trabalharam no Projeto Manhattan, incluindo Oppenheimer, começaram a perceber uma nova responsabilidade social e começavam a se manifestar sobre o assunto.¹⁰⁸ Posteriormente, vários deles iriam testemunhar no Congresso durante os debates sobre a legislação concernente ao desenvolvimento da energia atômica.

¹⁰⁴ Citação original: “The reason for Stalin’s composure became clear later when it was learned that Russian intelligence had been receiving information about the S-1 project from Klaus Fuchs and other agents since summer 1942.” GOSLING, F. G. **The Manhattan Project: Making the Atomic Bomb**. Oak Ridge: United States Department of Energy, 1999. p. 50.

¹⁰⁵ GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

¹⁰⁶ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 15.

¹⁰⁷ THE NEW YORK TIMES. President Truman’s Report to the People on War Developments, Past and Future. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 10 de agosto de 1945.

¹⁰⁸ KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 16.

Groves, entretanto, divulgou ao público no dia 12 de agosto de 1945 um extenso relatório sobre as atividades do Projeto Manhattan. As informações mais sensíveis, claro, foram deixadas de fora, contudo, o material causou controvérsias e sofreu críticas no tocante à revelação de aspectos considerados secretos. O relatório fora desenvolvido por Henry DeWolf Smyth, o chefe do departamento de física da Universidade de Princeton e pretendia conter a “história oficial do projeto de bomba atômica”. Smyth, para elaborá-lo, teve acesso às instalações de Hanford, de Oak Ridge, de Los Alamos e a diversos documentos sobre o empreendimento. Quando difundido, ficou conhecido como “*Smyth Report*” e seu título completo era “Energia Atômica para Fins Militares: O Relatório Oficial sobre o Desenvolvimento da Bomba Atômica sob os Auspícios do Governo dos Estados Unidos, 1940-1945”.¹⁰⁹ O documento foi citado em audiências no contexto da elaboração da Lei de Energia Atômica de 1946 e, subsequentemente, nas atividades do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (JCAE).

¹⁰⁹ Título original: “Atomic Energy for Military Purposes: The Official Report on the Development of the Atomic Bomb under the Auspices of the U.S. Government, 1940-1945”. KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb**. Washington, DC: Regnery History, 2015. Livro digital, sem paginação, capítulo 16.

CAPÍTULO II: ALTERNATIVAS DE REGULAÇÃO DA ENERGIA ATÔMICA (1945 – 1946)

2.1 Ideias preliminares sobre regulamentação da energia atômica

O senador Brien McMahon (D-CT), que começava a demarcar sua posição no assunto e se configurou como um dos principais articuladores da questão atômica no Congresso, abordou o assunto da energia atômica em agosto de 1945, em um jantar para filiados ao Partido Democrata de Connecticut.¹¹⁰ McMahon estava em seu primeiro ano do mandato de senador, havia sido eleito em 1944 e tomado posse em janeiro de 1945. Logo após a explosão da primeira bomba atômica em Hiroshima, ele começou a estudar sobre energia nuclear e, a partir daquele momento, traçou sua carreira no Senado em torno da temática.

Nascido em 1903 em Connecticut, McMahon ingressou no Senado com 41 anos, muito jovem em comparação com a média da Câmara Alta. Advogado, formou-se em Direito na Universidade de Yale em 1927. Foi juiz municipal em Norwalk (CT), Assistente Especial do Procurador Geral dos Estados (1933-1935) e Procurador Geral Adjunto encarregado da Divisão Criminal do Departamento de Justiça (1935-1939). Em 1950 foi reeleito senador e serviu até sua morte, em 28 de julho de 1952, aos 48 anos. Sua principal pauta durante seus anos no Senado foi a defesa da regulamentação da energia atômica.

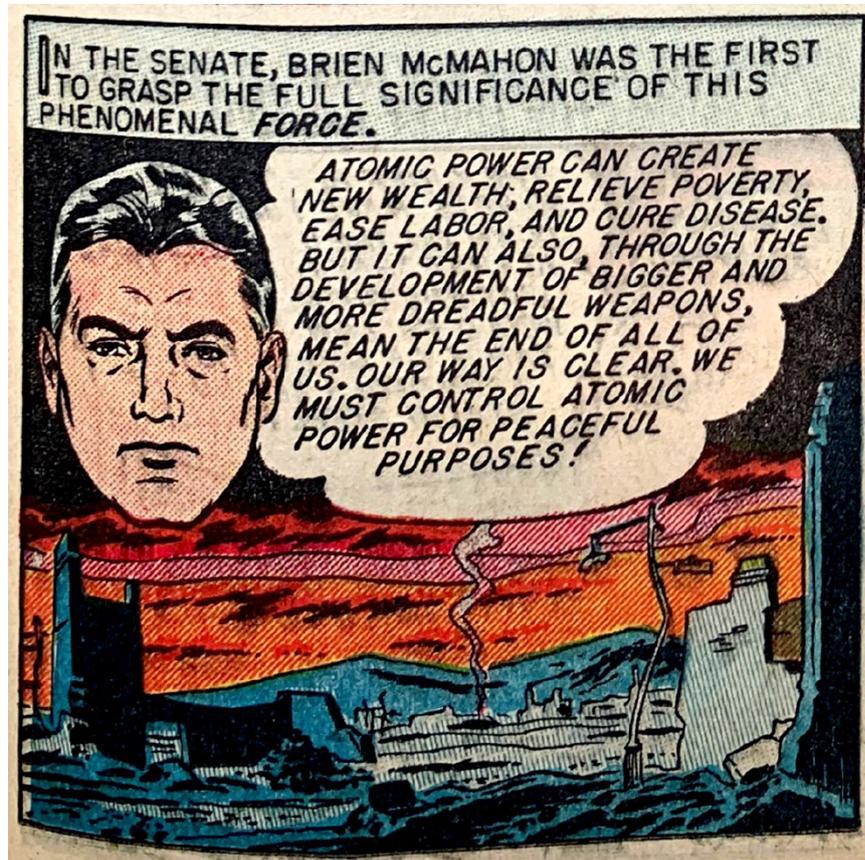
McMahon foi um dos principais parlamentares que contribuiu para a construção da política atômica. Ele se aproximou de nomes proeminentes do Parlamento, como o republicano Arthur Vandenberg (R-MI) e o democrata Tom Connally (D-TX). Ademais, protagonizou momentos de conciliação de interesses, como no caso da criação de um Comitê Especial no Senado para elaborar a Lei de Energia Atômica de 1946. Foi o primeiro presidente do JCAE, assim que a legislação entrou em vigor, em 1946, e depois foi presidente do Comitê novamente entre 1949 e 1952.

Na campanha presidencial de 1952, chegou a ser cogitado como possível candidato para as primárias democratas, com uma plataforma para garantir a paz mundial através do fortalecimento da energia atômica. No início daquele ano, contudo,

¹¹⁰ **Jefferson Day Dinner 1945**, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42).

foi diagnosticado com câncer de pulmão, sua condição de saúde deteriorou até a convenção democrata, em julho, e ele não pode concorrer.

Figura 3 – Trecho de material de campanha para as eleições de 1950



Fonte: **Senate Re-Election Campaign** – Comic Book, 1950. The Brien McMahon Papers (Campaign Material Series, Box 6, Folder 18).

McMahon (D-CT) começou a se destacar na defesa da regulamentação da energia atômica logo no início da discussão. Os materiais de suas futuras campanhas, conforme ilustrado acima, dedicavam grande espaço para apresentar os feitos do senador para o desenvolvimento da tecnologia em tempos de paz. Durante o jantar de agosto de 1945, o senador enfatizou o apoio à liderança do presidente Truman e a importância da cooperação internacional para assegurar a paz. Nesse sentido, comentou algumas especulações e apresentou propostas:

É essencial no interesse da defesa nacional e da segurança e autopreservação dos Estados Unidos que o uso e a aplicação de energia e as mercadorias derivadas ou fabricadas por meio da divisão do átomo sejam

controlados pelo governo para o benefício da nação e que as informações relativas ao uso e à aplicação dessa energia sejam mantidas em um status de segredo e confidencialidade.¹¹¹

Estavam surgindo, portanto, as ideias de regulamentação do desenvolvimento de energia nuclear. McMahon (D-CT) defendia que as informações referentes à sua produção continuassem secretas e fora da iniciativa privada. As noções sobre o uso da energia atômica ainda eram bastante insipientes naquele momento, tendo o senador inclusive conjecturado sobre possíveis empregos da nova tecnologia para fins medicinais, como a cura do câncer e de doenças cardíacas, por exemplo.¹¹²

McMahon (D-CT) era um grande defensor da preservação da pesquisa nuclear como parte de um projeto nacional, ou seja, o seu desenvolvimento deveria estar atrelado ao bem-estar e à segurança nacional. No mesmo discurso ao Comitê do Partido Democrata de Connecticut, ele afirmou:

[A Energia Atômica] deve continuar como começou, um projeto nacional para o bem-estar nacional, de modo que nunca possa se tornar um dispositivo para travar uma guerra por conquista imperialista. Nas mãos dos servidores democráticos do povo, pode e deve tornar-se uma arma gigantesca para a paz e a prosperidade para todos.¹¹³

No início de setembro de 1945, Truman fez um pronunciamento ao Congresso em que argumentou sobre a importância da promoção da pesquisa como aspecto fundamental da nova era atômica.¹¹⁴ O esforço conjunto de pesquisa entre universidades, indústrias e o governo seria essencial para não desacelerar os esforços do período de guerra. McMahon (D-CT) havia descrito esse processo:

Sob a compulsão da guerra, nossos cientistas americanos foram chamados pelo governo e receberam um trabalho definido para fazer. Fundos ilimitados de dinheiro do povo foram disponibilizados. Todas as instalações estavam

¹¹¹ Citação original: "It is essential in the interest of national defense and the safest and self-preservation of the United States that the use and application of energy and commodities derived or manufactured through the splitting of the atom be controlled by the government for the benefit of the nation and the information concerning the use and application of such energy be maintained in a secret and confidential status". **Jefferson Day Dinner 1945**, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42), p. 10.

¹¹² **Jefferson Day Dinner 1945**, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42), p. 11.

¹¹³ Citação original: "It must continue as it began, a national project for the national well-being so that it cannot ever become a device for waging war for imperialistic conquest. In the hands of the democratic servants of the people, it can and should become a gigantic weapon for peace and prosperity for all". **Jefferson Day Dinner 1945**, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42), p. 12.

¹¹⁴ TRUMAN, Harry S. Text of President Truman's Message to Congress. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 4. 07 de setembro de 1945.

disponíveis para auxiliar os cientistas. E em apenas três anos o maior trabalho de pesquisa de toda a história foi realizado. A bomba atômica era uma realidade.¹¹⁵

Truman, defendendo a continuidade da pesquisa nesse campo, solicitou ao Congresso a criação de uma agência federal centralizando diversos ramos da pesquisa científica, com foco na defesa e na segurança da Nação. Nessa nova ordem mundial do pós-guerra, o desenvolvimento de novas tecnologias seria a única forma de prevalecer em uma posição de liderança. Segundo o presidente:

Nenhuma nação pode manter uma posição de liderança no mundo de hoje a menos que desenvolva ao máximo seus recursos científicos e tecnológicos. [...] O desenvolvimento da energia atômica é uma indicação clara do que pode ser realizado pelo trabalho conjunto de nossas universidades, indústria e governo. Vastos campos científicos ainda precisam ser conquistados dessa mesma forma.¹¹⁶

A proposta de Truman de transferir o controle da energia atômica e, conseqüentemente, das bombas, para uma agência civil era uma inversão das práticas centenárias de guerra. O padrão era que líderes políticos deixassem a cargo dos oficiais militares a decisão sobre quais armas seriam utilizadas durante os conflitos. Gaddis comenta sobre essa tradição citando exemplos desde Lincoln dando carta branca aos generais para derrotar a Confederação a qualquer custo até os bombardeios anglo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. A primeira vez que um presidente autorizou pessoalmente o uso de uma arma específica foi no lançamento das bombas atômicas sobre o Japão. Mas, mesmo nesse contexto, a escolha dos alvos e das datas ficou sob responsabilidade do exército. Contudo, Truman iniciou uma mudança de paradigmas quando insistiu que o acesso a bombas atômicas fosse transferido para uma agência civil.¹¹⁷

O debate acerca de formas de regulamentar a energia atômica esteve presente na agenda do Congresso durante todo o segundo semestre de 1945. O senador Tom

¹¹⁵ Citação original: “Under the compulsion of war, our American scientists were called in by the government and given a definite job to do. Unlimited funds of the people’s money were made available. Every facility was at hand to assist the scientists. And in three short years the greatest research job in all history was accomplished. The atomic bomb was a reality”. **Jefferson Day Dinner 1945**, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42), p. 11.

¹¹⁶ Citação original: “No nation can maintain a position of leadership in the world of today unless it develops to the full its scientific and technological resources. [...] The development of atomic energy is a clear-cut indication of what can be accomplished by our universities, industry, and Government working together. Vast scientific fields remain to be conquered in the same way”. TRUMAN, Harry S. Text of President Truman’s Message to Congress. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 4. 7 de setembro de 1945.

¹¹⁷ GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Connally (D-TX, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado), em falas na Casa, argumentou que era necessário resguardar o segredo da bomba atômica, inclusive da Organização das Nações Unidas. Segundo o senador, os Estados Unidos poderiam enviar uma força-tarefa ao Conselho de Segurança, mas ainda sem revelar os pormenores da produção da arma.¹¹⁸

Tom Connally (D-TX) era um senador veterano, ocupou o cargo de 1929 a 1953, e antes havia sido deputado. Durante seu primeiro mandato no Senado, fez oposição ao governo de Herbert Hoover e às políticas de aumento de tarifas. Durante o governo de Roosevelt, era um fervoroso defensor do *New Deal* e raramente discordava da administração federal. Connally era um tradicional internacionalista sulista e resistiu à onda isolacionista e às leis de neutralidade da década de 1930. Como presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado durante os anos de guerra (ele ocupou a cadeira entre 1941 e 1947 e, posteriormente, de 1949 a 1953), foi um dos principais defensores das Nações Unidas no Congresso. Junto com o senador republicano Vandenberg (R-MI), desempenhou papel fundamental na construção da política externa durante o governo de Truman, com destaque para seu envolvimento na ratificação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949.¹¹⁹

O senador James M. Mead (D-NY) afirmou que a solução era um acordo internacional banindo totalmente o uso de armas nucleares em situações de guerra; o senador Richard B. Russell (D-GA), contudo, se mostrou descrente, respondendo: “[...] Eu acho que nunca se pode confiar em um agressor”¹²⁰. Certamente o posicionamento de Russell representava o pensamento majoritário tanto no Capitólio quanto na Casa Branca. O banimento das armas nucleares não era uma opção por conta da desconfiança mútua entre EUA e URSS. Apesar da inteligência americana ainda não ter detectado os esforços de espionagem soviéticos, era fato que Washington acreditava que eventualmente Moscou seria detentora da tecnologia. A perspectiva de quando isso aconteceria era incerta, mas conselheiros do governo e

¹¹⁸ THE NEW YORK TIMES. Connally wants U.S. to keep bomb: Would provide special force for Security Council – Mead proposes outlawing it. **The New York Times**. Nova York, p. 35. 9 de setembro de 1945.

¹¹⁹ GREEN, George N. **The Establishment in Texas Politics**. Westport: Greenwood, 1979.

¹²⁰ Citação original: “[...] I don't think you can ever trust an aggressor”. THE NEW YORK TIMES. Connally wants U.S. to keep bomb: Would provide special force for Security Council – Mead proposes outlawing it. **The New York Times**. Nova York, p. 35. 9 de setembro de 1945.

cientistas afirmavam que ainda estava longe e muitos até falavam que não aconteceria em menos de uma década.

De todo modo, desenhava-se um Estado de segurança nacional, conforme Hogan definiu, e havia uma convicção de uma nova era de guerra total, principalmente por conta do advento das armas nucleares. Assim, deveria haver uma mobilização nacional para esse período que exigia um estado de prontidão sem precedentes. Era necessário garantir que todas as instituições funcionassem harmonicamente considerando que haveria uma luta permanente pela sobrevivência.¹²¹

Os republicanos no Senado convergiam na ideia de que o Congresso deveria ter a palavra final na definição da política nuclear. Uma das primeiras propostas ficou conhecida como a “Resolução de Vandenberg”, projeto de lei de autoria do senador Arthur H. Vandenberg (R-MI), que dispunha sobre a criação de um comitê misto com doze senadores e deputados com o objetivo de estudar o desenvolvimento e o controle da bomba atômica. Truman fez aceno positivo à proposta em meados de setembro de 1945, em conversas com Vandenberg (R-MI) e Connally (D-TX).¹²² O democrata do Texas ainda ressaltou que toda legislação sobre a matéria deveria ser apreciada pelo comitê conjunto.¹²³ Connally destacou que o Congresso, como órgão representativo do povo americano, deveria estar presente na elaboração das futuras políticas nucleares.¹²⁴

Vandenberg (R-MI) foi um dos principais articuladores da política externa americana na Guerra Fria. O senador teve uma trajetória interessante de oscilação entre o internacionalismo e o isolacionismo em sua carreira. Compartilhava da ideia de Destino Manifesto e, com isso, apoiou o expansionismo de Theodore Roosevelt, além de aprovar Woodrow Wilson na decisão de entrar na Primeira Guerra. Nos anos 1930, Vandenberg se voltou ao isolacionismo, votando favoravelmente às Leis de Neutralidade. Ele começou a repensar a postura isolacionista após o ataque a Pearl Harbour. Logo após a entrada dos EUA na guerra, Vandenberg escreveu a FDR com

¹²¹ HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954.** Nova York: Cambridge University Press, 1998.

¹²² ASSOCIATED PRESS. Atomic Energy Study Favored by President: Truman Discusses House-Senate Group as Planning Board. **The Washington Post.** Washington, DC, p. 1-2. 21 de setembro de 1945.

¹²³ ALBRIGHT, Robert C.. Truman Talks with Cabinet on Atom Bomb: Plans to send message to Congress; Legislative duel develops on Hill. **The Washington Post.** Washington, DC, p. 1-2. 22 de setembro de 1945.

¹²⁴ THE NEW YORK TIMES. Senators rush bill on atomic control. **The New York Times.** Nova York, p. 18. 23 de setembro de 1945.

uma proposta de comitê conjunto para cooperação de guerra, que não foi bem-sucedida, mas resultou na sua aproximação com Tom Connally (D-TX). Com isso, ele ampliou sua atuação no Comitê de Relações Exteriores do Senado e, durante a década de 1940, foi fervoroso apoiador do papel dos Estados Unidos na liderança da nova ordem mundial. O senador Vandenberg trabalhou em conjunto com o presidente Harry Truman na construção da nova política externa americana do início da Guerra Fria. Vandenberg, republicano, e Truman, democrata, eram ambos partidários ferrenhos, mas fora dos períodos de eleições, sabiam ser pragmáticos para trabalhar com pessoas de diversos segmentos políticos.¹²⁵

No dia 26 de setembro de 1945, a Resolução de Vandenberg foi aprovada pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado, com algumas alterações de orçamento. O projeto revisado ainda acrescentou toda a forma de energia atômica no escopo, não ficando apenas restrito às bombas nucleares. Na Câmara dos Deputados, proposta similar estava em tramitação, de autoria do deputado Oren Harris (D-AR). O projeto previa a formação de um comitê misto com dez membros, contudo, com o avanço da proposição de Vandenberg (R-MI) no Senado, o deputado emendou o projeto da Câmara para o mesmo número de senadores e deputados. O Comitê de Regras da Câmara aprovou as disposições para que a proposta seguisse para o plenário da Casa.¹²⁶ No entanto, a resolução não foi colocada para votação pois logo no começo do mês de outubro outro projeto foi apresentado.

2.2 A proposta de Truman

O presidente Harry Truman já dera alguns indicativos de que enviaria ao Congresso um projeto sobre o controle da energia atômica. No início de outubro de 1945, Truman, através de mensagem ao Legislativo, propôs a criação de uma Comissão de Energia Atômica para regular todos os aspectos deste campo. O discurso traçou alguns importantes marcos no entendimento da questão nuclear: de acordo com análise do *Washington Post* (WP) em matéria publicada no dia 5 de outubro de 1945¹²⁷, o primeiro foi a expressa distinção entre os controles doméstico e

¹²⁵ HAAS, Lawrence J.. **Harry and Arthur**: Truman, Vandenberg, and the partnership that created the free world. Lincoln: Potomac Books, 2016.

¹²⁶ THE WASHINGTON POST. Bomb secrecy advocated by House group: Truman urged not to share it pending additional study. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 2 de outubro de 1945.

¹²⁷ LINDLEY, Ernest. Control of Atoms: Truman's message. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 10. 5 de outubro de 1945.

externo – a proposição enviada não pretendia legislar sobre a seara internacional. O segundo dissertou sobre a diferenciação entre a liberação da energia atômica no geral e a restrição das bombas atômicas.

A administração federal deixou clara a urgência em se lidar com o controle nacional por diversos motivos, dentre eles, a necessidade de salvaguardar o time de cientistas que trabalharam arduamente durante a guerra. Truman ressaltou também a importância de o governo assegurar o controle dos materiais para obtenção de energia nuclear.

Essas provavelmente são as mais urgentes das funções que seriam atribuídas à Comissão de energia atômica. Essa Comissão precisará de muita latitude, especialmente em seus primeiros anos. Também necessitará de dotações orçamentárias muito substanciais para que a pesquisa e o desenvolvimento no campo da fissão atômica não percam o ímpeto que tiveram durante a guerra.¹²⁸

O deputado Andrew J. May (D-KY) introduziu a proposição na Câmara, no Comitê de Assuntos Militares. No Senado, contudo, houve conflito entre os senadores Vandenberg (R-MI) e Edwin C. Johnson (D-CO) sobre onde a pauta seria iniciada.¹²⁹ O republicano afirmou que o assunto era muito extenso e complexo para ser lidado por comitês regulares, sugerindo então que houvesse um grupo com membros das duas casas do Congresso para tratar do assunto. O democrata, ao contrário, acreditava que o Comitê Militar era apropriado e suficiente para desenvolver o projeto da administração, que tinha como escopo a fase doméstica da energia nuclear (não entrando no mérito de eventuais acordos internacionais). Vandenberg, em réplica, declarou que o problema atômico “[...] toca todas as fases da vida civil”¹³⁰ e que, assim, o Comitê Militar não seria propício para uma análise extensiva.

Devido ao patrocínio de Andrew May (D-KY), na Câmara, e Edwin Johnson (D-CO), no Senado, o projeto de lei H.R. 4280 veio a ser conhecido como *May-Johnson Bill* e doravante será referenciado dessa forma. De acordo com Hershberg, a

¹²⁸ Citação original: “Those probably are the most urgent of the duties which would be assigned to the atomic energy commission. This commission will need a great deal of latitude, especially in its earlier years. It will also need very substantial appropriations if research and development in the field of atomic fission are not to lose their wartime momentum”. LINDLEY, Ernest. Control of Atoms: Truman’s message. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 10. 5 de outubro de 1945.

¹²⁹ BELAIR JR., Felix. Truman suggests atom bomb ban, U.S. control body: Warns Congress that force ‘in evil hands could inflict disaster’ upon world. **The New York Times**. Nova York, p. 1-4. 4 de outubro de 1945.

¹³⁰ Citação original: “[...] touches every phase of civilian life”. ALBRIGHT, Robert C.. Legislation offered both Houses; swiftly snarled in Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 4 de outubro de 1945.

administração de Truman agira com lentidão nas questões de regulamentação da energia atômica nas semanas após a rendição do Japão. Contudo, a demora foi compensada quando o Departamento de Guerra apresentou o projeto, outrora nomeado como “*Royall-Marbury Bill*”.¹³¹

No dia 11 de novembro de 1945, William L. Marbury, que era advogado do Departamento de Guerra e foi um dos autores do projeto de lei, escreveu ao *New York Times* para esclarecer o processo para a elaboração da proposta. Antes da primeira bomba atômica ser lançada, Truman aprovou, a pedido do secretário de Guerra, Robert P. Patterson, a convocação de um comitê interino para recomendações. Foram estabelecidos três passos: (a) garantir a continuidade dos programas, mantendo a liderança americana no campo da energia atômica; (b) elaborar medidas para proteger a nação da liberação de energia atômica, só permitindo sob grande controle; (c) impedir a divulgação de informações. A partir das conclusões desse comitê, Marbury, junto com Kenneth C. Royall, elaboraram a legislação, que previa a criação de uma agência governamental com autoridade para tratar dos assuntos da energia nuclear. Esse plano previa forte presença militar nessa comissão, com quatro dos seus nove membros sendo oficiais das forças armadas.¹³²

No dia 4 de outubro de 1945, Truman enviou o texto ao Congresso, que assim o introduziu em ambas as Casas, como é de costume acontecer com matérias de grande magnitude, para acelerar a tramitação. A ideia do Executivo era articular uma aprovação rápida da proposição. Contudo, o senador Vandenberg (R-MI) coordenava uma oposição à matéria, em favor de uma proposta mais completa.

Vandenberg (R-MI) solicitou que o Senado esperasse a Câmara aprovar a sua resolução criando o Comitê Conjunto sobre Energia Atômica para então prosseguirem com o debate do projeto de lei da administração federal. O democrata Tom Connally (D-TX) manifestou apoio a este plano. O senador republicano defendeu enfaticamente a necessidade da presença do Congresso nas discussões relativas à energia nuclear, inclusive em seu plano internacional, conforme verifica-se no trecho abaixo:

Eu acho que a determinação sobre qual deve ser o destino internacional da energia atômica vai até os fundamentos absolutos de tudo isso, e que o Congresso dos Estados Unidos deveria ter o direito de consulta desde o primeiro momento em que o assunto for tratado, e novamente, é necessário

¹³¹ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

¹³² MARBURY, William L. What of the Bomb? Authoritative Explanation Made of May-Johnson Bill – Letters to The Times. **The New York Times**. Nova York, p. 68. 11 de novembro de 1945.

criar uma voz congressista conjunta para esse fim, de modo que a representação parlamentar possa cooperar com o presidente a cada momento do tempo em que o assunto for sendo explorado.¹³³

O impasse na Câmara Alta do Congresso persistiu por mais algumas semanas. Vandenberg (R-MI), inclusive, continuou criticando o presidente Truman sobre o eventual “destino internacional da energia atômica”¹³⁴ pois, para o senador, seria inadmissível a administração determinar acordos de forma unilateral e só comunicar ao Congresso posteriormente. Esse era um dilema enfrentado pelos articuladores do Estado de segurança nacional – diferentes estratégias competiam no pensamento americano. Uma delas defendia um Poder Executivo forte, para centralizar a direção e a liderança, garantindo eficiência econômica e maior prontidão na tomada de decisões. Outra era a divisão do poder, ou seja, assegurar o funcionamento dos pesos e contrapesos para garantir a democracia. A terceira estratégia era um compromisso conciliando as duas anteriores e equilibrando a centralização e a descentralização do poder decisório.¹³⁵

Entrementes, o *May-Johnson Bill* avançava rapidamente na Câmara dos Deputados. Andrew J. May (D-KY), presidente do Comitê de Assuntos Militares da Câmara, convocou audiências, sinalizando que o secretário de Guerra, Robert P. Patterson, seria a primeira testemunha chamada.¹³⁶ A Resolução de Vandenberg, ainda pendente de aprovação na Câmara Baixa, então, perdeu apoio. O deputado Oren Harris (D-AR) se manifestou sobre o tópico, ressaltando a necessidade de rápida aprovação da proposição de Truman. De acordo com o congressista: “Nesse caso, não haveria necessidade de um estudo em comitê conjunto. O presidente expressou

¹³³ Citação original: “I think that the determination of what shall be the international fate of atomic energy goes to the utter fundamentals of the whole thing, and that the Congress of the United States should have the right of consultation from the very first moment that the subject is taken up, and again that it is necessary to create a joint Congressional voice for that purpose so that the Congressional representation can cooperate with the President every moment of the time that the subject is being explored”. THE NEW YORK TIMES. Jurisdictional Row Again Blocks Atomic Energy Measure in Senate: Vandenberg also demands that Congress participate in the discussions with other nations on its use. **The New York Times**. Nova York, p. 4. 5 de outubro de 1945.

¹³⁴ WHITE, William S.. Senators to hear Byrnes on parley: London talks to be discussed by Secretary at a closed committee meeting today. **The New York Times**. Nova York, p. 13. 8 de outubro de 1945.

¹³⁵ HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

¹³⁶ ALBRIGHT, Robert C.. House clears way for action on Atom Bill: Hearings open Tuesday; rules tangle holds up measures in Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. M1-3. 7 de outubro de 1945.

o seu desejo pelo projeto de lei do Comitê de Assuntos Militares e parece que a liderança quer que ele avance esse projeto”¹³⁷.

As audiências para discutir o H. R. 4280 no Comitê da Câmara para Assuntos Militares começaram no dia 9 de outubro. A ideia era agilizar os depoimentos, que foram concluídos em cinco horas, e preparar o envio do *May-Johnson Bill* até o final daquela semana. Todas as testemunhas ouvidas no primeiro dia enfatizaram a urgência em aprovar o projeto de lei.¹³⁸ Após a sessão, foram feitas diversas críticas ao seu modo apressado. Assim, a Câmara foi pressionada a fazer uma nova rodada de testemunhos, em uma audiência que foi realizada no dia 18 de outubro.

Figura 4 – O deputado Andrew J. May e o secretário de Guerra Robert P. Patterson na ocasião da audiência do dia 9 de outubro de 1945



Fonte: HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Photo of Rep. Andrew J. May and Secretary of War Robert P. Patterson.** Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/99-921>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

¹³⁷ Citação original: “There would in that case be no need for a joint committee study. The President is understood to have made known his desire for the Military Affairs bill, and it seems that the leadership wants him to have that bill”. WHITE, William S.. Atom victory won by administration: Sponsor virtually abandons measure for joint group to study problem. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 9 de outubro de 1945.

¹³⁸ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

No início da primeira sessão, o presidente do Comitê, Andrew J. May (D-KY), leu uma carta de Truman defendendo o projeto. Em seguida, Robert P. Patterson, a primeira testemunha, foi chamado. O secretário de Guerra ressaltou a importância da criação da Comissão de Energia Atômica (AEC), uma vez que as agências governamentais já existentes não estariam completamente aptas para o encargo de regulação da energia nuclear:

Nenhum departamento do governo deve ser encarregado de uma responsabilidade que afeta todo o futuro da humanidade de forma tão direta e imediata. Mesmo a vitória de uma guerra parece uma questão menor em comparação com a importância de aplicar totalmente e controlar sabiamente o poder do átomo.¹³⁹

Patterson também comentou sobre a criação do rascunho da proposta, liderada pelo General Leslie R. Groves. A versão final do projeto foi revisada por Truman e enviada ao Congresso. Groves, dando testemunho em seguida, respondeu a questionamentos dos deputados. O principal ponto em debate foi a questão do segredo. Em resposta, o general afirmou que os EUA estavam à frente no desenvolvimento da bomba nuclear, ressaltando que outras nações poderiam até conseguir desvendá-lo, mas com altos custos financeiros e tempo dispendido. Contudo, avaliou que algumas partes consistiam em fatos científicos e teorias amplamente conhecidas, portanto, acessíveis a outros países. Os deputados Thomason (D-TX), Short (R-MO) e Brooks (D-LA) se mostraram apreensivos com relação ao compartilhamento de informações secretas com outros países. Groves, no entanto, reforçou o escopo da proposta em endossar apenas a esfera doméstica do problema, e não os pormenores internacionais.

Mr. Short: E enquanto os Estados Unidos puderem reter o conhecimento e a posse exclusiva da bomba atômica, estarão em uma posição de poder travar uma guerra com sucesso contra qualquer outra nação.

General Groves: Sim; com duas qualificações. Primeiro, que ninguém descubra um meio de nos impedir de detonar a bomba no alvo. É por isso que é muito importante não confiarmos exclusivamente nesta arma e dizer que com ela não podemos ser derrotados. É uma arma muito forte, mas não

¹³⁹ Citação original: "No single department of Government should be charged with a responsibility that affects the whole future of mankind so directly and so immediately. Even the winning of a war seems a minor matter by comparison with the importance of applying fully and controlling wisely the power of the atom". **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 4.

é um substituto para o nosso Exército e Marinha, e seria um erro terrível considerá-la assim. É muito forte, mas não é irrefutável porque alguém pode impedi-la.¹⁴⁰

O diálogo acima ilustra o campo de especulações em torno da energia atômica. O desenvolvimento das potencialidades da nova tecnologia ainda estava em curso. Como o próprio Groves afirmou, ainda não havia pesquisa para saber se seria possível descobrir um meio de parar uma bomba nuclear. Ademais, a pressa em aprovar o projeto de lei também antecipava o sentimento de insegurança que ficou mais forte a partir de meados de 1947, com a preocupação crescente de que outros países – em especial, a URSS – pudessem também desenvolver a arma.

Adicionalmente, Groves falou sobre o país não poder confiar apenas nesse armamento como segurança, mas sim manter e melhorar as forças armadas tradicionais. Em paralelo às discussões sobre energia atômica, estavam sendo debatidas propostas para a unificação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em um mesmo departamento do Gabinete. O resultado foi a Lei de Segurança Nacional de 1947, que aperfeiçoou o aparato institucional militar para a nova ordem da Guerra Fria.

O congressista J. Leroy Johnson (R-CA) perguntou a razão da urgência em se aprovar o projeto, uma vez que outros países ainda se encontravam distantes de alcançar a tecnologia americana. De acordo com Groves, “é imperativo porque o projeto está agora em um estágio incerto”¹⁴¹ e que, com isso, o objetivo de legislar apropriadamente sobre o tópico seria “[...] para preservar os segredos do passado e os segredos do futuro; e certamente, se o assunto for lidado de forma ruim, poderia colocar outras pessoas em perigo”¹⁴². Com isso, o general se mostrava preocupado

¹⁴⁰ Citação original: “Mr. Short: And so long as the United States can retain sole knowledge and possession of the atomic bomb, it is in a position of being able to wage war successfully against any other nation. General Groves: Yes; with two qualifications. First that nobody finds out a means for stopping us from delivering on the target. That is the reason that makes it very important not to place our sole reliance upon this weapon and say that with it we cannot be defeated. It is a very strong weapon, but it is not a substitute for our Army and Navy, and it would be a terrible mistake to consider it so. It is very strong, but it is not overwhelming because somebody may stop it”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 19.

¹⁴¹ Citação original: “It is imperative because the project now is in the uncertain stage”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 32.

¹⁴² Citação original: “[...] to preserve the past secrets and the future secrets; and certainly if it were poorly handled it could endanger others”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House**

com as estruturas que haviam sido construídas no contexto da guerra, além do grupo de cientistas e profissionais capacitados que estavam operando nas usinas. Sem uma apropriada regulamentação, havia risco de desmonte e, portanto, de atraso no desenvolvimento da tecnologia.

Na segunda parte da audiência do dia 9 de outubro, Dr. Vannevar Bush, diretor do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, acrescentou que chegara o momento de trabalhar no desenvolvimento de aplicações industriais para a energia nuclear. Dessa forma, era imperativa a aprovação do projeto de lei, para que todos os ângulos ligados às tecnologias atômicas fossem considerados. Em relação ao *May-Johnson Bill*, grande parte dos questionamentos dos deputados ao cientista foi em relação à pouca participação do Congresso nos assuntos de competência da Comissão de Energia Atômica. O congressista Sheridan (D-PA), por exemplo, perguntou a Bush se a AEC não teria a obrigação de enviar relatórios ao Legislativo, argumentando: “Mesmo os poderes que atribuímos ao Presidente nos termos da Lei de Poderes da Segunda Guerra não podiam exceder a autoridade concedida por este projeto em tempo de paz”¹⁴³. Bush, em contrapartida, respondeu que o momento que viviam correspondia a uma situação sem precedentes na história americana, assim, havia uma demanda por controles rígidos, estando assim justificados os poderes conferidos à Comissão.

Por fim, James B. Conant, da Universidade de Harvard, defendeu o texto do projeto de lei com o argumento de que fora escrito considerando os pontos de vistas de cientistas, engenheiros e representantes de outros setores. Ele reforçou a necessidade de a AEC ter poderes extraordinários, devido à exigência de agir com prontidão caso necessário.¹⁴⁴ Conant ainda afirmou que os cientistas do Projeto

of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 33.

¹⁴³ Citação original: “Even the powers we gave under the Second War Powers Act to the President during the war could not exceed the authority given by this bill in peacetime”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280:** An Act for the Development and Control of Atomic Energy, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 39.

¹⁴⁴ **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280:** An Act for the Development and Control of Atomic Energy, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission).

Manhattan estavam ansiosos com atrasos que já aconteciam e estavam custando ao país. Dessa forma, ele defendeu os poderes sem precedentes da Comissão devido à natureza incomum da energia atômica.¹⁴⁵

Ao mesmo tempo em que ocorria a audiência na Câmara dos Deputados, no dia 9 de outubro, McMahon (D-CT), no Senado, submeteu um projeto de resolução (S. Res. 179) para a criação de um comitê especial. Tal grupo seria composto por onze membros do Senado nomeados pelo presidente *Pro Tempore* da Casa, destinado a discutir os assuntos relacionados à energia atômica.¹⁴⁶ O objetivo era resolver o problema apontado por Vandenberg (R-MI), de que nenhum comitê permanente do Senado teria condições de discutir o tema de forma integral. O referido comitê seria responsável por “[...] fazer estudos e investigações amplos, completos e contínuos com relação aos problemas referentes ao desenvolvimento, uso e controle da energia atômica”¹⁴⁷. McMahon reforçava que o assunto era muito relevante para ser lidado exclusivamente pelos militares. Vandenberg, em seguida à apresentação da proposição, manifestou apoio ao colega democrata.¹⁴⁸

O *May-Johnson Bill* até aquele momento se encontrava parado no Senado, com as disputas de jurisdição ainda em curso. Tom Connally (D-TX) pretendia iniciar as discussões no Comitê de Relações Exteriores, ao passo que Vandenberg (R-MI) esperava a aprovação de seu comitê conjunto. No entanto, a resolução de Vandenberg estava bloqueada na Câmara, manobra de deputados democratas para o avanço mais rápido da proposta de Truman. O senador Alben W. Barkley (D-KY), líder da maioria na Casa, aceitou o avanço da proposição de McMahon (D-CT), de modo a criar um compromisso para possibilitar o início dos debates sobre projeto de lei da administração. Assim, a resolução criando o Comitê Especial foi aprovada no Comitê de Comércio Interestadual do Senado.¹⁴⁹

¹⁴⁵ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

¹⁴⁶ **S. RES. 179**, 9 de outubro de 1945. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Senate – Bills by McMahon, Box 6, Folder 6).

¹⁴⁷ Citação original: “[...] make a full, complete, and continuing study and investigation with respect to problems relating to the development, use, and control of atomic energy”. **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 3.

¹⁴⁸ ALBRIGHT, Robert C.. Atom bomb legislation hits snags: Senate committee recommends study; House may reopen hearings on bill. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 13 de outubro de 1945.

¹⁴⁹ WHITE, William S.. Atom control jam broken in Senate: Committee approves McMahon resolution for 9-man board to clear bills on subject. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 13 de outubro de 1945.

O *Washington Post*, em reportagem do dia 15 de outubro, iniciou o texto com a seguinte declaração: “A liderança na formulação da política nacional de controle da bomba atômica passou da Câmara dos Deputados para o Senado”¹⁵⁰. De acordo com a publicação, a forma de condução do tópico pela Câmara Baixa não correspondia à magnitude do tema, especialmente porque o deputado May (D-KY) afirmara que as audiências já teriam se encerrado – após apenas cinco horas de testemunhos. O Senado, por outro lado, intencionava obter um “estudo abrangente do poder atômico e dos meios de controlá-lo”¹⁵¹, caminho mais apropriado do que o adotado por May em finalizar as audiências públicas rapidamente com a alegação de urgência. Segundo o periódico, seria necessária apuração mais deliberada e cuidadosa para aprovar a legislação e, destarte, o Senado deveria liderar o processo a partir de então.

Alguns dias depois, cientistas (Oppenheimer, Wilson e Curtis) foram ouvidos em um subcomitê do Senado para debater formas de controle da energia atômica. Os três concordaram que o controle internacional era fundamental para prevenir futuros conflitos, uma vez que não havia nenhuma defesa possível a um ataque nuclear. Oppenheimer ainda afirmou que a produção de armas atômicas em outras nações seria possível em pouco tempo, visto que era impossível guardar tal segredo.¹⁵²

Curtis enfatizou em seu depoimento que a política externa americana não poderia ser baseada em uma política de segredo atômico, pois tal conduta criaria um clima de tensão na comunidade internacional, com a desconfiança de que a manutenção do segredo significaria que os EUA estariam desenvolvendo energia atômica com o único propósito de utilização militar. Segundo o pesquisador, “Todas as relações diplomáticas seriam baseadas na diplomacia do medo. O resultado seria uma corrida armamentista internacional em bombas atômicas que só levaria a uma guerra horrível demais para contemplar”¹⁵³.

¹⁵⁰ Citação original: “Leadership in the formulation of national policy for control of the atomic bomb has passed from the House of Representatives to the Senate”. THE WASHINGTON POST. Look to the Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 15 de outubro de 1945.

¹⁵¹ Citação original: “Comprehensive study of atomic power and means of controlling it”. THE WASHINGTON POST. Look to the Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 15 de outubro de 1945.

¹⁵² MALLON, Winifred. 3 atomic experts urge world curb: Oppenheimer, Wilson, Curtis ask Senate committee to hasten against menace. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 18 de outubro de 1945.

¹⁵³ Citação original: “All diplomatic relations would be on a diplomacy of fear. There would result an international armament race in atomic bombs which would only lead to a war too horrible to contemplate”. ASSOCIATED PRESS. Congress told one atom raid could kill 40 million in night. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 18 de outubro de 1945.

No dia 18 de outubro de 1945, foram retomadas as audiências no Comitê de Assuntos Militares da Câmara dos Deputados. Após muita pressão, o deputado Andrew May (D-KY) reabriu o espaço para possibilitar mais depoimentos. As críticas tecidas a May diziam respeito ao fato de que este tentara apressar a aprovação do projeto de lei sem a devida diligência. O deputado fora criticado por diversos setores, com foco especialmente no tocante aos poderes da Comissão que seria criada e na falta de liberdade de pesquisa aos cientistas que se dedicassem à área. Logo no início da seção da manhã, May comentou as críticas ao fato de o Comitê ter fechado previamente as audiências, afirmando que não foi por motivos de demandar uma aprovação apressada, mas sim por não ter recebido solicitações de testemunhas na ocasião do encerramento.

O primeiro depoente foi Dr. Leó Szilárd, da Universidade de Chicago. O cientista iniciou a fala com uma reflexão acerca das funções da energia atômica e quais escolhas o governo faria para criar uma legislação de controle interno.

Quais são os problemas que enfrentamos em conexão com a energia atômica, e quais são as funções para as quais temos que criar alguns mecanismos controlados pelo governo por meio de ação legislativa? Descobrimos que, depois de chegarmos a um acordo sobre a questão das funções para as quais precisamos de maquinário, estávamos em uma posição de discutir com inteligência que tipo de estrutura precisamos para cumprir essas funções.
[...] Não me parece possível ter uma discussão inteligente sobre o maquinário necessário se alguns dos que participam da discussão acreditam que a função desse maquinário é construir e operar usinas atômicas para fornecer eletricidade em regiões remotas dos Estados Unidos, enquanto outros que participam da discussão acreditam que a principal função da máquina é fornecer-nos bombas atômicas para que possamos explodir a Rússia antes que a Rússia nos exploda.¹⁵⁴

¹⁵⁴ Citação original: "What are the problems which face us in connection with atomic energy, and what are the functions for which we have to set up some Government-controlled machinery by legislative action? We found that, after we had reached an agreement on this question of the functions for which we need machinery, we were in a position to discuss intelligently what kind of machinery we need in order to fulfill these functions. [...] It does not seem possible, to me, to have an intelligent discussion about the machinery which is needed if some of those who take part in the discussion believe that the function of this machinery is to construct and operate atomic power plants in order to supply electricity in remote regions of the United States, while some others who participate in the discussion believe that the main function of the machinery is to provide us with atomic bombs so that we can blast the hell out of Russia before Russia blasts the hell out of us". **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 72.

Szilárd, em consonância com outros cientistas que previamente depuseram, também afirmou que o segredo da bomba atômica não podia ser mantido por muito tempo, uma vez que grande parte já fora revelado no momento de seu lançamento. O deputado Brooks (D-LA) perguntou se as punições presentes no projeto de lei seriam suficientes para o caso de vazamento de secretos. O cientista apenas afirmou que no caso de espionagem, não importariam as punições para impedir tal disseminação. No tocante a trechos do projeto de lei, o pesquisador defendeu a autonomia do governo federal em conduzir suas próprias pesquisas, contudo, sem impedir outras pessoas, em universidades ou no setor privado, de fazerem o mesmo. Ademais, declarou também que o projeto estaria dando muitos poderes à AEC.

Foi chamado a depor em seguida o também cientista Dr. Harold Anderson que, assim como Szilárd, defendeu a disseminação de conhecimento e a liberdade de pesquisa. É interessante notar que o pesquisador compartilhava das ideias previamente apresentadas por Curtis na audiência no Senado acerca do perigo da manutenção do segredo da energia nuclear no campo da cooperação internacional. Sobre isso, Anderson afirmou:

No interesse do entendimento internacional que está na base de qualquer acordo para assegurar a paz mundial, é essencial evitar uma segurança imposta. Aos olhos de um governo estrangeiro, a promulgação de legislação que protege possíveis atividades militares de um governo sob um manto de sigilo é em si um ato de agressão.¹⁵⁵

Outros cientistas também partilhavam da preocupação no tocante à possível restrição de pesquisa no campo da energia atômica. Foi apresentado um telegrama dos “Cientistas Atômicos de Chicago” e da “Associação de Cientistas de Oak Ridge nos Laboratórios Clinton” condenando veementemente o projeto de lei em discussão. Os signatários do documento acreditavam ser necessário o controle dessa nova forma de energia, porém, com limites que deviam ser definidos pelos representantes eleitos no Congresso. Foi sugerido, então, abandonar a corrente proposição para que uma

¹⁵⁵ Citação original: “In the interest of international understanding which lies at the basis of any arrangement to ensure a world peace, it is essential to avoid a dictated security. In the eyes of a foreign government, the enactment of legislation which shields possible military activities of a government behind a cloak of secrecy, is in itself an act of aggression”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 99.

nova seja feita com as devidas inquirições, ouvindo mais setores da sociedade, sejam membros das forças armadas, cientistas, mas também industriais, comerciantes e outros que possam ser afetados por tal medida.

Oppenheimer, ao contrário dos cientistas já citados nessa audiência, afirmou ser indispensável a aprovação rápida da legislação. O diretor de Los Alamos apresentou duas razões para a urgência:

Há muitas coisas que deveriam ser feitas com energia atômica nas áreas militar, industrial e científica que não estão sendo feitas agora.

[...]

Minha própria crença – e acho que nisto falo por todos os cientistas, ou quase todos os cientistas – é que a maior segurança futura possível desta Nação contra as armas atômicas residirá no controle internacional das armas atômicas. [...] Eu acredito que as pessoas que têm a responsabilidade pela negociação prefeririam fazê-la com uma organização nacional satisfatória.¹⁵⁶

Assim, Oppenheimer acreditava que a indefinição era pior do que a criação de uma lei que não contemplasse todos os aspectos possíveis. Inclusive, o pesquisador afirmou ser muito difícil definir atribuições para a Comissão de forma definitiva, uma vez que a própria ciência em torno da energia atômica estaria em constante mudança. Os outros cientistas supracitados, em contraposição, consideravam que a legislação apresentada estava insuficiente e que, portanto, eram necessárias averiguações adicionais antes da decisão. As discussões na audiência prosseguiram nessa mesma direção, com pontos favoráveis e contrários à rápida aprovação do projeto sendo apresentados pelos demais depoentes.¹⁵⁷

Neste íterim, no Senado, a Resolução de McMahon avançou, sendo aprovada em plenário no dia 29 de outubro de 1945. O senador Lucas (D-IL), em comentário ao *New York Times*¹⁵⁸, afirmou estar preocupado com uma possível censura por parte do Departamento de Guerra a cientistas civis. O democrata expressou apreensão com a maneira pela qual a Administração estava lidando com a questão e declarou:

¹⁵⁶ Citação original: “There are many things that ought to be done with atomic energy in a military and industrial and scientific way which are not being done now. [...] My own belief – and I think in this I speak for all scientists, or almost all scientists – is that the greatest possible future safety of this Nation against atomic weapons will rest in international control of atomic weapons. [...] I believe that the people who have the responsibility for negotiation would prefer to do so with a satisfactory national organization”. **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission), p. 126-127.

¹⁵⁷ **Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy**, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission).

¹⁵⁸ WHITE, William S.. Scientist group hits atomic bill: Drs. Urey, Anderson, Curtis and Szilard says plan would make world fears us. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 19 de outubro de 1945.

“Oponho-me inalteravelmente aos militares terem controle total sobre a energia atômica. E todas as informações indicam que é isso que o Exército gostaria de fazer”¹⁵⁹. O controle da energia atômica nas mãos de militares ou de civis foi um importante tópico de discussão entre os congressistas. Na própria audiência realizada na Câmara, o deputado Holifield (D-CA) falou que não hesitaria em colocar todo o controle de desenvolvimento e pesquisa nas mãos dos militares, declaração posicionada no extremo oposto à de Lucas.

É interessante notar que não havia posições demarcadas por linhas partidárias. Como no exemplo posto acima, dois congressistas do mesmo partido tinham visões opostas sobre a temática. A regulamentação da energia atômica era consensual, assim como diversas outras propostas de segurança nacional. Independentemente se o parlamentar era democrata ou republicano, havia uma concordância geral de que era necessário regular a tecnologia. As divergências de posicionamento ocorriam em relação a como seria feita a regulação, assim como qual autoridade teria poder decisório sobre a matéria. O que se percebia até então eram justamente as dissonâncias sobre qual seria o melhor lugar para discutir profundamente os projetos de lei. Na Câmara dos Deputados, prevaleceu a postura de que o Comitê de Assuntos Militares seria o mais adequado; no Senado, em contrapartida, foi feita a proposta de criação de um comitê especializado para isso, com forte influência de Vandenberg (R-MI) e McMahon (D-CT) – senadores de partidos opostos.

Em decorrência à proposta de McMahon (D-CT), foi criado o Comitê Especial sobre Legislação de Energia Atômica. O senador democrata de Connecticut foi apontado como presidente do Comitê, uma vez que redigiu o projeto e pertencia ao partido majoritário. Contudo, houve certa oposição à posse de McMahon, devido à sua idade – ele era considerado demasiadamente jovem (42 anos) para tal cargo. De acordo com o correspondente da ABC Martin Agronski, “ele só ganhou a nomeação após uma luta bastante intensa nos bastidores entre os jovens e os veteranos da Câmara Alta”¹⁶⁰. O referido repórter entrevistou o novo presidente do Comitê Especial logo depois da nomeação e, na oportunidade, McMahon apresentou seus primeiros

¹⁵⁹ Citação original: “I am unalterably opposed to the military having complete control over atomic energy. And all information indicates that that is what the Army would like to do”. WHITE, William S.. Scientist group hits atomic bill: Drs. Urey, Anderson, Curtis and Szilard says plan would make world fears us. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 19 de outubro de 1945.

¹⁶⁰ Citação original: “he won the appointment only after a fairly violent behind-the-scenes fight between the youngsters and veterans in the upper House”. **Martin Agronsky to ABC**, 26 de outubro de 1945. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Senate – Press Releases, Box 6, Folder 7).

objetivos com relação ao novo colegiado: promover audiências públicas de forma a contemplar qualquer cientista que esteja disposto a discorrer sobre o tópico; adotar rapidez no processo legislativo, especialmente em função da natureza controversa do tema; e recomendar a contratação de um cientista físico para o cargo de consultor permanente no Comitê. Com isso, o senador esperava conseguir equilibrar as esferas civil e militar em torno das questões nucleares¹⁶¹.

O *Washington Post*, que anteriormente havia criticado a postura da Câmara dos Deputados com relação às audiências sobre a questão atômica, se manifestou favoravelmente à criação do Comitê Especial de McMahon. Em reportagem publicada no dia 30 de outubro de 1945, o periódico voltou a tecer críticas ao *May-Johnson Bill*, apresentado pela administração Truman, afirmando que naquele momento as investigações seriam feitas de forma imparcial e minuciosa pelo Comitê recém-criado do Senado, com testemunhas recusadas pela Câmara enfim chamadas a depor. Em referência aos senadores Vandenberg (R-MI) e McMahon (D-CT), o *Post* concluiu que “Ambos foram dos primeiros a compreender o significado da fissão atômica”¹⁶². Foram feitos elogios específicos a McMahon que, apesar da pouca experiência na Câmara Alta – apenas 10 meses –, “[...] conhece os meandros do jogo de Washington”¹⁶³, principalmente por seu cargo anterior de Procurador Geral Adjunto.

Este mesmo jornal, dois dias depois, abriu espaço em sua publicação do dia 1º de novembro de 1945 para um artigo redigido por McMahon (D-CT). O senador aproveitou a oportunidade para apresentar algumas questões relevantes ao início dos trabalhos do Comitê Especial. O objetivo central do Comitê, de acordo com McMahon, seria investigar os fatos e recomendar ações pertinentes ao plenário do Senado, almejando que o resultado seja a recomendação de políticas que encorajem o uso pacífico da energia atômica. O senador também comentou sobre sua formação profissional, de advogado, e que, portanto, pretendia se beneficiar da opinião de especialistas da área da física nuclear, uma vez que não era um especialista técnico nos pormenores do átomo: “Devemos nos beneficiar do depoimento completo dos

¹⁶¹ **Martin Agronsky to ABC**, 26 de outubro de 1945. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Senate – Press Releases, Box 6, Folder 7).

¹⁶² Citação original: “Both men were among the first to grasp the meaning of atomic fission”. CHILDS, Marquis. Washington Calling: McMahon’s new job. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 30 de outubro de 1945.

¹⁶³ Citação original: “[...] knows the ins and outs of the Washington game”. CHILDS, Marquis. Washington Calling: McMahon’s new job. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 30 de outubro de 1945.

cientistas de destaque no campo da energia nuclear, equipados com todos os fatos. Se nos forem fornecidos os fatos, devemos ser capazes de tomar decisões lógicas”¹⁶⁴.

Entrementes, o presidente Truman, em conferência de imprensa, respondeu a alguns questionamentos sobre a bomba atômica e os encontros com os primeiros-ministros do Reino Unido e do Canadá que estavam para acontecer. É interessante observar que os jornalistas pareciam basear seus questionamentos em informações provenientes de outras fontes, inquirindo o presidente sobre a procedência de alguns fatos e, em algumas ocasiões, Truman nem sequer esperava o fim da sentença, dando suas respostas de forma objetiva e incisiva, de modo a encerrar eventuais boatos.

Q. Sr. Presidente, foi dito ontem na Câmara dos Comuns que o Presidente Roosevelt e o ex-Primeiro-Ministro Churchill chegaram a um acordo secreto em Quebec sobre o uso em tempo de paz da bomba atômica. O senhor...

PRESIDENTE. Eu não acho que isso seja verdade. Tão perto quanto posso descobrir sobre o programa de liberação de energia atômica, a Grã-Bretanha, o Canadá e os Estados Unidos estão em parceria igualitária em seu desenvolvimento. E o Sr. Attlee está vindo aqui para discutir essa fase da situação com o presidente dos Estados Unidos.

Q. Bem, Sr. Presidente, esses três países estão de posse igualitária do conhecimento de como produzimos aquela bomba?

PRESIDENTE. Eles estão.

Q. A Grã-Bretanha sabe tanto sobre como produzimos isso quanto nós?

PRESIDENTE. Eles sabem.

Q. Esse será o único tópico que você e o Sr. Attlee vão discutir?

PRESIDENTE. Esse é o único tópico que foi solicitado a ser discutido.

Q. Mas isso não exclui o...

PRESIDENTE. O Sr. Attlee pode falar comigo sobre o que quiser, mas ele vem até aqui para falar comigo sobre a bomba atômica.

Q. Sr. Presidente, um jornal de Londres sugeriu que – acredito que o London Herald, um jornal trabalhista – sugeriu que este poderia ser o prelúdio de uma nova conferência dos Três Grandes. Você se sente assim, ou há alguma possibilidade disso?

PRESIDENTE. Acho que não posso responder inteligentemente a essa pergunta, porque o próximo passo, depois que os governos da Grã-Bretanha, do Canadá e dos Estados Unidos tiverem acordado uma política internacional, será discutir o assunto com os outros governos do mundo.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Citação original: “We must have to benefit of the full testimony of the outstanding scientists in the nuclear energy field, equipped with all the facts. If we are provided with the facts, we should be able to make logical decisions”. THE WASHINGTON POST. McMahon asks reexamination of atom bomb conclusions. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 7. 1 de novembro de 1945.

¹⁶⁵ Citação original: “Q. Mr. President, it was said in the House of Commons yesterday that President Roosevelt and former Prime Minister Churchill reached a secret agreement at Quebec on the peacetime use of the atom bomb. Do you --
THE PRESIDENT. I don't think that is true. As nearly as I can find out on the atom energy release program, Great Britain, Canada, and the United States are in equal partnership on its development. And

Sobre as possibilidades de tratados multilaterais, o Congresso esteve atento desde as primeiras propostas apresentadas. Especialmente no tocante ao *May-Johnson Bill* – mesmo que o projeto tratasse de forma específica e exclusiva sobre o aspecto doméstico da questão –, os deputados e senadores a todo momento retornavam às questões internacionais, seja com relação ao segredo, seja em referência a eventuais acordos entre nações. O senador Robert Taft (R-OH), por exemplo, era favorável ao banimento do uso das bombas atômicas, desde que fosse concedida às Nações Unidas o poder de polícia para garantir que nenhum país produzisse tais armas. O senador Connally (D-TX), por outro lado, mostrava-se cético quanto a uma eventual proibição, questionando a viabilidade desse tipo de iniciativa: “se é possível proibir a bomba, por que não pode proibir os canhões, aviões e fuzileiros?”¹⁶⁶.

As discussões que permeavam Washington desde a apresentação do projeto de lei da administração federal, no início de outubro, demonstravam certa tensão entre os poderes Executivo e Legislativo. O governo Truman esperava uma rápida aprovação do *May-Johnson Bill*, ao passo que mesmo muitos democratas no Congresso eram contrários à proposta. Ainda que a matéria tenha sido aprovada no Comitê de Assuntos Militares da Câmara, o caminho para a confirmação pelo plenário na Câmara seria tortuoso. No Senado, o Comitê Especial de McMahon começava

Mr. Attlee is coming over here to discuss that phase of the situation with the president of the United States.

Q. Well, Mr. President, are these three countries in equal possession of the knowledge of how we produced that bomb?

THE PRESIDENT. They are.

Q. Great Britain knows as much about how we produce that as we do?

THE PRESIDENT. They do.

Q. Is that going to be the only topic that you and Mr. Attlee are going to discuss?

THE PRESIDENT. That is the only topic that has been requested to be discussed.

Q. But that doesn't foreclose the--

THE PRESIDENT. Mr. Attlee can talk to me about anything he chooses, but he is coming over here to talk to me about the atom bomb.

Q. Mr. President a London paper suggested that--I believe the London Herald, a labor paper--suggested that this might be the prelude of a new Big Three conference. Do you feel that way about it, or is there any possibility of that?

THE PRESIDENT. I don't think I can intelligently answer that question, because the next step, after the Governments of Great Britain, Canada, and the United States have agreed on an international policy, will be to discuss the matter with the other governments of the world.” HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **The President's News Conference**. 31 de outubro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/181/presidents-news-conference>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

¹⁶⁶ Citação original: “if you can outlaw the bomb, why can't you outlaw cannon and airplanes and navies?” ASSOCIATED PRESS. Senators told not to depend on atom pact: Harvard President talks against treaty to outlaw bomb. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 3 de novembro de 1945.

suas atividades, com a intenção de analisar o mérito da questão com profundidade, sem se preocupar em se ater ao teor do projeto de lei de Truman. O *New York Times* comentou sobre o atrito entre a Casa Branca e o Capitólio em reportagem do dia 4 de novembro de 1945: “Relações harmoniosas entre os poderes Executivo e Legislativo são raras. Em tempos de tensão são impossíveis durante um longo período de tempo, apesar das melhores intenções de ambos os lados”¹⁶⁷.

Grande parte da oposição em torno do *May-Johnson Bill* girava em torno dos aspectos internacionais, tanto na suposição de que a lei iniciaria um padrão para o controle global, quanto no pensamento de alguns congressistas de que de fato a legislação deveria adotar medidas para pavimentar prerrogativas internacionais. O Comitê de Assuntos Militares da Câmara divulgou, ainda no início de novembro, relatório que enfatizava a não intenção dos legisladores em incluir parâmetros internacionais. A separação entre os controles interno e externo foi estabelecida por Truman quando o presidente enviou sua proposta, além de ter sido apoiada por congressistas, que inclusive mantiveram a exclusividade do aspecto doméstico na versão revisada do projeto.

O projeto de lei não estabelece nenhuma política e não pretende estabelecer nenhuma política relativa ao controle ou à falta de controle internacional da energia atômica. Não há nenhuma disposição no projeto de lei que impeça ou dificulte os Estados Unidos de adotar qualquer política internacional que seja doravante considerada adequada. É totalmente neutro em relação às questões internacionais com as quais tantas pessoas estão agora preocupadas.¹⁶⁸

Apesar dos esforços para aprovação rápida da legislação, o projeto de lei da administração não avançou mais. Em um primeiro momento, houve a justificativa de aguardar a conferência de Truman com os primeiros-ministros Attlee, do Reino Unido, e Mackenzie King, do Canadá. Ademais, vários deputados também esperavam as audiências do Senado, para então construir uma matéria mais orgânica sobre o tema,

¹⁶⁷ Citação original: Harmonious relations between the executive and legislative branches are rare. In times of stress they are impossible over a long period of time, despite the best intentions on both side”. THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. E2. 4 de novembro de 1945.

¹⁶⁸ Citação original: “The bill sets down no policy and is intended to set down no policy concerning international control or lack of control of atomic energy. There is no provision in the bill which will prevent or hinder the United States from adopting any international policy which is hereafter deemed proper. It is entirely neutral on the international issues with which so many people are now concerned.” LINDLEY, Ernest. Internal Controls: Atomic legislation. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 9 de novembro de 1945.

possivelmente incluindo também a esfera internacional¹⁶⁹. Desde o final de outubro e durante o mês de novembro, os testemunhos de cientistas e outros especialistas na bomba contribuíram para atrasar a votação ao *May-Johnson Bill*. A justificativa de aguardar a conferência com os chefes de Estado britânico e canadense fora um pretexto, e o real motivo era a construção de uma alternativa viável à proposta do Executivo.¹⁷⁰

Os parlamentares que trabalhavam no projeto de lei alternativo procuravam resolver o conflito entre a garantia de segredo e a liberdade – acreditavam que conceder a autoridade completa a uma agência civil, e não aos militares, sanaria essa questão. Com isso, o arranjo permitiria o uso de energia atômica em tempos de paz, a cooperação internacional e a salvaguarda de que o governo teria o controle da bomba.

No final de novembro, Groves foi chamado a comparecer a uma audiência do Comitê Especial do Senado. As perguntas feitas foram sobre aspectos da produção da bomba, aquisição de matéria prima e as relações anglo-americanas durante o empreendimento. Groves, entretanto, não estava satisfeito com a perspectiva de transferência da jurisdição da bomba para uma comissão civil e se recusou a divulgar informações sobre a bomba. O senador McMahon (D-CT) solicitou intercessão do presidente, mas Truman apoiou a decisão do general de não cooperar com o Congresso. Essa atitude justificava-se porque Truman ainda se recusava a negar publicamente o *May-Johnson Bill* em favor de uma alternativa que estava sendo construída.¹⁷¹ O projeto de lei de Truman, contudo, perdeu ainda mais força, sendo relegado ao arquivamento, à luz da apresentação, por McMahon, do projeto de lei S. 1717 no dia 20 de dezembro de 1945.

No dia 15 de novembro de 1945 saíram os resultados do encontro ente os chefes de governo americano, britânico e canadense sobre a questão nuclear. O presidente Harry Truman concedeu coletiva de imprensa juntamente com os primeiros-ministros britânico Clement Attlee e canadense Mackenzie King para

¹⁶⁹ ALBRIGHT, Robert C.. House delays atomic bomb control bill. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 15 de novembro de 1945.

¹⁷⁰ HERKEN, Gregg. **The winning weapon: the atomic bomb in the cold war, 1945-1950**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

¹⁷¹ HERKEN, Gregg. **The winning weapon: the atomic bomb in the cold war, 1945-1950**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

apresentar o documento proveniente da conferência¹⁷². Os líderes concordaram em entregar à ONU o sigilo da energia atômica, com a condição de garantia da cooperação da Rússia. Os soviéticos deveriam esclarecer suas aspirações do pós-guerra e, em conjunto com outros países membros das Nações Unidas, concordar em depositar seus potenciais segredos no mesmo espaço comum.¹⁷³

Figura 5 – Truman, Attlee e Mackenzie King se reúnem com lideranças internacionais e do Congresso após assinar declaração conjunta sobre energia atômica



Fonte: HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **President Harry S. Truman Following the Signing of a Joint Declaration on Atomic Energy.** Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/64-135>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

Além dos líderes americano, britânico e canadense, estavam presentes na ocasião do anúncio da declaração diversas autoridades que trabalhavam na temática

¹⁷² HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **The President's News Conference Following the Signing of a Joint Declaration on Atomic Energy.** 15 de novembro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/191/presidents-news-conference-following-signing-joint-declaration-atomic>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

¹⁷³ BELAIR JR., Felix. Truman and Attlee agree atom bomb should go to UNO. **The New York Times.** Nova York, p. 1. 15 de novembro de 1945.

do átomo. Na imagem, destacam-se Vannevar Bush (o primeiro à esquerda), o senador Brien McMahon (atrás de Truman, o quinto da esquerda para a direita) e o secretário de Estado, James Byrnes (o terceiro da direita para a esquerda). Dentre os pontos abordados na declaração, ressaltam-se:

3. Estamos conscientes de que a única proteção completa para o mundo civilizado contra o uso destrutivo do conhecimento científico está na prevenção da guerra. Nenhum sistema de salvaguardas que possa ser concebido fornecerá por si só uma garantia eficaz contra a produção de armas atômicas por uma nação inclinada à agressão. Também não podemos ignorar a possibilidade do desenvolvimento de outras armas, ou de novos métodos de guerra, que podem constituir uma ameaça tão grande para a civilização quanto o uso militar da energia atômica.

4. Representando, como nós, os três países que possuem os conhecimentos essenciais para o uso da energia atômica, declaramos desde já nossa disposição, como primeira contribuição, de prosseguir com o intercâmbio de informações científicas fundamentais e o intercâmbio de cientistas e literatura científica para fins pacíficos com qualquer nação que retribuirá plenamente.¹⁷⁴

O trecho acima corresponde a uma parte da declaração lida na conferência de imprensa. Especialmente o item 3, que abordou a questão da prevenção da guerra, é compatível com o discurso que vinha sendo construído desde o final da guerra – o controle da energia atômica, sobretudo o seu aspecto militar, deveria ser aliado ao trabalho de evitar um novo conflito. Nas audiências de outubro sobre o *May-Johnson Bill*, questionamentos foram levantados sobre a possibilidade de defesa contra armas nucleares, o que todos os cientistas que depuseram responderam em consonância que não havia nenhuma. No início de dezembro, em audiência para o Comitê Especial sobre Legislação de Energia Atômica, Oppenheimer voltou a afirmar que não há nenhuma contramedida a bombas atômicas.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Citação original: “3. We are aware that the only complete protection for the civilized world from the destructive use of scientific knowledge lies in the prevention of war. No system of safeguards that can be devised will of itself provide an effective guarantee against production of atomic weapons by a nation bent on aggression. Nor can we ignore the possibility of the development of other weapons, or of new methods of warfare, which may constitute as great a threat to civilization as the military use of atomic energy.

4. Representing, as we do, the three countries which possess the knowledge essential to the use of atomic energy, we declare at the outset our willingness, as a first contribution, to proceed with the exchange of fundamental scientific information and the interchange of scientists and scientific literature for peaceful ends with any nation that will fully reciprocate.” HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **The President’s News Conference Following the Signing of a Joint Declaration on Atomic Energy**. 15 de novembro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/191/presidents-news-conference-following-signing-joint-declaration-atomic>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

¹⁷⁵ THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. 69. 9 de dezembro de 1945.

Também no Comitê Especial do Senado, a Marinha e o Exército anunciaram os planos para um teste com bombas atômicas contra navios de guerra previstos para o próximo ano. Brien McMahon (D-CT) se manifestou sugerindo uma audiência internacional para acompanhar a experiência. De acordo como senador, além de uma forma de demonstrar boa fé na intenção norte-americana em prosseguir com o controle internacional da energia nuclear, a ocasião também seria propícia para demonstrar os estragos que poderiam ser causados por tal arma: “Sua visão é que os estadistas do mundo devem ficar impressionados com o horror da arma e, além disso, que seria um gesto de boa vontade que levaria ao controle internacional da energia atômica”¹⁷⁶.

Havia o discurso de impulsionar a cooperação e auxiliar na construção de acordos sobre energia atômica nas Nações Unidas, mas, além disso, também existia a agenda de demonstração de superioridade. Os Estados Unidos naquele momento detinham o monopólio das bombas atômicas e acreditavam que permaneceriam na posição por ainda alguns bons anos ou décadas. Assim, Truman e seus conselheiros de política externa trabalhavam, desde as bombas detonadas em solo japonês, para que Stalin tivesse consciência do poder da arma e, com isso, moderasse suas intenções no pós-guerra. O governo americano havia incentivado oficiais soviéticos a visitarem as ruínas de Hiroshima e permitiram que assistissem aos testes no Pacífico que ocorreram em julho de 1946. Esses esforços tinham como objetivo salientar a força militar americana e garantir que os soviéticos estivessem cientes do potencial da arma nuclear em um cenário de guerra.¹⁷⁷ Enquanto os preparativos para os testes do verão estavam sendo feitos pelos militares, no Capitólio o esforço durante o primeiro semestre de 1946 era a aprovação da proposta de McMahon para a regulação da bomba atômica.

2.3 O projeto de lei de McMahon

O ano de 1946 iniciou-se com as audiências sobre o projeto de lei apresentado por McMahon (D-CT), o S. 1717, no Comitê Especial do Senado – a proposta ficou conhecida como “*McMahon Bill*”. O secretário da Marinha, James Forrestal, deu

¹⁷⁶ Citação original: “His view is that the world’s statesmen must be impressed with the horror of the weapon and, further, that it would be a gesture of good-will leading toward international control of atomic energy”. LEVIERO, Anthony. Army, Navy shape bomb test at sea: Official plan is announced – industrial revolution is predicted by scientist. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 11 de dezembro de 1945.

¹⁷⁷ GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

depoimento enfatizando a necessidade de representação militar na Comissão de Energia Atômica que seria criada¹⁷⁸. No rascunho inicial da proposta, não havia prerrogativa para presença de militares entre os membros, uma vez que o objetivo era formar uma agência exclusivamente civil. As audiências aconteceram entre os dias 22 de janeiro e 8 de abril, dando continuidade àquelas realizadas desde novembro de 1945. A finalidade era responder a alguns questionamentos, tais como: i. quais foram os efeitos das bombas atômicas detonadas em Hiroshima e Nagasaki e quais as potencialidades destrutivas da arma; ii. qual a dificuldade em se fabricar uma bomba atômica e o quão viável seria para outros países a produzirem; iii. se existiria algum tipo de defesa à bomba; iv. qual a magnitude do segredo e por quanto tempo ele pode ser mantido; v. quais os possíveis benefícios da energia atômica em tempos de paz; vi. questões sobre a direção do Projeto Manhattan, como se originou, quais foram os colaboradores e como seria operado no futuro.¹⁷⁹

Em paralelo, avançavam os arranjos para a série de testes nucleares que foi realizada no verão de 1946 (*Operation Crossroads*, no Atol do Bikini, Oceano Pacífico). O secretário de Estado, James Byrnes, sinalizou concordância em convidar a Comissão de Energia Atômica da ONU como parte observadora e declarou que o presidente também havia dado sua anuência. Os departamentos de Estado, de Guerra e da Marinha também manifestaram concordância com o plano. Essa medida agradou McMahon (D-CT), que anteriormente já havia declarado ser favorável a trazer membros da comunidade internacional ao experimento. O convite foi enviado aos membros permanentes (EUA, Reino Unido, França, União Soviética e China) e temporários da Comissão (Austrália, Brasil, Egito, Holanda, México e Polônia), e ao Canadá.

Os deputados Carl Vinson (D-GA) e Robert A. Grant (R-IN) do Comitê de Assuntos Navais da Câmara afirmaram que estavam trabalhando em uma medida que prevenisse que dados técnicos dos testes fossem enviados à Comissão das Nações Unidas. Outros congressistas, a exemplo de Hugh De Lacey (D-WA), eram contrários às propostas de segredo absoluto. De Lacey argumentou que se o interesse dos americanos é a paz, então devem ser enviados à ONU alguns dos resultados do

¹⁷⁸ LEVIERO, Anthony. Forrester urges strong atom body: Navy Secretary would give no power to President to oust Commission members. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 24 de janeiro de 1946.

¹⁷⁹ **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5).

teste.¹⁸⁰ Por fim, em emenda à Resolução de Vinson (que autorizava a destruição de navios da Marinha nos testes), ficou aprovado o compartilhamento de algumas informações, desde que não prejudiquem a segurança do país.¹⁸¹

Os esforços tanto para a regulamentação da energia atômica quanto para os testes do Atol do Bikini eram uma estratégia para manter a superioridade nuclear dos Estados Unidos. Conant comentou, em um jantar no Conselho de Relações Exteriores de Nova York em abril de 1946, que acreditava que os russos estariam mais propensos a chegar em um acordo efetivo para o controle da energia atômica se os EUA continuassem a produzir bombas.¹⁸² Essa ideia era compartilhada por outros membros do governo e até pelo próprio presidente Truman – os americanos não tinham real noção, naquele momento, do quão avançado estava o progresso para a fabricação das bombas atômicas soviéticas. Assim, a convicção era de demonstração de força, para que o mundo (em especial a URSS) acreditasse que o aparato militar dos EUA era imbatível. Nesse mesmo jantar, Conant manifestou a sua crença de que a União Soviética estava longe de ter suas próprias bombas. Nesse sentido, citou estimativas de cientistas que avaliavam que a perspectiva era que isso ocorresse no intervalo de cinco a vinte anos e afirmou que ele, Conant, acreditava que seriam quinze anos.¹⁸³ Mesmo com falhas de inteligência que levavam os EUA a acreditarem que a URSS estava longe de produzir sua bomba atômica, a necessidade de prontidão permanecia. Havia um sentimento de urgência em construir as instituições necessárias para o empreendimento da energia atômica, com a visão na defesa nacional.

No início de fevereiro de 1946, Truman enviou carta a McMahon (D-CT) concernente ao projeto de lei S. 1717. O presidente apontou algumas sugestões para serem acrescentadas na legislação, dentre elas: reiterou o desejo de ser uma comissão composta apenas por civis (sugerindo três membros em tempo integral); recomendou que o governo fosse o único proprietário e produtor de material físsil; e propôs acrescentar a competência de firmar acordos internacionais dentre as

¹⁸⁰ LEVIERO, Anthony. Byrnes gives UNO atomic test role: President agrees to 12-Nation Board's observing blast – House group for secrecy. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 30 de janeiro de 1946.

¹⁸¹ THE NEW YORK TIMES. Secrecy favored on atom test data: House Committee approves bill to curb revelations by military officials. **The New York Times**. Nova York, p. 8. 31 de janeiro de 1946.

¹⁸² HERSHBERG, James G.. **James B. Conant: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

¹⁸³ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

atribuições dessa comissão. Ademais, o chefe do Executivo também elogiou a conduta do Comitê Especial no trabalho com as audiências:

Agradeço a forma completa e imparcial com que as audiências de energia atômica foram realizadas perante seu Comitê. Acredito que as audiências, de acordo com a tradição democrática, ajudaram o povo a obter uma visão mais clara sobre os problemas que tal legislação deve enfrentar¹⁸⁴.

O projeto de McMahon, apesar de ser mais bem aceito do que o *May-Johnson Bill*, ainda contava com algumas críticas, sendo a principal delas baseada em uma suposta fraqueza no quesito de segurança. O Departamento de Guerra era um dos atores que pleiteava conseguir maior participação militar na versão final do projeto. Senadores sêniores também se preocupavam com a questão da segurança, a exemplo de Arthur Vandenberg (R-MI) e Tom Connally (D-TX)¹⁸⁵. Por outro lado, a proposta, ao ser o reflexo das audiências conduzidas pelo Comitê Especial, agradavam mais os cientistas, uma vez que permitiam maior abertura para o desenvolvimento tecnológico; o *May-Johnson Bill* era muito mais restrito nesse quesito. O *Washington Post* escreveu, em 8 de fevereiro de 1946, sobre este dilema:

Uma salvaguarda que poderia ser prontamente incluída no *McMahon Bill* seria dar ao Estado-Maior um controle sobre certas decisões da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, especialmente aquelas que envolvem a divulgação de informações.¹⁸⁶

Com essa sugestão do jornal, não se perderia o propósito de construir uma agência com membros civis, mas também se obteria um compromisso em estabelecer algum tipo de participação dos departamentos militares. A questão sobre a liderança civil é muito cara para a tradição democrática americana. Assim como os debates em torno da unificação das forças armadas e a criação do Departamento de Defesa, tornava-se imperativo que uma das agências mais poderosas do governo dos EUA a ser criada fosse chefiada por civis.

¹⁸⁴ Citação original: “I appreciate the thorough and impartial manner in which atomic energy hearings have been held before your Committee. I believe that the hearings, in keeping with democratic tradition, have aided the people in obtaining a clearer insight into the problems which such legislation must meet”. TRUMAN, Harry S. **Letter to Senator McMahon Concerning a Bill for Domestic Development and Control of Atomic Energy**. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project. 2 de fevereiro de 1946. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/node/232401>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

¹⁸⁵ ALBRIGHT, Robert C.. Bill vesting atom rule in civilians due to get ‘Nagasaki’ treatment. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B3. 10 de fevereiro de 1946.

¹⁸⁶ Citação original: “One safeguard which could readily be witten into the McMahon Bill would be to give the joint chiefs of staff a check on certain decisions of the United States Atomic Energy Commission, especially those involving the disclosure of information”. LINDLEY, Ernest. Atomic legislation: McMahon Bill needs amending. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 7. 8 de fevereiro de 1945.

O General Leslie R. Groves deu testemunho no Comitê Especial do Senado no final de fevereiro e fez objeções à ideia de uma comissão exclusivamente civil. Groves havia sido um dos consultores na produção do *May-Johnson Bill* e tinha se tornado um forte defensor da aprovação sem demora daquele projeto de lei. Não era a primeira vez que o general se manifestava contrariamente à proposta do Senado e ele continuou oferecendo resistência ao modelo que propunha a transferência do controle para fora da alçada dos militares. O depoente manifestou a recomendação de alterar para nove membros, em regime parcial, sendo de dois a quatro oficiais da Marinha e do Exército. A justificativa foi “porque a energia atômica é utilizada principalmente como arma, argumentou Groves, os serviços militares devem estar representados na Comissão”¹⁸⁷. As objeções de Groves permaneceram após a aprovação do *McMahon Bill* e, com isso, conforme Hershberg definiu, a transição do MED para a AEC foi bastante confusa.¹⁸⁸

Em meados de março ocorreu o compromisso já esperado – o Comitê Especial do Senado aprovou, por seis votos a um (McMahon votou contra), emenda formando uma comissão militar para revisar medidas de defesa da Comissão de Energia Atômica. O secretário de Comércio, Henry A. Wallace, se manifestou em repúdio à alteração no projeto, alegando que com isso se abriria a possibilidade para um “fascismo militar”¹⁸⁹. Wallace era o único membro do Gabinete de FDR que restara – ele ficou no cargo até setembro de 1946 – e, desde a posse de Truman, demonstrara receio da influência na nova administração de figuras militares como o General Groves.¹⁹⁰

Vandenberg (R-MI), patrocinador da mudança em favor da junta militar, disse que Wallace estava equivocado, reforçando a premissa de que a autoridade definitiva ainda estaria nas mãos dos civis, além de a palavra final estar a cargo do presidente.

¹⁸⁷ Citação original: “because atomic energy is mainly used as a weapon, Groves argued, the military services must be represented on the commission”. FRIENDLY, Alfred. Groves differs with Truman on control of atomic bomb. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 9. 28 de fevereiro de 1945.

¹⁸⁸ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

¹⁸⁹ LEVIERO, Anthony. Voice for military on atom approved: Senate Committee votes to set up supervisory board – Wallace sees fascism. **The New York Times**. Nova York, p. 1-6. 13 de março de 1946.

¹⁹⁰ LEUCHTENBURG, William E. Harry Truman. In: LEUCHTENBURG, William E. **In the Shadow of FDR: From Harry Truman to Barack Obama**. Cornell University Press, 2010.

McMahon (D-CT) explicou seu voto contrário dizendo que ao permitir que os militares revisem as ações, isso poderia acarretar atraso no desenvolvimento de energia atômica para fins pacíficos. Vandenberg, por outro lado, replicou o colega dizendo que de todo modo o Comitê Militar não disporia de poder de voto¹⁹¹. Truman não teceu comentários à emenda em específico, mas declarou que os militares deveriam de fato ser consultados, contudo, o controle primário sobre energia nuclear deveria repousar em autoridade civil que respondesse diretamente à Casa Branca¹⁹².

A controvérsia entre controle civil ou militar da energia atômica permeou o resto do mês de março até o início de abril de 1946. Foi feita a proposta de adição de mais um grupo consultivo, um corpo técnico, composto por cientistas civis e outros especialistas em produção. Sobre a emenda de Vandenberg (R-MI), Wallace voltou a comentar que “viola aquele princípio há muito estabelecido que, em tempo de paz, o controle final sobre todos os aspectos de nossa vida nacional deve repousar em mãos civis”¹⁹³.

O *Washington Post* criticou duramente a falta de decisão em torno do *McMahon Bill*, chamando de “*The Atomic Mess*” [A Bagunça Atômica] em reportagem do dia 24 de março de 1946.¹⁹⁴ O jornal afirmou que a versão original da matéria tinha previsões de segurança fracas, porém, proclamou que as tentativas de emendas foram piores. Por fim, no início de abril, o projeto de lei foi tomando forma para o que seria o texto final. A emenda de Vandenberg (R-MI), em nova versão, especificava que os membros do Comitê de Ligação Militar seriam indicados pelos Departamentos de Guerra e da Marinha e reportariam para os respectivos secretários, e não diretamente ao presidente. O conselho de militares teria como papel supervisionar a AEC

¹⁹¹ LEVIERO, Anthony. Voice for military on atom approved: Senate Committee votes to set up supervisory board – Wallace sees fascism. **The New York Times**. Nova York, p. 1-6. 13 de março de 1946.

¹⁹² THE NEW YORK TIMES. Truman restates atom-board ideas: He wants civilian control, with the military consulted on National Defense Policy. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 15 de março de 1946.

¹⁹³ Citação original: “violates that long established principle that in time of Peace that final control over all aspects of our national life should rest in civilian hands”. FRIENDLY, Alfred. Civilian atom rule urged by Patterson: Military control again denounced by Wallace; third body is proposed. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 16 de março de 1946.

¹⁹⁴ ALSOP, Joseph; ALSOP, Stewart. Matter of fact: The Atomic Mess. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B5. 24 de março de 1946.

exclusivamente nas matérias que se referiam a aplicações militares da energia atômica¹⁹⁵. Em seguida, foram acrescentados ao projeto também um comitê consultivo civil e o Comitê Conjunto do Congresso. Sobre esse último, destaca-se que seu papel seria realizar estudos contínuos das atividades da AEC e lidar com toda a legislação atômica¹⁹⁶.

No dia 11 de abril de 1946, o *McMahon Bill* foi adotado por unanimidade pelo Comitê Especial do Senado. Um relatório sobre o projeto de lei foi submetido pelo próprio senador McMahon (D-CT) no dia 19 de abril, detalhando as cláusulas da legislação, além de contar com o histórico da questão e outras referências. É especialmente relevante a parte II do documento, que fez a análise do S. 1717 por seções, explicou o mérito da matéria e a importância de sua aprovação. Alguns trechos merecem destaque:

Sujeito ao objetivo primordial de assegurar a defesa e a segurança nacional, o projeto de lei tem como finalidade orientar o desenvolvimento da energia atômica de forma a melhorar o bem-estar público, aumentar o nível de vida, fortalecer a livre concorrência na iniciativa privada e promover a paz mundial.¹⁹⁷

Aqui, McMahon (D-CT) alinhou os dois pontos que estiveram mais exaustivamente em discussão – o concerto entre desenvolvimento científico e a garantia de segurança nacional. Ao mesmo tempo que enfatizou a importância de almejar a paz mundial, também destacou a valia do progresso tecnológico advindo da energia nuclear. Em seguida, trecho da letra do projeto de lei sobre a organização da nova agência a ser criada:

Seção 2. Organização

(a) Comissão de Energia Atômica. –

(1) Fica estabelecida uma Comissão de Energia Atômica [...], que será composta por cinco membros. [...] O Presidente designará um membro como Presidente da Comissão.
[...]

¹⁹⁵ THE WASHINGTON POST. Atomic Statesmanship. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 3 de abril de 1946.

¹⁹⁶ ASSOCIATED PRESS. Atomic Group to receive broad powers. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 6 de abril de 1946.

¹⁹⁷ Citação original: “Subject to the paramount objective of assuring the national defense and security, it is the purpose of the bill to direct the development of atomic energy in such a way as to improve the public welfare, increase the standard of living, strengthen free competition in private enterprise, and promote world peace.” **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 9.

- (4) Fica estabelecido no âmbito da Comissão -
 (A) um Secretário Geral, que desempenhará as funções administrativas e executivas da Comissão que a Comissão determinar.
 [...]
 (B) uma Divisão de Pesquisa, uma Divisão de Produção, uma Divisão de Engenharia, e uma Divisão de Aplicação Militar.
 [...]
- (b) Comitê Consultivo Geral. – Haverá um Comitê Consultivo Geral para assessorar a Comissão em assuntos científicos e técnicos relativos a materiais, produção e pesquisa e desenvolvimento, a ser composto de nove membros civis, que serão nomeados pelo Presidente.
 [...]
- (c) Comitê de Ligação Militar. – Haverá um Comitê de Ligação Militar composto por representantes dos Departamentos de Guerra e da Marinha, detalhados ou designados, sem compensação adicional, pelos Secretários de Guerra e da Marinha, no número que eles determinarem. A Comissão deverá assessorar e consultar o Comitê sobre todas as questões de energia atômica que o Comitê julgar relacionadas com aplicações militares, incluindo o desenvolvimento, fabricação, uso e armazenamento de bombas, a alocação de materiais fissionáveis para pesquisa militar e o controle de informações relacionadas com a fabricação ou utilização de armas atômicas.¹⁹⁸

McMahon (D-CT) comentou, já de início no relatório, sobre a composição civil da AEC: “A decisão de limitar a elegibilidade dos membros a civis foi adotada pelo Comitê de acordo com as tradições estabelecidas de nosso governo. Ela está em conformidade com os princípios valorizados e mantidos ao longo da história

¹⁹⁸ Citação original: “Section 2. Organization

(a) Atomic Energy Commission. –

(1) There is hereby established an Atomic Energy Commission [...], which shall be composed of five members. [...] The President shall designate one member as Chairman of the Commission.

[...]

(4) There are hereby established within the Commission –

(A) a General Manager, who shall discharge such of the administrative and executive functions of the Commission as the Commission may direct.

[...]

(B) a Division of Research, a Division of Production, a Division of Engineering, and a Division of Military Application.

[...]

(b) General Advisory Committee. – There shall be a General Advisory Committee to advise the Commission on scientific and technical matters relating to materials, production, and research and development, to be composed of nine members, who shall be appointed from civilian life by the President.

[...]

(c) Military Liaison Committee. – There shall be a Military Liaison Committee consisting of representatives of the Departments of War and Navy, detailed or assigned thereto, without additional compensation, by the Secretaries of War and Navy in such number as they may determine. The Commission shall advise and consult with the Committee on all atomic energy matters which the Committee deems to relate to military applications, including the development, manufacture, use, and storage of bombs, the allocation of fissionable materials for military research, and the control of information relating to the manufacture or utilization of atomic weapons.” **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 10-11.

americana”¹⁹⁹. Nesse excerto o senador deixou clara a importância da manutenção de civis na liderança efetiva da nova agência, assim, mesmo que aprovado o Comitê de Ligação Militar, a autoridade final ainda era civil – e, em última instância, a decisão seria presidencial.

Está expresso no teor da legislação o monopólio governamental na produção de todo material físsil, conforme já havia sido reiterado em diversos momentos. McMahon (D-CT) elucidou em seu comentário sobre a seção correspondente: “Desde o início de suas deliberações, o Comitê está convencido de que um monopólio governamental absoluto da produção de materiais fissionáveis é indispensável para o controle doméstico efetivo da energia atômica”²⁰⁰. Há uma longa porção especificando os pormenores desse monopólio, assim como definições e explanações sobre os materiais em questão. Sobre as aplicações militares da energia atômica, foi enfatizado pelo relatório que a decisão final sobre produção, custódia, transferência e uso de bombas nucleares é exclusiva do presidente. McMahon apontou em seus comentários que o projeto de lei garantia que armas atômicas, pelo seu enorme potencial militar, estariam sob controle do presidente, em sua prerrogativa de comandante-em-chefe.²⁰¹

O Congresso aparece nas seções 7 e 14, conforme as passagens abaixo:

Seção 7. Utilização da energia atômica

[...] (b) Relatório ao Congresso. – Sempre que em sua opinião qualquer uso industrial, comercial ou outro uso não militar de material cindível ou energia atômica tenha sido suficientemente desenvolvido para ser de valor prático, a Comissão preparará um relatório ao Presidente declarando todos os fatos com respeito a tal uso, a estimativa da Comissão dos efeitos sociais, políticos, econômicos e internacionais de tal uso e as recomendações da Comissão sobre a necessidade de legislação suplementar desejável. O Presidente deverá então transmitir este relatório ao Congresso juntamente com suas recomendações.²⁰²

¹⁹⁹ Citação original: “The decision to limit membership eligibility to civilians was adopted by the committee in keeping with established traditions of our Government. It accords with principles cherished and maintained throughout American history”. **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 11.

²⁰⁰ Citação original: “From the start of its deliberations, the committee has been convinced that an absolute Government monopoly of production of fissionable materials is indispensable to effective domestic control of atomic energy”. **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 14.

²⁰¹ **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5).

²⁰² Citação original: “Section 7. Utilization of atomic energy

[...]

(b) Report to Congress. – Whenever in its opinion any industrial, commercial, or other nonmilitary use of fissionable material or atomic energy has been sufficiently developed to be of practical value, the Commission shall prepare a report to the President stating all the facts with respect to such use, the Commission’s estimate of the social, political, economic, and international effects of such use and the

Seção 14. Comitê Conjunto sobre Energia Atômica

(a) É criado um Comitê Conjunto sobre Energia Atômica a ser composto por nove membros do Senado a serem nomeados pelo Presidente do Senado, e nove membros da Câmara dos Deputados a serem nomeados pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Em cada instância, não mais de cinco membros devem ser membros do mesmo partido político.

(b) O Comitê Conjunto deverá fazer estudos contínuos das atividades da Comissão de Energia Atômica e dos problemas relacionados ao desenvolvimento, uso e controle da energia atômica. A Comissão manterá o Comitê Conjunto plena e atualmente informado a respeito das atividades da Comissão. Todos os projetos de lei, resoluções e outros assuntos do Senado ou da Câmara dos Deputados relacionados principalmente à Comissão ou ao desenvolvimento, uso ou controle da energia atômica serão encaminhados ao Comitê Conjunto.²⁰³

Uma das críticas recorrentes ao *May-Johnson Bill* era ausência do Poder Legislativo nos processos decisórios referentes à energia atômica. De fato, uma das funções do Congresso é supervisionar agências do Poder Executivo, então, era esperado que o Capitólio desempenhasse funções no processo decisório. Sobre esse tópico, a Constituição americana não fala especificamente do poder de supervisão (*oversight*) e investigação do Legislativo. Contudo, o entendimento é que essa autoridade está implícita, uma vez que o Congresso possui “todos os poderes legislativos” e a prática acontece desde o século XVIII.²⁰⁴

Ademais, a Lei de Reorganização Legislativa de 1946 incluía entre as prerrogativas dos comitês permanentes a de fiscalizar as agências da área de atuação equivalente.²⁰⁵ Barrett afirma, nesse contexto, que é papel do Congresso apropriar todo o orçamento que agências do Executivo podem gastar.²⁰⁶ O Comitê Conjunto

Commission’s recommendations for necessary of desirable supplemental legislation. The President shall then transmit this report to the Congress together with his recommendations.” **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 20.

²⁰³ Citação original: “Section 14. Joint Committee on Atomic Energy

(a) There is hereby established a Joint Committee on Atomic Energy to be composed of nine Members of the Senate to be appointed by the President of the Senate, and nine Members of the House of Representatives to be appointed by the Speaker of the House of Representatives. In each instance not more than five members shall be members of the same political party.

(b) The joint committee shall make continuing studies of the activities of the Atomic Energy Commission and of problems relating to the development, use, and control of atomic energy. The Commission shall keep the joint committee fully and currently informed with respect to the Commission’s activities. All bills, resolutions, and other matters in the Senate or the House of Representatives relating primarily to the Commission or to the development, use, or control of atomic energy shall be referred to the joint committee.” **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 29.

²⁰⁴ History, Art & Archives, U.S. House of Representatives. **Investigations & Oversight**. Disponível em: <https://history.house.gov/Institution/Origins-Development/Investigations-Oversight/>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

²⁰⁵ GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom: the integration of powers**. Nova York: Atherton Press, 1963.

²⁰⁶ BARRETT, David M. **The CIA and Congress: The Untold Story from Truman to Kennedy**. Lawrence: University Press of Kansas, 2005. p. 3.

sobre Energia Atômica (JCAE) iria desempenhar, outrossim, papel congênere à Comissão de Energia Atômica (AEC) do Executivo nas questões nucleares.²⁰⁷ McMahon (D-CT), em suas considerações, defendeu a participação do Legislativo na matéria:

A importância do campo da energia atômica, aliada ao caráter único dos problemas levantados por seu desenvolvimento, faz com que seja peculiarmente desejável e necessário que o Congresso esteja sempre plenamente familiarizado com o trabalho da Comissão. [...] A utilidade de tal Comitê em concentrar a responsabilidade no Congresso e em manter o legislador informado não pode ser enfatizada demais. O Comitê Conjunto estará em condições de dar uma ajuda substancial ao Comitê de Apropriações; e de fazer considerações sobre complementação e emendas a legislações, conforme a necessidade.²⁰⁸

O *McMahon Bill* foi aprovado por unanimidade no plenário do Senado no dia 1º de julho de 1946, passando em seguida para apreciação da Câmara. A matéria foi examinada pelo Comitê de Assuntos Militares, que aprovou diversas emendas, dentre elas, a considerada mais controversa foi a que permitia que os militares, com autorização do presidente, manufacturassem bombas atômicas. A emenda foi proposta pelo deputado Charles H. Elston (R-OH) e apoiada por Andrew J. May (D-KY, presidente do Comitê) e J. Parnell Thomas (R-NJ). Os senadores, entretanto, sinalizaram a vontade de derrubar essas emendas²⁰⁹. O *New York Times* noticiou essa intenção, deixando a discordância do periódico com o teor das emendas implícita nas entrelinhas:

Os proponentes do *McMahon Bill*, que foi aprovado por unanimidade pelo Comitê de Energia Atômica do Senado e pelo próprio Senado, planejam uma dura luta no plenário e em conferência para derrotar as emendas adotadas ontem e hoje que dariam aos oficiais militares muito mais influência na Comissão do que o controverso *May-Johnson Bill*.²¹⁰

²⁰⁷ BARRETT, David M. **The CIA and Congress: The Untold Story from Truman to Kennedy**. Lawrence: University Press of Kansas, 2005. p. 51.

²⁰⁸ Citação original: "The importance of the field of atomic energy, coupled with the unique character of the problems raised by its development, makes it peculiarly desirable and necessary that the Congress be fully acquainted at all times with the work of the Commission. [...] The usefulness of such a committee in focusing responsibility in the Congress and in keeping the legislature informed cannot be over-emphasized. The joint committee will be in a position to give substantial aid to the Appropriations Committee; and to give consideration to supplementary and amending legislation as the need arises." **Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946**, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5), p. 29-30.

²⁰⁹ THE NEW YORK TIMES. Atom bomb making by army is backed: House group further amends M'Mahon bill – scientists protest military gains. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 20 de junho de 1946.

²¹⁰ Citação original: "Proponents of the McMahon Bill, which was unanimously passed by the Senate Atomic Energy Committee and the Senate itself, plan a hard fight on the floor and in conference to defeat the amendments adopted yesterday and today which would give military officers far more

Percebe-se que o corpo editorial do NYT estava insatisfeito com o curso do projeto de lei ao analisar o trecho que afirmava que as emendas estariam dando mais influência aos militares na AEC do que o *May-Johnson Bill*. Ou seja, infere-se que, após o *McMahon Bill* atingir um equilíbrio desejável de autoridade civil com consultoria militar, as emendas iriam torná-lo pior do que a proposta anterior, amplamente rejeitada justamente por dar muita ênfase nos aspectos de defesa militar. Prevalencia a defesa do controle nas mãos de civis como forma de manter o Estado democrático em tempos de paz. Essa era uma discussão que ocorria com frequência, a dicotomia entre liderança civil ou militar, e era consequência do fato de que os EUA não tinham tradição histórica de manter muitos contingentes militares ativos até a Segunda Guerra Mundial. Essa realidade começava a se modificar no advento da Guerra Fria e perdura até os dias de hoje, com presença americana marcante no mundo todo. O *Washington Post* também se manifestou de forma contrária às alterações, mas de forma mais direta, conforme nota-se no trecho:

O que eles estão fazendo é brandir a bomba atômica como uma arma militar no exato momento em que os Estados Unidos estão procurando convencer o mundo de que nossas intenções são pacíficas e honrosas. O momento não poderia ter sido mais desastroso.

[...]

Talvez a explicação mais caridosa para o comportamento de May seja o ciúme, o ressentimento pelo fato de que o *May-Johnson Bill* foi deixado de lado para o *McMahon Bill*.²¹¹

Mesmo com oposição de um bloco de republicanos que tentou derrotar o projeto de lei de McMahon em sua integridade, a proposta foi aprovada no plenário da Câmara por 265 votos a 79 no último terço de julho de 1946. Antes da votação, foi proposta moção para retornar o projeto para o Comitê de Assuntos Militares, o que atrasaria ainda mais o andamento, porém os democratas conseguiram barrar essa proposta e a votação final aconteceu. Entretanto, as emendas se mantiveram e a matéria seguiu para a conferência entre a Câmara e o Senado. O bloco democrata

influence in the commission than the controversial May-Johnson Bill.” THE NEW YORK TIMES. Atom bomb making by army is backed: House group further amends M'Mahon bill – scientists protest military gains. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 20 de junho de 1946.

²¹¹ Citação original: “What they are doing is to brandish the atomic bomb as a military weapon at the very moment when the United States is seeking to convince the world that our intentions are peaceful and honorable. The timing could have scarcely been more disastrous.

[...]

Perhaps the most charitable explanation for May's behavior is jealousy, resentment of the fact that the May-Johnson Bill was set aside for the McMahon Bill.” CHILDS, Marquis. Washington calling: Snafu from Mr. May. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 25 de junho de 1946.

não tentou barrar as emendas por votação nominal para não dar mais munição aos congressistas que queriam enterrar de vez o projeto, assim, o passo seguinte seria tentar derrubá-las na conferência conjunta.²¹² Dessa forma, em resumo, dentre as emendas mais importantes, destacam-se: a inclusão de no mínimo um oficial militar na AEC, permitindo a expansão para dois membros se conveniente; nomeação obrigatória de oficial militar para o cargo de diretor da Divisão Militar da Comissão; e a permissão da manufatura de bombas atômicas pelo Exército e pela Marinha.²¹³

A conferência entre a Câmara dos Deputados e o Senado para adequação da versão final do projeto de lei aconteceu no final de julho. Os deputados se recusavam a compartilhar com outras nações qualquer tipo de informação sobre usos industriais para energia atômica. Contudo, após deliberações, concordaram em reescrever a previsão, com a condição de que tais conhecimentos fossem disseminados apenas “[...] após o Congresso ter descoberto por resolução conjunta que ‘salvaguardas internacionais eficazes e aplicáveis’ contra o emprego do átomo ‘para fins destrutivos’ tinham sido levantadas em todo o mundo”²¹⁴.

O grupo de senadores também fez concessões, como a permissão de que o Procurador-Geral dos Estados Unidos pudesse processar eventuais violações relacionadas a questões de energia nuclear sem precisar consultar os membros da Comissão. Ademais, na nova redação da proposta legislativa, o Departamento de Investigação Federal (FBI, da sigla em inglês) ganharia maiores responsabilidades investigativas em suspeitas de violação, além de ter sido incluída a pena de morte para crimes de transferência do segredo atômico com intenção de prejudicar os Estados Unidos.

No tocante à presença de militares como membros da AEC, o senador Arthur Vandenberg (R-MI) e o deputado Ewing Thomason (D-TX) lideraram a defesa do plano inicial de composição puramente civil da agência. Os senadores estavam convictos, em bloco, da manutenção da versão original, enquanto os deputados se encontravam divididos.²¹⁵ Então, a medida foi retirada e a Comissão permaneceu tal

²¹² FRIENDLY, Alfred. House passes atom control bill, 265 to 79: Measure is crippled by amendments; fight to recommit loses. **The Washington Post**. Washington, DC, p. M1. 21 de julho de 1946.

²¹³ THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. E2. 21 de julho de 1946.

²¹⁴ Citação original: “[...] after Congress had found by joint resolution that ‘effective and enforceable international safeguards’ against employing the atom ‘for destructive purposes’ had been raised over the world”. WHITE, William S.. Death penalty for atom treason is accepted by Senate conferees. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 25 de julho de 1946.

²¹⁵ WHITE, William S.. Death penalty for atom treason is accepted by Senate conferees. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 25 de julho de 1946.

qual a ideia original, com a composição de cinco membros, todos civis. Com isso, a legislação foi aprovada pela conferência e no dia 1º de agosto foi assinada por Harry Truman, transformando-se na Lei de Energia Atômica de 1946.²¹⁶

Figura 6 – Presidente Harry Truman assina a Lei de Energia Atômica de 1946



Fonte: HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **President Truman signs atomic energy bill.** Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/59-1220>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

Na foto acima, o presidente Harry Truman assinando a Lei de Energia Atômica de 1946. Com isso, entrava em vigor a legislação referente ao controle e ao desenvolvimento da energia nuclear nos Estados Unidos. Após de Truman, da esquerda para a direita: senadores Tom Connally (D-TX), Eugene Millikin (R-CO), Edwin Johnson (D-CO), Thomas Hart (R-CT), Brien McMahon (D-CT), Warren Austin (R-VT) e Richard Russell (D-GA).

²¹⁶ THE NEW YORK TIMES. Atom control bill signed by Truman. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 2 de agosto de 1946.

2.4 A Lei de Energia Atômica de 1946

Com a aprovação da Lei de Energia Atômica de 1946, foram criados a Comissão de Energia Atômica (AEC) e o Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (JCAE). A responsabilidade pela nomeação dos membros da AEC era do presidente dos Estados Unidos. Contudo, Truman não apontou nomes de imediato, mas alguns candidatos possíveis começaram a ser considerados, sendo um deles David E. Lilienthal, que de fato seria indicado para o cargo de presidente da agência no final do ano de 1946.²¹⁷

No dia seguinte à sanção da Lei de Energia Atômica de 1946, os deputados e senadores a compor o JCAE foram nomeados. Como os democratas controlavam a maioria tanto na Câmara quanto no Senado, conseguiram um número maior de senadores e deputados ocupando o JCAE (totalizando cinco democratas e quatro republicano provenientes de cada Casa). O presidente *Pro Tempore* do Senado, Kenneth McKellar (D-TN), indicou os senadores e o presidente da Câmara, Sam Rayburn (D-TX), os deputados. Abaixo, os nomes apontados:

Tabela 1 – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1946

	Senadores	Deputados
Democratas	Brien McMahon (Connecticut)	R. Ewing Thomason (Texas)
	Richard B. Russell (Geórgia)	Carl T. Durham (Carolina do Norte)
	Edwin C. Johnson (Colorado)	Aime J. Forand (Rhode Island)
	Tom Connally (Texas)	Chet Holifield (Califórnia)
	Harry F. Byrd (Virgínia)	Melvin Price (Illinois)
Republicanos	Arthur H. Vandenberg (Michigan)	Charles Elston (Ohio)
	Eugene D. Millikin (Colorado)	J. Parnell Thomas (Nova Jersey)
	Bourke B. Hickenlooper (Iowa)	Carl Hinshaw (Califórnia)
	William F. Knowland (Califórnia)	Clare Boothe Luce (Connecticut)

Fonte: THE NEW YORK TIMES. Congress Committee named. **The New York Times**. Nova York, p. 6. 3 de agosto de 1946. Adaptada pela autora.

²¹⁷ THE NEW YORK TIMES. Atom control bill signed by Truman. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 2 de agosto de 1946.

Durante esse segundo semestre de 1946, o recém-instalado JCAE não teve tempo para fazer tantas coisas. O orçamento para o Comitê não havia sido apropriado ainda e as sessões executivas só começaram em janeiro de 1947. Ademais, o Comitê Especial do Senado expiraria apenas no final de janeiro de 1947, data na qual seus fundos seriam transferidos para a seção do Senado do JCAE²¹⁸. Acontecia naquele momento, também, a temporada eleitoral para as eleições de meio de mandato para o Congresso. A Câmara dos Deputados seria inteiramente renovada, visto que os mandatos têm duração de 2 anos, ao passo que o Senado teria um terço de seus membros eleitos naquele ciclo, pois senadores têm 6 anos de ofício.

Brien McMahon (D-CT), autor da proposição da Lei de Energia Atômica de 1946, tornou-se o primeiro presidente do JCAE. Durante o curto termo em que ficou na posição, até o início de 1947, o senador fez algumas manifestações acerca da regulação internacional da energia nuclear. Em um desses posicionamentos, McMahon se referiu a Stalin, o chefe de Estado da URSS, dizendo que o país soviético deveria concordar com o plano de internacionalização da energia atômica, incluindo a proposta de um sistema de inspeção. Para o senador de Connecticut, a ideia de apenas proibir o uso dessa tecnologia para fins militares, conforme havia indicado o *premier* soviético, não era suficiente e que a internacionalização era a única forma de prevenir uma futura terceira guerra mundial.²¹⁹

O Sr. McMahon enfatizou que o controle atômico internacional, com inspeção eficaz, era necessário para impor “uma maneira decente e moral de compartilhar os frutos e a riqueza da energia atômica”. “Foi porque não queremos intimidar ninguém que assumimos a liderança na busca de um acordo decente e eficaz sobre a energia atômica”, acrescentou o Sr. McMahon.²²⁰

²¹⁸ **Minutes of the first meeting of the Senate section of the Atomic Energy Committee**, 80th Congress, 21 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²¹⁹ THE NEW YORK TIMES. McMahon calls for Stalin’s aid to get agreement on atom bomb: Senator doubts Japanese will concur in Russian Premier’s minimizing of new force – U.N. group stills awaits Kremlin. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 26 de setembro de 1946.

²²⁰ Citação original: “Mr. McMahon emphasized that international atomic control, with effective inspection, was necessary to enforce ‘a decent and moral way to share the fruits and wealth of atomic energy’. ‘It was because we do not wish to intimidate anybody that we have taken the lead in seeking a decent, effective agreement on atomic energy,’ Mr. McMahon added.” THE NEW YORK TIMES. McMahon calls for Stalin’s aid to get agreement on atom bomb: Senator doubts Japanese will concur in Russian Premier’s minimizing of new force – U.N. group stills awaits Kremlin. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 26 de setembro de 1946.

Em outra oportunidade, no final de outubro de 1946, McMahon (D-CT) fez outro pronunciamento acerca do controle internacional de energia atômica, referenciando as tentativas de acordos junto às Nações Unidas. O senador argumentou que um possível tratado deveria contar no texto com as especificações de violações, assim como as punições decorrentes, para que então os casos fossem julgados na Corte Internacional. O presidente do JCAE novamente alertou que a única saída para garantir a paz mundial é um acordo internacional em torno da questão atômica e que a alternativa seria a “extinção mútua”²²¹. McMahon também falou da importância da colaboração entre os Estados Unidos e a União Soviética:

O senador disse que não temia a competição do comunismo como modo de vida, acrescentando que o tratado de paz fundamental que tem que ser feito deve ser feito com a Rússia e não com a Itália, Finlândia, Bulgária ou mesmo Alemanha. O Sr. McMahon sustentou que a amizade com a Rússia era possível e afirmou que não era sinal de má fé ou causa de desespero que os líderes desta nação e da Rússia “não estejam preparados para dar as mãos neste minuto e anunciar que uma sociedade mundial foi formada e que o milênio chegou”.²²²

No início de novembro, aconteceram as eleições para o Congresso. Os republicanos retomaram o controle tanto da Câmara quanto do Senado depois de 16 e 14 anos, respectivamente, de maiorias democratas. A legislatura começou em janeiro de 1947 e foi a única de maiorias republicanas durante os mandatos do presidente Truman. Um dos destaques foi a derrota de Andrew J. May (D-KY), deputado pelo Kentucky e presidente do Comitê de Assuntos Militares da Câmara, um dos patrocinadores do projeto de lei da administração federal.²²³

Com a nova composição do Congresso, alterou-se também a disposição no JCAE, que passou a contar com cinco republicanos e quatro democratas provenientes de cada Casa. Todos os senadores e deputados republicanos do JCAE que estavam

²²¹ SEIGEL, Kalman. Control of A-Bomb viewed as ‘simple’: Let world treaty fix both violations and penalties, McMahon proposes. **The New York Times**. Nova York, p. 11. 30 de outubro de 1946.

²²² Citação original: “The Senator said he did not fear the competition of communism as a way of life, adding that the fundamental peace treaty that has to be made must be made with Russia rather than with Italy, Finland, Bulgaria or even Germany. Mr. McMahon held that friendship with Russia was possible and asserted that it was no sign of bad faith or cause for despair that the leaders of this nation and Russia ‘are not prepared to join hands this minute and announce that a world society has been formed and the millennium has arrived’.” SEIGEL, Kalman. Control of A-Bomb viewed as ‘simple’: Let world treaty fix both violations and penalties, McMahon proposes. **The New York Times**. Nova York, p. 11. 30 de outubro de 1946.

²²³ TRUSSELL, C. P.. GOP captures the House; Gain of 40 seats indicated. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 6 de novembro de 1946.

concorrendo à reeleição venceram, mantendo, então, seus assentos. A única republicana que não pleiteou novo mandato foi a deputada Clare Booth Luce, de Connecticut e, assim, o partido majoritário contavam com a adição de um senador e dois deputados, além da nomeação do presidente do JCAE.

Aconteciam, nesse íterim, especulações sobre quem ocuparia o posto de liderança do novo Comitê Conjunto. Vandenberg (R-MI) era o senador republicano de posição mais alta dentro do partido. No entanto, em 1947 ele já ocuparia a presidência do Comitê de Relações Exteriores do Senado e estava sendo cotado para ser o próximo presidente *Pro Tempore*. Portanto, era improvável que também acumulasse a função de comandar o JCAE. Os próximos republicanos em ordem de senioridade eram Millikin (R-CO), Hickenlooper (R-IA) e Knowland (R-CA), então a escolha ocorreria entre um desses nomes.²²⁴ A decisão foi tomada no início da legislatura seguinte, e Vandenberg endossou Hickenlooper para ocupar o posto de presidente do JCAE na 80ª legislatura.

Bourke B. Hickenlooper (R-IA) ingressou como senador pelo estado de Iowa em 1945 e ocupou o cargo até 1969. Serviu na Primeira Guerra Mundial como tenente entre agosto de 1918 e fevereiro de 1919. Advogado, se formou em Direito em 1922 na State University of Iowa. Além de presidente do JCAE, ele também comandou o Comitê de Política Republicana (1962 a 1968). Serviu como senador durante quase um quarto de século e com isso foi considerado um dos republicanos “mais vitoriosos” da história de Iowa. Hickenlooper tinha perfil discreto na política nacional, era conservador, principalmente na economia, e criticava excesso de gastos da administração federal. Era anticomunista ferrenho, contudo, destacava-se como defensor do devido processo legal – temia ameaças de subversão interna no país, mas criticou as táticas de caça às bruxas conduzidas pelo senador Joseph McCarthy

²²⁴ THE WASHINGTON POST. Lively contest seen for places on atomic unit. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 4. 15 de novembro de 1946.

(R-WI) na década de 1950.²²⁵ Esse comportamento se refletiu em sua condução do JCAE, especialmente no final da década de 1940 quando abriu investigação contra a AEC por preocupações com segurança. Sua carreira no Senado também ficou marcada pela autoria da Lei de Energia Atômica de 1954, que atualizou a legislação de 1946.

Entrementes, McMahon (D-CT) embarcava em viagem para a Europa para conversar com pessoas interessadas em energia atômica. O senador indicou ainda ter esperanças de que a Rússia eventualmente concordaria com o controle internacional de energia nuclear.²²⁶ Chegando no velho continente, o democrata fez declarações, no início de dezembro de 1946, afirmando novamente que o plano soviético para a energia atômica era insatisfatório, uma vez que não tinha real eficácia em impedir uma nova guerra porque se baseavam em meras promessas de não usar a bomba para fins agressivos e não possuía nenhuma medida para garantir isso. McMahon defendeu que o plano americano, com previsão de um sistema internacional de inspeção, era o único capaz de garantir a paz, além de ser considerado, para o senador, “justo, moral e equitativo”²²⁷.

Terminando o ano, o presidente Truman nomeou os membros do Comitê Consultivo Geral (*General Advisory Committee – GAC*), um dos ramos da AEC. Dentre os nomes apontados, destacam-se vários cientistas renomados, como Oppenheimer, um dos criadores da bomba atômica e diretor de Los Alamos, além de ganhadores do prêmio Nobel e professores de universidades conceituadas como Harvard e Columbia. O referido Comitê seria responsável por dar o aporte técnico e científico em questões relacionadas a pesquisa, desenvolvimento, materiais e produção de energia atômica.²²⁸

²²⁵ SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. A Strong Voice for Keeping America Strong: A Profile of Senator Bourke Hickenlooper. **The Annals of Iowa**, n. 47, p. 362-376, primavera 1984.

²²⁶ THE NEW YORK TIMES. M'Mahon hopeful on atom control: Senator believes Russians will agree to inspection – sails on America with 971 others. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 15 de novembro de 1946.

²²⁷ THE NEW YORK TIMES. Defends U.S. on atom: McMahon, in Paris, criticizes Russian proposals. **The New York Times**. Nova York, p. 16. 5 de dezembro de 1946.

²²⁸ THE WASHINGTON POST. Guardians of 'A' Power: Truman names top scientists to Advisory Atom Committee. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 13 de dezembro de 1946.

Figura 7 – Membros do Comitê Consultivo Geral nomeados por Truman

Guardians of 'A' Power

**Dr. Enrico Fermi****Dr. Isidor Rabi****J. R. Oppenheimer****James B. Conant****Lee A. Du Bridge****Cyril S. Smith**

Fonte: THE WASHINGTON POST. Guardians of 'A' Power: Truman names top scientists to Advisory Atom Committee. *The Washington Post*. Washington, DC, p. 2. 13 de dezembro de 1946.

Oppenheimer, como já falado, era considerado o pai da bomba atômica e teve participação fundamental no Projeto Manhattan, atuando lado a lado com o General Groves. Esse Comitê era o mais técnico de todas as ramificações da AEC e iria ser responsável pelo aporte científico no desenvolvimento da energia nuclear. Era essencial que os Estados Unidos continuassem o caminho de avançar na pesquisa sobre o átomo para se manter na posição de líder global da tecnologia. No final de

1946 a inteligência americana ainda não havia descoberto nada significativo sobre o progresso soviético no desenvolvimento de uma bomba. Inclusive, nas audiências realizadas os cientistas haviam alegado que outros países ainda demorariam anos, se não décadas, para chegar ao nível dos EUA de desenvolvimento nuclear. Contudo, como será visto nos próximos capítulos, a URSS estava mais próxima do que o esperado e em 1949 detonou sua primeira bomba atômica.

Mesmo com a concepção de que os EUA eram imbatíveis naquele momento quando o assunto era bombas atômicas, era necessário continuar nesse percurso. Assim, o GAC foi criado com a premissa de reunir os mais proeminentes cientistas do período para desenvolver a tecnologia nuclear o mais rápido possível, tanto para uso militar quanto para a indústria. Além do aperfeiçoamento tecnológico em si, o objetivo também era dar escala, ou seja, aumentar o número de bombas no arsenal nuclear dos Estados Unidos – e essa seria a medida de desempenho da AEC.²²⁹

No dia do Ano Novo, Truman assinou formalmente a ordem executiva que transferiu do exército para a Comissão de Energia Atômica a guarda das bombas atômicas, dos laboratórios e das fábricas do país. A transição levou tempo e teve algumas complicações, principalmente no início de 1947, quando nem todos os membros da AEC estavam ocupando seus postos e se prolongava a batalha do Senado para a confirmação de David E. Lilienthal para a presidência da Comissão. Ademais, Hershberg aponta outro problema com a consolidação da AEC – dentre os cinco comissários, apenas um deles tinha experiência nuclear, o físico da Universidade de Cornell, Robert F. Bacher, que fora um dos líderes da equipe de Oppenheimer em Los Alamos.²³⁰ O próximo capítulo trata do início das atividades da AEC e do JCAE, abordando a desgastante confirmação de Lilienthal e dos demais membros da Comissão e como funcionaria a dinâmica entre a agência do Executivo e o Comitê Conjunto do Congresso.

²²⁹ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

²³⁰ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

CAPÍTULO III: NOVO APARATO INSTITUCIONAL – FASE DE ADAPTAÇÃO (1947-1948)

O ano de 1947 começou com a posse do novo Congresso, de maioria republicana, e com o início das atividades do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (JCAE). A Comissão de Energia Atômica (AEC), criada em agosto de 1946 com a Lei de Energia Atômica, também começava o seu funcionamento, com a nomeação dos membros civis que a comporiam. Já em janeiro, Truman enviou os nomes indicados que, em seguida, precisavam ser confirmados pelo Senado. Assim, os primeiros meses da 80ª legislatura foram dedicados às audiências de sabatina dos referidos membros.

3.1 Confirmação para a Comissão de Energia Atômica

Já havia especulações sobre possíveis nomes que comporiam a Comissão de Energia Atômica já no final de 1946 e, tão logo a nova legislatura tomou posse, Truman enviou os seguintes nomes: David E. Lilienthal, para o cargo de presidência da AEC, Robert F. Bacher, Sumner T. Pike, Lewis L. Strauss, Wilson W. Waymack, como comissários, e Carroll L. Wilson, este último para a posição de secretário geral.²³¹ Logo em seguida, no dia 21 de janeiro, a seção do Senado do JCAE se reuniu em sessão executiva para discutir os procedimentos para a confirmação dos indicados à AEC.²³²

Vandenberg (R-MI), senador com maior senioridade dentre os membros, apontou Hickenlooper (R-IA) para assumir a presidência da seção de senadores do JCAE, proposta que foi aceita por unanimidade. Hickenlooper, então, no posto de presidente, apresentou as questões a serem tratadas naquele primeiro encontro. A pauta principal era a indicação dos nomes para compor a Comissão de Energia Atômica, mas, antes, foram levantadas algumas questões procedimentais e burocráticas – dentre elas, o repasse do orçamento do Comitê Especial de McMahon para a seção do Senado do novo JCAE. No tocante à confirmação dos membros da

²³¹ THE NEW YORK TIMES. The Masters of the Atom. *The New York Times*. Nova York, p. C22. 17 de janeiro de 1947.

²³² **Minutes of the first meeting of the Senate section of the Atomic Energy Committee**, 80th Congress, 21 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

AEC, os senadores concordaram em realizar audiências públicas para avaliar a aptidão e as qualificações dos indicados.²³³

No dia 24 de janeiro, aconteceu a primeira reunião com todos os membros do JCAE, deputados e senadores. Hickenlooper (R-IA) também foi escolhido presidente, moção apresentada por Vandenberg (R-MI), apoiada por McMahon (D-CT) e pelo deputado Cole (R-NY), e aceita por unanimidade.²³⁴ Cole, por sua vez, foi eleito para o cargo de vice-presidente. A composição do JCAE era a seguinte:

Tabela 2 – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1947

	Senadores	Deputados
Republicanos	Bourke B. Hickenlooper (Iowa)	W. Sterling Cole (Nova York)
	John W. Bricker (Ohio)	Carl Hinshaw (Califórnia)
	William F. Knowland (Califórnia)	Charles Elston (Ohio)
	Arthur H. Vandenberg (Michigan)	James Patterson (Connecticut)
	Eugene D. Millikin (Colorado)	James Van Zandt (Pensilvânia)
Democratas	Brien McMahon (Connecticut)	Chet Holifield (Califórnia)
	Richard B. Russell (Geórgia)	Carl T. Durham (Carolina do Norte)
	Edwin C. Johnson (Colorado)	Melvin Price (Illinois)
	Tom Connally (Texas)	R. Ewing Thomason (Texas)

Fonte: **Minutes of the first meeting of the Senate section of the Atomic Energy Committee**, 80th Congress, 21 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress); **First Meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 24 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). Adaptada pela autora.

Além de questões orçamentárias e de alocação de pessoal para o funcionamento do Comitê que foram discutidas na primeira reunião, Hickenlooper (R-IA) comunicou aos demais membros sobre a realização de audiências para a confirmação dos nomeados para a AEC. O presidente do JCAE afirmou que “[...] os membros do Comitê provenientes da Câmara dos Deputados não só seriam muito bem-vindos a essas audiências, como foram instados a comparecer com a maior

²³³ **Minutes of the first meeting of the Senate section of the Atomic Energy Committee**, 80th Congress, 21 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²³⁴ **First Meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 24 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

frequência possível”²³⁵. Em declaração para a imprensa, Hickenlooper reiterou que a intenção posterior às confirmações era o Congresso manter um relacionamento próximo à AEC. A política do JCAE, então, seria de trabalho em conjunto para assegurar o melhor desenvolvimento da energia nuclear nos tempos de paz.

Através de reuniões periódicas da Comissão e dos comitês, Sr. Hickenlooper disse, o Congresso e o público americano serão mantidos informados sobre a legislação necessária para eventualmente direcionar o desenvolvimento da energia atômica para o uso em tempo de paz e impedir sua aplicação em armas.²³⁶

Tão logo foram anunciadas as audiências previstas para acontecer ainda no final de janeiro, o senador Kenneth D. McKellar (D-TN) manifestou sua oposição ao indicado à presidência da AEC, Lilienthal.²³⁷ Outros congressistas também se mostraram apreensivos quanto às qualificações de alguns dos futuros membros da AEC, especialmente dada a crescente importância que a agência teria dentro do governo. Senadores, então, recomendaram que Bernard M. Baruch, que outrora fora representante dos EUA na Comissão de Energia Atômica da ONU, testemunhasse na sabatina.²³⁸ O primeiro dia de audiência foi em 27 de janeiro de 1947, presidido por Hickenlooper (R-IA). Sobre o propósito das inquirições a serem realizadas nos próximos dias, o presidente introduziu a sessão discorrendo:

O PRESIDENTE. Eu poderia dizer, no início destas audiências, que elas foram convocadas pelos membros do Senado do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica; a quem foram designadas as nomeações presidenciais dos membros da Comissão de Energia Atômica, assim como a nomeação do Secretário Geral.

Posso também dizer que estas audiências foram decididas em razão do campo pioneiro em que a energia atômica progredirá no futuro, e da teoria do Comitê de que o público tem o direito, no início deste novo empreendimento, ao menos no controle doméstico da energia atômica, de saber algo sobre os membros da Comissão e algo sobre o Secretário Geral da Comissão.

²³⁵ Citação original: “[...] members of the Committee from the House of Representatives not only would be very welcome at those hearings but they were urged to attend as often as possible.” **First Meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 24 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 6.

²³⁶ Citação original: “Through periodic meetings of the commission and the committees, Mr. Hickenlooper said, Congress and the American public will be kept advised of legislation needed to eventually direct the development of atomic energy toward peacetime usage and prevent its application to weapons.” HINTON, Harold B.. Congress to keep close atom watch: Senator Hickenlooper so vows as he succeeds McMahon as Energy Committee’s head. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 25 de janeiro de 1947.

²³⁷ THE NEW YORK TIMES. M’Kellar opposes naming Lilienthal: Senator to fight confirmation of nominee for chair of Atomic-Energy Group. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 23 de janeiro de 1947.

²³⁸ ASSOCIATED PRESS. Senators seek Baruch’s help on atom group. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 5. 25 de janeiro de 1947.

O Comitê sentiu que era apenas um serviço público que estas audiências fossem realizadas com o propósito de discutir este campo que é de tão grande interesse para todos e ao mesmo tempo é realmente bastante misterioso para todos.²³⁹

David Lilienthal, naturalmente, foi o primeiro a ser sabatinado e, após sua apresentação e introdução a suas experiências prévias e qualificações, teceu considerações iniciais acerca da energia atômica. Hickenlooper (R-IA) afirmou que o campo concernente ao átomo ainda era desconhecido para muitos, mas que o indicado para o cargo de presidência da AEC teria condições de dissertar sobre o tópico, especialmente acerca de perspectivas de longo e curto prazo para o seu desenvolvimento. Em resposta, Lilienthal analisou o potencial para segurança e defesa e reforçou ser o principal objetivo da Comissão, conforme verifica-se no trecho destacado abaixo.

Sr. LILIENTHAL. [...] Penso que deve ser reconhecido no início, sem qualquer tentativa de poupar palavras, que a energia atômica no momento atual, e do ponto de vista do que me parece ser o trabalho da Comissão, é essencialmente uma arma de guerra; que é a maior arma que já foi concebida e a mais potente.

[...]

No presente estado dos assuntos internacionais, qualquer forma de ignorar esta direção da política do Congresso, que a defesa e a segurança comuns deveriam ser primordiais, seria insensato.²⁴⁰

²³⁹ Citação original: “The CHAIRMAN. I might say, at the start of these hearings, that they have been called by the Senate members of the Joint Atomic Energy Committee; to whom have been assigned the Presidential appointments of the members of the Atomic Energy Commission, as well as the appointment of the General Manager.

I may also say that these hearings were decided upon because of the pioneering field in which atomic energy will be advanced in the future, and on the theory by the committee that the public is entitled, at the inception of this new venture in at least domestic control of atomic energy, to know something about the members of the Commission and something about the General Manager of the Commission.

The committee felt that it was only a public service that these hearings be held for the purpose of discussing this field that is of such great interest to everyone and at the same time is really quite mysterious to everyone.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 1.

²⁴⁰ Citação original: “Mr. LILIENTHAL. [...] I think it ought to be recognized at the outset without any attempt to pull punches, that atomic energy at the present time, and from the point of view of what seems to me to be the work of the Commission, is essentially a weapon of war; that it is the greatest weapon that has ever been devised and the most potent.

[...]

In the present state of international affairs, in any way to disregard this direction of policy of the Congress, that common defense and security should be paramount, would be foolhardy.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 6.

Uma outra questão sensível, desde as discussões sobre o projeto de lei enviado por Truman (*May-Johnson Bill*), era sobre a quantidade de poder que a AEC teria. O grande receio era o exercício arbitrário desse poder, inclusive com relação a acordos internacionais e tratados com o objetivo de compartilhar o segredo da bomba atômica. Sobre essa temática, Lilienthal discorreu, em resposta à pergunta de Hickenlooper (R-IA):

PRESIDENTE. Estou certo, Sr. Lilienthal, de que apreciamos plenamente a tremenda e incomum extensão dos poderes que a lei colocou sobre a Comissão, e a correspondente magnitude da responsabilidade que a acompanha. Você gostaria de dizer algo sobre sua atitude geral a esse respeito?

Sr. LILIENTHAL. [...] Mas é realmente uma responsabilidade terrível; não apenas devido ao grande alcance dos poderes investidos, mas porque erros de julgamento, erros graves de julgamento, podem significar oportunidades perdidas para o povo deste país – e outras piores ainda.

[...]

Portanto, a Comissão não é simplesmente iniciada com um cheque em branco. Em cada página há a representação da política do Congresso em muitos assuntos; e estes, naturalmente, tornam-se parte da essência do trabalho da Comissão.

Além disso, a criação do Comitê Conjunto, um comitê conjunto contínuo, é em si uma grande garantia para a Comissão, e eu penso que seja uma segurança contra o exercício do poder arbitrário.²⁴¹

Também significativo, especialmente para os republicanos, era a presença de militares nas reuniões da Comissão. O comparecimento de representantes das forças armadas era visto como parte relevante do processo de desenvolvimento atômico, principalmente por conta da esfera de defesa que o átomo contemplava. Vandenberg (R-MI) iniciou a inquirição nesse sentido, sendo seguido posteriormente por outros colegas republicanos.

²⁴¹ Citação original: “The CHAIRMAN. I am quite sure, Mr. Lilienthal, that we fully appreciate the tremendous and the unusual extent of the powers that the law has placed upon the Commission, and the corresponding magnitude of the responsibility that goes with it. Would you care to say anything about your general attitude on that score?”

Mr. LILIENTHAL. [...] But it is really a terrible responsibility; not only because of the great scope of powers vested, but because errors of judgment, serious errors of judgment, can mean missed opportunity for the people of this country—and even worse.

[...]

So the Commission is not simply launched with a blank check. On every page there is the expression of congressional policy on many matters; and those, of course, become part of the texture of the Commission’s work.

Furthermore, the establishment of the joint committee, a continuing joint committee, is in itself a great reassurance to the Commission, and I think a security against the exercise of arbitrary power.”

Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 7.

Senador VANDENBERG. Há alguma disposição por parte da Comissão de ser prejudicada contra conselheiros militares?

Sr. LILIENTHAL. Não. Tivemos sessões com o Comitê de Ligação Militar. Discutimos este assunto com o Secretário de Guerra e o Secretário da Marinha, o Chefe de Operações Navais, o Vice-Chefe de Gabinete. Estamos agora procurando encontrar o melhor homem para o Diretor de Aplicações Militares.

Quanto ao corpo operacional, concebemos que, exceto para a Divisão de Aplicação Militar, esta deve ser essencialmente uma empresa civil. Isso é o que entendemos como sendo o propósito da lei. Mas quanto aos assuntos que tratam da aplicação militar, tem que haver a relação de trabalho mais próxima.²⁴²

O *Washington Post*, em matéria publicada no dia seguinte à primeira sessão de audiências, analisou que alguns senadores republicanos se mostraram insatisfeitos com a AEC e com Lilienthal “por não cumprir a ‘intenção do Congresso’ de manter as forças militares plenamente informadas de todas as atividades da Comissão”²⁴³. Contudo, Lilienthal argumentou que as forças armadas estavam, tal qual a legislação previa, sendo inteirados de tudo o que ocorria na AEC.

Senador MILLIKIN. Gostaria de prosseguir um pouco mais com essa declaração. Entendo que o senhor chama o Comitê de Ligação Militar somente quando, em seu julgamento, um assunto militar está envolvido?

Sr. LILIENTHAL. Não. Isso é o que eu tentei dizer, não é a política. Porque é nosso propósito manter o Comitê de Ligação Militar informado – essa não é exatamente a terminologia da lei, mas é algo desse tipo – não simplesmente quanto ao fim do armamento, mas quanto a todo o empreendimento.

Senador MILLIKIN. Deixe-me colocá-lo desta forma: Existe alguma restrição aos militares de ligação, até o ponto em que sua capacidade de se familiarizar plenamente com tudo o que está acontecendo na Comissão?

Sr. LILIENTHAL. De modo algum.

²⁴² Citação original: “Senator VANDENBERG. Is there any disposition on the part of the Commission to be prejudiced against military advisers?”

Mr. LILIENTHAL. No. We have had sessions with the Military Liaison Committee. We have discussed this matter with the Secretary of War and the Secretary of the Navy, the Chief of Naval Operations, the Deputy Chief of Staff.

We are now in the process of seeking to find the very best man we can find for the Director of Military Application.

As to the operating personnel, we do conceive that except for the Division of Military Application, this should be essentially a civilian enterprise. That is what we understand to be the purport of the law. But as to those matters dealing with military application, there has to be the closest working relationship.”

Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 11.

²⁴³ Citação original: “for not meeting the ‘intent of Congress’ to keep the military forces fully informed of all commission activities.” THE WASHINGTON POST. Lilienthal is berated for lack of atom liaison. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 28 de janeiro de 1947.

Senador MILLIKAN. Não existe tal política?

Sr. LILIENTHAL. Tal política não existe intencionalmente.

Senador MILLIKIN. Tal política não existe.

Sr. LILIENTHAL. Muito pelo contrário. O que eu estava tentando trazer à tona era isto: Não se pode dizer em nenhum ponto até a arma que algo é “exclusivamente civil” ou “exclusivamente militar”. Eles são intercambiáveis. Portanto, o Comitê de Ligação Militar deve ser informado a respeito de toda a operação, desde o meu até o material ativo.²⁴⁴

O senador Millikin (R-CO) sugeriu, então, que o Comitê de Ligação Militar tivesse o direito de assistir às sessões da Comissão. Lilienthal, contudo, afirmou não concordar com a premissa: “Acho que isso se tornaria muito complicado”²⁴⁵. Knowland (R-CA) interveio na arguição de Millikin e questionou se essa opinião se manteria no caso da presença do JCAE em reuniões da AEC. Millikin aproveitou a oportunidade e escalou essa proposta, fazendo uma suposição de membros permanentes do JCAE acompanhando as atividades da Comissão.

Senador MILLIKIN. Você se importa se eu colocar isso de uma maneira diferente? Supondo que o Comitê Conjunto decida que deve ter um ou dois homens em contato constante com sua Comissão. Você cooperaria com esse projeto, ou se oporia a ele?

Sr. LILIENTHAL. Nós cooperaríamos com toda e qualquer medida que visasse proporcionar uma ligação completa e conhecimento do que está acontecendo – dentro dos limites da segurança, que eu tenho certeza de que

²⁴⁴ Citação original: “Senator MILLIKIN. I would like to pursue that statement a little further. Do I understand that you call in the military liaison committee only when in your judgment a military matter is involved?”

Mr. LILIENTHAL. No. That is what I tried to say is not the policy. Because it is our purpose to keep the military liaison committee informed – that isn’t exactly the terminology of the law, but it is something of that sort – not simply as to the weaponeering end, but as to the entire enterprise.

Senator MILLIKIN. Let me put it to you this way: Is there any restriction whatever on the military liaison so far as its ability to acquaint itself fully with everything that is going on in the Commission?

Mr. LILIENTHAL. Not at all.

Senator MILLIKAN. There is no such policy?

Mr. LILIENTHAL. No such policy is intended.

Senator MILLIKIN. No such policy.

Mr. LILIENTHAL. Quite the contrary. What I was trying to bring out was this: You cannot say at any point up to the weapon that anything is ‘exclusively civilian’ or ‘exclusively military’. They are interchangeable. Therefore, the military liaison committee should be informed with respect to the entire operation, from mine to active material.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 12.

²⁴⁵ Citação original: “I think that would become very unwieldy.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 14.

seria desenvolvida. Mas eu não tenho totalmente certeza – tenho algumas dúvidas e gostaria de pensar a respeito – sobre se seria viável como um assunto administrativo estando presente nas discussões da Comissão – nas quais homens apresentam ideias das quais eles não estão completamente convencidos, mas querem testá-las por meio de discussões – para ter a presença de um outro grupo, por mais próximo que seja, participando ativamente dessas deliberações. Acho que isso poderia produzir uma espécie de reunião formalizada que não seria desejável.²⁴⁶

O *Washington Post* comentou essas questões, se posicionando de forma contrária à ideia de aumentar a participação dos militares na AEC: “Porque a subordinação dos militares à autoridade civil é uma condição fundamental do conceito de governo por consentimento”²⁴⁷. O periódico também repudiou a possibilidade de participação de membros do JCAE em reuniões da Comissão, afirmando que seria uma violação direta do princípio da separação dos poderes. Ademais, como Lilienthal havia dito na audiência e, depois, reforçou em seus diários, não seria viável agregar todos esses participantes nas reuniões da AEC – além do seu receio de que se algo desse errado nesses arranjos, a Comissão seria responsabilizada pelos resultados.²⁴⁸

Já próximo ao final do tempo de sessão da primeira audiência de confirmação, McKellar (D-TN) pediu a palavra e iniciou uma série de provocações a Lilienthal – em alto tom, aparentemente, de acordo com a fala de Hickenlooper (R-IA), no meio do escrutínio, pedindo para ele fazer as perguntas de forma mais quieta. Vale apresentar um trecho do diálogo, que foi bem interessante e introduziu a posição do senador democrata no tocante ao sabatinado:

²⁴⁶ Citação original: “Senator MILLIKIN. Do you mind if I put that in a different way? Supposing that the joint committee should decide that it should have one or two men in constant contact with your Commission. Would you cooperate with that design, or would you oppose it?”

Mr. LILIENTHAL. We would cooperate with any and all measures looking toward the providing of complete liaison and knowledge of what is going on—within the limits of security, which I am sure would be developed. But I am not at all sure—I have some doubts and would like to think about—whether it would be workable as an administrative matter to have present in Commission discussions—in which men put forward ideas that they are not completely persuaded of but want to test them by discussion—to have present another group, however closely related, actually sitting in those deliberations. I think it might produce a kind of formalized meeting that wouldn’t be desirable.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager**: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 14.

²⁴⁷ Citação original: “For the subordination of the military to civil authority is a cornerstone of the concept of government by consent.” THE WASHINGTON POST. Atomic Hearings. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 29 de janeiro de 1947.

²⁴⁸ LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal**: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950. Nova York: Harper & Row, 1964.

Senador MCKELLAR. Quando você soube pela primeira vez que o governo dos Estados Unidos estava fazendo uma investigação sobre a energia atômica? Qual era a data da investigação?

Sr. LILIENTHAL. Temo que terei que fazer a pergunta novamente. Que investigação?

Senador MCKELLAR. Terei o maior prazer em reapresentá-la. Sinto muito, mas não consigo me fazer ser compreendido. Quando você soube pela primeira vez por qualquer pessoa que o governo dos Estados Unidos estava empenhado em descobrir o uso da fissão atômica, por assim dizer? Quando foi isso? Nos dê a data.

Sr. LILIENTHAL. A primeira vez que tive a certeza foi no dia 6 de agosto de 1945.

Senador MCKELLAR. Quem lhe disse?

Sr. LILIENTHAL. Eu o li no jornal.

[...]

Senador MCKELLAR. Bem, já que falamos do General Groves, deixe-me fazer-lhe outra pergunta: Não lhe pareceu notável que em conexão com experimentos que foram realizados desde os dias de Alexandre o Grande, quando teve seus cientistas macedônios tentando dividir o átomo, o Presidente dos Estados Unidos dispensaria o General Groves, o descobridor do maior segredo que o mundo já conheceu, a maior descoberta, descoberta científica, que já foi feita, para entregar todo o assunto a você, que nunca soube realmente, exceto pelo que você viu nos jornais, que o governo estava até mesmo pensando em energia atômica?

Sr. LILIENTHAL. Fiquei surpreso?

Senador MCKELLAR. Você não ficou surpreso?

PRESIDENTE. Faça-nos um pouco de silêncio, por favor.

Senador MCKELLAR. Você não vai responder a essa pergunta? Você não ficou surpreso?

Sr. LILIENTHAL. A dificuldade em responder à pergunta, Senador, é que o General Groves tinha indicado, de acordo com o meu conhecimento, que ele tinha decidido retirar-se do projeto depois de este ter sido entregue à Comissão; que ele tinha completado sua missão. Gostaria de lembrar que foi o Secretário de Guerra que insistiu para que fosse nomeada uma comissão civil para suceder ao General Groves. Não creio que isso constitua um reflexo nem um pouco sobre o General Groves. Ele era um oficial militar que fez um magnífico trabalho em seu cargo. Por isso, não posso dizer que estou surpreso.

Senador MCKELLAR. Você está disposto a admitir que este segredo, ou a primeira história dele, data da época em que Alexandre o Grande teve seus cientistas macedônios tentando fazer esta descoberta, e então Lucrecio escreveu um poema sobre ele, cerca de 2.000 anos atrás? E todos têm tentado descobri-lo, ou a maioria dos cientistas tem tentado descobri-lo, desde então. E você não acha realmente que o General Groves, por tê-la descoberto, tem direito a um pouco de crédito por ela? É essa a sua posição?

Sr. LILIENTHAL. Eu declarei por escrito e em outros lugares o que penso sobre o crédito que o General Groves deve receber. E é muito grande de fato.²⁴⁹

Os questionamentos de McKellar (D-TN), no enxerto acima, demonstram que ele não tinha intenções de realmente sabatar Lilienthal com o objetivo de avaliar sua competência técnica ou administrativa. Ao contrário, o senador estava presente na sessão apenas para tumultuar, em uma cruzada para impedir a nomeação de Lilienthal. Hershberg descreveu o comportamento de McKellar da seguinte forma: “Vingativo, teimoso, quase senil, ignorante da energia atômica (e ele não era membro do JCAE), mas obcecado pelo desejo de se vingar de um rancor de uma década

²⁴⁹ Citação original: “Senator MCKELLAR. When did you first learn that the United States Government was making an investigation concerning atomic energy? What was the date of it?

Mr. LILIENTHAL. I am afraid I will have to have the question restated. What investigation?

Senator MCKELLAR. I will be delighted to restate it. I am sorry I cannot make myself understood. When did you first learn from anyone that the United States Government was undertaking to discover the use of splitting the atom, so to speak? When was it? Give us the date.

Mr. LILIENTHAL. The first time I was sure was on the 6th of August 1945.

Senator MCKELLAR. Who told you?

Mr. LILIENTHAL. I read it in the paper.

[...]

Senator MCKELLAR. Well, since we have brought up General Groves, let me ask you another question: Did it not seem to you to be remarkable that in connection with experiments that have been carried on since the days of Alexander the Great, when he had his Macedonian scientists trying to split the atom, the President of the United States would discharge General Groves, the discoverer of the greatest secret that the world has ever known, the greatest discovery, scientific discovery, that has ever been made, to turn the whole matter over to you, who never really knew, except from what you saw in the newspapers, that the Government was even thinking about atomic energy?

Mr. LILIENTHAL. Was I surprised?

Senator MCKELLAR. Were you not surprised?

The CHAIRMAN. Let us have it quiet, please.

Senator MCKELLAR. Will you not reply to that question? Were you not surprised?

Mr. LILIENTHAL. The difficulty in answering the question, Senator, is that General Groves had indicated, to the best of my knowledge, that he had decided to withdraw from the project after it had been turned over to the Commission; that he had completed his mission. I would like to remind you that it was the Secretary of War who urged that a civilian commission be appointed to succeed General Groves. I do not think that constitutes a reflection in the slightest on General Groves. He was a military officer who did a magnificent job in his position. So that I cannot say that I am surprised.

Senator MCKELLAR. You are willing to admit, are you, that this secret, or the first history of it, dated from the time when Alexander the Great had his Macedonian scientists trying to make this discovery, and then Lucretius wrote a poem about it, about 2,000 years ago? And everybody has been trying to discover it, or most scientists have been trying to discover it, ever since. And do you not really think that General Groves, for having discovered it, is entitled to some little credit for it? Is that your position?

Mr. LILIENTHAL. I have stated in writing and elsewhere what I think about how much credit General Groves should receive. And it is very great indeed.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 20-21.

contra Lilienthal desde os dias em que era candidato à presidência da TVA [...]”²⁵⁰. Vale ressaltar que o senador só estava lá por cortesia de Hickenlooper (R-IA).

No segundo dia de sessão – 28 de janeiro –, Lilienthal falou sobre a questão da segurança. O nomeado à presidência da AEC afirmou ser um trabalho vital, porém, de difícil condução, reiterando que seria indispensável mais do que força policial ou ameaças de processos legais. Em seguida, teceu críticas à forma como o tópico fora lidado anteriormente, indicando brechas de segurança – com o exemplo da divulgação do relatório Smyth.

Sr. LILIENTHAL. [...] Não quero dizer que haja alguém que sinta que a segurança não é importante. Mas tem havido um relaxamento, que talvez seja inevitável em tempo de paz, e têm ocorrido sérias violações de segurança autorizadas – a publicação autorizada de informações – o que levanta a pergunta na mente de muitas pessoas: Se essa informação pode ser falada, por que eu não posso discutir esse e tal assunto?

Senador McMAHON. Sr. Lilienthal, suponho que o relatório Smyth [sic] é a maior divulgação de informações que tivemos em toda a história do projeto, não é verdade?

Sr. LILIENTHAL. Sim; o relatório Smyth é a principal quebra de segurança desde o início do projeto de energia atômica, e pode muito bem ter sido necessário, embora muitas partes dele me parecessem muito questionáveis. Mas, em todo caso, isso tornou a nossa tarefa atual muito, muito difícil. Chamo sua atenção, por exemplo, para o fato de que naquele relatório foram descritas quatro formas diferentes de separação, e então foi feita a declaração de que todas elas haviam sido bem-sucedidas.

[...]

Senador McMAHON. Quem autorizou a divulgação desse relatório Smyth?

O Sr. LILIENTHAL. Sei que foi recomendado para liberação pelo Comitê; e autorizado pelo General Groves; e autorizado pelo Presidente, não tenho dúvidas. Eu ainda digo que esta divulgação de informações, em alguns aspectos, torna nossa tarefa de sustentar este sistema de segurança uma tarefa extremamente difícil.²⁵¹

²⁵⁰ HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993., p. 315.

²⁵¹ Citação original: “Mr. LILIENTHAL. [...] I do not mean that there is anyone who feels that security is unimportant. But there has been a relaxation, which is inevitable in peace time perhaps, and there have been some serious authorized breaches of security—the authorized publication of information—which raises the question in many people’s minds: If that information may be spoken about, why may I not discuss such and such a subject?”

Senator McMAHON. Mr. Lilienthal, I suppose the Smyth report is the biggest giving out of information that we have had in the whole history of the project, is it not?

Mr. LILIENTHAL. Yes; the Smyth report is the principal breach of security since the beginning of the atomic energy project, and it may well have been necessary, although many parts of it seemed to me very questionable indeed. But in any case, that has made our present chore a very, very difficult one. I call your attention, for example, to the fact that in that report four different ways of separating were generally described, and then the statement was made that all of them had succeeded.

[...]

Senator McMAHON. Who authorized the release of that Smyth report?

Sumner Pike, um dos outros membros indicados à AEC, em testemunho também no dia 28 de janeiro, comentou sobre aspectos de segurança nacional relativos à energia atômica. A sua abordagem foi menos dura do que a de Lilienthal, compartilhando receios de que medidas muito restritivas poderiam tolher o desenvolvimento científico. O trabalho, então, seria determinar, de acordo com a experiência, qual seria o ponto ideal que assegurasse a segurança necessária, mas, ao mesmo tempo, promovesse o progresso tecnológico: “É por isso que eu digo que acho que possa ser exagerado, mas onde está a linha, apenas como desenhar essa borda, eu não sei. Teremos que lidar com isso de caso em caso, é claro.”²⁵².

Ao final de janeiro, depois da primeira rodada de entrevistas com os cinco membros civis apontados para a AEC e com o candidato a diretor geral, havia a indicação de que todos seriam confirmados sem muita oposição. Dúvidas iniciais, especialmente por parte de senadores republicanos como Vandenberg (R-MI), Millikin (R-CO) e Knowland (R-CA), mostraram-se inicialmente resolvidas com os testemunhos dos nomeados em não suavizar precauções de segurança.²⁵³ McKellar (D-TN), contudo, intencionava tornar a aprovação de Lilienthal para a cadeira de presidente da AEC, no mínimo, tortuosa. O senador voltou a questioná-lo na audiência do dia 31 de janeiro, com alegações de que o sabatinado possuía inclinações comunistas.

A arguição foi quebrada e cheia de interrupções – Lilienthal, no começo, não conseguia terminar suas sentenças. Logo no início, McKellar (D-TN) citou uma frase dita por Lilienthal, aparentemente tirada de contexto, para amparar suas premissas:

Mr. LILIENTHAL. I know it was recommended for release by committee; and authorized by General Groves; and authorized by the President, I have no doubt. I still say that this disclosure of information in some respects makes our chore of shoring up this security system a terribly hard one.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 32.

²⁵² Citação original: “That is why I say I think it can be overdone, but where the line is, just how to draw that fringe, I do not know. We will have to handle it from case to case, of course.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 48.

²⁵³ THE NEW YORK TIMES. Bricker would ban atom, forget data: Clashes with Waymack on ‘World Government’ idea – Witness backs Baruch plan. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 31 de janeiro de 1947.

“o nosso governo, e todo governo, é e deve ser um governo de homens e não de leis”²⁵⁴. O senador comparou tal proposição com ideias encontradas na Rússia stalinista, conforme trecho abaixo:

Senador McKELLAR. [...] Em primeiro lugar, gostaria de perguntar-lhe: O senhor fez essa declaração?

Sr. LILIENTHAL. Bem, ela é retirada do contexto de um artigo que escrevi sobre aquela época para alguma revista; e fora do seu contexto, como é o caso de tantas coisas fora do contexto, ela não

Senador MCKELLAR. Só um minuto. Estou pedindo uma resposta de “sim” ou “não”. Isso é correto?

Sr. LILIENTHAL. Acho que isso está correto. É parte de uma frase, mas está correto.

Senador McKELLAR. Bem, se isso está correto, o senhor sabe de alguma diferença entre essa expressão de opinião política e a do Sr. Stalin da Rússia? Ele acredita no governo por homens, e acredita num governo por um homem, e aqueles sob ele. Você não acredita na mesma coisa?

Sr. LILIENTHAL. Não.²⁵⁵

Lilienthal já esperava essa linha de raciocínio por parte de McKellar (D-TN). Em seu diário, no dia 26 de janeiro de 1947, um dia antes do primeiro dia de entrevistas, ele escreveu que provavelmente o senador estaria se preparando para confrontá-lo com a temática do comunismo.²⁵⁶ Nos dias seguintes, também houve menções a McKellar no diário, antecipando a próxima audiência. É interessante a passagem do

²⁵⁴ Citação original: “our Government, and every government, is and must be a government of men and not of laws.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 83.**

²⁵⁵ Citação original: “Senator McKELLAR. [...] In the first place, I want to ask you: Did you make that statement?”

Mr. LILIENTHAL. Well, it is taken out of the context of an article I wrote about that time for some magazine; and out of its context, as is the case with so many things out of context, it does not

Senator MCKELLAR. Just a minute, sir. I am asking you for a ‘yes’ or ‘no’ answer. Is that correct?

Mr. LILIENTHAL. I think that is correct. It is part of a sentence, but it is correct.

Senator McKELLAR. Well now, if that is correct, do you know any difference between that expression of political views and that of Mr. Stalin of Russia? He believes in government by men, and believes in a government by one man, and those under him. Do you not believe in the same thing?

Mr. LILIENTHAL. No.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 83.**

²⁵⁶ LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950.** Nova York: Harper & Row, 1964. 26 de janeiro de 1947.

dia 29 de janeiro, em que o indicado à AEC transparece certa inquietação com relação ao tópico:

Há uma grande risada na sala de audiência toda vez que as futuras aparições de McKellar comigo são mencionadas pelo presidente, e muita diversão em relação à sua pergunta sobre os macedônios, etc. Mas eu não acho engraçado; ficarei muito contente quando isso acabar, já que ele pode ser tão feio e maldoso que nem sempre é fácil ficar relaxado; e um deslize de raiva ou um gracejo e eu poderia estar em uma considerável enrascada.²⁵⁷

Lilienthal respondeu às perguntas de McKellar (D-TN) diligentemente, mesmo quando estas pareciam não fazer sentido para aquele momento, como por exemplo revisar partes de legislação sobre serviço civil, entre outras. O senador foi demasiado insistente e de certa forma forçou um pouco o limiar da paciência. Lilienthal pareceu ceder aos receios que outrora havia registrado em seu diário sobre a dificuldade de manter a tranquilidade na seguinte passagem:

Sr. LILIENTHAL. [...] Gostaria de lembrar, Senador – e devo lembrar – embora eu não goste, e espero que não seja relevante – que em discursos no plenário do Senado e em audiências o senhor usou comentários muito indelicados e muito pouco generosos a meu respeito, que seriam calculados para intimidar um indivíduo menos teimoso do que eu.²⁵⁸

Por fim, o senador McKellar (D-TN) perguntou diretamente o que estava inquirindo desde o início da audiência:

Senador MCKELLAR. Agora, há algumas outras coisas sobre as quais gostaria de lhe perguntar. Você é comunista?

Sr. LILIENTHAL. Eu não ouvi.

Senador MCKELLAR. O senhor é comunista?

Sr. LILIENTHAL. Não.

Senador MCKELLAR. Você é um democrata?

²⁵⁷ Citação original: “There is great laughter in the hearing room every time McKellar’s future appearances with me are referred to by the chairman, and much amusement over his question about the Macedonians, etc. But I don’t think it is funny; I will be very glad when it is over, for he can be so ugly and mean that it is not always easy to stay relaxed; and one slip of anger or a wisecrack and I could be in considerable Dutch.” LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950.** Nova York: Harper & Row, 1964. 29 de janeiro de 1947. p. 135.

²⁵⁸ Citação original: “Mr. LILIENTHAL. [...] I would like to recall, Senator—I must recall—though I do not like to, and I hope it is not relevant—that in speeches on the floor of the Senate and in hearings you have used very unkind and very ungenerous remarks about me that would be calculated to intimidate a less stubborn fellow than I am.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 91.

Sr. LILIENTHAL. Não.

Senador MCKELLAR. O senhor é republicano?

Sr. LILIENTHAL. Não. Eu sou como muitas outras pessoas: não sou filiado a nenhum partido político. Eu sou um eleitor independente.²⁵⁹

A seguir, iniciou-se um processo de questionamentos acerca de outros membros da *Tennessee Valley Administration* (TVA)²⁶⁰, o primeiro sendo Gordon R. Clapp, cotado para substituir Lilienthal na presidência da TVA, previamente seu administrador geral. Havia rumores de que Clapp poderia ter inclinações comunistas e Lilienthal já havia, em seu diário, concluído que a interpelação eventualmente penderia para esse assunto: “Estes têm o objetivo de mostrar: (a) que a TVA era um viveiro do comunismo; (b) que Clapp nada fez a respeito deles; (c) que eu recomendei Clapp. Logo: um tão amigo dos comunistas não se pode confiar com os grandes ‘segredos’.”²⁶¹. Tal qual a previsão, McKellar (D-TN) procurou examinar qual a relação de Lilienthal com Clapp e com outros associados na TVA.

Senador MCKELLAR. Quem recomendou o Sr. Gordon R. Clapp para lhe suceder?

Sr. LILIENTHAL. Pode ter havido várias pessoas, mas eu estava entre elas.

Senador MCKELLAR. Você conhece mais alguém que tenha recomendado o Sr. Clapp, exceto você mesmo?

Sr. LILIENTHAL. Eu não sei, não. Posso pensar em pessoas que talvez tenham, mas não sei.

²⁵⁹ Citação original: “Senator MCKELLAR. Now, there are some other things that I want to ask you about. Are you a Communist?”

Mr. LILIENTHAL. I did not hear.

Senator MCKELLAR. Are you a Communist?

Mr. LILIENTHAL. No.

Senator MCKELLAR. Are you a Democrat?

Mr. LILIENTHAL. No.

Senator MCKELLAR. Are you a Republican?

Mr. LILIENTHAL. No. I am like a great many other people: not affiliated with any political party. I am an independent voter.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager**: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 93.

²⁶⁰ A TVA é uma empresa federal fornecedora de eletricidade e foi criada em 1933 como parte do New Deal de FDR. Lilienthal foi um dos fundadores da TVA e serviu como presidente da agência no período de 1941 a 1946.

²⁶¹ Citação original: “These are intended to show: (a) that TVA was hotbed of Communism; (b) that Clapp did nothing about them; (c) that I recommended Clapp. Ergo: one so friendly with Communists cannot be trusted with the great ‘secrets’.” LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal**: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950. Nova York: Harper & Row, 1964. 26 de janeiro de 1947 p. 133.

Senador MCKELLAR. Ontem foi testemunhado perante outro comitê do Senado que o Sr. Clapp era seu fantoche.

Sr. LILIENTHAL. Meu quê?

Senador MCKELLAR. fantoche, f-a-n-t-o-c-h-e. Você já ouviu falar dessa palavra?

Sr. LILIENTHAL. Nunca se aplicou ao Sr. Clapp.

[...]

Senador MCKELLAR. Você conhece o Sr. Melvin Siegel, que esteve com a TVA por algum tempo?

Sr. LILIENTHAL. Sim; embora não muito bem. Ele era um júnior do Departamento Jurídico, creio eu.

Senador MCKELLAR. Em vez de não o conhecer muito bem, você não – você e o Sr. Siegel e o Sr. Swidler e o Sr. Marks se associaram mais do que quatro homens na organização, e você não era conhecido como “Dave”, “Mel”, “Joe”, e “Herb”?

Sr. LILIENTHAL. Bem, a primeira parte de sua pergunta, a resposta é não; embora eu devesse ter tido muito orgulho de me associar com a maioria desses homens, e acontece que eu não o fiz. Quanto à segunda parte, acho que esses apelidos estão corretos.

[...]

Senador MCKELLAR. Estou falando do Sr. Siegel. Você não se afeiçoou tanto a ele que ele o chamava de “Dave”?

Sr. LILIENTHAL. Todo mundo me chama de “Dave”, Senador. Isso não é nenhuma marca de distinção.

Senador MCKELLAR. É uma marca de intimidade, entre você e um de seus funcionários favoritos, não é mesmo? Só para ser perfeitamente franco sobre isso, não é verdade?

Sr. LILIENTHAL. Não. E isso simplesmente acontece, não é uma marca de intimidade.²⁶²

²⁶² Citação original: “Senator MCKELLAR. Who recommended Mr. Gordon R. Clapp to succeed you? Mr. LILIENTHAL. There may have been a number of people, but I was among them. Senator MCKELLAR. Do you know of anyone else who recommended Mr. Clapp except yourself? Mr. LILIENTHAL. I do not know, no. I can think of people who might have, but I do not know. Senator MCKELLAR. Yesterday it was testified before another committee of the Senate that Mr. Clapp was your stooge. Mr. LILIENTHAL. My what? Senator MCKELLAR. Stooge, s-t-o-o-g-e. Did you ever hear of that word? Mr. LILIENTHAL. Never applied to Mr. Clapp. [...]. Senator MCKELLAR. Do you know Mr. Melvin Siegel, who was with the TVA quite a while? Mr. LILIENTHAL. Yes; although not very well. He was a junior in the Legal Department, I believe. Senator MCKELLAR. Instead of not knowing him very well, did you not—did- not you and Mr. Siegel and Mr. Swidler and Mr. Marks associate together more than any four men in the organization, and were you not known as ‘Dave’, ‘Mel’, ‘Joe’, and ‘Herb’?”

Acima, mais alguns exemplos do estilo de interrogatório de McKellar (D-TN), que procurava relações de proximidade entre Lilienthal e alguns funcionários da TVA, usando marcas tais como apelidos para tentar determinar o grau de aproximação. No entanto, as questões não levaram a nenhum lugar em particular e as perguntas foram interrompidas por Hickenlooper (R-IA) quando, ao meio-dia, determinou que a audiência deveria terminar. A sessão foi então adiada para o dia 3 de fevereiro, ocasião na qual McKellar poderia continuar os questionamentos a Lilienthal.

Na sessão seguinte, Bernard Baruch testemunhou perante o Comitê do Senado. Baruch fora o representante dos EUA na Comissão de Energia Atômica da ONU (renunciara pouco antes, no início de janeiro de 1947) e havia sido chamado para a audiência com o objetivo de fornecer observações acerca dos membros nomeados à AEC. O senador Johnson retornou ao tópico da presença do Congresso nas reuniões da Comissão e questionou Baruch sobre o que ele pensaria a respeito. Baruch, por sua vez, reiterou que, pelo seu conhecimento, Lilienthal já havia reforçado a importância de relações próximas entre a AEC, o Comitê de Ligação Militar e o JCAE, dando a entender, portanto, que não restava espaço para esse debate.

Senador JOHNSON. Você acha que o Congresso deveria vigiar as operações desta Comissão, e as do Congresso, bem como os militares, deveriam ser mantidos informados quanto às políticas que são adotadas?

Sr. BARUCH. Acredito que o senhor seja obrigado sob esta lei – como entendo – pelos Comitê de Ligação Militar, o Comitê Conjunto da Câmara e do Senado, a estar familiarizado com estas operações, e certamente se o senhor está familiarizado com elas, há uma responsabilidade da qual não pode escapar.

Senador JOHNSON. Fico feliz em ouvi-lo dizer isso. Tem havido alguma disposição para colocar alguma cortina de ferro entre a Comissão e os militares, e cortinas de ferro entre a Comissão e o Congresso.

Mr. LILIENTHAL. Well, the first part of your question, the answer is no; although I should have been very proud to associate with most of those men, and it just happens that I did not. As to the second part, I think those nicknames are correct.

[...]

Senator MCKELLAR. I am talking about Mr. Siegel. Did you not become so attached to him that he called you 'Dave'?

Mr. LILIENTHAL. Everybody calls me 'Dave', Senator. That is no mark of distinction.

Senator MCKELLAR. It is a mark of intimacy, though, between you and one of your favorite employees, is it not? Just to be perfectly frank about it, is that not so?

Mr. LILIENTHAL. No. And that just happens not to be a mark of intimacy." **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 93-96.

Você não acreditaria que tal arranjo seria para o melhor interesse da Nação? Sr. BARUCH. Pensei ter lido em algum lugar no jornal que o Sr. Lilienthal, o presidente proposto desta Comissão, havia feito uma declaração sobre a necessidade de ter uma estreita associação com o Congresso e com as operações militares.²⁶³

Com essa última fala, Baruch deu a entender que não havia nada de irregular com relação ao acompanhamento congressional e militar às atividades da AEC, ressaltando inclusive o compromisso de Lilienthal em manter o relacionamento próximo entre os três segmentos. Em seguida, passou-se ao tópico de segurança internacional, sendo mencionado o Smyth report. Baruch mostrou-se preocupado com a questão do segredo e concordou com a visão de Lilienthal acerca do relatório ter se provado uma ameaça à segurança nacional.

McKellar (D-TN) também interrogou Baruch – quase exclusivamente para questionar a aptidão de Lilienthal para o cargo. De início, o senador perguntou sobre o grau de conhecimento técnico e científico de Lilienthal e, também, acerca dos rumores de que este sabia de antemão sobre os segredos do átomo. Em um dado momento, houve a insinuação de que o candidato à presidência da AEC simpatizava com o comunismo. Foi um diálogo bem curioso, pois ao elaborar a pergunta, McKellar não explicitou sobre quem ele está se referindo:

Senador McKELLAR. Se posso continuar agora, gostaria de lhe fazer uma outra pergunta. Pode haver algumas outras, mas esta, creio, vai me satisfazer.

Sabendo que você não é comunista, você acha que devemos selecionar para esta Comissão um homem que em sua organização em casa teve, nos últimos 10 anos, entre 40 e 55 comunistas, e cujo departamento defendeu todos os comunistas em sua estrutura na TVA? Você acha que neste momento, com o mundo na forma em que se encontra agora, com os Estados Unidos tendo as questões com que se defrontam agora, você acha que é o momento de nomear aqueles amigos da causa comunista?

²⁶³ Citação original: “Senator JOHNSON. Do you think that Congress should watch the operations of this Commission, and that Congress also, as well as the military, should be kept informed as to the policies that are adopted?”

Mr. BARUCH. I believe that you are charged under this bill—as I understand it—along with the Military Liaison Committee, the joint committee of the House and the Senate, with being familiar with these operations, and certainly if you are familiar with them, there is a responsibility which you cannot escape. Senator JOHNSON. I am glad to hear you say that. There has been some disposition to place some iron curtain between the Commission and the military, and iron curtains between the Commission and the Congress.

You would not believe that such an arrangement would be to the best interests of the Nation?

Mr. BARUCH. I thought I read in the paper somewhere that Mr. Lilienthal, the proposed chairman of this Commission, had made a statement regarding the necessity of having a close association with the Congress and with the military operations.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 104.

Sr. BARUCH. Mas eu não sei a quem o senhor se refere.

Senador McKELLAR. Estou falando do Sr. Lilienthal.²⁶⁴

Baruch, então, afirmou não ter conhecimento sobre estas supostas inclinações de Lilienthal. McKellar (D-TN), para embasar seu argumento, retomou os dados de comunistas que estariam na folha de pagamento do nomeado a presidente da AEC na época em que este estava à frente da TVA.

Sr. BARUCH. Eu não diria que ele era amigo da causa comunista, Senador, pelo que eu vi dele.

Senador MCKELLAR. Mas se você soubesse que de 30 a 40 ou 55 comunistas foram empregados por ele?

Sr. BARUCH. E ele sabia disso?

Senador McKELLAR. E ele sabia disso. Homens que eram comunistas confessados, homens que entraram para o Partido Comunista enquanto trabalhavam para ele, e admitiram que eles o tinham feito; você acha que seria uma nomeação sábia neste momento de nossa história, com as diferenças entre nós e a Rússia, como eles são – você acha que é um momento sábio para nomear um homem assim para o cargo?

Sr. BARUCH. Eu não nomearia um comunista para o cargo em nenhum momento.²⁶⁵

²⁶⁴ Citação original: “Senator McKELLAR. If I may go on now, I want to ask you one other question. There may be some others, but this one I think will satisfy me.

Knowing that you are not a Communist, do you think we ought to select for this Commission a man who in his organization at home has had in the last 10 years somewhere between 40 and 55 Communists, and whose department has defended all Communists in his setup down at the TVA? Do you think that at this time, with the world in the shape that it is in now, with the United States having the questions confronting it that it has now, do you think it is the time to appoint those friendly to the Communistic cause?

Mr. BARUCH. But I do not know to whom you refer.

Senator McKELLAR. I am talking of Mr. Lilienthal.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 109.

²⁶⁵ Citação original: “Mr. BARUCH. I would not say that he was friendly to the Communist cause, Senator, from what I have seen of him.

Senator MCKELLAR. But if you knew that from 30 to 40 or 55 Communists have been employed by him?

Mr. BARUCH. And he knew it?

Senator McKELLAR. And he knew it. Men who were confessed Communists, men who joined the Communist Party while working for him, and admitted that they did; would you think it would be a wise appointment at this time in our history, with the differences between us and Russia, as they are—do you think it is a wise time to appoint such a man to office?

Mr. BARUCH. I would not appoint a Communist to office at any time.” **Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager:** Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 109.

A resposta final de Baruch foi escorregadia e vaga, talvez propositalmente. Por um lado, a alegação de comunismo de Lilienthal não tinha embasamento além da palavra de McKellar (D-TN). Por outro, conhecendo a insistência do senador, permanecer na discussão não parecia promissor. Ademais, a resposta foi de fato apropriada, pois demarcava uma posição clara (e desejada) – a anticomunista –, ao mesmo tempo em que não explicitava a tendência específica de Lilienthal. A frase vaga era acertada: Baruch afirmou que não nomearia um comunista para um cargo público; mas isso não necessariamente queria dizer que ele não apoiaria Lilienthal.

O período de sabatina aos nomeados para compor a AEC, outrora com previsão de ser breve, se prolongou durante todo o mês de fevereiro e o início março de 1947, até a aprovação dos membros no JCAE no dia 10 de março. Depois disso, contudo, a matéria se estendeu no plenário da Câmara Alta até meados de abril. McKellar (D-TN) utilizou as audiências para atacar Lilienthal, com uma linha de questionamentos direcionada para retratar o candidato à presidência da AEC como comunista.²⁶⁶ O senador chegou inclusive a propor que houvesse veto para as nomeações, ou seja, se algum dos senadores vetasse, o nome não poderia ser aprovado, mesmo com maioria na votação.²⁶⁷ A proposta, entretanto, não foi para frente.

Em um dado momento durante o curso das audiências, em meados de fevereiro, começou a haver movimentações de oposição por parte de alguns republicanos, com destaque ao senador Robert A. Taft (R-OH)²⁶⁸. O argumento central dos republicanos era que Lilienthal seria um extremo “*New Dealer*”, linha distinta das alegações de comunismo de McKellar (D-TN). No início daquele mês, entretanto, Taft ainda não havia declarado oficialmente suas ressalvas – apesar de serem de conhecimento geral, de acordo com análise do *Washington Post*.²⁶⁹ Taft se configurava como um dos mais importantes membros do Partido Republicano no Senado, juntamente com Vandenberg (R-MI). O último havia demonstrado simpatia a

²⁶⁶ FRIENDLY, Alfred. Lilienthal to McKellar: Democracy is affirmative. **The Washington Post**. Washington, DC, p.1. 5 de fevereiro de 1947, p. 1.

²⁶⁷ FRIENDLY, Alfred. Must not confirm if 1 member doubts, he tells the Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 6 de fevereiro de 1947.

²⁶⁸ Taft era um dos senadores mais poderosos da época. Serviu no Senado de 1939 até sua morte, em 1953. Foi um ferrenho opositor ao *New Deal* e liderou o esforço da coalizão conservadora para restringir o poder dos sindicatos. Concorreu à indicação presidencial do Partido Republicano em 1940, 1948 e 1952, mas fracassou em todas as tentativas. Filho do 27º presidente americano, William Taft.

²⁶⁹ FRIENDLY, Alfred. Patterson asks Lilienthal’s confirmation: TVA predecessor opposes him; Taft fails to declare stand. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-6. 12 de fevereiro de 1947.

Lilienthal e inclinação em aprová-lo para a AEC. Com isso, um apoio explícito de Taft à oposição poderia significar atritos internos no partido. O *Post* escreveu, acerca dos rumores de declaração oficial de Taft contra Lilienthal e como Vandenberg poderia se comportar diante disso: “Mas para ele se levantar contra Taft precipitaria uma cisão na liderança republicana em um momento que Vandenberg poderia considerar mais inoportuno.”²⁷⁰.

Durante o curso das audiências e discussões no Senado, os partidos começaram a se dividir no tocante à questão. O *New York Times* escreveu, no dia 14 de fevereiro: “Os fatores bipartidários do apoio e da oposição ao Sr. Lilienthal continuaram a confundir e a deixar em dúvida os resultados prováveis”²⁷¹. Entre os democratas, além de McKellar (D-TN), surgiam como oposição à confirmação dos membros da AEC alguns senadores do Sul, como O’Daniel (D-TX) e Overton (D-LA).^{272 273} A controvérsia em torno do nome de Lilienthal iniciou-se com McKellar, mas se alastrou para outros congressistas de ambos os partidos, que se afastaram das motivações anticomunistas do democrata de Tennessee. Dentre os motivos para a rejeição do indicado, entravam: i) receio de falta de cooperação entre Lilienthal e o setor privado, no advento do desenvolvimento da energia nuclear como fonte energética; ii) medo isolacionista, configurado no apoio de Lilienthal ao plano de Baruch de controle eventual pela ONU e, conseqüentemente, apreensão com o acesso da Rússia ao segredo; iii) manobra política, por parte dos senadores republicanos, de enfraquecer uma das nomeações mais importantes de Truman – estratégia, portanto, não relacionada a Lilienthal de forma pessoal.²⁷⁴

À medida que as semanas foram passando, outros membros do Senado começaram a discordar diretamente da estratégia de McKellar (D-TN). O presidente do JCAE, Hickenlooper (R-IA), chegou a alertar o democrata sobre o desperdício de

²⁷⁰ Citação original: “But for him to rise against Taft would precipitate a Split in Republican leadership at a time which Vandenberg might consider most inopportune.” FRIENDLY, Alfred. Patterson asks Lilienthal’s confirmation: TVA predecessor opposes him; Taft fails to declare stand. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-6. 12 de fevereiro de 1947.

²⁷¹ Citação original: “The bipartisan factors of the support and opposition of Mr. Lilienthal continued to confuse and leave probable results in much doubt.” TRUSSELL, C. P.. President denies Lilienthal is red; endorses fitness. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 14 de fevereiro de 1947.

²⁷² FRIENDLY, Alfred. Floor fight on Lilienthal viewed as inevitable. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 14 de fevereiro de 1947.

²⁷³ FRIENDLY, Alfred. Opponents of Lilienthal add 2 more Senate votes. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 15 de fevereiro de 1947.

²⁷⁴ PHILLIPS, Cabell. Lilienthal case becomes a political issue: Nomination, once almost unopposed, is now a many-sided open contest. **The New York Times**. Nova York, p. E3. 16 de fevereiro de 1947.

fundos e de tempo ao convocar testemunhas de várias partes do país.²⁷⁵ Em tempo, Vandenberg (R-MI) começou, em meados de fevereiro, a se inclinar favoravelmente à aprovação de Lilienthal, a despeito da oposição de Taft (R-OH): “Embora o senador Vandenberg não tenha se anunciado, afirma-se que ele é a favor da confirmação”²⁷⁶. Contudo, a onda de oposição republicana continuava se desenvolvendo – de acordo com reportagem do *New York Times* de 23 de fevereiro de 1947, “Contra o Sr. Lilienthal estão os congressistas mais conservadores e de mentalidade nacionalista, republicanos e democratas, os fortes elementos ‘nacionalistas’ do Meio Oeste, importantes setores da indústria de energia privada.”²⁷⁷. Por outro lado, se encontravam em apoio da nomeação alguns republicanos mais internacionalistas e a maior parte dos democratas.²⁷⁸

Finalmente, no dia 10 de março de 1947, a seção do Senado do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica aprovou a nomeação de Lilienthal e dos outros membros da AEC.²⁷⁹ No dia 25 daquele mesmo mês, iniciaram-se os debates no plenário. Hickenlooper (R-IA), na ocasião, reforçou que o programa de energia atômica deveria estar um campo acima de disputas partidárias, especialmente para encerrar qualquer incerteza ou estagnação.²⁸⁰ Desde o lançamento das bombas atômicas em 1945, o tópico da regulação dessa tecnologia estava vigente e, quase dois anos depois, o primeiro passo rumo a este objetivo estava sendo tomado.

Nesse íterim, no dia 12 de março de 1947, o presidente dos EUA anunciava a Doutrina Truman, que consistia em um programa de assistência militar e econômica à Grécia e à Turquia. Na ocasião, ele fez um pronunciamento ao Congresso ressaltando a gravidade da situação que o mundo passava e afirmou que a política

²⁷⁵ LEVIERO, Anthony. Hickenlooper aims to halt Lilienthal debate this week: Warns McKellar against wasting time and public funds on distant witnesses – Monsanto aide endorses nominee. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 20 de fevereiro de 1947.

²⁷⁶ Citação original: “While Senator Vandenberg has not announced himself, he is said to be in favor of confirmation.” LEVIERO, Anthony. Senators predict Lilienthal choice: Confirmation believed certain if Vandenberg backs him despite Taft opposition. **The New York Times**. Nova York, p. 42. 23 de fevereiro de 1947.

²⁷⁷ Citação original: “Ranged against Mr. Lilienthal are the more conservative and national-minded Republican and Democratic Congressmen, the Strong ‘nationalist’ elements in the Middle West, important sections of the privately owned power industry.” THE NEW YORK TIMES. Lilienthal: Atoms and politics. **The New York Times**. Nova York, p. E1. 23 de fevereiro de 1947.

²⁷⁸ THE NEW YORK TIMES. Lilienthal: Atoms and politics. **The New York Times**. Nova York, p. E1. 23 de fevereiro de 1947.

²⁷⁹ THE NEW YORK TIMES. The day in Washington. **The New York Times**. Nova York, p. 30. 11 de março de 1947.

²⁸⁰ LEVIERO, Anthony. Lilienthal debate begun by Senate on warning note. **The New York Times**. Nova York, p. 1-8. 25 de março de 1947.

externa e a segurança nacional dos Estados Unidos estavam profundamente envolvidas. Ademais, reforçou que a própria existência de países como a Grécia estava sendo ameaçada e que a política americana precisava agir e apoiar os povos livres e ajudá-los a traçar seus próprios caminhos.²⁸¹ Em seguida, o secretário de Estado, George Marshall, construiu um programa para auxiliar na reconstrução da Europa Ocidental, que ficou conhecido como Plano Marshall. As políticas de contenção foram influenciadas por algumas fontes que enfatizavam o perigo de uma expansão militar soviética. O longo telegrama, escrito por George Kennan, explicava a natureza da conduta soviética e argumentava que não seria possível criar uma relação de cooperação entre os Estados Unidos e a União Soviética. Outro exemplo foi o relatório Cifford-Else, que discutia sobre a diplomacia da URSS e as relações soviética-americanas, analisando que o aparato militar construído pela União Soviética era considerado um grande perigo.²⁸²

No dia seguinte ao início da discussão de plenário para a confirmação dos membros da AEC, um projeto de lei foi introduzido com o objetivo de mudar os rumos da empreitada. Um grupo de cinco senadores, sendo dois democratas e três republicanos, apresentou uma proposição para criar uma comissão a ser responsável pelo desenvolvimento da energia atômica, com um conselho liderado pelo secretário de Estado Marshall, composto também pelos secretários de Guerra e da Marinha e dois comissários civis nomeados pelo presidente. A proposição veio no contexto da Doutrina Truman:

O novo plano, que eliminaria o conceito de controle civil laboriosamente elaborado em quase um ano de audiências pelo antigo Comitê de Energia Atômica do Senado, foi vinculado por seus patrocinadores ao plano do Presidente para ajudar a Grécia e a Turquia.²⁸³

A defesa apresentada pelos propositores foi de que, no contexto de batalha entre a democracia e o comunismo, o melhor nome para controlar o que seria a maior arma de segurança nacional – a bomba atômica – seria o secretário Marshall.

²⁸¹ THE WASHINGTON POST. Text of President's Message. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 13 de março de 1947.

²⁸² HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

²⁸³ Citação original: "The new plan, which would wipe out the concept of civilian control laboriously worked out in almost a year of hearings by the old Senate Atomic Energy Committee, was linked by its sponsors to the President's plan to aid Greece and Turkey." LEVIERO, Anthony. Senate gets bill for new atom unit. **The New York Times**. Nova York, p. 9. 26 de março de 1947.

Hickenlooper (R-IA), contudo, estava confiante de que o novo projeto de lei não iria interferir na confirmação final de Lilienthal e dos outros membros da AEC.²⁸⁴

No final de março de 1947, outro requerimento ameaçou atrasar as confirmações. O senador Bricker (R-OH) solicitou que o FBI conduzisse investigações nos nomeados à AEC.²⁸⁵ Tal proposta acarretaria o retorno aos debates no JCAE, contudo, foi derrotada logo no início de abril de 1947. Vandenberg (R-MI), à luz das proposições apresentadas pela oposição à nomeação, rejeitou quaisquer alegações de comunismo por parte de Lilienthal, afirmando serem infundadas, e criticou a possibilidade de retornar o controle da energia atômica aos setores militares.²⁸⁶ No dia 9 de abril de 1947, houve enfim a votação final no plenário do Senado referente aos membros designados para conduzir as atividades da AEC. Para confirmar Lilienthal na presidência da agência, 50 senadores foram favoráveis, sendo 30 democratas e 20 republicanos, e 31 foram contrários, 26 republicanos e cinco democratas. Em seguida, os demais nomeados foram aprovados através de voto por aclamação, mas nenhum deles atingiu unanimidade.²⁸⁷

3.2 Atividades do JCAE em 1947

No dia 17 de abril de 1947, o JCAE se reuniu em sessão executiva para definir alguns procedimentos a serem tomados pelo Comitê. Sobre o quórum, seria aceitável para início de sessão a presença física de seis membros e, para reportar projetos de lei ou outros relatórios a serem entregues ao Senado ou à Câmara dos Deputados, o mínimo de dez membros presentes seria necessário. Foi discutida também a questão orçamentária e apresentado relatório enviado aos Comitês de Apropriações de ambas as casas do Congresso. McMahon (D-CT) enfatizou a importância de os congressistas manterem segredo sobre as atividades conduzidas no Comitê, pois somente com essa conduta o JCAE iria manter sua importância na definição de políticas de energia atômica. Essa foi a primeira reunião fechada após a nomeação dos membros da AEC

²⁸⁴ LEVIERO, Anthony. Senate gets bill for new atom unit. **The New York Times**. Nova York, p. 9. 26 de março de 1947.

²⁸⁵ LEVIERO, Anthony. Bricker urges Senate delay on Lilienthal for FBI inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 29 de março de 1947.

²⁸⁶ FRIENDLY, Alfred. Move to ask FBI probe defeated by 14 votes: Senator Vandenberg indorses nominee; final action due early next week. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 4 de abril de 1947.

²⁸⁷ LEVIERO, Anthony. Lilienthal wins Senate vote, 50-31, as U.S. atom head. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 10 de abril de 1947.

e foi marcada por questões procedimentais e pelo reforço na aproximação do JCAE e da AEC – Hickenlooper (R-IA) recomendou a todos os membros visitarem as instalações da Comissão e afirmou que estava organizando um encontro entre os membros de ambas as organizações para breve.²⁸⁸

A reunião proposta por Hickenlooper (R-IA) foi realizada no dia 5 de maio. Os membros da AEC compareceram ao JCAE para apresentar um relatório das usinas e instalações correntes, além dos planos de futuros empreendimentos para o desenvolvimento de energia atômica.²⁸⁹ Percebe-se que os trabalhos do Comitê Conjunto ainda estavam insipientes, com muitas definições de protocolos pendentes, tais como procedimentos a serem tomados caso haja discordância de uma das Casas em um determinado projeto de lei. O presidente do JCAE novamente reiterou aos colegas congressistas que visitassem os locais sob a tutela da AEC – essa recomendação era compatível com declaração que Hickenlooper deu ao *The New York Times*:

O Sr. Hickenlooper enfatizou que os agentes do Comitê estariam em uma posição “de desenvolver independentemente uma quantidade substancial de nossas próprias informações sobre assuntos com os quais se espera que nós lidemos”. Os agentes, disse ele, permitiriam ao Comitê “desenvolver um julgamento independente em vez de depender de relatórios departamentais dos próprios departamentos que talvez queiramos analisar”.²⁹⁰

Uma das funções do JCAE era justamente o poder de supervisionar a agência correspondente do Executivo, ou seja, a AEC, tal qual fora estabelecida pela Lei de Energia Atômica de 1946. Ademais, não só pelo objetivo de fiscalizar as atividades da AEC, uma pesquisa própria e independente sobre as questões relacionadas à energia atômica também se configurava como atribuição do Comitê Conjunto. Já era maio de 1947, o Comitê fora estabelecido em agosto de 1946, nove meses antes, e até então a maior incumbência fora a condução de audiências de confirmação para os membros da AEC – empreendimento realizado apenas pela seção do Senado do JCAE. A contratação de funcionários técnicos havia começado pouco tempo antes e o

²⁸⁸ [Documento sem título], 17 de abril de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²⁸⁹ **Summary of proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²⁹⁰ Citação original: “Mr. Hickenlooper emphasized that the committee agents would be in a position ‘to develop independently a substantial amount of our own information on matters we are expected to deal with’. The agents, he said, would enable the committee to ‘develop independent judgement rather than to rely on departmental reports by the very departments we might want to look into’.” THE NEW YORK TIMES. Check on atom work planned in Congress. **The New York Times**. Nova York, p. 22. 6 de maio de 1947.

orçamento ainda não havia sido apropriado – inclusive, não houve funcionamento do Comitê no segundo semestre de 1946 justamente falta de dotação destinada para o fim.

Pouco depois do encontro com os membros da AEC, o JCAE se reuniu em sessão executiva com o objetivo de compreender o andamento das negociações acerca da regulação da energia atômica na esfera internacional. No dia 9 de maio de 1947, o vice representante dos EUA na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, Dr. Frederick H. Osborn, foi chamado para testemunhar. Osborn defendeu a ideia de uma agência reguladora internacional que teria controle sobre o desenvolvimento de energia nuclear: “Ele sentiu que era necessário que qualquer acordo internacional tivesse que ser muito ‘rígido’ em relação à segurança, a fim de impedir operações clandestinas ou o desenvolvimento secreto de armas”²⁹¹. Com isso, de acordo com sua explicação, essa agência internacional seria uma forma limitada de Governo Mundial no qual os países teriam que voluntariamente abdicar de certas porções de suas soberanias.²⁹²

Nesse ensejo, houve discussão por parte dos congressistas membros do JCAE, de modo a questionar qual tipo de poder essa agência asseguraria, assim como ponderar que o ingresso nesse organismo acarretaria a perda de diversas provisões presentes na Lei de Energia Atômica doméstica. Hickenlooper (R-IA), diante do cenário, avaliou:

Foi sugerido pelo Presidente que seria desejável limitar a agência internacional à propriedade; ao controle de materiais fissionáveis; e a um conhecimento geral do método de seu uso, mas que a economia desse uso, sujeita a esse controle, poderia muito bem ter que ser deixada a cada país.²⁹³

Houve consenso contra um possível poder de veto, plano que havia sido proposto pela delegação soviética em reuniões anteriores na Comissão da ONU. Os membros do JCAE, assim como o próprio Osborn, concordaram que a existência de

²⁹¹ Citação original: “He felt that it was necessary for any international agreement to be very ‘tight’ with reference to security in order to preclude clandestine operations or the secret development of weapons.” **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 9 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 11.

²⁹² **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 9 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²⁹³ Citação original: “It was suggested by the Chairman that it would be desirable to limit the international agency to ownership; control of fissionable materials; and a general knowledge of the method of their use, but that the economics of this use, subject to that control, might well have to be left to each country.” **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 9 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 11.

um mecanismo do tipo iria prejudicar o funcionamento apropriado da agência. Sobre a possibilidade de outros países terem a possibilidade de obter o conhecimento necessário para manufaturar uma bomba atômica, Osborn afirmou ser algo inevitável. Contudo, com a agência regulatória em funcionamento de acordo com o plano de Baruch, o urânio estaria em seu estrito controle e inspeção, tornando o processo prático de produção de bombas inacessível.²⁹⁴

No final de maio, novas informações foram passadas ao JCAE acerca das propostas na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. Hickenlooper (R-IA) repassou aos outros congressistas um plano apresentado pela Rússia que versava, dentre outras questões, sobre a proibição ao uso de energia atômica para fins militares e a eliminação de arsenais nucleares nacionais. O Comitê Conjunto do Congresso, contudo, decidiu após debates não emitir posicionamento naquele momento.²⁹⁵

No primeiro semestre de 1947, após a confirmação dos membros da AEC, a agência de energia nuclear começava a engatar, e assim também o JCAE, criado para oferecer uma contrapartida no Legislativo e promover os estudos contínuos na área. Durante os primeiros anos da Guerra Fria, particularmente quando se percebia um acirramento devido aos programas da Doutrina Truman e, em seguida, do Plano Marshall, o principal objetivo relacionado ao átomo era o seu uso militar. Durante as discussões do projeto de lei de McMahon, uma das questões era justamente o controle – ou não – dos militares nos empreendimentos nucleares. No final, tal qual já abordado, o compromisso feito foi a criação da agência civil, mas com a presença de um comitê de ligação militar. No dia 1º de julho de 1947 aconteceu a primeira audiência em sessão executiva com esses agentes.²⁹⁶

No referido encontro, muito se debateu acerca do equilíbrio entre o controle civil, importante para os tempos de paz, e o controle militar que outrora fora o protocolo durante os anos de guerra. Hickenlooper (R-IA) reiterou o papel do Comitê legislativo em promover a cooperação e auxiliar nessa transição: “Esperamos poder ajudar na coordenação de um desenvolvimento bem-sucedido de todos os empreendimentos.

²⁹⁴ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 9 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²⁹⁵ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

²⁹⁶ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

[...] a nossa maior preocupação é a defesa razoável e adequada deste país.”²⁹⁷ O General Brereton, representante do Comitê de Ligação Militar, dissertou sobre o processo de trabalho e a relação com os membros da AEC. De acordo com o oficial, como o trabalho havia acabado de se iniciar, ainda não havia formação de doutrina e, portanto, cada tomada de decisão era antecipada por uma consulta aos respectivos departamentos. Segundo o general, a falta de espaço físico destinado ao Comitê também era um problema ainda a ser resolvido para que haja maior fluidez.

Os congressistas perguntaram sobre aspectos tais como a quantidade de material produzido naquele momento, a satisfação com a segurança das localidades e o tempo de preparação e acesso às armas caso haja uma emergência. Foi uma reunião de ordem introdutória, uma vez que o estabelecimento havia há pouco começado. De forma geral, os militares se mostraram satisfeitos com o andamento do trabalho, exceto no tocante ao espaço físico, em que o Coronel Hinds comentou: “É uma questão de estabelecer realmente a ligação, o que é pretendido. Se todo o quadro de funcionários não estiver no edifício, não teremos o contato que devemos e que produzirá a ligação”²⁹⁸.

Alguns parlamentares mostraram-se apreensivos quanto a aspectos de segurança e de acesso à bomba atômica – Holifield (D-CA) perguntou de quem seria a custódia final de materiais físséis (General Brereton respondeu que era da AEC); e Patterson (R-CT) perguntou então quanto tempo demoraria para as forças armadas terem acesso, caso necessário. Hickenlooper (R-IA), por sua vez, questionou sobre a capacidade de outros países de lançarem um ataque nuclear. General Brereton respondeu:

Podemos entregar como ataque atômico agora e não achamos que mais ninguém possa no momento atual. Mas a situação pode ser daqui a três ou cinco anos é puramente conjectural. Minha opinião pessoal é que ainda estamos cinco anos à frente de Stalin.²⁹⁹

²⁹⁷ Citação original: “We hope we can assist in coordinating a successful development of all enterprise. [...] our greatest concern is for the reasonable and proper defense of this country.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 28

²⁹⁸ Citação original: “It is a matter of really establishing liaison, which is intended. If the whole staff is not in the building we don’t have the contact which we should and which will produce liaison.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 37

²⁹⁹ Citação original: “We can deliver as atomic attack at the present time and we don’t think anyone else can at the present time. But what the situation may be three or five years from now is purely conjectural. My personal opinion is that we are still five years ahead of Stalin.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 45

Acerca da frequência de encontros, Cole (R-NY) demonstrou inclinação pela presença de pelo menos um oficial militar nas reuniões regulares da AEC. Esse debate havia sido travado momentos antes da aprovação da lei de energia atômica, quando cogitava-se colocar um membro militar permanente na agência. Tal empreitada, defendida por alguns congressistas republicanos, não foi bem-sucedida na época e tampouco recebeu apoio nesta reunião, ao passo que o general afirmou que não haveria tempo nem necessidade para isso. Os militares demonstraram estar satisfeitos com a configuração que estava em vigência, com duas reuniões mensais entre Comitê de Ligação e a AEC.

Por fim, sobre orçamento, Hickenlooper (R-IA) solicitou que fossem feitas metas mínimas, médias e máximas de quantidade de material atômico. Segundo o presidente do JCAE, “[...] a Comissão não pode ter dotações enormes a cada ano sem alguma informação de que uma meta definitiva deve ser alcançada”³⁰⁰. O republicano ainda comentou que um dos papéis do Comitê Conjunto era entender e acompanhar todas as etapas do processo e que as forças armadas e, assim, ser um instrumento de ponte entre a AEC e o Comitê de Apropriações. Sobre isso, o senador afirmou:

O Comitê de Apropriações que conheço no Senado e, até certo ponto, na Câmara, vai apoiar-se fortemente nas recomendações deste Comitê na teoria de que o Comitê de Apropriações não se importa em entrar em detalhes com questões de energia atômica neste momento.³⁰¹

Ainda em julho de 1947, os congressistas do JCAE receberam membros da AEC para discutir o problema da falta de cientistas nas usinas e nos laboratórios. Los Alamos fora o berço da produção da bomba atômica, no entanto, com o final da guerra, a grande concentração de cientistas e engenheiros se dispersou, uma vez que estes voltaram a seus postos em universidades e na indústria. Ademais, o Novo México não era considerado um lugar convidativo para se estabelecer; e dessa forma era

³⁰⁰ Citação original: “[...] the Commission can't have tremendous appropriations each year without some information that a definite goal is to be reached.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 71

³⁰¹ Citação original: “The Appropriations Committee I know in the Senate and to some extent in the House, is going to lean very heavily upon the recommendations of this Committee on the theory that the Appropriation Committee doesn't care to go into detail with matters of atomic energy at this time.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 66

necessário traçar novas estratégias para continuar o desenvolvimento em armas nucleares.³⁰²

Ainda havia dúvidas com relação ao desenvolvimento da energia atômica, algo que foi abordado em um artigo do *New York Times* do dia 7 de julho de 1947. De acordo com o periódico, “O único uso da energia atômica que o mundo tem visto até agora é a destruição provocada pela bomba atômica.”³⁰³ O jornal criticou o esforço sem sucesso da ONU em garantir um acordo internacional de controle das armas nucleares. Ademais, novamente foi levantado o questionamento de quando a Rússia seria capaz de utilizar tal armamento. Neste íterim, os congressistas ainda estavam acertando algumas dinâmicas de trabalho, e mostravam-se preocupados especialmente com questões de segurança. A transição entre o Distrito de Manhattan e a agência civil ainda acontecia e, com isso, também se manifestavam dúvidas sobre a capacidade de se manter o segredo com a quantidade de funcionários que demandava tamanho empreendimento.

O assunto segurança e documentação secreta permeou os tópicos de reunião do JCAE durante o restante do ano de 1947 e chegou até 1948. Antes do recesso do Congresso, os parlamentares se reuniram cinco vezes em sessão fechada, a maior parte delas para debater o problema de documentos que supostamente sumiram dos arquivos de Oak Ridge. O presidente do Comitê, Hickenlooper (R-IA), afirmou que era importante investigar o fato, uma vez que o assunto se iniciou a partir de um boato contado por jornais³⁰⁴. De acordo com o relato do senador republicano na reunião do dia 14 de julho, um repórter do periódico Times-Herald havia ligado para ele relatando que o oficial de alto escalão do governo que havia divulgado as informações de documentação que desaparecera fora o General Groves. Hickenlooper então relatou para os colegas do JCAE que conversara com Groves e que este informara que não havia divulgado informação alguma. No dia 22 de julho foi realizada sessão com a AEC para esclarecer os fatos e no dia 26 de julho foi feita uma audiência reservada com Groves.

³⁰² **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 11 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁰³ Citação original: “The only use of atomic power the world has so far seen is the destruction wrought by the atom bomb.” McCORMICK, Anne O’Hare. *Abroad: The promise hidden in the atom bomb*. **The New York Times**. Nova York, p. 16. 7 de julho de 1947.

³⁰⁴ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 14 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

De acordo com funcionários da AEC responsáveis pela segurança, os arquivos já estavam sumidos quando a agência tomou posse, no dia 1º de janeiro de 1947. No entanto, não havia como saber quais ou quantos documentos tinham desaparecido.³⁰⁵ Nesse contexto, Lilienthal criticou o método de segurança herdado pelo Distrito de Manhattan, não só comentando este fato na audiência, como também o registrando em memorando enviado a Hickenlooper (R-IA) no dia 21 de julho de 1947, afirmando que as medidas “[...] ficam consideravelmente aquém das exigidas no interesse da segurança nacional”³⁰⁶.

A questão da segurança e do não vazamento do segredo era considerada de alta prioridade, porém, tanto os membros da AEC quanto os parlamentares do JCAE pareciam ainda estar navegando em águas misteriosas, uma vez que conseguiam apontar os problemas, mas não encontravam soluções precisas. Durante todo o ano de 1947, o comportamento foi de ajuste de metodologias e chegou-se a 1948 ainda sem um método viável e confiável. Ademais, é interessante notar que sempre que havia questionamentos sobre quando a Rússia teria condições de produzir a tecnologia para armamentos nucleares, a resposta era repetidamente vaga e distante da realidade. A Agência Central de Inteligência (CIA) ainda se encontrava embrionária – fora fundada no segundo semestre de 1947, criada com a Lei de Segurança Nacional de 1947 – e, portanto, não havia uma centralização de informações de inteligência. Os próprios congressistas observavam isso com frequência nos comentários acerca da falta de certeza quanto à perspectiva de outros países conseguirem desenvolver a tecnologia.

Quanto à AEC, naquele primeiro momento, o senador Bricker (R-OH) observou: “Sr. Lilienthal, até onde você sabe, no momento atual, seu trabalho é principalmente de limpar a casa”³⁰⁷, ou seja, de organizar a estrutura da agência que tinha poderes sem precedentes no trato de tudo relativo à energia atômica. Lilienthal, em resposta, concordou e falou, sobre esse procedimento e em relação à documentação desaparecida: “Até onde sabemos, trata-se de uma questão de fazer um inventário,

³⁰⁵ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 22 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁰⁶ Citação original: “[...] fall considerably short of those required in the interest of national security.” **Memorandum to the Joint Committee on Atomic Energy**, 21 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 1.

³⁰⁷ Citação original: “Mr. Lilienthal, as far as you know, at the present time, your job is primarily a house-cleaning job.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 22 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 131.

e, no decorrer desse inventário, de localizar todos os documentos não contabilizados e onde quer que circunstâncias duvidosas surjam, ir até o Sr. Hoover”³⁰⁸. Lilienthal estava se referindo, ao final de sua fala, é claro, ao então diretor do FBI, J. Edgar Hoover. Apesar da preocupação, o presidente da AEC confirmou o que havia dito no memorando do dia anterior à reunião, de que apesar da desorganização de inventário, não havia motivos para crer que a segurança nacional e a defesa comum estavam de fato prejudicadas.

No dia 26 de julho de 1947, foi feita a audiência com o General Groves. A reunião começou com depoimento do oficial acerca do Projeto de Armas Especiais das Forças Armadas, agência vinculada às forças armadas para o auxiliar na conexão com o programa de energia atômica. Groves explicou o propósito da organização:

O objetivo do Projeto de Armas Especiais é dar aos serviços armados uma organização que será responsável pelos assuntos do Exército e da Marinha além dos táticos, e em todas as fases a participação técnica que deve ser feita de acordo com a pesquisa e desenvolvimento, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Conselho Conjunto de Pesquisa e Desenvolvimento. [...] essencialmente para fornecer assistência ao nosso pessoal do Exército e da Marinha em tudo o que diz respeito ao uso militar da energia atômica.³⁰⁹

Pouco depois, o senador McMahon (D-CT) iniciou o tópico dos documentos desaparecidos: “[...] foi aqui indicado há cerca de uma semana que houve um inventário em 1945 que revelou o desaparecimento de 318 documentos ultrassecretos”³¹⁰. Groves respondeu que não tinha conhecimento desses desaparecimentos, que provavelmente aconteceram antes de 1942, ou seja, antes dele ser responsável pelo empreendimento. O general também reiterou a sua crença de que seria possível que a maioria desses arquivos já reaparecera e acrescentou: “[...] toda vez que um inventário era feito, ele revelava algo que faltava em algum

³⁰⁸ Citação original: “So far as we know, it is a problem of making an inventory and in the course of that inventory of locating all documents unaccounted for and wherever dubious circumstances arise, go to Mr. Hoover.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 22 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 131.

³⁰⁹ Citação original: “The purpose of the Special Weapons Project is to give to the armed services an organization which will be responsible for matters of the Army and Navy outside of tactical, and in all phases the technical participation that must be done in accordance with research and development in accordance with policies laid down by Joint Research & Development Board. [...] essentially to furnish assistance to our people in the Army and Navy on anything pertaining to the military use of atomic energy.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 136.

³¹⁰ Citação original: “[...] it was indicated here about a week ago that there was an inventory in 1945 which disclosed the disappearance of 318 top secret documents.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 141.

lugar”³¹¹. McMahon continuou insistindo no assunto, afirmando que os documentos permanecem perdidos, fato confirmado por Hickenlooper (R-IA). Daí, seguiu-se uma linha de questionamento um tanto quanto interessante:

McMahon: Deixe-me colocar desta forma – quando você se dirigiu à Comissão particular, você chamou a atenção da Comissão para o fato de que o inventário que você tinha em sua posse revelou o fato de que centenas e centenas de documentos estavam faltando?

General: Eu duvido. Eu falei sobre problemas gerais de segurança, disse a eles que sempre teriam documentos desaparecidos. Como você provavelmente sabe, eles não me pediram para discutir os assuntos com eles.

McMahon: Você não chamou a atenção específica deles para o fato de que estes documentos estavam faltando?

General: Tentei chamar a atenção deles para os fatos que achei mais importantes.

McMahon: Você não considerou importante que faltassem centenas de documentos ultrassecretos?³¹²

A discussão continuou, com o general Groves tentando explicar como os documentos poderiam ter se perdido, até McMahon (D-CT) expor o principal ponto de sua crítica à gestão de Groves: a ausência de relatórios sobre o inventário e a falta de comunicação na transição para o comando da AEC.

McMahon: Eu posso entender como eles podem estar faltando, mas o que eu não consigo entender é a sua falha em informar a Comissão sobre isso, sobre a transferência para eles – foi injusto com o trabalho da Comissão porque a indicação é que aqui estava um grupo de civis que não sabiam o que estavam fazendo e quem tinha entrado e saído no dia primeiro de janeiro e em um período de cerca de seis meses espalhado algumas centenas de documentos, e para que os jornais de notícias percebessem isso e os envergonhassem.

[...]

³¹¹ Citação original: “[...] every time an inventory was taken it disclosed something missing somewhere.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 141.

³¹² Citação original: “McMahon: Let me put it this way – when you turned over to the private Commission, did you call attending to the Commission to the fact that the inventory which you had in your possession disclosed the fact that hundreds and hundreds of documents were missing?”

General: I doubt it. I told them about general security problems, told them they would always have documents missing. As you probably know they did not ask me to discuss matters with them.

McMahon: You did not call their specific attention to the fact that these documents were missing?

General: I tried to call their attention to the facts that I thought most important.

McMahon: You did not consider it important that there were hundreds of top secret papers missing?” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 142.

General: [...] Não, eu não lhes contei tudo o que achei importante. Eu poderia falar durante semanas sobre o que eu achava importante. Eu falei os destaques. Não achei que documentos desaparecidos ou segurança fossem importantes. [...]

McMahon: É claro, essa foi a questão sobre a qual eles receberam a maior parte das críticas.³¹³

O senador Johnson achou estranho o fato de Groves não considerar importante relatar à Comissão sobre problemas de segurança, especialmente no tocante a documentos secretos. McMahon (D-CT) completou: “Em outras palavras, resume-se a isto. Você pensou que eles não queriam falar com você e, portanto, você não falou com eles sobre esses documentos desaparecidos?”³¹⁴ Com esses comentários, o general apenas insistiu no que já havia dito antes, que havia muita coisa a se dizer e que não priorizara esse tópico específico. McMahon continuou inquirindo Groves acerca de especificidades que haviam sido ditas nas reportagens publicadas que supostamente o general teria sido o informante.

Depois, entraram no tópico do relacionamento entre a AEC e o segmento militar, o qual Groves acreditava não ser ideal. O general afirmou que, em sua concepção, a Comissão não estava mantendo o Comitê de Ligação Militar adequadamente informado. O deputado Elston (R-OH), ao final da reunião, solicitou que Groves avaliasse o quanto de brecha de segurança haveria com o sumiço daqueles documentos. O general concluiu afirmando que acreditava não haver perdas tão sérias em Oak Ridge, e reiterou que em um empreendimento dessa magnitude, havia milhões de papeis e que mesmo com os devidos cuidados a perda de documentos era inevitável.³¹⁵

³¹³ Citação original: “McMahon: I can understand how they can be missing but what I can’t understand is your failure to inform the Commission of it, on the transfer to them – it was unfair to the Commission’s work because the indication is that here were a bunch of civilians who didn’t know what they were doing who had gone in and on the first of January and in a period of some six months scattered some hundreds of documents, and for the newspapers to get hold of it, and embarrass them.
[...]

General: [...] No, I didn’t tell them everything I thought was important. I could talk for weeks on what I thought was important. I hit the highlights. I didn’t think missing documents or security important. [...]
McMahon: Of course, that’s the thing they have taken the brunt of criticism on.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 143-144.

³¹⁴ Citação original: “In other words, it comes down to this. You thought they didn’t want to talk to you and therefore you didn’t talk with them about these missing documents?” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 145.

³¹⁵ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Entrementes, o Comitê misto recebeu em sessão executiva os chefes do Estado-Maior Conjunto no dia 19 de julho. A expectativa de Hickenlooper (R-IA) era desenvolver os laços entre o JCAE e Estado-Maior, uma vez que eram parte relevante na definição da política militar dos EUA e, conseqüentemente, isso influenciava no programa de energia nuclear. As agências deveriam ser harmoniosas, a AEC, o JCAE, o Comitê de Ligação Militar, o Estado-Maior Conjunto, a Presidência da República, enfim, eram várias áreas do governo que estavam conectadas com o desenvolvimento atômico. Na reunião que havia ocorrido com o Comitê de Ligação, os parlamentares haviam sido informados de que não havia nenhuma nova requisição militar para a AEC. O General Eisenhower, o chefe do Exército do Estado-Maior, confirmou a informação e respondeu que nenhum requerimento militar havia sido submetido desde 1945. A organização havia iniciado grupo de estudos para determinar futuros pedidos e discussões já estavam sendo realizadas para traçar estratégias de segurança para instalações militares.³¹⁶

Por fim, Hickenlooper (R-IA) expressou preocupação no tocante ao recebimento de informações de inteligência quanto à previsão de outros países desenvolverem bombas atômicas. O tópico de preocupação sobre possíveis armas nucleares russas voltou a pairar e o Almirante Leahy respondeu que os soviéticos ainda não possuíam o armamento, mas admitiu que havia pouca informação quanto a isso. Eisenhower completou dizendo que o país tinha menos informações sobre os russos naquele momento do que outrora sabiam da Alemanha durante a guerra. Em seguida, o general afirmou que estavam cientes da necessidade de melhorar os canais de inteligência. Hickenlooper acrescentou a recomendação de não subestimar o oponente novamente, opinião que foi compartilhada pelos chefes do Estado-Maior Conjunto, que recordaram de Pearl Harbor.³¹⁷

³¹⁶ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 19 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³¹⁷ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 19 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

3.3 O final de 1947

Depois do recesso parlamentar, o JCAE voltou às atividades em sessão executiva no dia 25 de novembro de 1947. Hickenlooper (R-IA), na ocasião, apresentou documento secreto com as atividades feitas no período de ausência do Capitólio. Foram mencionadas reuniões que seriam realizadas nas semanas seguintes, tanto ainda em 1947 quanto as que seriam feitas em 1948. Entre as agências indicadas a serem chamadas para audiências, destaca-se a Agência Central de Inteligência (CIA) que, de acordo com Hickenlooper, estaria focada nas atividades envolvendo energia atômica em outros países. Essa menção iniciou o tópico de discussão acerca da situação internacional relativa ao átomo. O senador McMahon (D-CT) sugeriu ser interessante convidar o secretário de Estado a testemunhar no JCAE e, consonante, Van Zandt (R-PA) sugeriu que o Comitê deveria se informar de assuntos mundiais.³¹⁸

Um dos debates que outrora permeara as conversas no Parlamento entre 1945 e 1946 retornou: a questão internacional da energia nuclear. É claro que o tópico nunca deixara de ser comentado, mas o que se percebe nessa reunião no final de 1947 é a volta da preocupação com posicionamento direto do Comitê com relação ao assunto. Os congressistas já haviam recebido representantes da delegação americana junto às Nações Unidas, mas ainda assim não se envolveram diretamente. Hickenlooper (R-IA), em seguida à sugestão de McMahon (D-CT), afirmou que tal encontro com o Departamento de Estado seria oportuno em data futura e, em resposta a Van Zandt (R-PA), o presidente do JCAE afirmou que acreditava ser necessário conhecer com mais profundidade a situação local para depois ir a fundo nas questões mundiais.³¹⁹

O deputado Van Zandt (R-PA) continuou insistindo na posição de coletar mais informações sobre o aspecto internacional: “Em minha discussão com muitas pessoas nos laboratórios e fábricas, minha conclusão foi que pouco pudemos fazer em relação a esta posição até sabermos qual era a condição mundial.”³²⁰. Millikin (R-CO)

³¹⁸ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³¹⁹ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³²⁰ Citação original: “In my discussion with many people in the laboratories and plants, my conclusion was that there was little we could do in respect to this position until we first knew what the world condition was.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 164.

concordou e em seguida trouxe a questão de que o Comitê Conjunto, tal qual fora desenhado, tinha a responsabilidade de fazer recomendações ao resto do Congresso e, portanto, precisaria estar à par da situação por completo. O senador propôs, então: “Vamos chamar aqui o Departamento de Estado e os militares e descobrir se a Comissão de Energia Atômica está desempenhando suas funções de forma eficiente em relação à nossa política externa e às nossas necessidades militares”³²¹. Ao final da sessão, o deputado democrata do Texas, Lyndon Johnson³²², foi apresentado por Cole (R-NY) como novo membro da Câmara no JCAE, substituindo Ewing Thomason, que deixara o mandato na Câmara no final de julho de 1947 para assumir o posto de juiz federal no Tribunal para o Distrito Oeste do Texas.

No dia 28 de novembro de 1947, uma sexta-feira após o feriado de Ação de Graças, os congressistas do JCAE se reuniram em sessão executiva com a presença de membros e funcionários da AEC para debater um tópico que permeou boa parte da agenda em 1948: as investigações de atividades suspeitas pelo Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara (HUAC, da sigla em inglês). Nessa reunião, os membros do JCAE haviam recebido uma lista com nomes de pessoas que trabalhavam em programas de energia atômica cujas experiências do passado deveriam ser examinadas. Hickenlooper (R-IA) propôs revisar a tal lista pois o HUAC pretendia realizar uma investigação pública, e a AEC tinha a preocupação de isso gerar uma sensação de suspeita na agência e em todo o empreendimento de energia nuclear.³²³

Houve, em sequência, debates acerca de algumas pessoas que constavam na lista do HUAC. O senador Millikin (R-CO) manifestou a sua opinião de que se há algum tipo de dúvida que seja razoável no tocante a algum funcionário, este deveria ser demitido. O republicano do Colorado também demonstrou preocupação com relação a uma sociedade de cientistas ativa em Oak Ridge, ao passo que Hickenlooper (R-IA), com informações advindas da AEC, afirmou não considerar o grupo

³²¹ Citação original: “Let’s get the State Department in here and the military people and find out whether the Atomic Energy Commission is performing its duties in an efficient way in relation to our foreign policy and our military needs.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 165.

³²² Lyndon B. Johnson, vice-presidente de John F. Kennedy e depois 36º presidente dos EUA, foi deputado federal entre 1937 e 1949. Foi eleito senador em 1948, assumindo o cargo em 1949.

³²³ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

“subversivo”.³²⁴ Foi uma reunião ainda preliminar sobre o tópico, sem proposições específicas, e ao final o presidente do Comitê afirmou que era imperativo não focar apenas nos indivíduos, e sim investigar possíveis associações que poderiam estar por trás. Knowland (R-CA) fez observações sobre a AEC e as possíveis implicações para a agência, concluindo que o mais importante era o alinhamento à segurança do país. O senador afirmou:

[...] o Comitê certamente não vai criticar a Comissão se eles estivessem do lado da segurança da nação e da segurança do público, porém, caso contrário, nós teríamos a responsabilidade perante o Congresso e os Estados Unidos, se nós errarmos no lado dos indivíduos.³²⁵

A discussão continuou na sessão executiva do dia 3 de dezembro de 1947 e alguns congressistas recomendaram que não se tomasse nenhuma ação específica sobre o assunto. Para esses membros, o JCAE deveria se preocupar majoritariamente com questões relacionadas à política nacional de energia atômica e, assim, naquele momento não caberia a função de enviar instruções detalhadas de como a Comissão de Energia Atômica deveria agir.³²⁶

No dia 5 de dezembro, aconteceu uma reunião com representantes do Departamento de Estado, tal qual havia sido proposta no final de novembro. Dentre os membros presentes, estavam o vice-secretário de Estado, Robert Lovett, e George Kennan³²⁷, que era o então Diretor de Planejamento Político do Departamento. Também estiveram presentes o secretário de Defesa, James Forrestal – que outrora fora o secretário da Marinha, antes da unificação das forças armadas em um único Departamento –, e representantes da AEC.³²⁸

³²⁴ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 194-211.

³²⁵ Citação original: “[...] the Committee is certainly not going to be critical of the Commission if they were on the side of the nation’s safety and the safety of the public, but if it goes the other way, we would have the responsibility to the Congress and to the United States, if we erred on the side of the individuals.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 233.

³²⁶ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 3 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³²⁷ Autor do “Longo Telegrama” e um dos defensores da política de contenção. Antes desse cargo, foi diplomata na embaixada americana na URSS. Posteriormente foi embaixador dos EUA na URSS e na Iugoslávia.

³²⁸ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

O propósito do encontro era, segundo Hickenlooper (R-IA), elucidar alguns aspectos de cooperação internacional referentes a segurança e armas nucleares. O presidente do JCAE elencou acordos que estavam sendo feitos pelo Poder Executivo desde a Conferência de Quebec, que aconteceu no final de 1945 com chefes de Estado dos EUA, Reino Unido e Canadá. Hickenlooper afirmou que o Comitê tinha papel vital na participação de tais entendimentos, especialmente relacionados ao uso de urânio e à disponibilidade de bombas atômicas.

O documento que reporta a sessão está censurado em algumas partes, e permanece dessa forma mesmo tendo se passado mais de 70 anos de sua realização. Lovett, em um dado momento, reportou o relacionamento entre o Departamento de Estado e a AEC. O vice-secretário, “[...] indicou que o Departamento de Estado está agindo como agente do AEC [...]. O maior problema do Departamento de Estado é determinar o que é necessário e chegar a valores máximos e mínimos de acordo com os britânicos e canadenses”³²⁹. Em seguida, citou três fatores primordiais a serem considerados: o primeiro se encontra censurado na fonte; e em segundo e terceiro lugar, respectivamente, o intercâmbio de informações científicas com os britânicos e providenciar materiais da África do Sul. Um pouco antes, também fora censurada a informação sobre o montante de urânio em estoque nas ilhas britânicas. Tais dados provavelmente são considerados sensíveis até os dias atuais.

Depois, o debate migrou para o tópico de quando seria estimado que a Rússia tivesse posse de bombas atômicas. O senador Millikin (R-CO) fez o questionamento e Vannevar Bush, diretor de pesquisa e desenvolvimento do Departamento de Defesa, respondeu que era difícil mensurar com precisão, pois os agentes da CIA não possuíam conhecimento científico suficiente para reconhecer. Tanto Bush quanto o secretário de Defesa, Forrestal, admitiram que não houvera penetração de inteligência na cortina de ferro ainda e que os materiais de inteligência vigentes não eram naquele momento confiáveis.³³⁰

³²⁹ Citação original: “[...] indicated that the State Department is acting as the agent of the AEC [...]. The biggest problem of the State Department is to determine what is needed and to arrive at the maximum and minimum figures of settlement with the British and Canadians.” **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 242.

³³⁰ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Por fim, ao término da reunião, Hickenlooper (R-IA) resumiu algumas das mudanças que seriam efetivadas pelo Departamento de Estado concernentes ao relacionamento com a Grã-Bretanha e o Canadá. Dos quatro itens elencados, dois estão censurados e os demais abarcam o aumento da disponibilidade de matéria prima enviada aos EUA. Esse tópico era relevante pois influenciava na capacidade da AEC em atender aos requerimentos militares, tal qual Lilienthal havia argumentado. Vandenberg (R-MI) se manifestou favorável aos termos e McMahon (D-CT) indicou que o JCAE deveria dar um voto de confiança para o Departamento. Contudo, Millikin (R-CO) demonstrou desagrado à ideia de dar um “cheque em branco” ao órgão, afirmando que ele gostaria de ser livre para objetar resultados que não considerasse satisfatórios.³³¹

No final de 1947, na última reunião executiva do ano, os parlamentares debateram ameaças de greve que estava pairando algumas das usinas nucleares. Representantes da AEC foram ouvidos para avaliar a situação que se acometia. Sumner Pike, substituindo Lilienthal como presidente interino da Comissão, afirmou:

Algumas das instalações podem ser fechadas normalmente e reiniciadas, mas algumas das instalações – especialmente a K-25 – dependeriam de quando as pessoas voltassem a trabalhar e de quanto tempo levaria para que voltasse à produção.³³²

Assim, seguiu-se uma discussão sobre a vulnerabilidade das usinas e quanto tempo elas poderiam ficar paradas. Hickenlooper (R-IA) inquiriu os convidados se havia áreas do programa de energia atômica em que a continuidade do trabalho é vital para a defesa nacional. Tanto os representantes da AEC quanto o funcionário do Departamento de Defesa presentes afirmaram que sim. Com isso, ficou acordado que soluções seriam desenvolvidas tanto pelo JCAE quanto pela AEC e levadas ao Congresso no próximo ano.³³³

³³¹ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³³² Citação original: “Some of the plants can be closed down in a normal way and start up again, but some of the plants – the K-25 plant especially – would depend on when the people came back to work as to how long it would take to get it back into production again.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 17 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 254.

³³³ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 17 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

3.4 O ano de 1948

Em 20 de janeiro de 1948, o JCAE se reuniu para discutir algumas questões levadas ao Comitê pela AEC através de uma carta de objetivos. Foram debatidas se as prioridades da AEC estavam em conformidade com o escopo de defesa do país. McMahon (D-CT) levantou esse tópico e Hickehlooper (R-IA) afirmou que a carta da Comissão não trazia esses dados, mas ele havia pedido que enviassem estimativas e que também iria fazer o requerimento ao secretário de Defesa. Os membros também discutiram acerca da jurisdição da AEC para prender indivíduos acusados de crimes contra propriedades do governo – sobre isso, vale destacar que desde o segundo semestre de 1947 havia a preocupação com relação a espionagem e roubo de propriedade sensível. O tópico ainda seria discutido com mais detalhes nas sessões seguintes. De todo modo, os parlamentares propuseram solicitar à Comissão que enviasse uma pesquisa relacionada à necessidade ou não de se propor uma legislação específica que lidasse com o tema.³³⁴

Sobre o orçamento da AEC para o ano seguinte, o deputado Cole (R-NY) afirmou que talvez fosse necessário alinhar com o Comitê de Apropriação tanto da Câmara quanto do Senado para dispor sobre aspectos de informações sigilosas. O senador Edwin Johnson (D-CO) expôs a opinião de que o JCAE teria o poder de decidir o orçamento da AEC, devido aos requisitos de segurança. Contudo, Knowland (R-CA) demonstrou preocupação se isso realmente seria possível, uma vez que o JCAE não exercera esse poder no ano anterior, portanto, um precedente havia sido estabelecido e seria difícil que o Comitê de Apropriações abdicasse de seu controle sobre o orçamento da AEC.³³⁵

No dia 29 de janeiro de 1948, Hickenlooper (R-IA) apresentou para os demais membros do Comitê o rascunho do relatório a ser apresentado ao Congresso. De acordo com o presidente do JCAE, a proposta era expor ao plenário “em termos amplos sobre o que têm sido as atividades gerais do Comitê e um pouco da história de sua criação”³³⁶. Algumas correções pequenas foram feitas pelos parlamentares e

³³⁴ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 20 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³³⁵ **Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 20 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), n.p.

³³⁶ Citação original: “in broad terms about what the over-all activities of the Committee have been and a little history of its set-up.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 29 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 10.

o relatório foi aprovado para publicação no próximo dia, 30 de janeiro. Em seguida, o projeto de lei S.1004, apresentado pelo senador Knowland (R-CA), foi apreciado. A proposição versava sobre o requerimento de investigação dos membros da AEC pelo FBI. A proposta foi relatada por Hickenlooper, com emendas, e o projeto foi aprovado no JCAE com oito votos favoráveis e três contrários. Foi também aprovada a introdução de proposição com o mesmo texto na Câmara dos Deputados (H.R. 5216, de autoria do deputado Cole).³³⁷

No final de fevereiro de 1948, o General Groves foi convocado para testemunhar no JCAE. Groves estava se aposentando na semana do dia 24 de fevereiro e Hickenlooper (R-IA), portanto, achou que era conveniente que o general apresentasse algumas visões sobre o projeto de energia nuclear antes de seu afastamento. Após a criação da AEC, Groves foi realocado para a posição de Chefe do Projeto de Armas Especiais das Forças Armadas. Na reunião seguinte do JCAE, do dia 26 de fevereiro, o General Kepner detalhou o funcionamento e a missão do referido programa:

- (1) Monitorar e coordenar a participação da USAF [Força Aérea dos Estados Unidos, USAF, sigla em inglês] e no Programa de Energia Atômica e em outros programas especiais que possam ser designados [...]
- (2) Manter a ligação entre a sede da USAF e todas as outras agências em assuntos relativos ao Programa de Energia Atômica e outros programas especiais.³³⁸

Nesse tocante, o general Groves afirmou que este é o primeiro empreendimento verdadeiramente conjunto das forças armadas – e com isso defendeu a colaboração entre o exército, a marinha e a aeronáutica. Foram discutidas ameaças externas potenciais, ao passo que Groves afirmou que não se sabia ainda como estava se desenvolvendo a construção de uma bomba atômica na União Soviética.³³⁹

Groves deu opiniões gerais sobre o funcionamento da AEC e disse não achar que o Comitê de Ligação Militar funcionava, sugerindo que fosse substituído por

³³⁷ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 29 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³³⁸ Citação original: “(1) Monitor and coordinate USAF participation in the Atomic Energy Program and such other special programs as may be assigned [...]

(2) Maintain liaison between Headquarters USAF and all other agencies on matters concerning the Atomic Energy Program and other special programs.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 26 de fevereiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p.43.

³³⁹ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 24 de fevereiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

membros militares na própria Comissão de Energia Atômica. Por fim, com o pedido de recomendações feito por Cole (R-NY), o general respondeu que era necessário emendar a legislação vigente, mas após as eleições do final daquele ano.³⁴⁰

Essa observação sobre membros militares esbarra na discussão anteriormente vista durante o processo de aprovação da Lei de Energia Atômica, em 1946. Em 1948, contudo, já era ponto pacífico entre os congressistas que a AEC deveria continuar como uma agência civil em seus quadros permanentes, devendo os militares permanecerem como consultores (e restritos a recomendações apenas dos aspectos militares da energia atômica). Sendo Groves um oficial às vésperas de sua aposentadoria, ainda mais tendo sido ele a comandar o esforço de produção da bomba atômica desde seus primórdios (com o Departamento de Guerra à frente), é natural que acreditasse na continuidade da presença das forças armadas no processo decisório. No entanto, o paradigma da democracia americana ainda era prevalecente, no sentido de afastar a participação direta de militares em um empreendimento tão relevante da época.

Em março de 1948, começaram discussões sobre suspeitas de atividades ditas “derrogatórias” no âmbito das usinas nucleares. Os parlamentares receberam documentos do HUAC contra um cientista chamado Dr. Edward U. Condon, diretor do Departamento Nacional de Padrões (órgão do Departamento de Comércio), suspeito de espionagem russa. Esse Comitê, de presidência do deputado J. Parnell Thomas (R-NJ), ficou conhecido nesse período como “*Thomas Committee*”. Houve um debate no dia 5 de março de 1948 para refletir se o JCAE investigaria ou não o caso e se havia evidência de conexão com a política atômica.³⁴¹ Foi um tópico sensível durante aquele ano e houve uma ampla cobertura jornalística do caso, uma vez que o HUAC começava a crescer e as ameaças de espionagem comunista também.

³⁴⁰ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 24 de fevereiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁴¹ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

McMahon (D-CT), como primeiras impressões, declarou que ainda não viu as evidências e afirmou que ser acusado de se associar com “pessoas derogatórias” não era uma prova incontestável de subversão. De acordo com o senador: “Vi os jornais em que ele supostamente se associou a pessoas de natureza depreciativa. Eu poderia dizer, de passagem, que eu também, assim como todos os homens nesta sala.”³⁴² Por fim, também falou que ainda não fora dado a Condon o direito de defesa e de contar a sua versão, e que, portanto, deveria haver uma investigação e não uma acusação direta, de forma a não desmoralizar os cientistas do país.

No dia 3 de março, tanto o *Washington Post*³⁴³ quanto o *New York Times*³⁴⁴ noticiaram que o FBI não havia encontrado evidências de deslealdade no caso de Condon. O Departamento de Comércio também declarou não haver motivos razoáveis o suficiente para a acusação. Sobre o caso ter chegado ao HUAC, o *Washington Post* afirmou:

O diretor do FBI, J. Edgar Hoover, relatou esse fato em maio passado em uma carta ao Departamento de Comércio sobre o chefe de seu Escritório Nacional de Normas. A carta foi a base de acusações, emitidas na segunda-feira à noite por um subcomitê de Atividades Antiamericanas da Câmara, acusando Condon de ser “um dos elos mais fracos” da segurança atômica.³⁴⁵

O secretário de Comércio, Harriman, rejeitou no início de março o pedido do HUAC de entregar os arquivos relacionados a Condon, alegando que estava em seu direito negar a requisição. De acordo com uma matéria do WP, se ele entregasse os arquivos, que eram confidenciais, estaria comprometendo seriamente o governo e a segurança nacional.³⁴⁶ Sobre esse impasse, Hickenlooper (R-IA) afirmou, na reunião do JCAE do dia 5 de março de 1948:

³⁴² Citação original: “I have seen the newspapers where he has reportedly associated with people of a derogatory nature. I might say, in passing, that I have too, and so has every man in this room.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 119.

³⁴³ FRIENDLY, Alfred. FBI found no disloyalty in Condon, letter shows: Portion of Hoover report on atomic expert not quoted by subcommittee. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 3 de março de 1948.

³⁴⁴ WHITE, William S.. Files of Condon loyalty test demanded by House inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 1-16. 3 de março de 1948.

³⁴⁵ Citação original: “FBI Director J. Edgar Hoover reported to this effect last May in a letter to the Department of Commerce concerning the head of its National Bureau of Standards. The letter was the basis of accusations, issued Monday evening by a House Un-American Activities subcommittee, charging Condon of being ‘one of the weakest links’ in atomic security.” FRIENDLY, Alfred. FBI found no disloyalty in Condon, letter shows: Portion of Hoover report on atomic expert not quoted by subcommittee. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 3 de março de 1948.

³⁴⁶ FRIENDLY, Alfred. Loyalty files on Condon are refused Thomas unit: Harriman says to obey subpoena would ‘jeopardize’ entire program. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-8. 5 de março de 1948.

O Dr. Condon está exigindo uma ampla e completa investigação e exposição dos fatos envolvidos. O *Thomas Committee* também está exigindo isso, de modo que ambas as partes interessadas estão exigindo uma investigação completa e não podem obter os arquivos, e esse é o status da coisa no momento.³⁴⁷

Houve debate sobre a jurisdição do caso, se haveria algum tipo de competição entre o JCAE e o HUAC. Contudo, Hickenlooper (R-IA) disse que pela interpretação da legislação, o Comitê Conjunto teria prerrogativa para utilizar serviços e informações de qualquer agência governamental. Ademais, havia também preocupação quanto à repercussão junto à sociedade e aos cientistas dos EUA.³⁴⁸ O deputado Holifield (D-CA), sobre isso, afirmou:

[...] mas o ponto importante, penso eu, é se vamos ter a confiança dos cientistas que poderiam fazer o melhor neste projeto de energia atômica em nossa corrida contra o tempo. Parece-me que o Dr. Condon pediu há meses para comparecer perante o *Thomas Committee* – eles não lhe deram essa oportunidade. Ele também pediu para comparecer perante o nosso Comitê. Creio que é nossa obrigação ouvi-lo. Se fosse possível, ter um ou talvez três cientistas do calibre do Dr. Oppenheimer, Bush e Compton que trabalharam com ele.³⁴⁹

Então, nesse impasse, algumas possibilidades surgiram – pegar o dossiê de Condon com o FBI e trabalhar em um acordo com o HUAC. Hinshaw (R-CA) opinou que o Comitê não era um tribunal e que, portanto, os parlamentares não teriam a prerrogativa de conduzir nenhum julgamento. Mas sobre analisar os documentos de Condon, Hickenlooper (R-IA) esclareceu que ao JCAE é permitido o acesso aos arquivos devido ao estatuto e à legislação do Comitê Conjunto – Van Zandt (R-PA) concordou e acrescentou que era de responsabilidade do JCAE tudo o que fosse relacionado à energia atômica. Sobre esse dever, Van Zandt ressaltou: “Creio que

³⁴⁷ Citação original: “Dr. Condon is demanding a full and complete investigation and exposition of the facts involved. The Thomas Committee is demanding it too so the parties in interest are both demanding a full investigation and can’t get the files, and that is the status of the thing at the moment.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 111.

³⁴⁸ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁴⁹ Citação original: “[...] but the important point, I think, is whether we are going to have the confidence of the scientists who could do this atomic energy project the most good in our race against time. It would seem to me that Dr. Condon has asked months ago to appear before the Thomas Committee – they haven’t given him that chance. He has also asked to appear before our Committee. I believe it is our obligation to hear him. If it were possible, have one or maybe three scientists of the type of Dr. Oppenheimer, Bush and Compton who worked with him.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 126.

devemos ao povo americano o dever de agir. Devemos dizer ao *Tomas Committee* que ‘você não tem nada a ver com este assunto. Nós assumiremos’.”³⁵⁰

Depois dessa reunião, Hickenlooper (R-IA) e Cole (R-NY) se reuniram com Richard Nixon (R-CA)³⁵¹ e Karl E. Mundt (R-SD), deputados do HUAC, para conversar sobre jurisdição e responsabilidade do JCAE em apurar questões relacionadas ao campo da energia atômica. De acordo com Hickenlooper, “[...] eles disseram que analisariam todos os seus arquivos sobre o Condon e retirariam qualquer coisa que ligasse o Condon à energia atômica”³⁵². McMahon (D-CT) questionou essa premissa, afirmando que seria difícil para o HUAC saber diretamente se Condon estava passando informações relacionadas à energia atômica para o governo soviético. Com isso, Hickenlooper falou que conseguiu o arquivo com as investigações da AEC sobre Condon – e que não havia revelado ao *Thomas Committee* que tinha esse documento. A partir desse documento, concluiu que a Comissão não agira e, em sua opinião, “[...] eles devem agir de uma forma ou de outra. Podemos avaliar, mas eles devem agir administrativamente. Não podemos nos tornar um conselho de lealdade – um grupo de examinadores. Afinal de contas, isso é responsabilidade da Comissão”³⁵³.

Em resumo, conforme pontuou Hickenlooper (R-IA), a situação ainda estava incerta e tangenciava o relatório que o deputado Thomas (R-NJ) havia escrito, as investigações e o papel da AEC, além das manifestações da comunidade de cientistas sobre o fato. Os parlamentares do JCAE precisavam levar todos esses fatores em consideração.

Aqui está a situação [...] Em primeiro lugar, a situação do Condon ainda está indecisa na Comissão. [...] Acho que uma leitura cuidadosa do que o relatório Thomas disse mostrará que o relatório Thomas nunca acusou o Condon de deslealdade. Eles disseram que ele era o elo mais fraco no campo da energia

³⁵⁰ Citação original: “I think we owe to the American people a duty to act. We should tell the Tomas Committee ‘you have nothing to do with this matter. We will take over’.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 130.

³⁵¹ O 37º presidente dos EUA, Richard Nixon, foi deputado federal pela Califórnia de 1947 a 1950, quando ingressou no Senado, ficando até 1953. Depois, foi vice-presidente na chapa de Dwight Eisenhower (1953-1961).

³⁵² Citação original: “[...] they said they would go through their entire files on Condon and take out anything which connected Condon with atomic energy.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 8 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 140.

³⁵³ Citação original: “[...] they should act one way or the other. We can evaluate but they should act administratively. We can’t become a loyalty board – an examining group. That, after all, is the Commission’s responsibility.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 8 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 143.

atômica. [...] Os cientistas chegaram ao ponto de querer que nosso Comitê esmague o *Thomas Committee*. Nós não temos direito.³⁵⁴

Em reunião no dia 31 de março de 1948, ainda no tópico de lealdade de funcionários da AEC e o caso Condon, Hickenlooper (R-IA) relatou algumas reuniões com a Comissão, desde junho de 1947, para tratar de relatórios investigativos sobre atitudes questionáveis de pessoas que trabalhavam para a AEC, especialmente na usina de Oak Ridge. Além do caso de Condon, cerca de 20 outros funcionários estavam sendo investigados – a AEC havia dito que enviaria um relatório até o início de janeiro, mas até o momento o JCAE não recebera tais documentos. Desde então, os membros da Comissão não respondiam aos pedidos e às cartas do Comitê Conjunto e, sobre isso, Hickenlooper afirmou:

Cada carta chamava a atenção para as outras cartas e urgia-os a, por favor, esclarecerem esta confusão. Estamos indo atrás delas desde 14 de junho passado. – Queríamos ser informados sobre isto para não sermos acusados de não estarmos atentos à situação e pedir-lhes que, por favor, tomassem decisões.³⁵⁵

Foi estabelecido na AEC, no início de 1948, um “Conselho de Revisão” liderado pelo ex-juiz da Suprema Corte Owen J. Roberts com o objetivo de revisar casos de deslealdade – desses, o JCAE havia recebido apenas as decisões de 11 casos poucos dias antes da sessão de 31 de março. Os parlamentares debateram alguns dos casos e retornaram à situação de Condon, sobre a qual Hickenlooper (R-IA) atestou:

[...] A AEC tinha feito um pedido de liberação para o Condon há mais de nove meses. O processo Condon esteve diante da Comissão e eles tinham, em algum momento, o Conselho de Revisão dentro da Comissão recomendando que fosse negada a liberação para Condon.³⁵⁶

³⁵⁴ Citação original: “Here’s the situation [...] In the first place, the Condon situation is still undecided in the Commission. [...] I think a careful reading of what the Thomas report said will show that the Thomas report never actually charged Condon with disloyalty. They said he was the weakest link in the atomic energy field. [...] The scientists have gone so far as to want our Committee to squelch the Thomas Committee. We have no right.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 8 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 148.

³⁵⁵ Citação original: “Each letter called attention to the other letters and urged them to please get this mess straightened de outubro de We have been going after them ever since June 14th last. – we wanted to be informed about this thing so that we would not be accused of not being after the situation and asking them to please make decisions.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 31 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 155.

³⁵⁶ Citação original: “[...] AEC has had a request for clearance for Condon for over nine months. The Condon file has been before the Commission and they had at one time the Review Board in the Commission recommended that clearance be denied Condon.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 31 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 162.

O presidente do JCAE, então, mostrou-se insatisfeito com a falta de ação administrativa da AEC. McMahon (D-CT) sugeriu reunião com a Comissão e com o Conselho de Revisão e ficou acordado que esta seria agendada para o dia seguinte. Assim, no dia 1º de abril de 1948 foram testemunhar no JCAE membros do Conselho de Revisão de Segurança de Pessoal, presidido por Owen J. Roberts, e membros da AEC, presidida interinamente por Sumner T. Pike (Lilienthal não estava presente). No início da sessão, Hickenlooper (R-IA) agradeceu a presença de Roberts, falou do interesse do Comitê nas fases do programa de energia – tanto do ponto de vista do interesse público quanto como uma questão de requisito legal – e entrou nas questões acerca da lealdade dos funcionários. Repassou a cronologia de eventos desde junho de 1947 e enfim questionou qual era exatamente a relação entre o Conselho de Revisão e a AEC.³⁵⁷

Roberts apontou que a AEC não tinha força de espionagem própria e, então, o Conselho havia sido formado a convite da AEC em janeiro de 1948. Segundo o ex-juiz da Suprema Corte, a maior parte dos casos revisados fora de fácil resolução – e deu o exemplo de pessoas que eram filiadas ao Partido Comunista. Em seguida, descreveu:

As principais dificuldades estavam no pequeno número de casos em que homens tinham sido liberados pelo MED para o projeto. Muitos deles tinham aprendido muito sobre o negócio de energia atômica. Tornou-se um negócio sério de equilíbrio – se lhes faria maiores prejuízos excluir o homem ou mantê-lo e assumir algum risco calculado, se ele fosse valioso para o projeto.³⁵⁸

Em seguida, os membros do JCAE interrogaram Roberts e outros membros do Conselho sobre as possibilidades de ação. Houve um debate sobre a importância de um certo equilíbrio e balanço de risco para que o progresso na seara da energia atômica continuasse avançando. O conselheiro Karl T. Compton afirmou que a AEC estava com dificuldade em manter uma quantidade suficiente de engenheiros nos projetos e que demissões sem embasamento em evidências concretas poderiam levar a uma insegurança no desenvolvimento atômico do país. Roberts endossou esse

³⁵⁷ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de abril de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁵⁸ Citação original: “The principal difficulties were in the small number of cases where men had been cleared by the MED for the project. Many of them had learned a great deal about the atomic energy business. It became a serious business of balance – whether it would do them more harm to exclude the men or keep him and take some calculated risk, if he were valuable to the project.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de abril de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 184.

pensamento: “O quanto será de ajuda se a AEC demitir homens, a torto e a direito, com base principalmente em rumores?”³⁵⁹. McMahon (D-CT) e Bricker (R-OH) citaram a opinião pública e a questão da confiança dos cientistas – por isso seria importante ponderar e ter cautela nos casos de lealdade.

Em meados de maio de 1948, o JCAE se reuniu para fazer um balanço sobre a administração da AEC – nessa reunião, membros da Comissão foram chamados para prestar depoimentos. Carroll Wilson, secretário geral da AEC, pontuou algumas diferenças entre a Comissão de Energia Atômica e o Projeto Manhattan (MED). Conforme já abordado, o MED era o braço do Departamento de Guerra responsável pelo desenvolvimento das primeiras bombas atômicas e que ficou encarregado pelo gerenciamento de tudo relacionado à energia nuclear até 1947, quando a AEC começou a funcionar. Wilson afirmou que o trabalho do MED era a produção de uma ou mais bombas atômicas – desde a construção de usinas até pesquisa e desenvolvimento. O deputado Cole (R-NY) então questionou qual seria o propósito da AEC – e Wilson afirmou que a produção de materiais físséis e a fabricação de armas ainda era o principal trabalho da AEC. Cole emendou falando que as diferenças de propósitos das duas agências seria a adição de objetivos secundários aos militares, algo que Wilson concordou.³⁶⁰

Ao longo do mês, debates foram feitos entre os membros do JCAE e da AEC sobre questões de administração, orçamento e pessoal. O caso de Condon foi mencionado novamente, e houve uma discussão interessante entre o senador Tom Connally (D-TX) e Carroll Wilson sobre os salários pagos a funcionários que trabalhassem nas usinas. Sobre esse último tópico, Wilson defendeu a discricionariedade de contratação e pagamentos pela Comissão devido a questões de segurança e de compatibilidade com as responsabilidades dos cargos. Connally, por outro lado, argumentou que a AEC não poderia ignorar a legislação sobre o serviço público e que a jurisdição do tema era do Comitê de Apropriações.³⁶¹

Em outra reunião, foi discutido o problema da definição de orçamento em face das informações confidenciais que não poderiam ser divulgadas para outros

³⁵⁹Citação original: “How much will it help if the AEC fires men, right and left, based largely on rumor?.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de abril de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 195.

³⁶⁰ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 11 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁶¹ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 27 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

congressistas. Hickenlooper (R-IA) afirmou que esteve em diálogo com ambos os Comitês de Apropriações da Câmara e do Senado e que os dois estavam disponíveis em acatar as decisões do JCAE acerca das questões orçamentárias que permeavam a energia atômica. Entretanto, os deputados e senadores desses comitês ainda possuíam receios, conforme relatou Hickenlooper:

Posso dizer ainda que ainda há uma insatisfação em ambas as Casas no Comitê de Apropriações. Os membros me contaram sobre as inadequações da quebra deste orçamento – eles sentem que há uma melhor exposição deste orçamento neste ano do que houve no ano passado, mas um membro do Comitê de Apropriações do Senado me contou – ele veio até mim e disse que, a menos que haja uma explicação melhor, este é o último ano em que o AEC vai receber dinheiro de boa vontade, apenas em montantes fixos, como fizeram no ano passado. Eu disse que tinha certeza de que o orçamento seria mais lúcido neste ano do que no ano passado e ele disse que desejava que assim fosse.³⁶²

Em resposta, Wilson afirmou que era difícil levar informações secretas para o Comitê de Apropriações e explicou que na preparação dos relatórios de orçamento, os membros da AEC sempre esbarravam no problema da confidencialidade.³⁶³

Nas eleições de 1948, os democratas retomaram o controle da Câmara e do Senado e Harry Truman venceu a corrida presidencial. Esse pleito foi bem interessante porque tudo indicava para a derrota de Truman e a vitória do republicano Thomas E. Dewey, de Nova York. O Partido Republicano havia vencido as eleições de meio mandato em 1946 pela primeira vez desde 1928 e os democratas acumulavam 16 anos na Casa Branca. Além disso, Truman não fora eleito presidente, era um incumbente “acidental” e, adicionalmente, o seu partido tinha se dividido, não apenas em duas vias, mas em três. Em 1912, o resultado da desagregação do Partido Republicano em duas vias foi catastrófico, quando Taft logrou o terceiro lugar nas eleições, atrás de Theodore Roosevelt, que tinha saído pelo Partido Progressista, o que abriu espaço para a vitória democrata de Woodrow Wilson.³⁶⁴

³⁶² Citação original: “I may say further there is still a dissatisfaction in both houses on the Appropriations Committee. The members have told me of the inadequacies of the breakdown on this budget – they feel there is better exposition of this budget this year than last year but I was told by one member of the Appropriations Committee of the Senate – he came to me and said unless there is a better explanation, this is the last year that the AEC is going to get money willingly, just in lump sums as they did last year. I said I was quite sure the budget would be more lucid this year than last and he said he hoped so.” **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 431.

³⁶³ **Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁶⁴ BAILEY, Thomas Andrew. **Democrats vs. Republicans**: The continuing clash. Nova York: Meredith Press, 1968.

Uma das motivações do desmembramento dos democratas em 1948 foi o apoio de Truman à pauta dos direitos civis: em sua plataforma, o partido se comprometeu a colocar esforços para erradicar a discriminação racial, religiosa e econômica. De acordo com o texto, “[...] as minorias raciais e religiosas devem ter o direito de viver, o direito ao trabalho, o direito ao voto, a proteção plena e igualitária perante as leis, com base na igualdade com todos os cidadãos, como garantido pela Constituição”.³⁶⁵ Com a declaração, os democratas do Sul se separaram e fundaram o Partido *States’ Rights Democratic* (também conhecido como “Dixiecrat”) e lançaram a candidatura do governador da Carolina do Sul, Strom Thurmond. Ele conseguiu quatro estados do “*Deep South*” e um voto do Tennessee, angariando 39 votos no Colégio Eleitoral. A outra via foi através de Henry A. Wallace, que fora secretário do Comércio de Truman até 1946 e fazia oposição à política de Truman no tocante à URSS, além de ter manifestado discordâncias no curso da aprovação da Lei de Energia Atômica. Wallace estabeleceu o Novo Partido Progressista, atraindo pacifistas, liberais e comunistas, mas não conseguiu nenhum voto eleitoral, apesar de ter acumulado mais de 1 milhão de votos populares. Assim, o cenário parecia favorável para a vitória de Dewey, mas o resultado foi inesperado e Truman ganhou as eleições com 303 votos eleitorais contra 189 do republicano e uma diferença de mais de 2 milhões de votos populares.³⁶⁶

³⁶⁵ Citação original: “[...] racial and religious minorities must have the right to live, the right to work, the right to vote, the full and equal protection of the laws, on a basis of equality with all citizens as guaranteed by the Constitution.” **Democratic Party Platforms**, 1948 Democratic Party Platform. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/node/273225>. Acesso em: 18 de setembro de 2022

³⁶⁶ BAILEY, Thomas Andrew. **Democrats vs. Republicans**: The continuing clash. Nova York: Meredith Press, 1968.

CAPÍTULO IV: CONFLITOS E BRECHAS DE SEGURANÇA (1949-1950)

4.1 Questões de segurança e controvérsias na AEC

Harry Truman venceu as eleições de 1948 e, além disso, o Congresso contava com maiorias democratas tanto na Câmara quanto no Senado, após breve período de prevalência republicana. Com isso, os democratas, como partido majoritário, também passaram a compor a maioria dos assentos do JCAE e, assim, o partido garantiu a presidência do Comitê Conjunto. No início da nova legislatura, o senador Brien McMahon (D-CT) afirmou ao *New York Times* que esperava que o Comitê conduzisse mais audiências públicas, defendendo que era o instrumento para que a sociedade americana tivesse mais informações sobre a matéria, mas sem abrir em detalhes como produzir uma bomba atômica. McMahon ainda reforçou o desejo da administração de manter o bipartidarismo nas questões nucleares: “Nós devemos tornar o programa de energia atômica tão apartidário quanto qualquer parte de nossa política externa, porque está profundamente relacionado com a política externa, e não há lugar para a política partidária sobre ele”.³⁶⁷

McMahon (D-CT) continuou defendendo a abertura de informações para o público em declarações subsequentes. Em um jantar realizado no *Economic Club of Detroit* no dia 31 de janeiro de 1949, o senador declarou que os Estados Unidos deveriam abrir para o mundo a quantidade de bombas atômicas em posse do governo, com o objetivo de prevenir um novo conflito global. Segundo ele, a recusa em revelar esse segredo resultaria em uma corrida armamentista sem precedentes.^{368 369}

³⁶⁷ Citação original: “We ought to make the atomic energy program as nonpartisan as any part of our foreign policy because it is so deeply related to foreign policy, and there is no place for party politics on it.” THE NEW YORK TIMES. Truman to revive atom board issue: Staggered terms for members, blocked in 1948 by the GOP, to be asked anew. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 5 de janeiro de 1949.

³⁶⁸ THE WASHINGTON POST. Telling A-Bomb total might avert war, senator says. **The Washington Post**. Washington, DC, p.1. 1 de fevereiro de 1949.

³⁶⁹ RUCH, Walter W.. M'Mahon sees risk in atom secrecy: Senator says war might rise with our power in doubt – undecided on best policy. **The New York Times**. Nova York, p. 22. 1 de fevereiro de 1949.

Após o recesso, no dia 28 de janeiro, o JCAE se reuniu com a nova composição de maioria democrata, conforme retratada na tabela abaixo:

Tabela 3 – Composição do Comitê Conjunto sobre Energia Atômica em 1949

	Senadores	Deputados
Democratas	Brien McMahon (Connecticut)	Carl T. Durham (Carolina do Norte)
	Tom Connally (Texas)	Chet Holifield (Califórnia)
	Millard Tydings (Maryland)	Melvin Price (Illinois)
	Richard B. Russell (Geórgia)	Paul S. Kilday (Texas)
	Edwin C. Johnson (Colorado)	Henry M. Jackson (Washington)
Republicanos	Bourke B. Hickenlooper (Iowa)	W. Sterling Cole (Nova York)
	Eugene D. Millikin (Colorado)	Charles Elston (Ohio)
	William F. Knowland (Califórnia)	Carl Hinshaw (Califórnia)
	Arthur H. Vandenberg (Michigan)	James Van Zandt (Pensilvânia)

Fonte: Lista de deputados conforme THE WASHINGTON POST. Atomic Group Picked. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B7. 28 de janeiro de 1949. Lista de senadores, assim como a confirmação dos nomes dos deputados, a partir das listas de presença nos documentos do JCAE. Adaptada pela autora.

Antes de passar à escolha de um novo presidente, o senador Hickenlooper (R-IA) apresentou um breve relato das atividades e eventos que ocorreram nos seis meses anteriores ao início da legislatura. Um dos tópicos em destaque foi a distribuição de isótopos para outros países. Hickenlooper descreveu a política criada pela Presidência de Truman, em conjunto com a AEC, de distribuir isótopos de variados elementos para universidades e outros centros para pesquisas relacionadas a medicina e biologia. O que chamou a atenção do senador foi o requerimento da Finlândia para uma quantidade de fósforo radioativo acima da média de outros pedidos – o senador demonstrou preocupação e comentou:

Também estou ciente de que a Finlândia tem um pacto de defesa absolutamente neutro de dez anos com a Rússia e ela está sob um acordo de reparações de dez anos que dá poder à Rússia. Não estou sugerindo que algo vá para a Rússia. Eu não sei. Mas a quantidade, a meu ver, é uma

quantia vasta e muito maior do que a Finlândia poderia usar em experimentos na universidade, e eu pergunto sobre a possibilidade de usos para isto.³⁷⁰

Essa questão levou, em seguida, a um debate sobre o intercâmbio de informações acerca do processo de produção das bombas atômicas – nesse caso, no tocante à cooperação com o Reino Unido e com o Canadá. Especificamente, o caso discutido foi um requerimento de informações sobre o procedimento de manufatura de plutônio por parte dos britânicos. Hickenlooper (R-IA) destacou seu entendimento de que os EUA não deveriam divulgar nenhuma informação sobre produção de armamentos, nem mesmo para os britânicos. Desse modo, ao informar o ocorrido, o senador afirmou que sempre seguiu a política de não interferência em decisões da AEC, mas que essa questão havia ido longe demais.

Sobre esta questão, a Comissão havia instruído o Dr. Smith, que então estava em Londres, a dar informações aos britânicos sobre a metalurgia do plutônio. Eles próprios não puderam produzi-lo sem informação. Eu fiz muitas objeções a isso por causa de minha convicção de que não era nada além de material de bomba e uma das últimas coisas que alguém precisava fazer e que deveria ser mantida aqui. Falei com a Comissão, com o Secretário de Defesa, com o Dr. Bush e com o pessoal das Armas Especiais. [...] Nós o pegamos a tempo e o Dr. Smith não divulgou a metalurgia do plutônio para os britânicos. No entanto, a Comissão foi tão longe e eles estão no processo de levar 40 cientistas atômicos britânicos de primeira linha para visitar todas as nossas instalações.³⁷¹

Houve questionamentos sobre o alcance do poder e da autoridade da AEC para essas concessões, e Hickenlooper (R-IA) lamentou que eles possuíam poder quase ilimitado. Os senadores Tom Connally (D-TX) e William Knowland (R-CA) perguntaram quem havia concedido a liberação e checado os antecedentes dos cientistas e se o FBI havia sido envolvido. Hickenlooper, em resposta, afirmou que a

³⁷⁰ Citação original: "I also am aware that Finland has a ten-year absolute neutral defense pact with Russia and she is under a ten-year reparations agreement which gives Russia power. I am not suggesting that any of this stuff is going to Russia. I don't know. But the amount, in my judgement, is a vast amount and an amount far greater than Finland could use in experiments at the University, and I ask about the possibility of uses for this." **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de janeiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 20.

³⁷¹ Citação original: "On this question the Commission had instructed Dr. Smith, who was then in London, to give the British information on metallurgy of plutonium. They were not able to produce it themselves without information. I did a lot of objecting to that because of my conviction that it was nothing but bomb material and one of the last things anybody needed to make it and was to be kept here. I talked it over with the Commission, with the Secretary of Defense, with Dr. Bush, and with the Special Weapons people. [...] We got him in time and Dr. Smith did not divulge the metallurgy of plutonium to the British. However the Commission went that far and they are in the process of taking 40 top flight British atomic scientists around to visit all of our installations." **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de janeiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 23.

própria AEC emitia as permissões. Complementando, ele ainda indagou se os EUA alguma vez receberam benefícios no intercâmbio de informações com a Grã-Bretanha – ao passo que o país aliado, por sua vez, havia usufruído de diversas vantagens com o recebimento de informações americanas.

Hickenlooper (R-IA), após finalizar a parte da reunião dedicada ao relato das últimas atividades, passou ao tópico de organização interna do Comitê e nomeação do novo presidente. Millikin (R-CO), Durham (D-NC) e McMahon (D-CT) aproveitaram o ensejo para congratular Hickenlooper pelo desempenho na função naqueles últimos dois anos, oportunidade em que o senador de Iowa agradeceu e falou sobre sua honra em servir como presidente, reforçando a experiência que adquiriu nos tópicos discutidos e dando votos de que as operações continuassem a se solidificar.

O deputado Carl Durham (D-NC) iniciou o processo de indicação apontando o nome do senador Brien McMahon (D-CT) para a presidência do JCAE, sendo endossado em seguida por Tom Connally (D-TX). O deputado Sterling Cole (R-NY), apoiado pelo deputado Elston (R-OH), por sua vez, fez um discurso defendendo que a presidência do Comitê deveria ser ocupada, naquela legislatura, por um membro da Câmara e, com isso, indicou Durham para exercer o cargo. Em suas palavras:

[...] é necessário esforçar-se para manter um grau de equilíbrio justo entre o Senado e a Câmara. [...] Quero ressaltar que dos membros da Câmara deste Comitê, há quatro, cinco ou seis que têm vivido com este problema desde sua concepção.³⁷²

McMahon (D-CT) fora o presidente do Comitê Especial do Senado que elaborou o Projeto para a Lei de Energia Atômica de 1946 e ocupara a presidência do JCAE por breve período em 1946, logo que a lei entrara em vigor – entretanto, os trabalhos de fato só começaram em janeiro de 1947, momento em que Hickenlooper (R-IA) ocupou a cadeira de liderança, de acordo com a maioria republicana conquistada nas eleições de 1946. O senador estivera envolvido na questão desde as primeiras discussões no Capitólio e, portanto, era o nome mais cotado para assumir a presidência do Comitê Conjunto. A declaração de Cole (R-NY) foi contestada por Tom Connally (D-TX), que afirmou que não havia rivalidade entre o Senado e a Câmara e que a indicação de McMahon vinha por sua vasta experiência: “[...] ele tem

³⁷² Citação original: “[...] it is necessary to endeavor to maintain a fair degree of equilibrium between the Senate and the House. [...] I want to point out that of the House members of this Committee, there are four or five or six who have lived with this problem ever since its inception.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de janeiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 34.

dado mais estudo e atenção a isto do que qualquer outro membro do Senado. [...] me parece que o senador McMahon tem estado intimamente ligado a este problema desde o início.”³⁷³

Em seguida, Durham (D-NC) agradeceu a confiança do deputado Cole (R-NY) em seu nome, mas afirmou que não poderia servir como presidente do JCAE por já estar comprometido com a liderança de um dos subcomitês do Comitê de Assuntos Militares da Câmara e, com isso, solicitou que fosse retirada a sua nomeação. Uma discussão seguiu-se sobre a matéria e Cole fez objeções à retirada da indicação. Entrementes, o deputado Holifield (D-CA) sugeriu que o mandato para a presidência do JCAE fosse de dois anos, visto que é o período de renovação dos parlamentares da Câmara – Durham apoiou a sugestão, assim como o senador Millikin (R-CO). Após as discussões, foi definida a votação, “sem objeção, a Presidência votará unanimemente a favor do senador McMahon.”³⁷⁴ Em seguida, o deputado Durham foi escolhido para a cadeira de vice-presidente do Comitê.

Logo após a nomeação, McMahon (D-CT) fez um discurso de abertura afirmando que tinha algumas sugestões de inquéritos a serem implementados pelo JCAE e que oportunamente iria indicar a lista. Sugeriu também promover, em breve, uma sessão executiva com a AEC para discutir o Quinto Relatório Semianual de Progresso da Comissão de Energia Atômica, documento de mais de 200 páginas detalhando o desenvolvimento da política atômica na agência entre 1947 e 1948. Esse relatório versava sobre produção; aplicação militar; pesquisa em ciências físicas; biologia e medicina; serviço de informação técnica e sistema de confidencialidade; segurança; orçamento; organização e pessoal; patentes e invenções.³⁷⁵ A elaboração de pareceres periódicos pela AEC era uma das atribuições concedidas pela Lei de Energia Atômica de 1946 e esse último fora um balanço dos últimos dois anos em que a agência esteve em atuação. McMahon e os outros parlamentares presentes na sessão revisaram outras prioridades para serem tratadas no ano de 1949, sendo uma

³⁷³ Citação original: “[...] he has given more study and attention to this than any other member of the Senate end. [...] it does seem to me that Senator McMahon has been intimately tied in with this problem from the very beginning.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 28 de janeiro de 1949.** NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 35.

³⁷⁴ Citação original: “Without objection the Chair will cast a unanimous vote for Senator McMahon.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 28 de janeiro de 1949.** NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 40.

³⁷⁵ LILIENTHAL, David E. *et al.* **Fifth Semiannual Report of the Commission to the Congress: atomic energy development, 1947- 1948.** Washington: United States Government Printing Office, 1949. Disponível em: <https://www.osti.gov/biblio/1362100>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

delas a prerrogativa da AEC de emitir permissões ou autorizações de segurança. O deputado Hinshaw (R-CA) a apontou como sendo uma das principais questões que o Comitê não poderia deixar de lado.³⁷⁶

Após esse primeiro encontro de definição de presidência, foi realizada audiência pública com a AEC no dia 2 de fevereiro, conforme McMahon (D-CT) já adiantara à mídia. A principal pauta foi a abertura de certos aspectos do segredo da energia nuclear, em especial a quantidade de bombas que os EUA possuíam. McMahon fora enfático na abertura desses dados, mas essa opinião não era unânime. Os senadores Millard Tydings (D-MD) e Tom Connally (D-TX) não apenas discordavam da premissa, como acreditavam que, ao contrário, muito do programa de energia atômica já fora divulgado sem a devida cautela. Lilienthal defendeu o princípio de se reportar ao Congresso e ao povo americano, uma vez que era dinheiro público que sustentava o empreendimento.³⁷⁷

Lilienthal, em seu diário, criticou severamente a postura de Tydings (D-MD) e Connally (D-TX) durante a audiência, colocando seus posicionamentos como extremistas.³⁷⁸ Essa questão do quanto deve ser liberado à imprensa e à sociedade permeava as discussões desde a explosão das bombas atômicas, e se intensificou durante aquela primeira semana de fevereiro. De fato, o sentimento de insegurança e o receio por espionagem russa faziam esse assunto da confidencialidade ser central nas discussões sobre energia atômica.

O posicionamento de McMahon (D-CT), já em seu primeiro mês à frente do JCAE, demonstrava uma fase mais propositiva por parte do Comitê. Após a aprovação da Lei de Energia Atômica de 1946, o JCAE teve uma postura mais reativa, respondendo de acordo com as ações da AEC. Ademais, houve um período de adaptação, de modo a consolidar o funcionamento do Comitê e se inteirar com o legado do MED. Inclusive, esse ponto do segredo também é relevante quando se considera o funcionamento das agências em tempos de paz e em tempos de guerra. O MED foi um empreendimento ultrassecreto, que nem mesmo o então vice-presidente Truman tinha acesso e, pela excepcionalidade da guerra, não havia

³⁷⁶ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 28 de janeiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 47.

³⁷⁷ BALL, John W.. Atom secret rules spur hot debate: Lilienthal, McMahon fought on publicity stand in unusual hearing at Capitol. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 3 de fevereiro de 1949.

³⁷⁸ LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 2 de fevereiro de 1949. p. 453.

supervisão por parte do Congresso. Após o conflito, contudo, começou-se a discutir até que ponto deveria ser mantida a confidencialidade, e voltada para quem. Era evidente para os parlamentares que a questão não poderia ser completamente aberta – McMahon inclusive ressaltou que não estava propondo que os métodos de fabricação de bombas atômicas fossem disponibilizados ao público³⁷⁹ –, mas que alguns dados, como a quantidade de armas, deveriam ser transparentes.

O *Washington Post* teceu duras críticas a Tydings (D-MD) e Connally (D-TX) por suas declarações na audiência pública. A implicação das falas de que o segredo deveria ser incondicional, de acordo com análise do jornal, era de que o povo americano não seria confiável.³⁸⁰ De fato, rondava uma incerteza em relação à própria natureza da energia atômica, além de se configurar um contexto de desconfiança em relação a supostos infiltrados comunistas. O HUAC estava em pleno funcionamento no período, adicionando essa camada de insegurança em relação a tudo e a todos.

A implicação total desta atitude é que não se deve confiar ao povo as informações fundamentais sobre as quais basear as decisões vitais. Devido à natureza temerosa da energia atômica, o argumento entrou em vigor, é perigoso divulgar até mesmo alguns dos dados que já foram liberados. O senador Tydings chegou ao ponto de criticar a publicação da localização das instalações de energia atômica. No entanto, estas estão à vista de todos, e ocultá-las seria igual a tentar esconder um elefante em uma gaiola de pássaros.³⁸¹

O Post ainda foi além, questionando como avaliar se o empreendimento de três bilhões de dólares estava sendo eficiente, uma vez que nem mesmo o próprio McMahon (D-CT) afirmara que não sabia a quantidade de bombas em estoque. O veículo, então, defendeu a liberação dessa informação até mesmo como estratégia de política externa – de acordo com essa visão, o anúncio público serviria como aviso aos russos quanto à capacidade militar americana. Por fim, houve o reforço, tal qual McMahon já havia falado, de que técnicas de produção deveriam continuar em

³⁷⁹ HURD, Charles. A-Bomb stock veil stirs Capitol row: McMahon directs Lilienthal to consider telling numbers – Connally, Tydings object. **The New York Times**. Nova York, 3 de fevereiro de 1949.

³⁸⁰ THE WASHINGTON POST. Atom Myths. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 20. 4 de fevereiro de 1949.

³⁸¹ Citação original: “The full implication of this attitude is that the people are not to be trusted with the fundamental information on which to base vital decisions. Because of the fearful nature of atomic energy, the argument went in effect, it is dangerous to divulge even some of the data that already have been released. Senator Tydings went so far as to criticize the publication of the location of atomic energy installations. Yet those are in plain sight, and to conceal them would be equal to trying to hide an elephant in a bird cage.” THE WASHINGTON POST. Atom Myths. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 20. 4 de fevereiro de 1949.

segredo, e que o jornal apenas estava ressaltando a importância de responsabilização e prestação de contas.³⁸²

Conforme havia sido sugerido na reunião fechada anterior, no dia 4 de fevereiro de 1949, o JCAE se reuniu com a AEC em sessão executiva para discutir o “Relatório Trimestral de Progresso da Comissão”. O senador Millard Tydings (D-MD)³⁸³, novo no Comitê, perguntou se era o primeiro relatório do tipo recebido – na verdade, esse seria o quinto, uma vez que é um requerimento da AEC, mas de acordo com Hickenlooper (R-IA), os demais haviam sido disponibilizados, mas não debatidos em sessão.³⁸⁴

Dois pontos ganharam especial atenção nessa reunião. Primeiro, em relação à capacidade de espionagem e inteligência para detectar atividade atômica na União Soviética. McMahon (D-CT) questionou Lilienthal se a AEC estaria satisfeita com as medidas que estavam sendo tomadas para detecção de testes ou outras operações. Especificando um pouco mais a pergunta, McMahon disse: “Você está satisfeito que se eles explodirem uma bomba, nós saberemos sobre isso, ou você é de opinião que há uma chance considerável de que não a descobriremos?”³⁸⁵. Lilienthal havia dado uma resposta vaga antes desse pormenor, afirmando que “uma pessoa nunca está satisfeita”³⁸⁶. Strauss, também membro da AEC, disse que, apesar de não estar totalmente confiante em responder, achava que no sistema disponível naquele momento, havia uma chance de nove em dez de a inteligência americana detectar. McMahon também questionou quem da AEC fazia os relatórios sobre os avanços soviéticos, e Lilienthal respondeu que era o Diretor de Ligação de Inteligência da Comissão, Dr. Colby: “Ele trabalha com a Agência Central de Inteligência e suas subagências no exame do material que tem referência à evolução da energia atômica e a avalia de um ponto de vista científico”³⁸⁷.

³⁸² THE WASHINGTON POST. Atom Myths. *The Washington Post*. Washington, DC, p. 20. 4 de fevereiro de 1949.

³⁸³ O senador não estava presente na reunião do dia 28 de janeiro de 1949 e, portanto, não sabia do que se tratava o relatório da AEC.

³⁸⁴ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁸⁵ Citação original: “Are you satisfied that if they explode a bomb that we will know about it, or are you of the opinion that there is considerable chance that we wouldn’t discover it?” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 74.

³⁸⁶ Citação original: “one is never satisfied.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 74.

³⁸⁷ Citação original: “He works with the Central Intelligence Agency and their sub-agencies in examining material that has reference to atomic energy developments and evaluates from a scientific point of view.”

O segundo tópico de relevância foi a questão da quantidade de armamentos atômicos. Cole (R-NY) perguntou sobre a relação entre as metas e a real capacidade de produção das usinas americanas. Com isso, começou uma discussão sobre como seria determinada a quantidade de armas atômicas. Lilienthal afirmou que há dois fatores a serem considerados – a produção de materiais físséis e a fabricação de armas –, sendo que a AEC determina o primeiro e o secretário de Defesa, o segundo. Em seguida, apontou o Capitão James Russell, vice-diretor da Divisão de Aplicações Militares da AEC, para discorrer sobre a relação entre a AEC e o Estado-Maior Conjunto – no caso, Russell afirmou: “Eu poderia dizer muito simplesmente que os objetivos das armas são estabelecidos pelo Estado-Maior das forças armadas”³⁸⁸. Cole então perguntou como o Estado Maior determinava a quantidade de armas a serem produzidas. Quando Russel disse que não era qualificado para responder, Cole retrucou perguntando qual era a opinião dele a partir de sua experiência militar. Russell disse que acreditava ser pela quantidade de alvos a serem destruídos.³⁸⁹

O debate passou então para essa relação entre as metas necessárias para a segurança nacional e a capacidade de produção dos EUA naquele momento. Sobre esse tema, o senador Knowland (R-CA) disse que o relatório apresentado pela AEC não especificava que as metas não haviam sido cumpridas – Russell havia dito que para o ano de 1948 teria sido necessário 40% a mais do que o que foi de fato entregue para chegar no número estabelecido pelo Estado-Maior das forças armadas. Após breve discussão, Hickenlooper (R-IA) resumiu o questionamento dos parlamentares: “O Estado-Maior das forças armadas deu a você uma avaliação independente do número razoável essencial para a segurança nacional ou compilou esse número com base nas instalações atuais e previstas para produzir”³⁹⁰. O ponto central do debate era esse, e Wilson, o secretário geral da AEC, disse que acreditava que os requerimentos haviam sido estabelecidos com base no máximo que a AEC conseguiria cumprir – mas tanto Hickenlooper (R-IA) quanto Holifield (D-CA)

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 75.

³⁸⁸ Citação original: “I might say very simply that the goals of the weapons are set by the Joint Chiefs of Staff”. **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). p. 76.

³⁸⁹ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁹⁰ Citação original: “Did the Joint Chiefs of Staff give you their independent evaluation of the reasonable number essential for national security or did they compile that number based upon present and anticipated facilities to produce.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 80.

contestaram essa linha de raciocínio, questionando se a avaliação viria da capacidade de produção ou da avaliação do que seria necessário para proteger o país. Por fim, Hickenlooper afirmou:

[...] cabe ao Congresso e à Comissão de Energia Atômica determinar se haverá ou não instalações suficientes construídas para atender a esse objetivo. O trabalho do Estado-Maior das forças armadas é nos dar sua avaliação das necessidades deste país.³⁹¹

Lilienthal considerou que essa reunião, ao contrário da audiência pública de 2 de fevereiro, fora muito produtiva. Ele escreveu que o debate em torno do programa de energia atômica foi muito frutífero e afirmou que fora uma das melhores audiências que ele participara com o JCAE. Contudo, ele ponderou seu otimismo de como as discussões seriam dali para frente, criticando veementemente a condução de caça às bruxas.³⁹² Vale salientar que a tensão quanto à possibilidade de espionagem comunista estava crescendo à medida que o HUAC ganhava mais força.

No dia 6 de abril de 1949, o JCAE recebeu em audiência fechada o Comitê Consultivo Geral da AEC³⁹³. Oppenheimer, na posição de presidente do referido Comitê, apresentou o trabalho que vinha sendo realizado pelo corpo de especialistas desde 1947. Aqui, ressalta-se que dentre os nove membros da agência, além de Oppenheimer, outros cientistas renomados e conhecidos por trabalhos anteriores com o MED estavam presentes, como o caso de James B. Conant, Reitor da Universidade de Harvard. Conant havia sido nomeado para o Comitê de Pesquisa de Defesa Nacional do MED em 1940 e se tornou presidente do órgão quando Vannevar Bush tornou-se diretor do Gabinete de Pesquisa Científica e Desenvolvimento, também ligado ao Projeto Manhattan. Conant, inclusive, foi um dos cientistas que testemunhou na audiência do dia 9 de outubro de 1945, referente ao *May-Johnson Bill*. Vale mencionar também o físico Enrico Fermi, da Universidade de Chicago, que contribuiu

³⁹¹ Citação original: “[...] it is up to Congress and the Atomic Energy Commission to determine whether or not there will be enough facilities constructed to meet that goal. The Joint Chiefs of Staff’s job is to give us their evaluation of the needs of this country.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 82.

³⁹² LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 7 de fevereiro de 1949.

³⁹³ Antes de iniciar a audiência, o senador McMahon leu o estatuto do Comitê, conforme previsto na Lei de Energia Atômica de 1946: “General Advisory Committee – There shall be a General Advisory Committee to advise the Commission on scientific and technical matters relating to materials, production, and research and development, to be composed of nine members, who shall be appointed from civilian life by the President. [...]”. O presidente do Comitê, naquele momento, era Robert Oppenheimer. **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 277.

para descobertas relacionadas a reações em cadeia e fissão, e o químico Glenn T. Seaborg, da Universidade da Califórnia, responsável pelo desenvolvimento de plutônio como um material alternativo ao urânio na produção de bombas atômicas.

Oppenheimer expôs o trabalho do Comitê Consultivo Geral e respondeu a algumas questões dos parlamentares. O físico afirmou que o papel da agência era aconselhar e recomendar a AEC em matérias científicas e técnicas. O Comitê Consultivo era dividido em quatro divisões – armamentos; reatores; pesquisa; e estoque e produção de materiais e relação de fornecimento de matéria-prima de urânio. Os subcomitês visitaram as instalações da AEC e propuseram algumas recomendações com base em aspectos que os especialistas entenderam que deveriam melhorar. Outro braço de atuação era através de requerimento formal pela própria AEC, momento quando os membros avaliavam e propunham soluções através de relatórios.

De forma geral, Oppenheimer, em resposta a um questionamento do deputado Jackson (D-WA), afirmou que estava satisfeito com o trabalho que a AEC vinha realizando, segundo ele, “[...] dentro das limitações humanas e levando em conta a natureza e a dureza dos problemas.”³⁹⁴ O deputado Holifield (D-CA) perguntou sobre o impacto do desenvolvimento de armas atômicas, especialmente no tocante ao alto investimento do governo nesses programas. O congressista complementou com a dúvida sobre o gasto em outros tipos de armamentos, se os EUA deveriam investir mais em um ou outro tipo, ou em ambos. Oppenheimer reconheceu a importância das armas nucleares, mas afirmou também que não conhece o planejamento estratégico dos chefes do Estado-Maior Conjunto – “Não sei quão sólida é a análise deles – não sei quais bombas estão planejadas para serem usadas – quantas estão planejadas para serem usadas – se a bomba é uma arma maior ou menor nos planos de guerra.”³⁹⁵

Outro ponto interessante abordado – a partir de indagação de McMahon (D-CT) – foi sobre questões de segurança, relacionadas principalmente à liberação de informações e ao sistema de confidencialidade. Oppenheimer disse que o seu Comitê

³⁹⁴ Citação original: “[...] within the human limitations and taking into account the nature and toughness of the problems.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 288.

³⁹⁵ Citação original: “I don’t know how sound their analysis is – I don’t know what bombs are planned to be used for – how many are planned to be used – whether the bomb is a major or minor weapon in the war plans.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 290.

recomendou à AEC que algumas informações deveriam ser levadas a público, de forma guiada e que não comprometesse a segurança nacional – “Somos guiados em geral pelas preocupações gêmeas de não fazer revelações que provavelmente seriam úteis ao Inimigo e, ao mesmo tempo, manter o público informado.”³⁹⁶ Ademais, Oppenheimer falou que não tinha certeza se os militares tinham toda a informação necessária para conduzir seus trabalhos, ao passo que McMahon pediu ao cientista que elaborasse melhor seu ponto. O físico disse que acreditava que alguns oficiais não dispunham de todos os dados para que os melhores planos fossem elaborados.

McMahon (D-CT) já havia comentado na mídia sobre seu desejo de abrir parte do secreto da energia nuclear. Com a resposta de Oppenheimer, ele voltou a afirmar que deveria ser feito um estudo cuidadoso para a divulgação do número de armamentos nucleares. McMahon lamentou que Truman havia negado o pedido e o debate público não durara. Oppenheimer disse que quando estivera no MED, foram feitas considerações sobre um eventual processo de desclassificação de informações, mas que os especialistas chegaram à conclusão de que não seria uma questão técnica, e sim para ser decidida pela Presidência da República. Em seguida, McMahon expôs sua opinião:

Minha posição, como vocês sabem, é que talvez essa informação em particular tenha que ser mantida em segredo, mas se for, o povo dos Estados Unidos deve estar ciente do fato de que o Congresso teria que ser forçado a votar sobre apropriações sem saber, ou com falta de informação, sobre fatos básicos e fundamentais em nossa política de guerra, para não falar da política interna que se baseia no fato de que o povo americano deveria saber – que o povo americano se apoderou de algo aqui que era contrário às suas tradições democráticas – é uma questão do tipo de mundo em que estamos vivendo – talvez tenhamos que pagar esse preço. Eu quero ter certeza de que não estamos pagando um preço imprudente por isso. [...] Acho que é um assunto que este Comitê tem que eventualmente estudar.³⁹⁷

³⁹⁶ Citação original: “We are guided generally by the twin concerns of not making revelations that would in any probability be helpful to the Enemy and at the same time keeping the public informed.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 300.

³⁹⁷ Citação original: “My position as you are aware is that maybe that particular piece of information will have to be kept Top Secret but if it is, the people of the United States should be aware of the fact that the Congress would have to be forced to vote on appropriations without knowing, or with a lack of information, on basic and fundamental facts in our war policy, to say nothing of domestic policy which is based on the fact that the American people ought to know – that the American people have got hold of something here that was counter to their democratic traditions – it’s a question of the kind of world we are living in – maybe we have to pay that price. I want to make sure we are not paying a reckless price for it. [...] I think it is a subject which this Committee has got to eventually study.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress), p. 304.

A discussão continuou, ao passo que Oppenheimer afirmou que era difícil avaliar tecnicamente qual nível de sigilo ideal sem saber qual o progresso da pesquisa em outros locais. Sobre isso, ele afirmou que o seu Comitê não recebera acesso completo aos relatórios de inteligência.³⁹⁸ A CIA havia sido criada com a Lei de Segurança Nacional de 1947 e, portanto, ainda estava em seus anos iniciais de funcionamento. Uma das maiores críticas à atuação da inteligência durante o período inicial da Guerra Fria foi justamente a falta de antecipação da agência quanto ao desenvolvimento atômico russo. A CIA falhou em prever o momento no qual a URSS se tornaria a segunda potência nuclear do mundo – tanto que, em setembro de 1949, quando o Congresso recebeu a notícia dos testes atômicos soviéticos, houve surpresa e consternação. A agência de inteligência teria dito, em março de 1949, que não havia provas de que a URSS estivesse conduzindo uma pesquisa atômica séria antes das explosões americanas de 1945 e repetiu que uma bomba atômica soviética estava pelo menos a alguns anos de ser concluída.³⁹⁹

Avançando nas questões de segurança, entre maio e junho de 1949, o JCAE esteve empenhado, conduzindo sua própria investigação, em desvendar uma possível brecha com o desaparecimento de uma quantidade de U-235 enriquecido do Laboratório de Argonne. A AEC foi chamada a testemunhar no dia 18 de maio de 1949 para prestar esclarecimentos e nessa primeira reunião sobre o assunto, Wilson, o secretário geral, recapitulou os processos de inventário e prestação de contas que datavam de 1946. Em fevereiro, a perda de 31,73 gramas foi reportada ao FBI; entre março e maio, após buscas, foram reportados 27,31 gramas em Oak Ridge, restando a localização, portanto, de 4,25 gramas.⁴⁰⁰

Hickenlooper (R-IA) questionou bastante a organização de inventário da AEC e indagou quem seriam os responsáveis pelos recibos de movimentação dos recipientes de urânio. No caso, Wilson e os outros membros da AEC retraçaram o processo de inquérito e de responsabilização desde a transferência do MED.⁴⁰¹ As reuniões subsequentes do JCAE também foram dedicadas a entender o

³⁹⁸ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

³⁹⁹ BARRETT, David M. **The CIA and Congress: The Untold Story from Truman to Kennedy**. Lawrence: University Press of Kansas, 2005.

⁴⁰⁰ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 18 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴⁰¹ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 18 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

desaparecimento desse material. No dia 23 de maio, os parlamentares ouviram o testemunho de Walter Henry Zinn, diretor do Laboratório de Argonne e no dia 25 de maio, o de John E. Gingrich, ex-diretor de Segurança da AEC.⁴⁰²

Entrementes, a mídia já noticiava o acontecido – McMahon (D-CT) já preparara um rascunho de comunicado à imprensa e pediu comentários da AEC ao final da reunião do dia 18 de maio.⁴⁰³ A matéria da primeira página do *New York Times* do dia 19 de maio veio com a manchete “U-235 não foi roubado, afirma McMahon”⁴⁰⁴. De acordo com a reportagem, o senador afirmou que o FBI estava convencido de que não fora trabalho de espíões, e que a quantidade perdida não oferecia valor para a manufatura de uma bomba, apenas para pesquisa. O jornal também ofereceu uma cronologia dos acontecimentos até a busca em Oak Ridge. Por fim, a notícia apresentou críticas feitas pelos senadores republicanos Homer Ferguson (R-MI), William E. Jenner (R-IN) e John W. Bricker (R-OH) sobre falhas de segurança da AEC. Destes, apenas Bricker já fora membro do JCAE, na legislatura anterior.⁴⁰⁵

O primeiro semestre de 1949 não estava fácil para a AEC, e no contexto de escalada da Guerra Fria, as tensões sobre segredo e segurança cresciam bastante. Além da questão da perda de Urânio, a AEC também passava por um imbróglio com acusações de que comunistas estariam se beneficiando de programas de bolsas de pesquisa da Comissão. Neste ínterim, Hickenlooper (R-IA) começou a conduzir uma investigação da AEC – na reunião executiva do dia 1º de junho, foi discutida a requisição de vários documentos da Comissão, incluindo minutas e papéis do Comitê Consultivo Geral (GAC) e do Comitê de Ligação Militar. O debate era se o JCAE deveria ou não solicitar esses documentos e, após as conversas, ficou decidido que a AEC teria que providenciar os itens 3, 7, 9, 10, 11 e 12 da lista abaixo:⁴⁰⁶

⁴⁰² **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 23 e 25 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴⁰³ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 18 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴⁰⁴ Citação original: “U-235 not stolen, McMahon asserts”. HINTON, Harold B.. U-235 not stolen, M'Mahon asserts: FBI is convinced no spying was involved, he states – red student heard. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 19 de maio de 1949.

⁴⁰⁵ HINTON, Harold B.. U-235 not stolen, M'Mahon asserts: FBI is convinced no spying was involved, he states – red student heard. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 19 de maio de 1949.

⁴⁰⁶ **Summary of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 1 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Figura 8 – Material da AEC requisitado pelo senador Hickenlooper

727

MATERIAL REQUESTED BY SENATOR HICKENLOOPER
FROM THE AEC

1. All correspondence and recommendations regarding the questions of the custody of Atomic Weapons.
2. Copies of all reports of all of the Commission's advisory committees together with the status of their recommendations.
3. Record of all overtime pay to the Washington Headquarters personnel of the AEC.
4. The minutes, progress reports and recommendations of the General Advisory Committee.
5. The minutes, progress reports and recommendations of the Military Liaison Committee.
6. The minutes of the Atomic Energy Commission.
7. The security files and local board hearings on the following:
(See names below)
8. a) The Quebec Agreement.
b) The Hyde Park Aide Memoire.
c) Memoranda relative to Atomic Energy in the Potsdam Conference.
d) The paper stating the position of the U.S. and the U.K. of January 1948.
9. The inventory turned over to the Atomic Energy Commission by the Manhattan District at the time of the transfer.
10. All reports (including correspondence with the FBI) relative to lost or misplaced fissionable or source material, whether recovered or still missing.
11. The engineering reports on the reactor sites.
12. The Reports of Investigation of all Fellows participating in the Fellowship Program.

Fonte: **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 13 de junho de 1949. Anexo. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).⁴⁰⁷

Durante essa mesma reunião, os parlamentares receberam uma carta da AEC reportando que uma quantidade de U-235 enriquecido fora encontrada em Oak Ridge e o JCAE voltou a se reunir no dia seguinte, 2 de junho, para tratar da questão. Na ocasião, estavam presentes membros da AEC e Wilson, o secretário geral,

⁴⁰⁷ Na transcrição da sessão de 1º de junho há uma observação ao pé da página de que a referida tabela se encontra na página 727, anexada ao arquivo do dia 13 de junho.

apresentou um relatório detalhado do FBI sobre as buscas. Wilson resumiu a situação da seguinte forma:

A evidência nos parece extremamente forte de que (a) este material localizado no fundo do contêiner de resíduos deve ter sido o material 13% enriquecido no laboratório que estava faltando, e (b) os vários relatos – meios pelos quais o contêiner é identificado nos parece dar uma prova razoável de que este é o contêiner que tinha o material dentro dele e que entrou nesta lata de resíduos em novembro e foi enviado embora e enterrado.⁴⁰⁸

McMahon (D-CT) levou um questionamento atribuído a Tydings (D-MD) – “Por que não pode haver um inventário diário destas coisas da mesma forma que com dinheiro?”⁴⁰⁹ – ao passo que Wilson respondeu que materiais físséis podem se apresentar em inúmeras formas, o que tornaria o trabalho de inventariar diariamente impossível. O interrogatório de McMahon continuou nessa linha, com perguntas sobre segurança e organização dos laboratórios e usinas. Hickenlooper (R-IA), alguns momentos depois, não parecia convencido pelas explicações e fez várias perguntas sobre formas de urânio e como fazer medições. Outros parlamentares questionaram sobre protocolos de supervisão, segurança e prestação de contas.⁴¹⁰

O tom das perguntas parecia de sabatina, com os congressistas questionando pormenores das respostas dos membros da AEC. Tydings (D-MD) e Knowland (R-CA), em especial, insistiram em suposto atraso no recebimento de relatórios. O primeiro questionou a razão pela qual o relatório de dezembro de 1948 só chegara no Comitê no dia 20 de janeiro de 1949 e o segundo explorou a demora em informar que havia de fato uma perda de material. Knowland observou:

Não vejo por que levaria de 20 de janeiro a 27 ou 28 de maio para que esse tipo de informação chegasse às pessoas responsáveis na AEC e, por fim, a este Comitê do Congresso. [...] são pelo menos cinco meses e talvez sete meses, desde o momento em que a perda foi percebida pela primeira vez.⁴¹¹

⁴⁰⁸ Citação original: “The evidence seems to us to be extremely strong that (a) this material located at the bottom of the waste container must have been the 13 per cent enriched material in the laboratory which was missing, and (b) the several accounts – means by which the container is identified seems to us to give reasonable proof that this is the container which had the stuff in it and which went into this waste can in November and was sent out and buried.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). p. 566.

⁴⁰⁹ Citação original: “Why can’t there be a daily inventory of this stuff the same as with money?” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). p. 566.

⁴¹⁰ **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴¹¹ Citação original: “I can’t see why it would take from January 20 to the 27th or 28th of May for that type of information to get to the responsible people in AEC and ultimately this Committee of Congress.

Sobre os atrasos, Wilson explicou como foi feita a prestação de contas nos laboratórios, em especial em Oak Ridge, e afirmou que não havia sido feita a notificação de perda naquele momento. Knowland (R-CA) questionou a linha de argumentação e outros parlamentares também contestaram a metodologia de relatórios e a organização das usinas.⁴¹² Knowland já havia declarado anteriormente que não estava satisfeito com as explicações dos membros da AEC e disse que percebera que houvera falta de precauções e que era papel do Congresso investigar as brechas na segurança do programa nuclear.⁴¹³

O atrito entre o JCAE e a AEC foi bastante noticiado naquele primeiro semestre de 1949. Holofotes foram colocados nos inquéritos realizados pelo Congresso sobre a perda de urânio, as supostas bolsas de pesquisa concedidas a comunistas e as possíveis brechas de segurança que estariam acontecendo dentro da Comissão. Durante esse mesmo período, em maio, foram nomeados dois novos membros para a AEC, Henry DeWolfe Smyth, da Universidade de Princeton e Gordon Dean, da Universidade do Sul da Califórnia. Smyth fora o autor do “Relatório Smyth”, divulgado em agosto de 1945 contando a história oficial do desenvolvimento da bomba atômica.

Dean fora indicação de McMahon (D-CT), eles haviam sido sócios em um escritório de advocacia em Washington DC por cinco anos. Lilienthal ponderara a indicação com Truman em fevereiro de 1949, falando que apesar de ter um currículo extenso, não havia nada específico em suas experiências que o qualificassem acima de outros nomes para o cargo na AEC. Ademais, afirmou que um nome próximo de McMahon na Comissão poderia criar atritos com outros membros do JCAE – nesse ponto, Lilienthal citou Tydings (D-MD) e Connally (D-TX), que tiveram conflitos com o presidente do JCAE por discordâncias na abertura de informações.⁴¹⁴ Apesar do conselho contrário, Truman acabou por indicar Dean para a vacância.

Durante a sabatina na seção do Senado do JCAE, tanto Dean quanto Smyth foram questionados quanto a medidas para barrar comunistas de receberem bolsas

[...] it is at least five months and maybe seven months between the time the loss was first noticed.” **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). p. 603-604.

⁴¹² **Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴¹³ THE NEW YORK TIMES. Congress group investigates AEC: Joint Committee conducting its own inquiry of uranium loss, McMahon says. **The New York Times**. Nova York, p. 14. 20 de maio de 1949.

⁴¹⁴ LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 14 fev 1949.

de pesquisa da AEC. O aceno positivo do Congresso para a confirmação dos nomes veio quando ambos confirmaram ser favoráveis a tomar precauções necessárias para evitar que uma bolsa de pesquisa seja erroneamente concedida a comunistas. Smyth, contudo, adicionou que concordava com investigação do FBI apenas para pesquisas que fossem secretas; do contrário, disse acreditar que não seria necessário tomar tais medidas porque acreditava que comunistas não poderiam prejudicar trabalhos que não fossem sensíveis.⁴¹⁵

4.2 A investigação de Hickenlooper

Mesmo após a reunião de 2 de junho em que a AEC declarou que o urânio perdido havia sido encontrado, Hickenlooper (R-IA) seguiu com o pedido de investigação na AEC. O senador disse na sessão do dia 7 de junho que não estava satisfeito com o relatório da Comissão sobre o material do Laboratório de Argonne e apontou inconsistências, como a cor do recipiente em que o urânio fora encontrado.⁴¹⁶ Durante os debates sobre o formato do inquérito e como seriam as audiências do caso, Hickenlooper disse que estava tentando cooperar com o JCAE, mas mostrou-se preocupado com a possível demora para decidir o método de apresentação das evidências. O senador declarou que percebera graves brechas de procedimento e que, com isso, existia um perigo sério para a defesa nacional.⁴¹⁷

Lilienthal tinha bastante proximidade com o presidente Truman e nesse período dos inquéritos os dois tiveram várias reuniões particulares. O chefe da AEC relatou em seu diário as tensões crescentes advindas da investigação e descreveu como “[...] uma das crises mais difíceis e infelizes em todos os meus anos de controvérsia”⁴¹⁸. Truman declarou, em uma conferência de imprensa no final de maio, que tinha inteira confiança em Lilienthal. O presidente criticou a histeria de algumas pessoas quando o assunto era o átomo e afirmou que o governo estava tendo progresso no

⁴¹⁵ THE WASHINGTON POST. Committee nod expected for Smyth, Dean: Nominees for AEC agree fellowships should be denied reds. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 19 de maio de 1949.

⁴¹⁶ **Summary of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 7 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴¹⁷ **Resume of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy**, 9 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴¹⁸ Citação original: “[...] one of the most trying and unhappy crises in all my years of controversy.” LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 22 de maio de 1949, p. 532.

desenvolvimento do programa nuclear.⁴¹⁹ Entrementes, Lilienthal também fizera duras críticas à reunião do dia 2 de junho, acusando a histeria de alguns parlamentares, como Hickenlooper (R-IA) e Knowland (R-CA).

O Comitê Conjunto estava furioso, assustado, feio. Os fatos pareciam tão simples – um frasco contendo urânio não foi devidamente recebido, etc. Em seguida, eles prepararam uma “declaração pública”. Hickenlooper e Knowland comunicaram que pretendiam assumir o pior, a menos que todas as possibilidades fossem excluídas contra essa suposição. Isto foi demais para mim. Eu disse: “Critiquem a Comissão se quiserem, tanto quanto possível, mas não induzam histeria neste país. Isto *não* é material de bomba, e vocês deveriam dizer isso, e é pequeno em qualquer aspecto”.⁴²⁰

O *New York Times*, em coluna do dia 27 de maio, se posicionou favoravelmente à condução da investigação na AEC desde que as audiências se restringissem ao ponto principal – questões de administração e segurança da Comissão – e não a acusações sensacionalistas e partidárias. O jornal afirmou que o JCAE era o órgão apropriado para o inquérito avançar, uma vez que era um comitê permanente do Congresso desenhado justamente para conduzir estudos contínuos das atividades da AEC e dos problemas advindos do desenvolvimento da energia atômica. Por fim, a coluna defendeu o controle civil do programa nuclear e demonstrou otimismo no resultado, que poderia ajudar a elucidar a população sobre as atividades da AEC.⁴²¹

O *Washington Post* também comentou sobre os inquéritos e, assim como o Times, mostrou um posicionamento favorável às investigações. Contudo, na coluna publicada também no dia 27 de maio, o WP faz uma crítica à condução das questões de segredo e de segurança. A matéria considera que é um erro considerar que o segredo é sempre sinal de segurança – nesse ponto, o jornal se mostra alinhado à posição de McMahon (D-CT) de liberar algumas informações, como a quantidade de bombas em posse do governo americano. Ademais, o Post avalia que o país não pode ficar histérico de que qualquer coisa pode configurar-se como ajuda à Rússia, como

⁴¹⁹ HINTON, Harold B.. Truman puts faith in Lilienthal, AEC: Calls Congress criticism pre-election campaign stuff – Atom chairman at hearing. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 27 de maio de 1949.

⁴²⁰ Citação original: “The Joint Committee was angry, scared, ugly. The facts appeared so simple – a bottle containing uranium not properly receipted for, etc. Then they proceeded to prepare a ‘public statement’. Hickenlooper and Knowland served notice that they intended to assume the worst unless every possibility was excluded against that assumption.

This was too much for me. I said, ‘Criticize the Commission if you wish, as much as possible, but don’t induce hysteria in this country. This is *not* bomb material, and you should say so, and it is small in any terms’.” LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal**: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950. Nova York: Harper & Row, 1964. 4 de junho de 1949, p. 539.

⁴²¹ THE NEW YORK TIMES. The AEC inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 20. 27 de maio de 1949.

no caso do envio de isótopos para países estrangeiros, ignorando que o excesso de segredo similarmente pode causar danos.⁴²²

O *Washington Post* reportou, em meados de junho de 1949, sobre parlamentares que não estavam satisfeitos com as investigações de Hickenlooper (R-IA). O deputado Melvin Price (D-IL) afirmou que seria um fiasco porque sua origem era puramente política. O senador Vandenberg (R-MI) também declarou não estar totalmente de acordo, disse que Hickenlooper ainda não apresentara nenhum caso consistente, e que não tinha plena convicção de que o ex-presidente do JCAE conseguiria montar de fato o caso. Os deputados republicanos Carl Hinshaw (R-CA) e W. Sterling Cole (R-NY) igualmente tinham receios sobre os rumos do inquérito, mas mantinham-se mais comedidos em seus comentários. Esse último fora vice-presidente do JCAE na época de Hickenlooper.⁴²³

Com exceção de Vandenberg (R-MI), os republicanos estavam mais moderados nas críticas a Hickenlooper (R-IA). A senioridade do senador de Michigan contribuía para sua maior liberdade com as palavras. Além disso, Vandenberg era muito pragmático e havia construído uma relação política com Truman, mesmo os dois sendo de partidos opostos. Considera-se que dois dos principais arquitetos da nova política externa da Guerra Fria foram Vandenberg e Truman – principalmente pela posição do senador no Comitê de Relações Exteriores. Durante as eleições, ambos eram bastante partidários; porém, na hora de governar, trabalhavam juntos para orquestrar audiências e legislações, alimentando assim o apoio bipartidário à política externa.⁴²⁴

Os inquéritos estavam sendo bastante noticiados e tornou-se um grande ponto de tensão em Washington. O *New York Times* especulava que a investigação da AEC seria uma das grandes temáticas para as eleições de meio mandato de 1950. O jornal avaliava que o controle dos democratas das maiorias do Congresso e da Presidência desde 1932, com exceção do período de 1947 a 1949 em que o Legislativo foi republicano, contribuía para o aumento das dissidências. Os republicanos desejavam

⁴²² THE WASHINGTON POST. Light on the atom. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 24. 27 de maio de 1949.

⁴²³ ALLEN, Robert S.. 2 GOP aides grow cool to atom probe. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 17 de junho de 1949.

⁴²⁴ HAAS, Lawrence J.. **Harry and Arthur**: Truman, Vandenberg, and the partnership that created the free world. Lincoln: Potomac Books, 2016.

retomar as maiorias na Câmara e no Senado e uma crise no partido incumbente, principalmente relacionada com segurança nacional, poderia ser vantajosa.⁴²⁵

No dia 1º de agosto, o JCAE se reuniu em sessão executiva para que Hickenlooper (R-IA) apresentasse 32 casos que para ele comprovavam falhas de segurança da AEC. Eram casos de pessoas contratadas para diversos locais sob controle da Comissão, incluindo cientistas e outros profissionais-chave para o manejo do átomo. Hickenlooper declarou que deveria haver uma checagem de segurança para analisar possível caráter questionável, além de hábitos, características ou associações que colocassem a pessoa em uma posição de risco de vazar informações. McMahon (D-CT) ressaltou que alguns desses indivíduos haviam sido contratados pelo MED. Sobre esse ponto, houve discussões entre os parlamentares se aqueles que entraram no programa à época do Projeto Manhattan teriam prerrogativas diferentes por supostamente já terem passado por checagem de antecedentes no período da guerra. Ademais, os congressistas debateram sobre métodos de inquérito, se haveria abertura para os investigados testemunharem em audiências, e Hickenlooper inclusive falou que se a legislação não fosse suficiente nesse quesito, era papel do JCAE apresentar novas propostas.⁴²⁶

Os membros da Comissão também estavam presentes e Lilienthal defendeu sua agência, afirmando que era muito difícil prever se uma pessoa iria se tornar traidora um dia. Segundo o presidente da AEC, era essencialmente impossível conseguir encontrar uma solução ou fórmula com a qual todos concordariam sobre como determinar ou prever o comportamento futuro dos seres humanos. Ele citou alguns exemplos históricos, como o caso de Aron Burr, e questionou os presentes se era possível prever, baseado em sua ficha, que ele trairia o país. No final da sessão, Lilienthal fez uma crítica profunda sobre como as coisas estavam sendo feitas em nome da segurança: “[...] tenho a sensação de que, hoje, nosso tratamento dos chamados direitos humanos não tem estado à altura dos padrões americanos e, portanto, isso prejudicou o projeto [de energia atômica]”.⁴²⁷

⁴²⁵ KROCK, Arthur. Loyalty trials shape political issue for 1950: The current investigations are held likely to play an important part in next year's elections. **The New York Times**. Nova York, p. E3. 19 de junho de 1949.

⁴²⁶ **Investigation of the United States Atomic Energy Project**, 1 de agosto de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴²⁷ Citação original: “[...] I have the feeling about it today, that our handling of so-called human rights has not been up to American standards, and it has therefore injured the project.” **Investigation of the United States Atomic Energy Project**, 1 de agosto de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress). p. 1155.

Foram feitas mais sessões executivas referentes ao inquérito ao longo do mês. No dia 25 de agosto, após discussões longas sobre os casos apresentados por Hickenlooper (R-IA) naqueles dias, McMahon (D-CT) concluiu a investigação. O presidente do JCAE afirmou que o Comitê já realizara 50 audiências sobre o tópico, tanto abertas como fechadas, e que as informações que tinham coletado eram suficientes para a produção de um relatório. Durham (D-NC), o vice-presidente do JCAE, concordou com o encerramento e ressaltou que foram quase três meses dedicados a avaliar minuciosamente todos os pontos relevantes.⁴²⁸

Em setembro, porém, o Comitê foi informado que a União Soviética explodira a sua bomba atômica. Os Estados Unidos esperavam que o seu monopólio da energia nuclear ainda duraria alguns anos, entretanto, havia agora uma nova realidade que precisava ser endereçada. No dia 23 de setembro, foi realizada reunião secreta do JCAE para discutir o relatório da AEC e do Departamento de Defesa sobre os efeitos da recente explosão atômica russa. Estavam presentes na sessão: Sumner Pike, na posição de presidente interino da AEC, junto com os comissários Smyth, Strauss e Dean; Robert Oppenheimer, diretor do Comitê Consultivo Geral (GAC); General McCormack, da Divisão de Aplicações Militares; William Webster, do Comitê de Ligação Militar; General Schlatter, do Grupo de Armas Especiais da Força Aérea; Almirante Hillenkoetter, da CIA; e Adrian Fisher, do Departamento de Estado.⁴²⁹

McMahon (D-CT) abriu a sessão comunicando o anúncio do Departamento de Defesa de que os russos haviam explodido uma bomba atômica no dia 1º de setembro de 1949. Oppenheimer explicou o processo da descoberta, afirmando que as forças aéreas e as agências de inteligência tinham captado evidências da explosão na Ásia. Em seguida, um comitê técnico foi nomeado para analisar as evidências e o GAC também foi envolvido. Com isso, ele confirmou que era irrefutável que uma explosão nuclear tinha ocorrido. Dentre os membros desse comitê de especialistas, estavam Vannevar Bush, Robert Bacher, Almirante Parsons e Oppenheimer. Conant também fora escalado, mas não conseguiu viajar a tempo para Washington.

Depois de uma discussão entre McMahon (D-CT), Oppenheimer e Hillenkoetter, foi acordado que os detalhes não seriam fornecidos, em linha com o que

⁴²⁸ **Investigation into the United States Atomic Energy Project**, 25 de agosto de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴²⁹ **Resume of executive session of Joint Committee on Atomic Energy**, 23 de setembro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Truman havia requisitado. Então, o presidente do JCAE leu um relatório da CIA de julho de 1949 que estimara que os russos teriam sua bomba atômica no período entre os verões de 1950 e 1953, com o grupo de inteligência pendendo para a possibilidade de que fosse mais cedo em vez de mais tarde. Era uma estimativa mais próxima da realidade do que aquelas que circularam nos anos anteriores – de que demoraria pelo menos uma década até o êxito dos soviéticos –, mas ainda equivocada por cerca de um ano. McMahon elogiou o trabalho da CIA e das forças aéreas por terem conseguido detectar a explosão. Vandenberg (R-MI), ao final da sessão, questionou o grupo sobre os próximos passos e o que poderia ser feito. Oppenheimer respondeu que a AEC já estivera trabalhando para essa eventualidade desde que foi formada, então, provavelmente não teriam mudanças muito drásticas.⁴³⁰

4.3 Próximos passos

Os membros do JCAE no período de 1947 a 1948 estavam mais alinhados entre si. A partir de 1949, começaram a surgir divergências, a começar com Connally (D-TX) e Tydings (D-MD), que discordavam do posicionamento de McMahon (D-CT) com relação a abrir certos segredos, como a quantidade de bombas atômicas. Foi sintomática também a postura de Hickenlooper (R-IA), presidente do Comitê na legislatura anterior, que a partir de 1949 passou a ser mais assertivo em suas críticas à AEC e iniciou a sua própria investigação de má conduta da agência.

É interessante pontuar o comportamento de Hickenlooper (R-IA). Quando foi presidente, manteve uma postura buscando compromissos e entendimentos. Na legislatura seguinte, sendo membro do partido minoritário e, portanto, saindo do comando do Comitê, começou a ser mais incisivo nas sabatinas. Vale ressaltar que a divisão que começava a se formar ultrapassava linhas partidárias – Connally (D-TX) e Tydings (D-MD), por exemplo, eram democratas, assim como McMahon (D-CT); Hickenlooper (R-IA) e Knowland (R-CA), republicanos. Vandenberg (R-MI), também republicano, estava mais afastado das atividades do JCAE e não teve tanto protagonismo nesse período – ao menos nos assuntos específicos do Comitê, pois fora peça essencial na ratificação da OTAN, por exemplo.

O JCAE começava, naquele momento, a ter maior protagonismo na agenda de energia atômica. A 80ª legislatura (1947-1949), por ser um momento de adaptação e

⁴³⁰ **Resume of executive session of Joint Committee on Atomic Energy**, 23 de setembro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

experiência, foi mais marcada por definições de procedimentos do que por liderança do Congresso no tema. As pautas foram bastante ligadas a assuntos levados pela AEC e pela construção do entendimento dos parlamentares em questões técnicas e operacionais do funcionamento de instalações de energia nuclear. Já na 81ª legislatura (1949-1951), o JCAE começou a cobrar mais intensamente por resultados da AEC e a ensaiar maior liderança. Esse papel mais ativo do Comitê pode ser percebido especialmente a partir de 1950. Green e Rosenthal avaliam o contraste entre esses dois períodos como momentos de “escrutínio” (1947-1949) e de “parceria” (1950-1953).⁴³¹ Os trechos abaixo ilustram a evolução de posicionamentos:

Durante o primeiro ano na JCAE, os membros, impressionados com a magnitude e o desconhecimento de suas responsabilidades, adotaram conscientemente uma política de cautela e autocontenção. Durante este período inicial, por exemplo, o Comitê nunca solicitou informações da AEC sobre o número de armas atômicas em estoque. [...] Em seu papel investigativo, o Comitê estudou o escopo do programa de energia atômica e as operações dos diversos órgãos envolvidos. Assim, o papel do Comitê era limitado; ele ainda não havia assumido responsabilidade substancial pelo desenvolvimento do átomo.⁴³²

As atividades do Comitê Conjunto de 1950 a 1953 apresentam um forte contraste com suas atividades limitadas de 1947 a 1949. Embora a agenda legislativa ainda fosse mínima e o programa de investigação prosseguisse substancialmente como antes, a JCAE desempenhou um papel mais ativo, incentivando o Poder Executivo a adotar uma política de rápida e vasta expansão atômica.⁴³³

O período de liderança, dessa forma, começaria a partir de 1950 e, então, o ano de 1949 ainda estava bastante conturbado. Não apenas havia divisão entre os parlamentares do Comitê de Energia Atômica, mas o relacionamento entre o JCAE e a AEC estava estremecido. As sabatinas conduzidas pelo Congresso sobre a perda de urânio e as bolsas de pesquisas concedidas a supostos comunistas construíram

⁴³¹ GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom: the integration of powers**. Nova York: Atherton Press, 1963.

⁴³² Citação original: “During their first year on the JCAE, members, awed by the magnitude and unfamiliarity of their responsibilities, consciously adopted a policy of caution and self-restraint. Throughout this early period, for example, the Committee never requested information from the AEC concerning the number of atomic weapons in stockpile. [...] In its investigative role, the Committee studied the scope of the atomic-energy program and the operations of the various agencies involved. Thus, the Committee’s role was limited; it had not yet assumed substantial responsibility for development of the atom.” GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom: the integration of powers**. Nova York: Atherton Press, 1963., p. 6

⁴³³ Citação original: “The activities of the Joint Committee from 1950 to 1953 present a sharp contrast to its limited activities from 1947 to 1949. Although the legislative agenda was still minimal and the investigative program proceeded substantially as before, the JCAE played a more active role by prodding the executive branch to adopt a policy of swift, vast atomic expansion.” GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom: the integration of powers**. Nova York: Atherton Press, 1963., p. 9

uma barreira entre os órgãos e as investigações de Hickenlooper (R-IA) contribuíram para acentuar ainda mais a tensão.

O contexto da época também influenciou a transição de momentos, principalmente se a comparação for feita contando a partir de 1945. Nos dois primeiros anos ainda estava sendo construído o paradigma do pós-guerra e o papel dos EUA no contexto internacional. A partir de 1947, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall, começava a ser desenhada com mais clareza a rivalidade da Guerra Fria. Por consequência, as preocupações com segurança começaram a aumentar. O funcionamento do HUAC, ademais, contribuiu para a sensação de insegurança pública e o pânico coletivo de espionagem russa nos órgãos do governo. Em 1949, chegou-se ao ápice da tensão da Guerra Fria na sua primeira fase. O relacionamento entre o JCAE e a AEC seguiu o contexto – primeiro, momento de aprendizagem e construção de políticas, em seguida, avaliação da administração e das operações, até chegar nas divergências e nas críticas a como era feita a gestão da AEC. A tensão escalou em 1949 até o estopim que foi a explosão da bomba soviética, o que fez a investigação de Hickenlooper (R-IA) perder a força. A notícia da explosão veio pouco antes do JCAE emitir seu relatório sobre o inquérito, com isso, quando foi protocolado, as acusações de Hickenlooper foram rejeitadas pela maioria dos membros.⁴³⁴

O senador Hickenlooper (R-IA) tentou reabrir as investigações e protocolou uma moção para convocar novas audiências na reunião do dia 6 de outubro de 1949. Entretanto, a moção foi derrotada por dez votos a oito, em uma votação bem definida pela linha partidária. Apoiaram Hickenlooper os senadores Vandenberg (R-MI), Millikin (R-CO) e Knowland (R-CA) e os deputados Cole (R-NY), Elston (R-OH), Hinshaw (R-CA) e Van Zandt (R-PA), todos republicanos; enquanto os democratas votaram pela rejeição. Tom Connally (D-TX) justificou sua negativa dizendo que o JCAE poderia a qualquer momento tomar medidas adicionais, caso fosse necessário.⁴³⁵

O relatório do inquérito foi apresentado na reunião do dia 12 de outubro, com modificações. Foi feita a leitura do documento e a conclusão foi de que “[...] o Comitê está satisfeito que a investigação não revelou nenhum incidente em que a Comissão

⁴³⁴ GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom**: the integration of powers. Nova York: Atherton Press, 1963.

⁴³⁵ **Investigation of the United States Atomic Energy Project**: Voting of closing of hearings, 6 de outubro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

tenha violado a Lei McMahon⁴³⁶. Em seguida, os congressistas fizeram votação nominal e o relatório foi adotado por dez votos a seis. A divisão, tal como a votação anterior, foi partidária e todos os democratas, senadores e deputados, votaram favoravelmente para a adoção do relatório. Do lado dos republicanos, Hickenlooper (R-IA), Knowland (R-CA), Millikin (R-CO), Cole (R-NY), Elston (R-OH) e Van Zandt (R-PA) votaram para rejeitar o relatório, enquanto Vandenberg (R-MI) e Hinshaw (R-CA) se abstiveram.⁴³⁷

O inquérito de Hickenlooper (R-IA) gerou uma divisão partidária no JCAE que antes não era vista. As duas votações nominais, tanto para a moção de retomar as audiências quando a adoção do relatório, foram divididas e os democratas, pela maioria no Comitê, conseguiram um resultado favorável. O relatório adotado, então, concluía que a Comissão não havia violado a Lei de Energia Atômica. A investigação tinha ressaltado detalhes administrativos que à luz dos últimos acontecimentos não eram mais relevantes. O JCAE e a AEC poderiam começar uma era de maior parceria para mapear a expansão do programa atômico do país com o objetivo de combater as conquistas soviéticas.

Entre o final de 1949 e o ano de 1952, os americanos estiveram empenhados em desenvolver uma nova tecnologia nuclear para suplantam a capacidade russa. Truman então convocou um conselho especial, formado pelo secretário de Estado, Dean Acheson, o secretário de Defesa, Louis Johnson, e o presidente da AEC, David Lilienthal, para elaborar recomendações. A proposta era o desenvolvimento de bombas termonucleares, ou de hidrogênio – foram apelidadas de “superbombas” –, que tinham a capacidade no mínimo mil vezes maior do que as armas de Hiroshima e Nagasaki. Lilienthal se posicionou de forma contrária ao empreendimento, assim como Kennan, Oppenheimer e outros assessores, posteriormente. A ideia dos defensores da tecnologia era baseada na premissa de superioridade militar e dos Estados Unidos serem imbatíveis em uma guerra – assim, a prioridade era como convencer um oponente a não ir à guerra. O primeiro teste americano com bomba de

⁴³⁶ Citação original: “[...] the committee is satisfied that the investigation discloses no incidents where the Commission violated the McMahon Act”. **Investigation of the United States Atomic Energy Project**: Voting on the proposed report, 12 de outubro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

⁴³⁷ **Investigation of the United States Atomic Energy Project**: Voting on the proposed report, 12 de outubro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

hidrogênio ocorreu em 1º de novembro de 1952 e o primeiro teste soviético aconteceu menos de um ano depois, em 12 de agosto de 1953.⁴³⁸

Lilienthal, no início de 1950, renunciou ao cargo de presidente da AEC. Ele provavelmente estava ponderando essa opção desde o início das investigações de Hickenlooper (R-IA). Em seu diário, Lilienthal frequentemente comentava sobre a carga de trabalho e estresse provocada pelo peso das insinuações e acusações feitas nas audiências. No dia 1º de novembro de 1949, ele confidenciou a Dean Acheson a sua decisão de sair da AEC. Ademais, suas ressalvas quanto ao desenvolvimento das superbombas também foi um fator decisivo para sua saída. No seu penúltimo dia de trabalho, 14 de fevereiro de 1950, Lilienthal relatou uma conversa que teve com Truman, que fora caloroso e amigável. Ele disse ter decidido ver o presidente para assegurar que a sua intenção não era liderar uma cruzada contra a bomba de hidrogênio nem sobre as políticas atômicas do governo federal.⁴³⁹

Entre fevereiro e junho de 1950, a AEC foi presidida interinamente por Sumner Pike. Em seguida, Gordon Dean, que havia sido confirmado como membro da AEC em maio de 1949, foi nomeado o segundo presidente da Comissão. A escolha de Dean teve completa aprovação do JCAE, o que contribuiu para o período de maior consonância entre os dois órgãos, que puderam concentrar os esforços no empreendimento da “superbomba”.

⁴³⁸ GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

⁴³⁹ LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964. 14 de fevereiro de 1950.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Estados Unidos, no final da Segunda Guerra Mundial, assumiram o papel de líder internacional. Em um ambiente de tensão e transformação do globo, os EUA eram indiscutivelmente a única grande potência do mundo ocidental naquele momento. O Reino Unido, que anteriormente ocupava esse posto, após o conflito não tinha mais condições para mantê-lo e os EUA passaram então a desempenhar essa atribuição. Com o alcance da destruição e da tecnologia de armamentos, aumentava a responsabilidade dos Estados Unidos de garantir a segurança nacional e a sua posição de hegemonia internacional.

Assim como a nova ordem mundial, com configuração bipolar inédita, a postura dos EUA também não tinha precedentes. O país nutria uma tradição anterior de afastamento dos assuntos europeus e não participara do sistema de equilíbrio de poder de outrora. Contudo, após a hesitação no período de entreguerras, os Estados Unidos não poderiam se recolher novamente no pós-Segunda Guerra. Então, a mobilização para a construção dessa nova ordem afetou tanto a sua política externa como a política interna. O enfoque principal deste trabalho foi a alteração institucional para a Guerra Fria.

Olhando de fora, os Estados Unidos podem ser vistos como uma entidade homogênea. Ao se tratar de Guerra Fria e de sua bipolaridade, muitas vezes os países assumem a posição de atores na arena internacional. Contudo, assim como os EUA, como país, tiveram que se adaptar para a nova realidade, não se pode ignorar que internamente havia conflitos acontecendo. A ponderação sobre as relações internacionais é importante, mas também deve-se considerar que não são atores singulares que constroem as políticas. Dessa forma, como a sociedade estaria encarando desafio dos EUA não só com presença internacional, mas sendo a liderança da ordem mundial? Como aconteceram as dinâmicas entre os poderes do governo e as relações da administração federal com os governos locais e estaduais? Todas essas são realidades concomitantes em um momento de mudanças de paradigmas.

A presente tese explorou o papel do Legislativo americano na formulação de políticas e sua relação com o Executivo. O Congresso vinha perdendo força durante toda a primeira metade do século XX – outrora o poder mais relevante e poderoso da república, o Congresso estava ficando para trás no processo decisório em tempos que

mudavam rapidamente com o avanço da tecnologia e em tempos de predominância de presidentes centralizadores. O Capitólio aos poucos foi cedendo prerrogativas para a Casa Branca, ao passo que o presidente passou a propor legislações e construir políticas públicas. Com a oportunidade da nova ordem, o Legislativo procurou recuperar parte do seu protagonismo e buscava influenciar agendas relevantes no advento da Guerra Fria.

Assim, no recorte das políticas sobre energia nuclear, o Capitólio conseguiu retomar uma participação significativa no processo decisório. Após a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, o átomo se tornou o centro das discussões. Coube ao Congresso, então, regulamentar o seu uso e desenvolvimento, contrariando inclusive a proposta enviada pelo Executivo. Os parlamentares solicitaram presença no processo de supervisão da nova tecnologia e, naquele momento de novas responsabilidades internas e externas, as incumbências seriam divididas entre o Executivo e o Legislativo.

Outro ponto sensível percebido foi a dicotomia entre controle civil e militar da energia atômica. As bombas nucleares foram produzidas em um contexto de guerra, com comando das forças armadas. Em períodos de paz, contudo, a tradição histórica dos Estados Unidos era de monopólio do controle governamental nas mãos de civis. Essa questão dividiu opiniões nas discussões do Parlamento, pois contrastavam-se duas posições: a primeira, de que como se tratava de um armamento militar, seu uso, controle e desenvolvimento deveriam estar nas mãos das forças armadas; a outra, baseava-se na defesa dos valores americanos de democracia, em que em tempos de paz, a prevalência deveria ser de agências civis.

Os Estados Unidos não possuíam, até então, tradição de manter grandes contingentes em exércitos permanentes. Nos primeiros anos da república, o país precisava contar com as milícias estaduais em caso de emergência, como foi no caso da Guerra de 1812. Mesmo com o aumento territorial e nos momentos de interferência internacional, ao final de cada conflito, as tropas voltavam para casa – como aconteceu após a Primeira Guerra Mundial. A realidade da Guerra Fria era diferente, especialmente com o advento das armas de destruição em massa e dos mísseis de longo alcance. Com isso, a segurança que outrora os EUA dispunham, protegidos geograficamente por dois oceanos, acabou. O período que veio em seguida exigia um estado de preparo e prontidão constante.

Assim, sobre o dilema entre autoridade civil ou militar, prevaleceu o compromisso. Foi criada uma agência com membros civis, mas com conselhos formados pelas forças armadas para dispor sobre assuntos militares. Ademais, a decisão final sobre uso e desenvolvimento da energia nuclear permaneceria com o presidente. E, por fim, haveria a participação do Parlamento, através de um comitê misto de deputados e senadores. O Comitê Conjunto sobre Energia Atômica (JCAE) acompanharia de perto as atividades da Comissão de Energia Atômica (AEC), de modo a formar um concerto entre os poderes Legislativo e Executivo.

O JCAE foi um comitê sem precedentes na história parlamentar dos EUA, com poderes legislativos, além de prerrogativas de supervisão e investigação da AEC. Todas as matérias referentes à energia nuclear passariam pelas mãos dos dezoito deputados e senadores que teriam poder de decisão sobre elas. O início das atividades do JCAE e da AEC foi confuso, com um período de adaptação e momentos de conflitos. Sobre a dinâmica partidária, durante quase todo o recorte temporal abordado neste trabalho houve um consenso bipartidário nas questões substanciais. Por exemplo, todos os parlamentares eram favoráveis à regulação da energia atômica e havia variações de posicionamentos sobre como seria a melhor forma de aplicá-la. As dissidências eram pontuais e não eram definidas por linhas partidárias – por vezes, havia discordâncias dentro do mesmo partido e apoio vindo do partido oposto. Um caso interessante foi quando os senadores McMahan (D-CT) e Vandenberg (R-MI) trabalharam juntos para propor um projeto de lei alternativo ao da administração federal.

O período de 1945 a 1950 correspondeu ao momento de ajustes das instituições de energia atômica dos Estados Unidos. Houve o período de propostas, com discussões variadas sobre o papel dos militares, dos cientistas e de outros profissionais, até chegar em um acordo de como seria a regulamentação. Em seguida, aconteceu a transferência de autoridade do Projeto Manhattan para a Comissão de Energia Atômica e as agências passaram por um período de adaptação. Os parlamentares estavam buscando entender como o empreendimento funcionava e quais seriam as atribuições necessárias. Chegando em 1949, a crise de insegurança dos americanos se acentuou e houve uma preocupação exacerbada com sigilo e segredo, o que gerou muitos atritos no relacionamento entre o JCAE e a AEC. Por fim, em 1950 os dois órgãos precisaram retomar o trabalho conjunto por conta das conquistas soviéticas no campo da energia nuclear.

Dessa forma, pode-se inferir que esse período de quase cinco anos desde as explosões no Japão correspondeu à construção do modelo institucional para o desenvolvimento da energia atômica. O peso decisório entre o Executivo e o Legislativo é distinto, mas de todo modo o Congresso teve uma participação relevante no processo deliberativo referente ao átomo. Com isso, a Guerra Fria não foi feita apenas pela ação de chefes de Estado, instituições internacionais e forças armadas, e sim com a participação de todo um sistema interno complexo que inclui o Capitólio.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias:

Democratic Party Platforms, 1948 Democratic Party Platform. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/node/273225>. Acesso em: 18 de setembro de 2022

LILIENTHAL, David E.. **The Journals of David E. Lilienthal: Volume II – The Atomic Energy Years – 1945-1950**. Nova York: Harper & Row, 1964.

LILIENTHAL, David E. *et al.* **Fifth Semiannual Report of the Commission to the Congress: atomic energy development, 1947- 1948**. Washington: United States Government Printing Office, 1949. Disponível em: <https://www.osti.gov/biblio/1362100>. Acesso em: 18 de setembro de 2022.

ROOSEVELT, Franklin D.; CHURCHILL, Winston S.. **Atlantic Charter**. 1941. Online por Yale Law School – The Avalon Project. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **The President's News Conference**. 31 de outubro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/181/presidents-news-conference>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **The President's News Conference Following the Signing of a Joint Declaration on Atomic Energy**. 15 de novembro de 1945. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/191/presidents-news-conference-following-signing-joint-declaration-atomic>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Churchill, Stalin, and Truman at Potsdam**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/63-1457-28>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Attlee, Truman, and Stalin at the Potsdam Conference**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/63-1453-24>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **Photo of Rep. Andrew J. May and Secretary of War Robert P. Patterson**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/99-921>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **President Harry S. Truman Following the Signing of a Joint Declaration on Atomic Energy**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/64-135>. Acesso em: 10 de julho de 2022.

HARRY S. TRUMAN LIBRARY & MUSEUM. **President Truman signs atomic energy bill**. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/photograph-records/59-1220>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

TRUMAN, Harry S. **Letter to Senator McMahon Concerning a Bill for Domestic Development and Control of Atomic Energy**. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, The American Presidency Project. 2 de fevereiro de 1946. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/node/232401>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

1.1. RG-128 Records of the Joint Committee on Atomic Energy

Minutes of the first meeting of the Senate section of the Atomic Energy Committee, 80th Congress, 21 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

First Meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 24 de janeiro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Confirmation of Atomic Energy Commission and General Manager: Hearings before the Senate section of the Joint Committee on Atomic Energy, Eightieth Congress, First Session, on confirmation of the Atomic Energy Commission and the General Manager. January 27, 28, 30, 31, February 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, March 3 and 4, 1947. Washington: Government Printing Office, 1947, p. 1.

[Documento sem título], 17 de abril de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 5 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 9 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 26 de maio de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 1 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 11 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 14 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 19 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Memorandum to the Joint Committee on Atomic Energy, 21 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 22 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 26 de julho de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 26 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 28 de novembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 3 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 5 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 17 de dezembro de 1947. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 20 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 29 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 29 de janeiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 24 de fevereiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 26 de fevereiro de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 5 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 8 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 31 de março de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 1 de abril de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 11 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 27 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Proceedings of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 28 de maio de 1948. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 28 de janeiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 4 de fevereiro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 6 de abril de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 18 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 23 e 25 de maio de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 1 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 2 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Summary of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 7 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Resume of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 9 de junho de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Minutes of an executive meeting of the Joint Committee on Atomic Energy, 13 de junho de 1949. Anexo. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Investigation of the United States Atomic Energy Project, 1 de agosto de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Investigation into the United States Atomic Energy Project, 25 de agosto de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Resume of executive session of Joint Committee on Atomic Energy, 23 de setembro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Investigation of the United States Atomic Energy Project: Voting of closing of hearings, 6 de outubro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

Investigation of the United States Atomic Energy Project: Voting on the proposed report, 12 de outubro de 1949. NARA (RG-128 Records of Joint Committees of Congress).

1.2.RG-326 Records of the Atomic Energy Commission

Hearings before the Committee on Military Affairs, House of Representatives, Seventy-Ninth Congress, First Session, on H. R. 4280: An Act for the Development and Control of Atomic Energy, 9 e 18 de outubro de 1945. NARA (RG-326 Records of the Atomic Energy Commission).

1.3. The Brien McMahon Papers

Jefferson Day Dinner 1945, 25 de agosto de 1945. The Brien McMahon Papers (Speeches Series, Box 4, Folder 42).

Martin Agronsky to ABC, 26 de outubro de 1945. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Senate – Press Releases, Box 6, Folder 7).

Senate Re-Election Campaign – Comic Book, 1950. The Brien McMahon Papers (Campaign Material Series, Box 6, Folder 18).

S. RES. 179, 9 de outubro de 1945. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Senate – Bills by McMahon, Box 6, Folder 6).

Senate – McMahon Atomic Energy Act of 1946, 19 de abril de 1946. The Brien McMahon Papers (Office Papers Series, Box 6, Folder 5).

Senate Re-Election Campaign – Comic Book, 1950. The Brien McMahon Papers (Campaign Material Series, Box 6, Folder 18).

1.4. ProQuest Historical Newspapers: The New York Times with Index

SHALETT, Sidney. New Age Ushered: Day of atomic energy hailed by president, revealing weapon. **The New York Times**. Nova York, p. 1-2. 7 de agosto de 1945.

THE NEW YORK TIMES. President Truman's Report to the People on War Developments, Past and Future. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 10 de agosto de 1945.

THE NEW YORK TIMES. Connally wants U.S. to keep bomb: Would provide special force for Security Council – Mead proposes outlawing it. **The New York Times**. Nova York, p. 35. 9 de setembro de 1945.

THE NEW YORK TIMES. Senators rush bill on atomic control. **The New York Times**. Nova York, p. 18. 23 de setembro de 1945.

BELAIR JR., Felix. Truman suggests atom bomb ban, U.S. control body: Warns Congress that force 'in evil hands could inflict disaster' upon world. **The New York Times**. Nova York, p. 1-4. 4 de outubro de 1945.

THE NEW YORK TIMES. Jurisdictional Row Again Blocks Atomic Energy Measure in Senate: Vandenberg also demands that Congress participate in the discussions with other nations on its use. **The New York Times**. Nova York, p. 4. 5 de outubro de 1945.

WHITE, William S.. Senators to hear Byrnes on parley: London talks to be discussed by Secretary at a closed committee meeting today. **The New York Times**. Nova York, p. 13. 8 de outubro de 1945.

WHITE, William S.. Atom victory won by administration: Sponsor virtually abandons measure for joint group to study problem. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 9 de outubro de 1945.

WHITE, William S.. Atom control jam broken in Senate: Committee approves McMahon resolution for 9-man board to clear bills on subject. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 13 de outubro de 1945.

MALLON, Winifred. 3 atomic experts urge world curb: Oppenheimer, Wilson, Curtis ask Senate committee to hasten against menace. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 18 de outubro de 1945.

WHITE, William S.. Scientist group hits atomic bill: Drs. Urey, Anderson, Curtis and Szilard says plan would make world fears us. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 19 de outubro de 1945.

THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. E2. 4 de novembro de 1945.

MARBURY, William L. What of the Bomb? Authoritative Explanation Made of May-Johnson Bill – Letters to The Times. **The New York Times**. Nova York, p. 68. 11 de novembro de 1945.

BELAIR JR., Felix. Truman and Attlee agree atom bomb should go to UNO. **The New York Times**. Nova York, p. 1-3. 15 de novembro de 1945.

THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. 69. 9 de dezembro de 1945.

LEVIERO, Anthony. Army, Navy shape bomb test at sea: Official plan is announced – industrial revolution is predicted by scientist. **The New York Times**. Nova York, p. 1-3. 11 de dezembro de 1945.

LEVIERO, Anthony. Forrestal urges strong atom body: Navy Secretary would give no power to President to oust Commission members. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 24 de janeiro de 1946.

LEVIERO, Anthony. Byrnes gives UNO atomic test role: President agrees to 12-Nation Board's observing blast – House group for secrecy. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 30 de janeiro de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Secrecy favored on atom test data: House Committee approves bill to curb revelations by military officials. **The New York Times**. Nova York, p. 8. 31 de janeiro de 1946.

LEVIERO, Anthony. Voice for military on atom approved: Senate Committee votes to set up supervisory board – Wallace sees fascism. **The New York Times**. Nova York, p. 1-6. 13 de março de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Truman restates atom-board ideas: He wants civilian control, with the military consulted on National Defense Policy. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 15 de março de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Atom bomb making by army is backed: House group further amends M'Mahon bill – scientists protest military gains. **The New York Times**. Nova York, p. 5. 20 de junho de 1946.

THE NEW YORK TIMES. The Nation. **The New York Times**. Nova York, p. E2. 21 de julho de 1946.

WHITE, William S.. Death penalty for atom treason is accepted by Senate conferees. **The New York Times**. Nova York, p. 1-3. 25 de julho de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Atom control bill signed by Truman. **The New York Times**. Nova York, p. 7. 2 de agosto de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Congress Committee named. **The New York Times**. Nova York, p. 6. 3 de agosto de 1946.

THE NEW YORK TIMES. McMahan calls for Stalin's aid to get agreement on atom bomb: Senator doubts Japanese will concur in Russian Premier's minimizing of new force – U.N. group stills awaits Kremlin. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 26 de setembro de 1946.

SEIGEL, Kalman. Control of A-Bomb viewed as 'simple': Let world treaty fix both violations and penalties, McMahan proposes. **The New York Times**. Nova York, p. 11. 30 de outubro de 1946.

TRUSSELL, C. P.. GOP captures the House; Gain of 40 seats indicated. **The New York Times**. Nova York, p. 1-2. 6 de novembro de 1946.

THE NEW YORK TIMES. M'Mahon hopeful on atom control: Senator believes Russians will agree to inspection – sails on America with 971 others. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 15 de novembro de 1946.

THE NEW YORK TIMES. Defends U.S. on atom: McMahon, in Paris, criticizes Russian proposals. **The New York Times**. Nova York, p. 16. 5 de dezembro de 1946.

THE NEW YORK TIMES. The Masters of the Atom. **The New York Times**. Nova York, p. C22. 17 de janeiro de 1947.

THE NEW YORK TIMES. M'Kellar opposes naming Lilienthal: Senator to fight confirmation of nominee for chair of Atomic-Energy Group. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 23 de janeiro de 1947.

HINTON, Harold B.. Congress to keep close atom watch: Senator Hickenlooper so vows as he succeeds McMahon as Energy Committee's head. **The New York Times**. Nova York, p. 2. 25 de janeiro de 1947.

THE NEW YORK TIMES. Bricker would ban atom, forget data: Clashes with Waymack on 'World Government' idea – Witness backs Baruch plan. **The New York Times**. Nova York, p. 12. 31 de janeiro de 1947.

TRUSSELL, C. P.. President denies Lilienthal is red; endorses fitness. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 14 de fevereiro de 1947.

PHILLIPS, Cabell. Lilienthal case becomes a political issue: Nomination, once almost unopposed, is now a many-sided open contest. **The New York Times**. Nova York, p. E3. 16 de fevereiro de 1947.

LEVIERO, Anthony. Hickenlooper aims to halt Lilienthal debate this week: Warns McKellar against wasting time and public funds on distant witnesses – Monsanto aide endorses nominee. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 20 de fevereiro de 1947.

LEVIERO, Anthony. Senators predict Lilienthal choice: Confirmation believed certain if Vandenberg backs him despite Taft opposition. **The New York Times**. Nova York, p. 42. 23 de fevereiro de 1947.

THE NEW YORK TIMES. Lilienthal: Atoms and politics. **The New York Times**. Nova York, p. E1. 23 de fevereiro de 1947.

THE NEW YORK TIMES. The day in Washington. **The New York Times**. Nova York, p. 30. 11 de março de 1947.

LEVIERO, Anthony. Lilienthal debate begun by Senate on warning note. **The New York Times**. Nova York, p. 1-8. 25 de março de 1947.

LEVIERO, Anthony. Senate gets bill for new atom unit. **The New York Times**. Nova York, p. 9. 26 de março de 1947.

LEVIERO, Anthony. Bricker urges Senate delay on Lilienthal for FBI inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 29 de março de 1947.

LEVIERO, Anthony. Lilienthal wins Senate vote, 50-31, as U.S. atom head. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 10 de abril de 1947.

THE NEW YORK TIMES. Check on atom work planned in Congress. **The New York Times**. Nova York, p. 22. 6 de maio de 1947.

McCORMICK, Anne O'Hare. Abroad: The promise hidden in the atom bomb. **The New York Times**. Nova York, p. 16. 7 de julho de 1947.

WHITE, William S.. Files of Condon loyalty test demanded by House inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 1-16. 3 de março de 1948.

THE NEW YORK TIMES. Truman to revive atom board issue: Staggered terms for members, blocked in 1948 by the GOP, to be asked anew. **The New York Times**. Nova York, p. 3. 5 de janeiro de 1949.

RUCH, Walter W.. M'Mahon sees risk in atom secrecy: Senator says war might rise with our power in doubt – undecided on best policy. **The New York Times**. Nova York, p. 22. 1 de fevereiro de 1949.

HURD, Charles. A-Bomb stock veil stirs Capitol row: McMahon directs Lilienthal to consider telling numbers – Connally, Tydings object. **The New York Times**. Nova York, 3 de fevereiro de 1949.

Harold B.. U-235 not stolen, M'Mahon asserts: FBI is convinced no spying was involved, he states – red student heard. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 19 de maio de 1949.

THE NEW YORK TIMES. Congress group investigates AEC: Joint Committee conducting its own inquiry of uranium loss, McMahon says. **The New York Times**. Nova York, p. 14. 20 de maio de 1949.

HINTON, Harold B.. Truman puts faith in Lilienthal, AEC: Calls Congress criticism pre-election campaign stuff – Atom chairman at hearing. **The New York Times**. Nova York, p. 1. 27 de maio de 1949.

THE NEW YORK TIMES. The AEC inquiry. **The New York Times**. Nova York, p. 20. 27 de maio de 1949.

KROCK, Arthur. Loyalty trials shape political issue for 1950: The current investigations are held likely to play an important part in next year's elections. **The New York Times**. Nova York, p. E3. 19 de junho de 1949.

1.5. ProQuest Historical Newspapers: The Washington Post

TRUMAN, Harry S. Text of President Truman's Message to Congress. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 4-6. 7 de setembro de 1945.

ASSOCIATED PRESS. Atomic Energy Study Favored by President: Truman Discusses House-Senate Group as Planning Board. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 21 de setembro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. Truman Talks with Cabinet on Atom Bomb: Plans to send message to Congress; Legislative duel develops on Hill. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 22 de setembro de 1945.

THE WASHINGTON POST. Bomb secrecy advocated by House group: Truman urged not to share it pending additional study. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 2 de outubro de 1945.

LINDLEY, Ernest. Control of Atoms: Truman's message. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 10. 5 de outubro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. Legislation offered both Houses; swiftly snarled in Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 4 de outubro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. House clears way for action on Atom Bill: Hearings open Tuesday; rules tangle holds up measures in Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. M1-3. 7 de outubro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. Atom bomb legislation hits snags: Senate committee recommends study; House may reopen hearings on bill. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 13 de outubro de 1945.

THE WASHINGTON POST. Look to the Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 15 de outubro de 1945.

ASSOCIATED PRESS. Congress told one atom raid could kill 40 million in night. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 18 de outubro de 1945.

CHILDS, Marquis. Washington Calling: McMahon's new job. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 30 de outubro de 1945.

THE WASHINGTON POST. McMahon asks reexamination of atom bomb conclusions. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 7. 1 de novembro de 1945.

ASSOCIATED PRESS. Senators told not to depend on atom pact: Harvard President talks against treaty to outlaw bomb. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 3 de novembro de 1945.

LINDLEY, Ernest. Internal Controls: Atomic legislation. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 9 de novembro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. House delays atomic bomb control bill. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 15 de novembro de 1945.

ALBRIGHT, Robert C.. Bill vesting atom rule in civilians due to get 'Nagasaki' treatment. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B3. 10 de fevereiro de 1946.

LINDLEY, Ernest. Atomic legislation: McMahon Bill needs amending. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 7. 8 de fevereiro de 1945.

FRIENDLY, Alfred. Groves differs with Truman on control of atomic bomb. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 9. 28 de fevereiro de 1945.

FRIENDLY, Alfred. Civilian atom rule urged by Patterson: Military control again denounced by Wallace; third body is proposed. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 16 de março de 1946.

ALSOP, Joseph; ALSOP, Stewart. Matter of fact: The Atomic Mess. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B5. 24 de março de 1946.

THE WASHINGTON POST. Atomic Statesmanship. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 3 de abril de 1946.

ASSOCIATED PRESS. Atomic Group to receive broad powers. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 6 de abril de 1946.

CHILDS, Marquis. Washington calling: Snafu from Mr. May. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 8. 25 de junho de 1946.

FRIENDLY, Alfred. House passes atom control bill, 265 to 79: Measure is crippled by amendments; fight to recommit loses. **The Washington Post**. Washington, DC, p. M1. 21 de julho de 1946.

THE WASHINGTON POST. Lively contest seen for places on atomic unit. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 4. 15 de novembro de 1946.

THE WASHINGTON POST. Guardians of 'A' Power: Truman names top scientists to Advisory Atom Committee. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 13 de dezembro de 1946.

ASSOCIATED PRESS. Senators seek Baruch's help on atom group. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 5. 25 de janeiro de 1947.

THE WASHINGTON POST. Lilienthal is berated for lack of atom liaison. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 28 de janeiro de 1947.

THE WASHINGTON POST. Atomic Group Picked. **The Washington Post**. Washington, DC, p. B7. 28 de janeiro de 1949.

THE WASHINGTON POST. Atomic Hearings. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 29 de janeiro de 1947.

FRIENDLY, Alfred. Lilienthal to McKellar: Democracy is affirmative. **The Washington Post**. Washington, DC, p.1. 5 de fevereiro de 1947, p. 1.

FRIENDLY, Alfred. Must not confirm if 1 member doubts, he tells the Senate. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 2. 6 de fevereiro de 1947.

FRIENDLY, Alfred. Patterson asks Lilienthal's confirmation: TVA predecessor opposes him; Taft fails to declare stand. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-6. 12 de fevereiro de 1947.

FRIENDLY, Alfred. Floor fight on Lilienthal viewed as inevitable. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 14 de fevereiro de 1947.

FRIENDLY, Alfred. Opponents of Lilienthal add 2 more Senate votes. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 15 de fevereiro de 1947.

THE WASHINGTON POST. Text of President's Message. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 13 de março de 1947.

FRIENDLY, Alfred. Move to ask FBI probe defeated by 14 votes: Senator Vandenberg indorses nominee; final action due early next week. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 4 de abril de 1947.

FRIENDLY, Alfred. FBI found no disloyalty in Condon, letter shows: Portion of Hoover report on atomic expert not quoted by subcommittee. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-2. 3 de março de 1948.

FRIENDLY, Alfred. Loyalty files on Condon are refused Thomas unit: Harriman says to obey subpoena would 'jeopardize' entire program. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1-8. 5 de março de 1948.

THE WASHINGTON POST. Telling A-Bomb total might avert war, senator says. **The Washington Post**. Washington, DC, p.1. 1 de fevereiro de 1949.

BALL, John W.. Atom secret rules spur hot debate: Lilienthal, McMahon fought on publicity stand in unusual hearing at Capitol. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 3 de fevereiro de 1949.

THE WASHINGTON POST. Atom Myths. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 20. 4 de fevereiro de 1949.

THE WASHINGTON POST. Committee nod expected for Smyth, Dean: Nominees for AEC agree fellowships should be denied reds. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 1. 19 de maio de 1949.

THE WASHINGTON POST. Light on the atom. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 24. 27 de maio de 1949.

ALLEN, Robert S.. 2 GOP aides grow cool to atom probe. **The Washington Post**. Washington, DC, p. 6. 17 de junho de 1949.

2. Fontes secundárias:

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

BAILEY, Thomas Andrew. **Democrats vs. Republicans: The continuing clash**. Nova York: Meredith Press, 1968.

BARRETT, David M. **The CIA and Congress: The Untold Story from Truman to Kennedy**. Lawrence: University Press of Kansas, 2005.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 579.

BERINSKY, Adam J. **In Time of War: Understanding American Public Opinion from World War II to Iraq**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOMBOY, Scott. **How the 22nd Amendment came into existence**. 2019. Disponível em: <https://constitutioncenter.org/blog/how-the-22nd-amendment-came-into-existence>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BURGAT, Casey. Congressional Oversight. In: BURGAT, Casey *et al.* **Congress and Foreign Affairs**: reasserting the power of the first branch. Washington: R Street Institute, 2020. p. 6-16. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep25818.1>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DAHL, Robert A.. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAVIDSON, Roger H.. The Advent of the Modern Congress: The legislative reorganization act of 1946. **Legislative Studies Quarterly**. Washington, p. 357-373. de agosto de 1990.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

FARIA, Débora Jacintho de. **Crise de 1929**: Convergências e Divergências entre o Partido Democrata e o Partido Republicano nos Estados Unidos. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FORD, Aaron L.. The Legislative Reorganization Act of 1946. **American Bar Association Journal**, Chicago, v. 32, n. 11, p. 741-744, nov. 1946. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25715777>. Acesso em: 15 maio 2022.

GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Containment**: A critical appraisal of American National Security Policy during the Cold War. Nova York: Oxford University Press, 2005.

GOSLING, F. G.. **The Manhattan Project**: Making the Atomic Bomb. Oak Ridge: United States Department of Energy, 1999.

GREEN, George N. **The Establishment in Texas Politics**. Westport: Greenwood, 1979.

GREEN, Harold P.; ROSENTHAL, Alan. **Government of the Atom**: the integration of powers. Nova York: Atherton Press, 1963.

GRIFFITH, Ernest Stacey. **The american system of government**. Nova York: Praeger, 1954.

GROSSMAN, Andrew D.. The Early Cold War and American Political Development: Reflections on Recent Research. **International Journal of Politics, Culture and Society**, Albion, Vol. 15, No. 3, p.471-483, de março de 2002. Trimestral. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20020127>>. Acesso em: 07 abril 2016.

HAAS, Lawrence J.. **Harry and Arthur**: Truman, Vandenberg, and the partnership that created the free world. Lincoln: Potomac Books, 2016.

HERKEN, Gregg. **The winning weapon**: The atomic bomb in the cold war, 1945-1950.. Princeton,: Princeton University Press, 1988.

HERSHBERG, James G.. **James B. Conant**: Harvard to Hiroshima and the making of the nuclear age. Nova York: Alfred A. Knopf, 1993.

HOGAN, Michael J.. **A Cross of Iron**: Harry S. Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

IKENBERRY, G. John. **After Victory**: Institutions, Strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JOHNSON, Robert David. Congress and the Cold War. **Journal Of Cold War Studies**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 76-100, primavera 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26925122>. Acesso em: 27 maio 2022.

JOHNSON, Robert David. **Congress and the Cold War**. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

JOHNSON, Paul. **A History of the American People**. Nova York: Harpercollins Publishers, Inc., 1997.

KENNAN, George Frost [X]. The Sources of Soviet Conduct. **Foreign Affairs**, Vol. 24, No. 4, p. 566-582, Jul., 1947. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20030065>>. Acesso em: 10 julho 2017.

KERNELL, Samuel *et al.* **The Logic of American Politics**. Los Angeles: CQ Press, 2014.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUNETKA, James. **The General and the Genius: Groves and Oppenheimer – The Unlikely Partnership that Built the Atom Bomb.** Washington, DC: Regnery History, 2015.

LEUCHTENBURG, William E. Harry Truman. In: LEUCHTENBURG, William E. **In the Shadow of FDR: From Harry Truman to Barack Obama.** Cornell University Press, 2010.

LILIENTHAL, David E. **Change, Hope, and the Bomb.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os Artigos Federalistas: 1787-1788.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1993.

MAISEL, L. Sandy. **American political parties and elections: A very short introduction.** Oxford: OUP. 2007

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz.** São Paulo: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

PAIXÃO, Cristiano. **História constitucional inglesa e norte-americana: do surgimento à estabilização da forma constitucional.** Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

PATERSON, T. G. Presidential Foreign Policy, Public Opinion, and Congress: The Truman Years. In: SILBEY, Joel H. (org.). **To advise and consent: The United States Congress and foreign policy in the twentieth century.** v. 1. Brooklyn: Carlson, 1991.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

POCOCK, J. G. A.. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RHODES, Richard. **The Making of the Atomic Bomb**. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 2012.

ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Belmont: Thomson Wadsworth, 2007.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCHAPSMEIER, Edward L.; SCHAPSMEIER, Frederick H. A Strong Voice for Keeping America Strong: A Profile of Senator Bourke Hickenlooper. **The Annals of Iowa**, n. 47, p. 362-376, primavera 1984.

SCHLESINGER, Arthur Meier. **History of U.S. political parties**. Nova York: Chelsea House Publishers, 1980. 4 v.

SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SKINNER, Q. **Visões da Política**: Sobre métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Nova York: Random House, 1979. p. 105.

WATSON, A. **A evolução da sociedade internacional**: uma análise histórica comparativa. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.